



Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Artes e Comunicação
Programa de Pós-graduação em Letras e Lingüística
Doutorado em Lingüística

A METÁFORA NA CONSTRUÇÃO DA PERCEPÇÃO DA
REALIDADE NO DISCURSO JORNALÍSTICO

EDMILSON DE ALBUQUERQUE BORBOREMA FILHO

Recife, PE.
2004

A Metáfora na Construção da Percepção da Realidade no Discurso Jornalístico

Edmilson de Albuquerque Borborema Filho

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Lingüística, sob orientação do Prof. Dr. Luiz Antônio Marcuschi.

UFPE
2004

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Artes e Comunicação
Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística

**A METÁFORA NA CONSTRUÇÃO DA PERCEPÇÃO DA REALIDADE NO
DISCURSO JORNALÍSTICO**

EDMILSON DE ALBUQUERQUE BORBOREMA FILHO

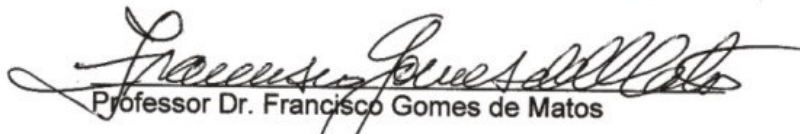
EXAMINADORES:



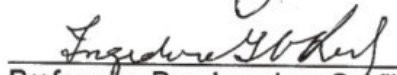
Professor Dr. Luiz Antônio Marcuschi - *Orientador*



Professora Dra. Cristina Teixeira Vieira de Melo



Professor Dr. Francisco Gomes de Matos



Professora Dra. Ingedore G. Villaça Koch



Professora Dra. Marígia Ana de Moura Viana

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Linguística, sob orientação do Prof. Dr. Luiz Antônio Marcuschi.

Recife, 2004.

Agradecimentos

Sou particularmente grato ao Professor Luiz Antônio Marcuschi por ter aceitado dividir comigo a responsabilidade neste trabalho de pesquisa. Suas observações foram sempre reveladoras da sua tenacidade e perspicácia no trato com a construção do conhecimento na academia. Sua simplicidade me deu a tranqüilidade para durante nossos encontros eu fazer questionamentos e revelar inquietações que normalmente costumam permanecer retraídas quando confrontadas com uma personalidade intransigente e autoritária. Enfim, aprendi a respeitá-lo como alguém que está sempre disposto a dividir apesar de sua sempre atribulada agenda. Meu muito obrigado Professor.

A concessão de uma bolsa para o desenvolvimento de estudos de pesquisa num país onde as dificuldades financeiras exercem sobre quase todas influências perniciosas de toda sorte, ao mesmo tempo em que nos alegra, por nos permitir a tranqüilidade necessária e imprescindível para adquirirmos livros, fotocópias, e material pertinente, também nos investe de uma responsabilidade ainda maior para com o social. Meus sinceros agradecimentos ao Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica (PICDT) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Sou também imensamente grato a todos que de forma direta ou indireta possibilitaram a realização desta pesquisa. Citar nomes seria incorrer o erro de ser injusto; prefiro não fazê-lo para evitar que alguém possa ficar desmerecidamente fora da lista. Afinal, o resultado deste trabalho é fruto da participação de muitos.

*para Lucca,
Vete,
meus pais.*

We continually find it important to realize that the way we have been brought up to perceive our world is not the only way and that it is possible to see beyond the “truths” of our culture.

George Lakoff & Mark Johnson (1980)

Resumo

Este trabalho visa a fazer uma análise interpretativa qualitativa da participação da metáfora na construção da percepção da realidade no discurso jornalístico escrito. Tomamos a concepção de realidade como sendo mais do que simplesmente aquilo que existe no mundo extramental, i.e., entendemos a realidade como resultado de uma construção sociocognitiva e que, portanto, passa amplamente pelas mentes dos seres que a criam. Vemos a metáfora como uma atividade cognoscitiva que, em grande medida, define a natureza do sistema conceptual humano. Esta atividade é evidenciada pela linguagem natural da qual nos servimos para comunicação e produção de conhecimento. Sua importância para os estudos da linguagem se revela na medida em que não encontramos meios de percebermos e expressarmos a realidade se não também através deste fenômeno, inclusive no próprio discurso jornalístico. Fizemos uma breve incursão nos principais postulados de que temos conhecimento relativos aos modos de produção, reconhecimento e compreensão da metáfora, respaldados em duas teorias defendidas por Lakoff & Johnson (Teoria da Metáfora Conceptual; 1980) e Fauconnier (Teoria da Fusão Conceptual; 1997), respectivamente, as quais serviram de base teórica para análise dos dados do nosso *corpus*, composto de textos retirados de um jornal, *O Estado de São Paulo*, e de uma revista, *Veja*. Constatou-se através da análise dos dados que a metáfora é um fenômeno fortemente presente no discurso jornalístico e que neste espaço ela tem atuação significativa na construção do modo como percebemos a realidade. Os resultados obtidos pela análise dão sustentação às hipóteses da pesquisa e sugerem que as investigações subseqüentes relativas ao fenômeno metafórico e sua participação na construção de significado sejam desenvolvidas levando-se em consideração as teorias mencionadas.

Abstract

This piece of research aims at making a qualitative interpretative analysis of the role of metaphor in the building up of the perception of *reality* within the news discourse. We take the concept *reality* to mean more than just what is in the real world or the world outside our minds for that matter, i.e. we understand that *reality* is the outcome of a socio-cognitive accomplishment and as such it is to a large extent the result of a creation by the minds of those who deal with it.

Metaphor, as we see it, is a cognitive activity which greatly defines the nature of the human conceptual system. This activity is evidenced by natural language human beings use in order to communicate and to produce knowledge. The importance of metaphor is highlighted as the perception and the expression of reality cannot be reached except through the use of this mechanism in addition to others. That, too, so happens to be the case in the news discourse.

We have covered the main approaches we know of regarding the production, recognition and understanding of metaphor and we took a stand for the theories spoused by both Lakoff and Johnson (1980) and Fauconnier (1997). These have served as the basis of the argumentation for our hypotheses as we analyzed the data which come from two different sources: the daily newspaper *O Estado de São Paulo* and the weekly magazine *Veja*. It was observed through the analysis of the data that metaphor is an ever present phenomenon in the news discourse and that in this realm it has a significant role in the way we perceive reality

The results obtained through the analysis give full support to our research hypotheses and suggest that subsequent work concerning metaphor and its role in the construing of meaning should be done taking the two supporting approaches into consideration.

Sumário

1.	Introdução	001
1.1	Definindo o problema	001
1.2	Objetivos	005
1.3	Metodologia	005
1.4	Organização do trabalho	006
2.	Considerações Teóricas sobre a Metáfora	007
2.1	Origem e natureza da metáfora	007
2.2	A visão Aristotélica	009
2.3	Posições semânticas	012
2.4	Posições pragmáticas	027
2.5	Posições conceptualistas	048
3.	A Teoria da Metáfora Conceptual de Lakoff & Johnson (TMC)	054
3.1	O Paradigma Objetivista e a Teoria Literal	055
3.2	A metáfora segundo Lakoff	062
3.2.1	Críticas às abordagens tradicionais	064
3.2.2	As metáforas estruturais, orientacionais e ontológicas	069
3.2.3	Esquemas imagéticos	075
3.2.4	Compreensão metafórica de conceitos semânticos básicos e o Princípio da Invariância	078
3.2.5	Modelos cognitivos idealizados (MCIs)	083
3.3	Conclusão	086
4.	A Teoria da Fusão Conceptual de Fauconnier (TFC)	087
4.1	Apresentação	087
4.2	Espaços mentais	090
4.3	A fusão conceptual	093
4.4	Convergências e divergências entre a TMC e a TFC	109
4.5	Conclusão	114
5.	Metodologia	117
6.	Análise do corpus	121
6.1	Visão geral do corpus	121
6.2	Análise com base na Teoria da Metáfora Conceptual de Lakoff & Johnson	127
6.3	Análise com base na Teoria da Fusão Conceptual de Fauconnier	149
7.	Considerações finais	156

8.	Bibliografia	160
9.	Anexo I	165
	(textos do corpus)	
10.	Anexo II	246
	(textos no original para conferencia de tradução)	

1. Introdução

1.1 Definindo o Problema

A metáfora é elemento constituinte da percepção ao mesmo tempo em que também é constituída por esta. Tomando a percepção como uma elaboração cognitiva que tem como ponto de partida os dados dos sentidos, mas que não se serve só destes para formar experiência útil, entendemos que a metáfora, sendo essencialmente conceptual, embora também exiba forma através de sua materialidade lingüística, e que tem forte motivação física, participa mais do que periféricamente na construção da percepção da experiência e da realidade, resultando em uma percepção atravessada por conceitos. Percebemos não necessariamente o que vemos ou sentimos, mas também e principalmente aquilo que “queremos ou nos é dado ver ou sentir”. E isto é quase sempre resultado da fusão do contexto em que nos situamos, de nosso conhecimento anterior, nossa experiência, nossa cultura, do nosso contato com o ambiente e da interação com nossos interlocutores.

A metáfora tem sido objeto de muita investigação científica já há muitos séculos. A leitura de importantes estudos mais recentes relativos a este fenômeno, no entanto, nos inspira na crença de que a idéia aristotélica de que a metáfora é simplesmente uma forma de dizer algo com um termo do outro ou que tem apenas função estética ou retórica tem sido suplantada pela ampla aceitação deste fenômeno como um mecanismo cognitivo que gera uma riqueza de expressão muito maior do que os antes supostos.

Tendo sofrido influência de várias ciências como a lingüística, a psicologia, a filosofia geral e a da linguagem, entre outras, o estudo da metáfora não poderia deixar de ser controverso nem de difícil consenso e, embora ainda haja muita dissensão em relação a onde situar os estudos sobre este fenômeno, se no campo semântico ou pragmático, lingüístico ou conceptual, e também em relação à sua natureza, sua criação, seu reconhecimento, e sua interpretação, pode-se

afirmar que, pelo menos em relação ao seu uso, é praticamente unânime a idéia de que a metáfora não está circunscrita ao mundo do discurso poético e à retórica. Crê-se, na verdade, que a metáfora é um fenômeno ubíquo na linguagem e que a própria linguagem cotidiana é permeada por ela.

A compreensão da realidade pela metáfora é algo que faz parte do nosso cotidiano e de que normalmente não nos damos conta com muita facilidade, exceto quando propositalmente nos chamam atenção para sua presença no discurso ou quando sua compreensão exige um raciocínio mais elaborado, como é comum acontecer em textos literários. A suposição do uso inconsciente deste fenômeno é motivo de muita discórdia entre os estudiosos, pois, assim visto, põe em questão a tão discutida diferença entre a linguagem literal e a linguagem metafórica. A tese defendida por alguns pragmáticos, por exemplo, como Grice (1987) e Searle (1993), entre outros, trabalha a idéia de que primeiro é detectada uma incongruência ou desvio na linguagem literal e só a partir daí tenta-se inferir o significado pretendido pelo enunciador. A propósito da linguagem literal, pode-se dizer que um dos nós a serem desatados na busca de respostas para o fenômeno da metáfora acha-se justamente na problemática da falta de uma definição clara e consensual para o que na verdade denominamos de “linguagem literal”. É só a partir daí, sugerem alguns, que poderemos começar a tentar, com algum grau de sucesso, desvendar os mistérios da linguagem metafórica no discurso. E, neste sentido, é de suma importância diferenciar linguagem literal de linguagem metafórica, se é que isso é possível. De toda sorte, ter parâmetros bem definidos para detectar o uso da metáfora no discurso significa também poder dispor de elementos para um estudo conclusivo sobre sua interpretação e, principalmente, sobre sua criação. Se esses parâmetros decorrem do conflito encontrado na linguagem literal ou não será motivo de estudo nesta pesquisa.

Se tomarmos a metáfora como um mecanismo para a compreensão de conceitos abstratos relativos à experiência – metáforas conceptuais (Lakoff & Johnson, 1980) –, poderemos evitar boa parte dos problemas que a necessidade de definirmos linguagem literal traria, pois, segundo esta teoria, as expressões

metafóricas não implicam a necessidade de primeiro detectar-se um desvio no uso da linguagem literal.

É na perspectiva da metáfora como atividade cognitiva que permite compreender a realidade através de conceitos, concretos e abstratos, que trabalharemos no intento de investigar sua participação na construção do modo como percebemos essa mesma realidade. De acordo com a teoria defendida por Lakoff & Johnson (1980), nosso sistema conceptual é amplamente motivado pela nossa experiência corporal e esta encerra grande parte daquilo que podemos entender do mundo abstrato pelo mundo concreto. As expressões lingüísticas metafóricas podem ao mesmo tempo ser diferentes para a mesma metáfora conceptual básica. Por exemplo, para a metáfora TEMPO É DINHEIRO teríamos as diferentes expressões lingüísticas *Gastei muito tempo escrevendo este trabalho e Investi pouco tempo naquele relacionamento*. Também podem ser iguais para diferentes metáforas conceptuais básicas, por exemplo, *Foi um longo caminho até aqui* poderia ser uma expressão lingüística metafórica motivada tanto pela metáfora A VIDA É UMA VIAGEM quanto pela metáfora O AMOR É UMA VIAGEM. Muitas das expressões lingüísticas metafóricas têm como fontes inspiradoras metáforas conceptuais que são claramente alicerçadas na experiência física; nosso contato com a realidade externa (extramental). Por exemplo, aprendemos naturalmente que um aumento na quantidade de uma substância gera em conseqüência um aumento na altura do nível desta num recipiente: quanto mais água num copo mais alto seu nível subirá. Lakoff sustenta que

... estas experiências são grandemente difundidas; nós as encontramos todos os dias das nossas vidas. Elas têm estrutura – uma correspondência entre o domínio conceptual de quantidade e o domínio conceptual de verticalidade: MAIS corresponde nessas experiências à PARA CIMA e MENOS corresponde à PARA BAIXO. Estas correspondências na experiência real formam a base para as correspondências nos casos metafóricos, que vão além da experiência real: em “os preços subiram” não há uma correspondência na experiência real entre quantidade e verticalidade, mas a compreensão de quantidade em termos de

verticalidade faz sentido por causa da correspondência regular em tantos outros casos (Lakoff; 1993, 240 – TN/01*).

O seguinte exemplo do nosso corpus ilustra como o discurso jornalístico lança mão deste recurso cognitivo para noticiar um evento socioeconômico: *Inflação tem ligeira alta em dezembro* (O Estado de São Paulo, p. B1, 19/01/2004).

Pelo menos para alguns estudiosos como Lakoff (1980, 1987, 1993), Turner (2003), Fauconnier (2003), Coulson (2002, 2003), Sweetser (1990) e Johnson (1987), entre outros, há a convicção, normalmente explícita, de que a metáfora tem na experiência externa importante motivação para sua existência, i.e., entre outros fatores o que percebemos e experienciamos sensorialmente atua como dispositivo para composição do mecanismo deste fenômeno. Entretanto, nossa pesquisa visa argumentar em favor da tese de que a metáfora também motiva ativamente a construção da percepção desta realidade e para tanto buscamos no discurso jornalístico impresso subsídios para sustentação de nossa hipótese.

A linguagem literal é um conceito cujo consenso está longe de ser alcançado e que detalharemos com maior profundidade adiante. Contudo, ela reúne simpatizantes que compartilham a assunção de que a mesma traduz a suposta realidade objetiva de maneira direta e tem forte ligação com valor de verdade. Assim sendo, deveria ser, em princípio, a linguagem escolhida para relatar os fatos do cotidiano em reportagens, artigos e matérias noticiosas dadas as características que cercam o empreendimento jornalístico noticioso. Não obstante, é extremamente comum o uso de metáforas no discurso jornalístico e este uso, curiosamente, não parece causar estranheza nem dúvidas nos leitores de matérias noticiosas. O leitor parece entender a realidade expressa pela metáfora da mesma forma como quando a linguagem literal é usada nestes gêneros textuais. A propósito, o uso de expressões metafóricas enriquece a compreensão dos enunciados de forma ainda mais instigante, como uma possível paráfrase daquela metáfora não captaria sua magnitude.

* As traduções que fizemos dos textos aqui citados poderão ter seus respectivos originais checados pelo leitor nos anexos pertinentes. Doravante estas traduções serão indicadas pela abreviação de *tradução nossa* 'TN' seguida de um número para checagem dos originais nos anexos.

A metáfora, portanto, continua a merecer a mais completa atenção por parte de todos os que se preocupam com questões relacionadas à construção de significado e que vêem nela uma poderosa atividade cognitiva para tal fim.

1.2 Objetivos

Temos como objetivo maior nesta pesquisa mostrar o papel da metáfora na construção de nossas percepções da realidade. Defendemos a tese de que a percepção da realidade é mais do que uma simples captação da existência de uma realidade extramental pelos sentidos; trata-se de uma complexa operação cognitiva que resulta do conjunto dos dados dos sentidos com a conceptualização da experiência através de esquemas ou modelos cognitivos em que a metáfora além de outros fatores como a cultura, a memória, e o contexto exercem um papel fundamental. Como objetivo secundário pretendemos mostrar como o discurso jornalístico noticioso usa a metáfora difundidamente para construir junto com o leitor a percepção de uma dada realidade.

1.3 Metodologia

Para mostrarmos como a metáfora tem papel importante na construção da percepção da realidade, tomaremos como corpus de nossa pesquisa uma coletânea de manchetes de reportagens e de artigos com seus respectivos textos retirados do jornal *O Estado de São Paulo* e da revista *VEJA*, ambos de penetração em nível nacional e representantes de visões que refletem importantes setores da comunidade intelectual do país. Examinaremos as metáforas usadas nestes e como elas participam na construção da percepção da realidade noticiada por estes meios.

Usaremos como fundamentação teórica não só as propostas sobre a metáfora conceptual de Lakoff & Johnson (1980), mas também a Teoria da Fusão

Conceptual de Fauconnier & Turner (2003), no que a mesma se refere ao fenômeno metafórico, para mostrarmos como a metáfora participa da construção da percepção da realidade, entendendo que estas duas teorias, embora apresentem divergências em alguns pontos, são essencialmente complementares e podem nos ajudar a apresentar fortes argumentos para defender nosso ponto de vista.

Dedicaremos um capítulo específico à metodologia, no qual explicitaremos com maiores detalhes os procedimentos adotados para a pesquisa como também os dados que comporão nosso corpus.

1.4 Organização do trabalho

Nosso trabalho se divide em seis capítulos. No primeiro, fazemos uma breve exposição das teorias sobre a metáfora com os principais argumentos defendidos sobre como este fenômeno é reconhecido, construído e interpretado. Com o intento de melhor organizar o trabalho, procedemos com a distribuição de alguns teóricos em três grupos diferentes: o dos semanticistas, o dos pragmáticos e finalmente o dos conceptualistas. Embora muitos dos teóricos não se filiem a uma ou outra posição de forma bem definida, podemos observar em suas obras traços que nos possibilitam argumentar em favor de tal divisão. No segundo capítulo trataremos de uma das duas teorias escolhidas para a análise do nosso corpus, a Teoria da Metáfora Conceptual de Lakoff & Johnson (1980), nos aprofundando o necessário para termos os elementos essenciais para sustentação de nossa tese. No capítulo três trataremos da outra teoria que fundamentará nossa argumentação, a saber, a Teoria da Fusão Conceptual de Fauconnier & Turner no que esta concerne o fenômeno metafórico e como a mesma pode ser vista como complementar da teoria conceptual esposada por Lakoff & Johnson. Nos capítulos 4 e 5 trataremos da metodologia utilizada na pesquisa e faremos a análise de nosso corpus, respectivamente, para, finalmente, encerrarmos a pesquisa com o

sexto e último capítulo, onde apresentaremos nossas conclusões e sugestões para estudos posteriores.

2. Considerações teóricas sobre a metáfora

2.1 *Origem e natureza da metáfora*

Longe de ser algo trivial, a distinção entre linguagem literal e linguagem figurada tem servido de base para grande parte dos estudos sobre a metáfora e ainda hoje, segundo algumas teorias, constitui parte do problema de elucidação do fenômeno metafórico. Houve quase sempre uma aceitação tácita da objetividade da linguagem literal e de que esta retrata a realidade de tal sorte que para a compreensão de seus termos é necessário tão somente buscar seus referentes no mundo externo, sendo assim uma linguagem com base em valor de verdade. Além do mais, tendo sido quase sempre aclamada como uma linguagem séria e de grande valor para os assuntos que tratam o mundo de uma forma supostamente objetiva e direta como, por exemplo, a ciência, o direito, e o argumento racional, a linguagem literal sempre gozou do prestígio popular e, principalmente, científico e acadêmico. À linguagem figurada, por outro lado, sempre coube quase que incondicionalmente um lugar de prestígio circunscrito ao mundo literário. Isso não é pouco, pois, embora a metáfora já tivesse sido observada por alguns como sendo algo ubíquo mesmo na linguagem cotidiana, ou ela foi passada despercebida ou propositalmente esquecida, provavelmente por sua difícil localização dentro dos estudos lingüísticos, semânticos ou pragmáticos, e sobretudo, filosóficos. Richards, por exemplo, já estimava não ser ... *possível ir além de três sentenças numa interação do discurso ordinário [sem o uso da metáfora] ...Pensamos cada vez mais por meio de metáforas das quais professamos **não** ser dependentes. As metáforas que evitamos guiam nosso pensamento tanto quanto as que nós aceitamos* (Richards; 1936, 92 apud Kittay: 1987, 13 – TN/02).

Se não podemos dizer ao certo a origem da metáfora, se na própria linguagem ou se na mente, é bastante razoável sugerir que, pelo menos, seu reconhecimento vem de longe, principalmente, pela dicotomia linguagem literal x linguagem figurada. Tentaremos um esclarecimento sobre esta tanto iluminadora quanto confusa distinção à luz de algumas posições de relevância para nosso estudo.

Os estudos sobre a metáfora a têm colocado em diferentes domínios no que concerne sua natureza; ora podemos vê-la sendo descrita como fenômeno puramente lingüístico (Black; 1962b, 1993), ora como fenômeno puramente conceptual (Lakoff & Johnson; 1980), além de também existir os que a vêem como algo de natureza tanto lingüística como conceptual (Kittay; 1987). Os argumentos contra ou a favor desta ou daquela posição normalmente nos remetem a exemplos de apoio, propostos pelos autores que tratam do assunto, quase sempre limitados aos que de forma convincente corroboram uma determinada posição defendida. Se entendermos a metáfora como algo ubíquo na língua, o que junto com tantos outros o fazemos abertamente, acreditamos que dificilmente uma única posição teórica comportaria a multiplicidade de exemplos encontrados no cotidiano. Contudo, vemos despontar uma defesa da construção, reconhecimento e interpretação da metáfora na visão de Lakoff & Johnson (1980) e, principalmente, de Fauconnier & Turner (2003), que nos faz ter esperança de, em um só lugar, encontrarmos respostas para o conjunto do processo e produto metafóricos. As posições destes autores serão defendidas mais tarde neste trabalho.

De resto, definir o conceito de metáfora não é uma tarefa simples, afinal, este fenômeno conta com um longo histórico de investigação científica que teve início ainda com Aristóteles há mais de vinte séculos e um terreno fértil para disputas teóricas. Buscaremos, portanto, fazer uma breve incursão histórica pela espinha dorsal das teorias sobre a metáfora e seus principais proponentes, principalmente os do século passado, de tal sorte que possamos ter mais subsídios para melhor entender e justificar a escolha que fizemos relativa à teoria adotada em nossa pesquisa.

2.2. **A visão Aristotélica de metáfora**

Começar com uma definição etimológica da palavra metáfora não ajuda muito na elucidação do fenômeno, mas serve como ponto de partida. Esta palavra tem origem no grego e significa: *metá* = trans + *phérein* = levar, isto é, uma mudança, transferência, transposição; mudança de sentido próprio para o figurado (Pereira, Isidro, S.J. Dicionário Grego-Português, p. 369 apud Filipak; 1980). Para Aristóteles, a quem se atribui ter sido o primeiro a desenhar uma teoria da metáfora (Leezenberg, 2001), esta consistia no uso de um termo emprestado de outro para significar algo com efeitos ou poéticos ou retóricos. Para ele *A metáfora é uma transferência de um nome estranho de uma coisa para outra. Podemos transferir (a) o nome do gênero para a espécie, (b) da espécie para o gênero, (c) da espécie para a espécie ou (d) a transferência pode ser feita por proporção* (Aristóteles apud Veale: 2003 – TN/03). Pode-se afirmar a partir desta asserção que a metáfora Aristotélica engloba não só a metáfora, como ela é hoje, em parte, conceptualizada, mas também a metonímia e a sinédoque (Filipak, 1980; 25,152). A divisão dos estudos aristotélicos sobre a metáfora em metáforas genéricas e metáforas analógicas, sendo as primeiras relativas a *léxis* da *Poética* que compreendem os *tá mérê tés léxeos*, isto é, as partes da expressão (nomes, substantivos, adjetivos ou verbos), enquanto as últimas relativas a *léxis* da *Retórica* que compreendem os *tá skhêmata tés léxeos*, isto é, os constituintes lingüísticos que se organizam em sintagmas, frases e enunciados, acaba por fixar prioridade na análise da metáfora como a transferência de um nome estranho para outro, valendo-se assim do desvio, da substituição, e desta forma Aristóteles, na verdade, segundo Filipak (1980), ... *instaura um monismo rígido dentro do campo metafórico e traça os destinos da metáfora-palavra como a única forma de expressão metassemêmica*. Esta visão motivou o início de uma longa tradição nos estudos sobre este fenômeno com uma forte imbricação na distinção entre a linguagem literal e a linguagem figurada, distinção esta que ainda causa um desagradável desconforto no trato com questões que dizem respeito à

definição de termos como *significado* e por conseguinte na tentativa de traçar uma divisão clara entre a semântica e a pragmática.

Embora ainda muito difundida, esta interpretação da visão Aristotélica é questionada por Leezenberg (2001) que vê possibilidades para outras interpretações da metáfora em Aristóteles. Ele lembra que Aristóteles nem sempre deixa claro se está falando simplesmente sobre as palavras, ou seus significados, ou os conceitos aos quais elas se associam, ou se sobre seus referentes. Também, para este autor, Aristóteles em nenhum momento faz uma distinção clara entre linguagem literal e linguagem figurada e sim só alude a palavras como sendo *correntes, estranhas, metafóricas, ornamentais, cunhadas, ampliadas, contraídas, ou alteradas*. Ele insiste ainda que para Aristóteles a simples recolocação de uma palavra, no caso do uso metafórico, não lhe assegura um caráter de desvio, mas puro e simplesmente que ela foi posta em um contexto novo e que não está fora de lugar ali. O exemplo que Aristóteles oferece no qual diz que *o sol 'semeia' seus raios* pode ser tomado como um em que a idéia de metáfora como possibilidade de catacrese, e assim como preenchedora de um vácuo semântico, se adotada por uma comunidade lingüística, é real, ao contrário do que pensam Black (1962b, 1993), Davidson (1992 [1979]) e Searle (1993), para quem, ainda de acordo com Leezenberg, sempre há uma paráfrase literal. Veremos mais adiante que esta não é uma posição francamente defendida por nenhum desses estudiosos, como quer Leezenberg. Segundo o mesmo autor, não se pode atribuir a Aristóteles uma visão referencialista, uma vez que este não estabelece inequivocamente que a interpretação da metáfora é determinada pelos referentes e suas semelhanças. Uma dúvida recorrente na obra Aristotélica é se ele se refere à transferência metafórica apenas pelas palavras ou nomes, pelo objeto ao qual a palavra se refere ou pelo conceito ao qual a palavra se associa. Assim posto, podemos, ainda de acordo com Leezenberg, questionar a posição aristotélica relativa à linguagem, realidade e pensamento que se nos apresentam como isomórficas. Em afirmando no *De Interpretatione* que em línguas diferentes as palavras são meramente símbolos diferentes das mesmas afecções da alma, Aristóteles põe em conflito o tratamento que dá à metáfora e sua teoria do

significado: se as palavras significam por convenção e são símbolos das afecções da alma, que afecções as palavras simbolizariam no uso metafórico que, em geral, não tem base convencional? Essa é, aliás, uma questão que se coloca frente à visão de metáfora como fenômeno semântico e que será tratado posteriormente aqui.

Finalmente, Leezenberg sugere que a palavra *prepon* ou 'próprio' é um termo que expressa uma propriedade de estilo e não de língua, afastando ainda mais a possibilidade da idéia de uma distinção entre o literal e o figurado em Aristóteles. E a questão do estilo é uma que dá, efetivamente, à metáfora uma função cognitiva significativa e nos permite ver as coisas mais claramente. Leezenberg afirma: *Provavelmente, então, Aristóteles teria dado à metáfora uma função epistemológica mais forte do que meramente expressar ou criar consciência de semelhanças: ele as viu como capazes de expressar conhecimento novo na medida em que podem significar realidade* (Leezenberg; 2001, 41 – TN/04), e conclui dizendo:

Em suma, Aristóteles quase não apresenta algo que se pareça com uma teoria completa e coerente da metáfora. Embora não se possa atribuir a ele uma visão ingênua de metáfora como desvio ou como comparação abreviada, não é fácil dizer a que teoria ele se filia. Suas observações sobre a relação entre metáfora e comparação e o fato que ele trata as palavras, os conceitos e os referentes como isomórficos, fazem desta tarefa algo ainda mais difícil. Além do mais, ele não apresenta nenhuma justificativa geral do motivo pelo qual as pessoas usam metáforas, embora pareça claro que ele considera a metáfora útil se não necessária para diferentes motivos estilísticos e cognitivos: a metáfora pode tornar as coisas mais claras colocando-as diante dos nossos olhos; ela pode dar à língua uma qualidade digna e sublime; ela pode preencher espaços semânticos vazios, como no caso das atividades do sol; e finalmente, ela pode tornar algo desconhecido familiar. Por último, ele não oferece nenhuma pista de que considera a metáfora um desvio por definição ou de que nega que as metáforas podem ser tanto verdadeiras ou falsas quanto a linguagem literal. Suas observações escassas, portanto, permanecem torturantemente incompletas, às vezes contraditórias, e são em última análise insatisfatórias (Leezenberg; 2001, 43 – TN/05).

Embora pareça um tanto anacrônico, falar da posição Aristotélica sobre a metáfora nos remete a questões bem presentes e que motivam grandes debates teóricos ainda mal ou não resolvidos.

Propor uma classificação das teorias da metáfora por nós seria tão somente aumentar a já considerável lista de tais classificações sem provavelmente acrescentar algo de verdadeiramente significativo ao empreendimento. Não obstante, vemos como imprescindível algum tipo de divisão para fins de organização do nosso trabalho e, portanto, procederemos com o estudo vendo, primeiro, um pouco da metáfora como fenômeno lingüístico situado inicialmente na semântica e depois na pragmática, e em seguida, um pouco de como a metáfora é tida como fenômeno conceptual. Vejamos a seguir os que sustentam uma posição semântica no caso metafórico.

2.3 *Posições semânticas*

Alguns estudiosos do fenômeno metafórico o colocam como uma questão de significado da sentença ou da palavra. Para estes, resumidamente, a metáfora pode ser reconhecida e interpretada partindo-se de uma análise do significado da palavra ou sentença usada para expressar a metáfora. No entanto, há posições, mesmo entre os que se inscrevem nesta forma de abordagem, que desafiam este algoritmo e às vezes mais se aproximam de uma posição pragmática do que propriamente de uma semântica. Entre seus principais defensores temos Richards (1936), que deu o ponta-pé inicial para um estudo da metáfora considerando a interação de dois conteúdos semânticos, além de Black (1962b, 1993), que aperfeiçoou a visão interacionista de Richards, e também Beardsley (1967), Henle (1981 [1958]), Goodman (1976, 1992 [1979]), Stern (2000) e Kittay (1987) entre tantos outros. Cada um com suas diferenças, é bem certo. Pode-se até argumentar em favor da não inclusão de um ou outro nome desses nesta forma de abordar o fenômeno metafórico, mas a verdade é que, a rigor, dificilmente alguém poderia ser colocado inquestionável e exclusivamente numa escola ou noutra,

uma vez que a diversidade e a riqueza de detalhes na tentativa de estabelecer uma teoria da metáfora mais aproxima do que completamente distancia os estudiosos do tema em questão, ao nosso ver.

Podemos dizer, por exemplo, que embora Eva Kittay situe o problema da metáfora na semântica ela não deixa de usar contribuições da pragmática para elucidação dos fatos e declara ter bem definida a localização do fenômeno no campo lingüístico, senão vejamos o que ela própria declara sobre sua posição:

Enquanto muitas teorias contemporâneas da metáfora invocam uma divisão entre semântica e pragmática, insistindo que a metáfora se encontra com exatidão num lado ou noutro da divisão, recuso situar meus estudos em um dos lados dessa fronteira supostamente bem definida. As metáforas, eu argumento, têm significado e, portanto, exigem um tratamento semântico. Mas eu também postulo que um tratamento semântico do caso não nos dá uma compreensão completa das formas pelas quais entendemos as metáforas e este deve ser suplementado por considerações pragmáticas ... Minha intenção é fornecer uma compreensão total do fenômeno lingüístico que a metáfora é, e não me debruçar sobre a polêmica de defender ou negar uma distinção, às vezes, útil. Uso, portanto, considerações tanto semânticas como pragmáticas na minha forma de abordar a metáfora (Kittay; 1987, 10 – TN/06).

Kittay dá uma definição ao fenômeno metafórico, cuja essência preserva a idéia lançada por Lakoff de que a metáfora, além de ser algo primordialmente situado no pensamento, tem uma materialidade lingüística e que envolve projeções ou correspondências, como ele próprio assim define, entre dois domínios conceptuais cujas estruturas podem ou não sofrer alterações. Ela postula que *A metáfora é a realização lingüística de um salto do pensamento de um domínio para outro – no qual o trampolim é uma correspondência que preserva a estrutura* (Kittay; 1987, 90 – TN/07).

Para o reconhecimento da metáfora, Kittay parte de uma leitura literal do enunciado e só daí caminha para a busca de uma possível expressão metafórica. Ela não usa a terminologia mais comumente utilizada para se referir ao significado dos termos: significado literal e significado figurativo. Ao invés disso ela usa os termos *significado-de-primeira-ordem* e *significado-de-segunda-ordem*, embora

negue que estes expressem o mesmo que os tradicionalmente usados. Para Kittay, no que se refere a como saber se estamos ou não tratando de uma metáfora, o problema não se acha na questão do conflito semântico dos termos da expressão metafórica, mas sim na inadequação contextual do enunciado, sendo este argumento refutado por Leezenberg como ainda sendo um critério inadequado de reconhecimento da metáfora, especialmente por falhar em fazer distinção entre a metáfora e outros tropos. Kittay relativiza a metáfora a um conjunto de crenças e usos lingüísticos de uma dada comunidade lingüística que são mutáveis através do tempo e do espaço. Assim ela atribui ao contexto uma importância de proporções muito significativas para a compreensão e interpretação da metáfora. Relativamente à importância do contexto não só para compreensão da metáfora, mas também para todo o empreendimento da busca pelo significado das expressões lingüísticas na interação, Kittay afirma que:

Considerações contextuais são inseparáveis tanto do significado da palavra quanto do significado da sentença, e são tão inseparáveis do significado de sentenças literais quanto do significado das sentenças metafóricas. Uma sentença independente de contexto é uma abstração que, na melhor das hipóteses, tem uma utilidade metodológica ... uma verdadeira semântica das línguas naturais não pode ignorar a dependência do contexto para interpretação de todas as sentenças (Kittay; 1987, 113 – TN/08).

Kittay caracteriza a metáfora dizendo que nela há uma transferência de relações que pertencem a um campo semântico para um segundo domínio de conteúdo distinto e acrescenta que *... a metáfora pode, através de uma transposição de relações, estruturar um domínio conceptual ainda não estruturado ou reordenar um outro campo semântico, alterando assim, às vezes transitoriamente, às vezes permanentemente, nossas formas de olhar o mundo* (Kittay;1987, 37 – TN/09).

Isto caracteriza, portanto, a atribuição de um forte teor cognitivo à metáfora e, conseqüentemente, ela não se distancia da idéia postulada por Black, a quem deve em parte a formulação de suas próprias idéias, de que a metáfora nos ajuda no processo de construção da realidade, isto é, a metáfora nos ajuda a criar

aspectos da realidade não vislumbrados anteriormente à sua produção. Kittay adicionalmente vê a metáfora como um fenômeno conceptual e sugere que esta idéia está implícita na sua defesa de uma metáfora com força cognitiva. Embora ela não refute a afirmação de que a metáfora é um fenômeno conceptual, como já dito, defende que uma análise desse fenômeno passa necessariamente pela única forma de acesso direto a sua essência que para a autora é claramente encontrado na linguagem. Ela assevera o seguinte a respeito da importância do meio expressivo lingüístico para uma análise da metáfora:

Que nossas metáforas são conceptuais e têm uma estrutura sistemática é uma posição que eu endosso e não quero desafiar quando dou uma análise da metáfora baseada na sua enunciação. Mas a enunciação lingüística da metáfora existe em relação a uma linguagem cuja organização ajuda a modelar um sistema conceptual. E eu insisto que o conceptual requer um meio de expressão (Kittay; 1987, 15 – TN/10).

Para a autora, portanto, a metáfora ... *proporciona a concretização lingüística da atividade cognitiva pela qual um falante faz uso de um domínio articulado lingüisticamente para ganhar uma compreensão de um outro domínio experimental ou conceptual, e semelhantemente, pelo qual um ouvinte capta tal compreensão* (Kittay; 1987, 14 – TN/11).

A autora defende que para a metáfora ter força cognitiva é preciso que ela refira e observa que, de fato, o referente da metáfora não será mais do que o próprio referente literal de algum termo do domínio do tópico. Uma análise suficientemente comedida dessa autora relativa a como a metáfora importa para uma compreensão geral da experiência vem de sua afirmação seguinte:

A força cognitiva da metáfora vem, não do fornecer informação sobre o mundo, mas sim da (re)conceptualização da informação que já nos é disponível. A informação que não é articulada e conceptualizada tem pouca importância cognitiva. A metáfora é uma forma primária de acomodarmos e assimilarmos informação e experiência à nossa organização conceptual do mundo. Particularmente, é a forma básica de acomodarmos experiência **nova**. Está, portanto, na fonte de nossa capacidade de aprender e no centro do nosso pensamento criativo. No processo de acomodação e assimilação através da metáfora, ganhamos um

acesso epistêmico necessário ao referente metafórico (Kittay; 1987, 39 – TN/12).

Kittay deposita em sua teoria a esperança de poder esclarecer a natureza da metáfora além de colocá-la numa posição de destaque que devidamente merece. Chama sua teoria de *Teoria Perspectiva da Metáfora*, pois no próprio título estaria a revelação da função última da metáfora: a de fornecer uma nova perspectiva de visão que possibilite um ganho de compreensão de um domínio conceptual ou experimental através de um domínio lingüisticamente articulado (Kittay; 1987).

Podemos concluir a partir desta breve análise que as contribuições de Eva Kittay são bastante relevantes para os estudos do fenômeno metafórico, em especial pela força cognitiva com que reveste esta tão importante peça do processo do conhecer e dar a conhecer pela linguagem. Suas posições, contudo, ainda não nos permitem asserções conclusivas sobre todos os pontos de divergência que rodeiam essa questão, mas são bastante reveladoras.

Kittay afirma que Nelson Goodman é provavelmente o autor que mais reconheceu a importância de ver a metáfora como a interação de dois sistemas. Seguiremos agora vendo um pouco deste autor.

Goodman parece não conseguir fugir da sempre presente dicotomia entre linguagem literal e linguagem figurada nos seus estudos sobre o fenômeno metafórico, os quais, na verdade, surgem da elaboração, não de uma teoria da linguagem ou da metáfora em si, mas da proposta de uma teoria dos símbolos e como estes significam. Não obstante, traz algo de novo ao empreendimento através de suas idéias sobre rótulos, esquemas e esferas, como veremos mais adiante. O autor acaba por atribuir à metáfora um status de agente cognitivo e se aproxima da idéia de Black que diz que a metáfora nos permite uma nova perspectiva de visão das coisas. Ele sustenta que:

O uso metafórico da linguagem difere de modo significativo de seu uso literal, porém, ele não é menos compreensível, não mais recôndito, não menos prático e não mais independente de verdade ou falsidade do que seu uso literal. Longe de ser uma mera questão de ornamento, participa plenamente do progresso do

conhecimento, ao substituir algumas insulsas categorias 'naturais' por categorias novas e esclarecedoras, ao revisar a teoria e ao trazer-nos novos mundos (Goodman; 1992, 177).

Para Goodman, o que difere a exemplificação metafórica da literal é a transferência que implica, efetivamente, uma aplicação de um predicado familiar a um objeto novo. Cohen lembra que a questão da verdade e da literalidade do predicado é separada por Goodman e que, se as regras de associação que ligam um esquema a uma esfera forem ordenadas por convenção, o resultado é que o problema da verdade de um predicado fica mais perto daquele de sua literalidade. Ele observa que, para Goodman,

Uma aplicação de um predicado a um objeto é literal somente se o objeto for um membro da esfera associada com o esquema do qual o rótulo é membro. Uma aplicação é metafórica se o objeto não for da esfera convencionalmente escolhida pelo esquema do rótulo, e, portanto, um novo conjunto de regras de associação entre o esquema e a esfera alienígena deve ser criado. Uma aplicação é verdadeira se o rótulo se aplicar ao objeto sob as regras de associação em jogo, caso contrário será falsa (Cohen; 1993, – TN/13).

Goodman define a metáfora como enunciados de classificação. Ele trabalha muito a partir de exemplos simples e que em grande parte se referem ao uso de termos de cor. Na concepção de Goodman, a noção de *rótulos* como pertencentes a um *esquema* é que é inovadora (Leezenberg; 2001). Para ele um *esquema* é como um conjunto de rótulos alternativos que se aplicam a um certo grupo de objetos. Os rótulos azul, vermelho e cinza, por exemplo, fazem parte de um esquema que define a *esfera* de coisas coloridas. Goodman trata as metáforas como uma redescrição por emigração de etiquetas (Ricoeur; 2000, 98). É nesta redescrição ou reatribuição ou ainda redesignação bem sucedida de um rótulo a um objeto para o qual ainda não havia sido aplicado anteriormente que uma metáfora implica (Leezenberg: 2001).

Cohen observa que:

Significativamente, para Goodman, a migração do rótulo para uma esfera alienígena sempre é acompanhada pela transposição de outros rótulos do esquema original. Portanto, o uso de rótulos do esquema velho na nova esfera é organizado pelo uso tradicional daqueles rótulos na sua esfera de origem. Portanto, por exemplo, a aplicação do predicado de temperatura “morno” a um elemento da esfera de matizes também determina quais matizes serão organizadas sob outros predicados de temperatura como ‘fresco’ (Cohen, 1993 – TN/14).

O esquema determina a esfera que é, na verdade, composta dos objetos selecionados pelo próprio esquema. Goodman defende uma forma de ver a metáfora segundo ele próprio da seguinte maneira: *A metáfora, segundo meu ponto de vista, envolve retirar um termo, ou melhor, um esquema de termos, de uma aplicação literal inicial e aplicá-lo de uma nova maneira para realizar uma nova separação de uma mesma ou de diferentes esferas* (Goodman; 1992, 179).

Um rótulo pode ter um único ‘alcance’ (extensão) caso pertença a um esquema singular ou vários alcances se este funcionar em muitos esquemas distintos. Exemplifica esta posição com cores que funcionam em um único esquema e com cores que transitam por mais de um esquema, como é o caso de *mauve* e *grey* em língua inglesa: *mauve* ou cor de malva é usado exclusivamente como um termo referente a cor enquanto que *grey* ou cinza é um rótulo usado tanto num esquema de rótulos de cor, quanto no de estado emocional, sendo que nestes esquemas o termo tem o alcance de coisas cinzas e também de tristes. Afirma que um esquema funciona como uma espécie de contexto que delimita a classificação e o autor acrescenta que os próprios esquemas dependem de contextos diferentes.

Para Goodman a metáfora se constitui num erro categorial ‘calculado’ (Goodman;1976,73 apud Leezenberg:2001) e esta posição é criticada por Leezenberg como sendo um retrocesso, visto que põe sua idéia inovadora de esquemas e rótulos em questão, uma vez que estes são tomados como resultado de um conflito semântico numa leitura literal do enunciado. O autor ainda atribui à metáfora uma espécie de poder catacrésico ou de renovador semântico quando observa com relação à impossibilidade de paráfrase que ... *a aplicação metafórica de termos tem o efeito, e usualmente o propósito, de traçar limites significativos que atravessam sulcos desgastados pelo hábito, de escolher novos usos para os*

quais não temos descrições literais simples e bem conhecidas (Goodman; 1992, 178). Quer dizer, a metáfora é usada com o fim de acrescentar ao empreendimento da compreensão da realidade ou da experiência de tal sorte que a linguagem já convencionalizada não seria capaz de fazê-lo, resultando assim o surgimento de um importante *insight* dado por esse meio de expressão.

Nas palavras de Ricoeur,

Para Nelson Goodman, a metáfora é uma aplicação insólita, isto é, a aplicação de uma etiqueta familiar, cujo uso tem, por conseqüência, um passado, a um objeto novo que, primeiramente, resiste, mas depois cede. Por brincadeira diremos: 'Aplicar uma velha etiqueta de modo novo é ensinar novos caminhos a uma velha palavra. A metáfora é um idílio entre um predicado que tem um passado e um objeto que tudo cede, protestando' ... ou ainda: é 'um segundo casamento , feliz e rejuvenescedor, ainda que passível de bigamia' (Ricoeur; 2000, 359).

Embora a teoria de Goodman traga na sua bagagem algo de inovador, as duras palavras de Cohen a seu respeito revelam o que, em última análise, é possível concluir de uma teoria cuja profundidade esbarra nas velhas questões hermenêuticas ainda dadas como não resolvidas do fenômeno metafórico. Ele diz: *Em resumo, as considerações de Goodman sobre a metáfora exigem que abandonemos todas as aspirações a uma hermenêutica da metáfora e nos contentemos com um mero reconhecimento do fenômeno* (Cohen; 1993 – TN/15). Veremos a seguir algumas das principais idéias de Beardsley, outro importante estudioso do fenômeno metafórico.

Beardsley (1962, 1967), com suas *teorias da oposição verbal e da tensão*, situa-se claramente nos limites da abordagem semântica do fenômeno metafórico. Ele, porém, não parece conseguir sair da cela que aprisiona os que sobre a metáfora estudam e vêem na anomalia semântica ou absurdidade ou falsidade da expressão tomada literalmente a chave de ignição para o reconhecimento e interpretação da metáfora. Para ele é da absurdidade da expressão tomada literalmente que surge um sentido metafórico num contexto verbal específico da metáfora. Nas palavras de Leezenberg,

Para Beardsley, a metáfora envolve *essencialmente* um conflito lógico de significados centrais; este conflito não só nos permite reconhecer as metáforas, mas também responde pela tensão ou choque emocional que a metáfora presumivelmente dá ao ouvinte. Em outras palavras, em contextos lingüísticos específicos, uma palavra adquire uma nova intensão. Beardsley assegura que o sentido metafórico é derivado do sentido literal e, conseqüentemente, fala deles como sendo dois 'níveis' distintos de significado (Leezenberg; 2001, 87 – TN/16).

Beardsley propõe entre outros termos na terminologia que adota para tratar da metáfora os de *segmento metafórico* e *seqüência metafórica*, que dizem respeito respectivamente às partes da sentença metafórica interpretadas literalmente (equivalente ao que Black chama de [*frame*] enquadre/estrutura) além de, possivelmente, o contexto lingüístico e situacional da enunciação e a parte interpretada metaforicamente (equivalente ao que Black chama de *focus*). Para o surgimento do significado metafórico ele postula que este deriva de uma 'virada' metafórica advinda da oposição lógica entre os significados centrais dos termos da expressão. O autor define *significados centrais* como sendo um dos conjuntos de propriedades no campo das intensões de uma expressão, sendo o outro conjunto os *significados marginais*, ou seja, as conotações dessa expressão. Portanto, o *significado marginal* de uma expressão metafórica – o próprio significado metafórico – é resultado da oposição lógica entre os termos da expressão tomados literalmente.

Veremos agora mais profundamente as idéias de Black (1962b;1993), que pode ser tido como um dos principais estudiosos do assunto a situá-lo no campo semântico e que por sua quase indispensável presença em praticamente todos os escritos recentes relativos à metáfora detém um sólido prestígio.

Black introduziu aos estudos sobre o fenômeno metafórico a teoria interacionista que é, na verdade, um aprofundamento das posições de Richards relativos ao tema. Importante dizer que o próprio Black adverte para que os méritos de sua teoria sejam analisados levando-se em consideração apenas suas duas únicas teorias alternativas oponentes à época, a saber, a tradicional *teoria da substituição* e a *teoria da comparação*, esta última tida como um caso especial da anterior, respectivamente definidas pelo estudioso como dizendo respeito,

primeiro, ... à *sentença completa que é o locus da metáfora substituindo algum conjunto de sentenças literais*” e depois à *“paráfrase literal imputada como uma declaração de uma semelhança ou analogia, tomando, portanto, toda metáfora como sendo um símile elíptico ou condensado* (Black; 1993, 27 – TN/17).

Segundo Veale, o qual toma sua própria teoria da metáfora como devedora das idéias de Black,

Genericamente falando (e se essa teoria tem uma falha, esta é a sua generalidade e vagueza), a Teoria da Interação defende que a metáfora é um fenômeno cognitivamente irreduzível que trabalha não no nível das palavras, mas muito mais profundamente, surgindo das interações entre as estruturas conceituais subjacentes às palavras (Veale; 1998 – TN/18).

Na teoria interacionista, portanto, é asseverado que as metáforas têm um significado irreduzível e um conteúdo cognitivo distinto. A propósito disso, para Veale *A teoria interacionista de Black deve ser louvada pelo papel atuante que ela designa a metáfora como um dispositivo cognitivo (e não como um dispositivo puramente retórico)* (Veale; 1998, – TN/19). Fica afastada, portanto, a possibilidade de paráfrase de uma expressão metafórica senão como mero instrumento auxiliador na sua interpretação. Segundo esta teoria, a paráfrase de uma metáfora não tem o mesmo poder preciso e esclarecedor de uma metáfora, o que contraria a afirmação de Leezenberg concernente à posição de Black nessa questão, como dito acima. Na teoria interacionista o que se tem na verdade é uma interação entre dois conteúdos semânticos distintos (o da expressão metafórica e o do contexto literal que a envolve), normalmente expressados pelo tópico ou *frame* e pelo veículo ou *focus*: dá-se ao termo do conteúdo primário o nome de tópico e ao do conteúdo secundário o nome de veículo. O estudioso refuta a plausibilidade da teoria comparativista alegando que se a metáfora fosse fruto de uma mera abstração ou síntese da comparação literal entre dois termos ela perderia sua sugestividade e eficácia, ou seja, seu poder de fornecer um novo *insight*, além do que, isso nos levaria a perder de vista sua função na comunicação. Black afirma que a produção de uma metáfora introduz pequenas mudanças num mundo que é feito tanto de enunciados e os pensamentos por eles

expressos quanto de nuvens e pedras, aludindo isso ao mundo das coisas que existem materialmente. Acrescenta que a metáfora pode, às vezes, *gerar conhecimento novo e dar um insight inusitado ao **mudar** o relacionamento entre as coisas designadas (os conteúdos principal e subsidiário)* (Black; 1993, 35 – TN/20). A recusa de Black relativa às visões comparativista e substitutivista e sua posição concernente à epistemologia da metáfora são também compartilhadas por Marcuschi, quando este afirma que:

...a metáfora é essencialmente mais do que uma simples transferência de significado baseada em certos artifícios semanticamente explicáveis, e, muito mais do que uma simples comparação abreviada. Na verdade, ela pode ser tida como ponto de apoio para uma análise de capacidade criativa espontânea do indivíduo, sendo então, apenas do ponto de vista operacional, uma transposição de significado, mas, do ponto de vista genético e psicológico, ela seria a criação de novos universos de conhecimento. Criaria, pois, uma realidade nova (Marcuschi; 1999, 3).

Segundo Black, o enunciado metafórico tem dois conteúdos distintos que podem ser identificados por “conteúdo primário” e “conteúdo secundário”, antes descritos como principal e subsidiário (Black; [1962b] 1993). Estes têm tal diferença com base no contraste entre o focus do enunciado metafórico (a palavra ou palavras usadas metaforicamente) e o enquadre – frame – literal adjacente. Para o autor, o sujeito secundário deve ser tomado como um sistema e não como algo individual.

Para Black *o enunciado metafórico funciona pela projeção de um conjunto de **implicações associadas** sobre o conteúdo primário contido no complexo implicativo que são predicáveis do conteúdo secundário* (Black; 1993, 28 – TN/21).

O termo anteriormente usado por Black **sistema de lugares-comuns associados** é posteriormente substituído por **complexo implicativo** e diz respeito à possibilidade de, dependendo do contexto de uso da metáfora, o conteúdo secundário determinar um conjunto de opiniões correntes compartilhado por membros de uma dada comunidade de fala, embora alguém que produz uma

metáfora possa perfeitamente introduzir um complexo de implicações completamente novo ou de criação.

Black explica, segundo sua tese, como dois conteúdos no contexto de um dado enunciado metafórico interagem: (a) a presença do conteúdo primário incita o ouvinte a selecionar algumas propriedades do conteúdo secundário; (b) o convida a construir um complexo de implicação paralelo que possa se encaixar no conteúdo primário, e (c) reciprocamente induz mudanças paralelas no conteúdo secundário. Black enfatiza que, embora fale de *conteúdos* interagindo, na verdade o resultado da metáfora se dá na mente tanto do falante quanto do ouvinte na interação entre os mesmos, e a estes cabe selecionar, organizar e projetar as características de um conteúdo para o outro que resultará na metáfora construída. Isso pode levar a questionamentos sobre se Black, de fato, exclui ou não a intenção do falante do que, em última análise, é entendido por metáfora e, conseqüentemente, se sua tese não teria uma orientação pragmática, pelo menos num certo sentido. Para o conforto dos pragmáticos, Black acrescenta às suas análises a possibilidade de mudanças no significado de palavras usadas metaforicamente e avalia que estas mudanças são motivadas pela interação que ocorre entre os conteúdos. Ele acrescenta ainda que esta mudança de significado implica em última análise o significado que tanto falante como ouvinte atribuem aos termos em situação de *uso*, como mencionamos acima. Contudo, o mesmo Black que admite tal possibilidade também refuta asserções tipicamente pragmáticas relativas ao mesmo assunto, declarando que:

... assumir que um enunciado metafórico apresenta algo como o que claramente não o é – ou assumir que seu produtor realmente pretende dizer algo enquanto quer dizer algo mais – é contornar desastrosamente uma questão vital aceitando a visão enganadora de metáfora como um tipo de desvio ou aberração do uso apropriado (Black; 1993, 22 – TN/22).

Embora seja explicitamente desfavorável ao reconhecimento e compreensão da metáfora a partir de uma leitura literal do enunciado metafórico e sua patente aura de absurdidade e incongruência, Black parece não conseguir fugir da tão presente idéia de distinção entre as linguagens literal e figurada para proceder

com suas análises sobre o fenômeno metafórico, admitindo que uma das possibilidades, além da banalidade da verdade da leitura, seu despropósito, ou sua incongruência com o contexto verbal ou situacional, é justamente a da já mencionada falsidade e incoerência da leitura literal do enunciado. Embora não seja muito amistoso às idéias de critérios ou princípios de reconhecimento das metáforas propostos por seus pares como Beardsley e Loewenberg (1973, 1975), e chegue ele próprio a lançar algumas possibilidades nesse sentido, Black sugere que não há fórmulas para detecção de uma metáfora, e avalia que qualquer critério para identificar a existência de uma metáfora, por mais plausível que seja, é anulável em circunstâncias especiais. E acrescenta que *Nosso reconhecimento de um enunciado metafórico depende essencialmente de duas coisas: nosso conhecimento geral do que significa ser um enunciado metafórico e do nosso julgamento específico que uma leitura metafórica de um dado enunciado aqui é preferível a uma literal* (Black; 1993, 34 – TN/23), passagem esta que deposita grande responsabilidade pelo reconhecimento da metáfora na nossa intuição e que é comentada por Leezenberg (2001) como sendo pouco esclarecedora e de nenhuma utilidade.

Para Black a criatividade de algumas metáforas pode se revelar na medida em que se acredita nelas como instrumentos cognitivos indispensáveis para percepção de conexões que, uma vez percebidas, estão verdadeiramente presentes, e afirma que *... algumas metáforas nos tornam capazes de ver aspectos da realidade que a produção da metáfora ajuda a constituir. Entretanto, isso não seria surpreendente se acreditarmos que o mundo é necessariamente um mundo **sob certa perspectiva**. Algumas metáforas podem criar tal perspectiva* (Black; 1993, 38 – TN/24). Ele, assim, reveste a metáfora de uma grande força cognitiva e assevera que ela funciona como uma lente que nos permite ver o mundo sob uma perspectiva diferente.

Na contramão das teorias que postulam que a metáfora resulta de um processo de comparação das semelhanças existentes entre as propriedades das coisas comparadas, na *Tese da Criatividade Forte* Black afirma que *seria mais esclarecedor em alguns destes casos [i.e. de metáforas imputando/atribuindo*

*semelhanças difíceis de discernir de outro jeito] dizer que **a metáfora cria a semelhança** do que dizer que ela formula alguma semelhança existente anteriormente* (Black; [1962b]1993; 35 – TN/25 - grifo nosso).

Black atribui às metáforas gerativas o poder de funcionar como instrumentos cognitivos que permitem aos usuários a habilidade de adquirir formas inéditas de visão de um domínio de referência. Para ele a metáfora pode nos permitir ver as coisas como elas são de uma maneira muito particular e que foge aos moldes tradicionais de como enxergamos as coisas no mundo objetivamente, o mundo que está aí fora. Leezenberg lembra que:

Tendemos a pensar em semelhança como o compartilhamento de propriedades físicas que os referentes 'objetivamente' têm. Mas muitos objetos e propriedades (e.g. falências, visões, e imagem em câmera lenta) só passam a existir através de construções e instituições humanas. Black argumenta que são essas as semelhanças que as metáforas criam (Leezenberg; 2001, 75 – TN/26).

Black argumenta que, para não trilharmos a sombria estrada da tradição Aristotélica de tomar as metáforas como passíveis de serem substituídas por paráfrases ou traduções literais, devemos entender um pouco da distinção entre a linguagem literal e a figurada. Observa que normalmente não seria problemático para alguém, despido de preconceitos teóricos a respeito da metáfora, presumir que os termos não estão sendo usados literalmente num exemplo como “*Os homens são verbos, e não nomes*”, de onde o autor afirma que *o conhecimento tácito de tal significado literal induz o sentimento característico de dissonância ou ‘tensão’ entre o focus e seu ‘enquadre’* (Black; 1993, 22 – TN/27). Esta intuição que nos leva a tomar uma sentença como metafórica é a que também nos faz aceitar uma sentença como literal. Parece-nos ser demasiadamente pesada a carga que se atribui à intuição para distinção entre os dois tipos de enunciado. Embora Black julgue possível sabermos quando estamos diante de uma metáfora, ele não chega a dar nenhum algoritmo para procedermos com uma definição clara do que seria, enfim, literal e metafórico. Sua posição relativa à recusa de uma

paráfrase da metáfora poderia ser mais bem entendida se ele se limitasse ao seu principal argumento, que diz ser a metáfora resultado de uma interação entre conteúdos semânticos diferentes e a irredutibilidade da metáfora pelo seu caráter de transmissora de um teor cognitivo e um *insight* especial.

Para concluir este resumo das idéias de Black vale a pena lembrar que vários autores têm elaborado e aprimorado sua tese e que, portanto, não é possível prescindir de suas valiosas contribuições para o esclarecimento das questões que permeiam todo este fenômeno.

Numa análise comparativa sobre dois importantes tipos de abordagem sobre o fenômeno metafórico, o que vimos acima e o que veremos a seguir, Leezenberg comenta que, ao contrário de teorias referencialistas em que as semelhanças entre os referentes formam a base de interpretação da metáfora, nas teorias descritivistas é justo a dessemelhança, expressa por uma *oposição lógica* ou um *conflito semântico* que garante seu reconhecimento. Assim, para os descritivistas a interpretação da metáfora é dada com base na transferência de significado ao passo em que seu reconhecimento se dá através de um conflito semântico no nível do significado literal (Leezenberg; 2001).

Leezenberg aponta vários problemas com as chamadas teorias descritivistas: duvida da existência de traços lingüísticos que distingam a metáfora da linguagem literal ou de outras linguagens figuradas. Julga o conflito lógico, o erro categorial e a anomalia semântica como condições nem necessárias nem suficientes para existência de uma metáfora. Lembra muito bem ainda que nem todas as metáforas exibem falsidades ou absurdos em suas leituras e que nem todo enunciado falso recebe uma interpretação metafórica, citando como exemplos clássicos a ironia e a hipérbole, além da própria negação (Leezenberg; 2001, 79). Os exemplos oferecidos como apoios desta defesa são:

- a) A vida não é um mar de rosas
- b) Anchorage é uma cidade fria
- c) Isso é um chiqueiro

Para Leezenberg *As declarações originais da visão descritivista parecem por ênfase demais na incongruência dos significados literais como critério para o reconhecimento de uma metáfora* (Leezenberg; 2001, 83 – TN/28), e como as sentenças nem sempre têm uma formação lingüística ou semântica anômalas, a interpretação metafórica parece recair sobre a sentença em contexto ou então num proferimento, ou seja, o enunciado de uma sentença em contexto. É justamente sobre a importância do contexto e também o papel da intenção do produtor da metáfora e da criatividade de seu intérprete no processo metafórico que estaremos tratando a seguir.

2.4 Posições pragmáticas

A questão metafórica vista de forma pragmática está diretamente relacionada às questões de *uso* da linguagem e implica para alguns dos seus principais teóricos, básica e principalmente, a distinção entre significado do falante e significado do enunciado como premissa fundamental para suas asserções a respeito da metáfora. Nem todos os que aderem a essa abordagem, no entanto, vêem na intenção do falante um aspecto a ser considerado como parte da interpretação da metáfora. A distinção entre linguagem literal e linguagem figurada e, em especial, a incongruência dos termos na sentença tomada literalmente são tomadas pela grande maioria dos estudiosos como base para o reconhecimento da intenção metafórica do enunciador e o início do processo de interpretação do significado do enunciado.

Entre seus principais proponentes temos Grice (1987), Searle (1993), Davidson (1992 [1979]), Cooper (1986), Ted Cohen (1976), Fogelin (1988, 1994), Sadock (1993), Morgan (1993) e Martinich (1991). Exploraremos as posições de alguns destes estudiosos em seguida.

O primeiro, Grice, com sua *Teoria das Implicaturas*, dá início a uma concepção de intenção comunicativa que resulta na criação do que chama de *Princípio Cooperativo* e *Máximas da Conversação* (Grice; 1987), os quais, resumidamente,

têm a ver com a idéia de que a comunicação se dá através de uma determinada ordem lógica e de determinadas convenções que norteiam a interação comunicativa. Grice não propôs uma teoria da metáfora, mas vislumbrou a possibilidade de abordá-la a partir de suas idéias pragmáticas, e isso ele o fez com o argumento de que o significado na comunicação é estabelecido pela determinação da intenção do falante e o reconhecimento desta intenção pelo interlocutor. Ele, portanto, estabeleceu uma diferença entre aquilo que o falante “diz” e aquilo que ele “quer dizer”, ou seja, entre o “dito” e o “implícado” pelo enunciado. Parte-se, então, da constatação de uma incongruência na literalidade de um enunciado para daí buscar-se seu mais provável significado, observado o processo proposto, qual seja, buscar nos termos de uma possível paráfrase literal da metáfora seu mais provável significado. A incongruência e sua conseqüente implicatura podem ser detectadas pela violação da primeira *Máxima de Qualidade: Não afirme o que você acredita ser falso* – como, por exemplo:

- (1) O amor é cego
- (2) Você é o creme do meu café*

Ao perceber a falsidade óbvia e o equívoco categorial* dos enunciados, o interlocutor procede com a atribuição de outro significado diferente daquele previsto na linguagem literal observada. Para tanto, valer-se das características semelhantes entre os termos comparados é perfeitamente legítimo, e daí achar o significado da intenção do falante. Isso já se mostrou bastante problemático e os argumentos contra uma simples busca de semelhanças entre as propriedades dos termos comparados para interpretação de uma metáfora são abundantes na literatura.

Embora pouco profundas, as análises e contribuições de Grice para um estudo pragmático do fenômeno metafórico foram significativas e certamente podem ser vistas como base para o que surgiu posteriormente nesta área de investigação.

Seguimos dentro da visão pragmática, agora explorando um pouco das idéias de John Searle. Ele teve forte influência de Grice e aperfeiçoou suas posições

teóricas mantendo uma visão pragmática do fenômeno metafórico, embora, ao contrário de Grice, descritivista. Segundo Leezenberg, este autor é colocado em posição de destaque, pois sua contribuição é uma que tenta *descrever precisamente e em detalhe o que acontece com a metáfora* (Leezenberg; 2001, 118 – TN/29). Para Searle, o cerne da questão está não no significado metafórico da palavra ou sentença, pois este sequer existiria, mas sim na *intenção* do enunciador, que pode, às vezes, ser metafórica. Através de seus estudos sobre o assunto Searle deixa transparecer claramente sua preocupação básica com uma distinção entre o que considera essencial para a resolução do fenômeno metafórico: a diferença entre linguagem literal e linguagem não-literal. Adicionalmente, suas idéias são elaboradas a partir de uma crítica feita a duas linhas de pensamento concernentes ao fenômeno da metáfora: a teoria da comparação e a teoria da interação semântica. Searle mostra sua insatisfação com as propostas sugeridas em ambas as posições e depois lança uma teoria da metáfora ancorada em princípios que julga suficientes para dar conta de todas as situações em que a compreensão de uma metáfora está em questão. Vejamos inicialmente quais críticas o estudioso faz às duas teorias para em seguida abordarmos seus princípios e teoria da metáfora.

De acordo com Marcuschi *A noção de metáfora como comparação foi introduzida por Quintiliano em sua Institutio Oratoriae, que ampliando o conceito aristotélico de metáfora, disse: 'metaphora brevior est similitudo'* (Marcuschi; 1999, 10). A teoria da comparação é criticada por Searle por vários motivos, mas principalmente porque ele rejeita a necessidade de uma comparação entre dois ou mais objetos para ocorrência da significação metafórica. A comparação, segundo os defensores desta posição, fundamenta-se, basicamente, na tomada literal dos termos envolvidos e sua interpretação semântica a partir das semelhanças observadas entre as propriedades das coisas comparadas. Dentro dessa perspectiva, as condições necessárias e suficientes para categorização das coisas no mundo são de grande relevância na busca por traços de similaridade entre os objetos comparados. Para Searle a necessidade da comparação para o significado da metáfora está fora de cogitação, embora aquela possa, às vezes,

ser usada como estratégia para a produção e compreensão desta, idéia que é compartilhada por Marcuschi quando afirma que ... **a metáfora não é fruto da comparação, e sim, no máximo, base para uma comparação a posteriori. A ordem pisco-lógica tem aqui prioridade sobre a ordem lógica. É a metáfora que funda a comparação e não o contrário** (Marcuschi; 1999, 4), ao que, muito propriamente, ainda acrescenta, dizendo que:

O conhecimento novo que ela (metáfora) nos sugere é fornecido por uma intuição e por um pensamento que não se baseia em comparação alguma e foge à explicação lógica. Neste sentido a metáfora como que produz a comparação e não a formula simplesmente: a comparação é, no máximo, um resultado da metáfora e não o contrário. Quando ouvimos uma expressão metafórica tão corriqueira como 'o dia está triste', não se dá primeiro uma comparação e então surge a metáfora. É precisamente o contrário; a comparação é um fenômeno post festum. Atribuir ao dia uma propriedade antropomórfica é produto de uma intuição cognitiva que nos leva a interpretar uma comparação. De resto, o tertium comparationis da equação não é tão facilmente encontrável, ao nível racional-lógico, pois o homem fica triste de outra forma que o dia. Basicamente, é um sistema cognoscitivo que entra em ação e não uma atividade lógica (Marcuschi; 1999, 11).

Antes de entrar direto na argumentação searleana contra o comparativismo é importante salientar algumas ponderações que ele faz sobre a linguagem literal, o que balizará toda sua argumentação. A esse respeito, primeiro Searle afirma que uma distinção entre enunciados literais e metafóricos deve ser feita para uma compreensão do fenômeno metafórico. Para tanto chega a algumas conclusões relativas a alguns aspectos sobre o que define o enunciado literal; a) neste o significado literal e o significado do falante coincidem; b) em geral, o significado literal de uma sentença só determina um conjunto de condições de verdade relativos a um conjunto de suposições antecedentes que não fazem parte do conteúdo semântico da sentença; e c) a noção de literalidade tem um papel crucial no trato com a predicação literal. Em segundo lugar, Searle atribui à paráfrase um status de relação simétrica e assegura: *dizer que a paráfrase é uma paráfrase pobre da metáfora é também dizer que a metáfora é uma paráfrase pobre da sua*

paráfrase (Searle; 1993, 88 – TN/30). Ele reconhece não poder existir uma paráfrase exata da metáfora, mas permite seu uso, observadas algumas regras e suas limitações, como estratégia para compreensão da intenção metafórica do falante. Assim, para Searle existiria uma segunda sentença (ou uma paráfrase!) que *expressa literalmente o que o falante quer dizer quando ele profere a primeira sentença e a quer significando metaforicamente* (Searle; 1993, 87 – TN/31). A paráfrase de uma metáfora pode ser muito difícil de ser construída na medida em que casos mais elaborados surgem. Porém, o estudioso argumenta que, de alguma forma, a paráfrase deve se aproximar da intenção do falante, uma vez que a asserção metafórica do falante será verdadeira, se e somente se, a asserção da paráfrase (PAR) correspondente for verdadeira. Marcuschi contesta essa posição, argumentando que:

A metáfora não é constituída no respeito à realidade, como acontece, por exemplo, com as operações da linguagem denotativa. Não é portanto uma operação lógica, mas recorre essencialmente a uma espécie de intuição pré-lógica. (Talvez seja um pensamento pré-lingual assumindo formas lingüísticas!) Impossível, pois, dar um algoritmo para a construção de metáforas. Falharão, assim, a maioria das técnicas para, em paráfrases, dar o significado literal de metáforas, ... pois as tentativas de 'tradução' de metáforas para o plano literal sempre consideram que a metáfora parte de uma comparação à qual ela poderia ser reduzida (Marcuschi; 1999).

As críticas que Searle faz à visão comparativista fundamentam-se na idéia de que não é necessário haver dois ou mais objetos para serem comparados, e o autor ilustra isso com três exemplos:

- Sally é uma pedra de gelo
- Sally é um dragão
- Sally não é uma pedra de gelo

No primeiro exemplo, ele afirma que não está necessariamente quantificando pedra de gelo e sua sentença não acarreta literalmente que $(\exists x)$ (x é uma pedra de gelo) como se estivesse comparando Sally a x . No segundo exemplo, a argumentação é, presumivelmente, ainda mais fácil, uma vez que é possível usar metaforicamente expressões que têm extensão nula, como é o caso de *dragão*. Isso não acarreta literalmente que $(\exists x)$ (x é um dragão). E, finalmente, argumenta que a negativa do primeiro exemplo é tão metafórica quanto sua afirmação e dúvida que daí resultaria uma pergunta absurda como: com que pedra de gelo você está comparando Sally para que eu possa dizer que ela não é como tal pedra?

Uma outra posição esposada por alguns aderentes da teoria da comparação trata o pronunciamento de comparação como parte do significado e, portanto, como parte das condições de verdade do enunciado metafórico. Searle cita o caso de Miller em que o mesmo explicitamente julga o pronunciamento metafórico como sendo um pronunciamento de similaridade, e observa que é amplamente aceito entre os defensores desta posição que o significado de uma metáfora é *sempre* dado por um pronunciamento de similaridade e aceito como valor de verdade. O estudioso, entretanto, argumenta que normalmente os valores de verdade do significado do enunciado do falante e do significado da sentença não coincidem e enfatiza que não se trata de ver o pronunciamento de comparação como parte do significado e, portanto, como condições de verdade do pronunciamento metafórico, mas sim de um pronunciamento de similaridade que serve como princípio de inferência para produção e compreensão da metáfora.

Mais adiante Searle observa que é perfeitamente possível que uma asserção metafórica possa permanecer verdadeira, embora o pronunciamento de similaridade no qual a inferência para o significado metafórico se baseia seja falso, e oferece como exemplo para ilustrar sua defesa os enunciados abaixo:

- Richard é um gorila

sugerindo que este enunciado seja parafraseado por:

- Richard é feroz, rude e tende à violência

resultando em uma justificada inferência como a que se segue:

- Richard e gorilas são ferozes, rudes e com tendência à violência

Embora estudos científicos pudessem mostrar que na verdade os gorilas são tímidos, sensíveis e sentimentais, o que falsearia a paráfrase, ainda assim o pronunciamento metafórico, para Searle, permaneceria verdadeiro. Argumenta que a sentença é simplesmente sobre Richard e não sobre gorilas e alega que, em muitos casos, a diferença nas condições de verdade entre o enunciado metafórico e seu pronunciamento de similaridade correspondente impede sua equivalência de significado.

Com relação a este argumento de Searle, R. Arrojo e K. Rajagopalan lembram que os comentários deste estudioso sobre a metáfora dão origem a outras questões que dificultam uma aceitação inquestionável de suas posições: com relação ao exemplo do enunciado metafórico “Julieta é o sol”, por exemplo, em que o enunciador poderia significar várias coisas através de sua enunciação, Searle classifica essa metáfora de *aberta*, uma vez que não teria pensado como Cavell, cuja interpretação é a de que, para Romeu, Julieta seria o início de seu dia, e sim teria procurado outro significado. Arrojo e Rajagopalan perguntam com propriedade:

1. Como distinguir as metáforas ‘abertas’ das ‘não-abertas’? 2. Por que a intenção de Shakespeare, autor do enunciado ‘Julieta é o sol’, não é levada em conta na interpretação do mesmo, enquanto que Searle determina que suas intenções ‘autorais’ resistam ao tempo e às mudanças de perspectiva no caso de ‘Richard é um gorila’? (Arrojo; 1992, 52).

Tomando a argumentação de Searle como uma que fundamenta todo o fenômeno metafórico essencialmente na intenção do enunciador, parece

contraditório para o autor depositar a responsabilidade de encontrar o significado da metáfora justo no interlocutor, e continuam questionando Arrojo e Rajagopalan: *Mesmo que Searle pretendesse descobrir o significado original que Shakespeare tenha intencionado atribuir a 'Julieta é o sol', como se poderia proceder a essa investigação de forma segura?* (Arrojo; 1992, 53). Ainda relativo a esse ponto em particular Leezenberg chega a ironizar especulando que quiçá Searle também invocaria as *intenções do interlocutor* para tais fins (Leezenberg; 2001).

Uma outra afirmação mais tradicional entre os defensores da teoria da comparação é a de que a metáfora é na verdade um símile literal elíptico, ou seja, sem a conjunção *como* e não tem nada especificado sobre sua similaridade, de tal sorte que “*Sally é como uma pedra de gelo*” significa “*Sally é como uma pedra de gelo de um jeito ainda não especificado*”. Searle argumenta que mesmo que em última análise o enunciado fosse entendido como “*Sally é como uma pedra de gelo*” e para pedra de gelo se buscasse um atributivo como *frio* para fins de comparação, ainda assim o termo *frio* seria usado metaforicamente, provocando uma busca exaustiva por um termo que finalmente fosse literal e exprimisse o significado intencionado e, embora o verbete *frio* já conste em dicionários como significando gélido, apático e insensível, isso não autoriza o interlocutor a encontrar similaridades entre a pedra de gelo e Sally. Para ele não seria possível encontrar semelhanças entre objetos para determinadas metáforas que fazem amplo uso de termos relativos tanto à temperatura quanto a espaço referindo-se a tempo, como por exemplo:

- Um bate-boca esquentado
- Uma amizade morna
- Frigidez sexual
- Uma recepção calorosa

- O tempo voa
- As horas engatinharam (passaram se arrastando)

Searle lembra mais uma vez que um problema com esta teoria é que: *enunciados metafóricos não podem ser equivalentes em significado a enunciados de similaridade literais por que as condições de verdade dos dois tipos de pronunciamento geralmente são diferentes* (Searle; 1993, 95 – TN/32), e prossegue sua discordância enfatizando que nesta abordagem o símile deve ser tomado literalmente o que lhe permite ressaltar que *Similaridade é um predicado vago: qualquer coisa pode se assemelhar a uma outra de um jeito ou de outro. Dizer, no caso de enunciados metafóricos do tipo S é P que isso implica a forma literal “S é como P” não resolve o problema* (Searle; 1993, 96 – TN/33).

Seria uma tarefa sem fim descobrir qual semelhança há, por exemplo, entre *Julieta* e o *sol* que definitivamente contribuisse para o significado da metáfora, uma vez que poderia haver centenas, e qual delas participaria, de fato, no processo de compreensão da metáfora ainda não é possível saber.

A rejeição da *teoria da interação* (Black, 1962b, 1990) ou *oposição verbal* (Beardsley 1962, 1967) por Searle se dá por conta principalmente dos seguintes motivos: primeiro, de acordo com esta visão o significado da metáfora é resultante da interação entre dois conteúdos semânticos, o de uma expressão usada metaforicamente e o de uma outra circunvizinha usada literalmente. Para Black, por exemplo, toda expressão metafórica é formada por um enquadre (frame) que contém a porção literal do enunciado e um focus que contém a porção metafórica em si. Já Richards (1936a) denomina a parte literal de *tenor* (teoria) e a metafórica de *vehicle* (veículo). Searle, contudo, é incisivo em contestar essa afirmação e argumenta que embora em grande parte as expressões metafóricas ocorram com termos literais essa não seria uma condição *sine qua non* para tal ocorrência, ilustrando seu ponto de vista ainda com o exemplo “*Sally é uma pedra de gelo*”.

Ele diz que seria possível substituir *Sally* por “*a má notícia*”, e então teríamos “*A má notícia é uma pedra de gelo*”, o que poderia ser contestado, uma vez que ainda restaria o termo verbal *é* como sendo literal no seu uso, ao que Searle responde com uma troca daquele termo por “*congelou-se em*”, restando assim, segundo o autor, nada senão uma sentença composta inteiramente de termos metafóricos: “*A má notícia congelou-se numa pedra de gelo*”. Embora de estilo questionável, tal formação não poderia ser contestada como de lógica incoerente, avalia.

Essencialmente, o que Searle argumenta, insiste o próprio, é contra a necessidade de uma interação entre termos de ocorrência metafórica e termos literais como postulado pelos interacionistas para ocorrência de uma metáfora e principalmente contra o argumento de que a intenção do falante resulta dessa interação entre os termos, seja qual for o sentido em que tomemos a palavra *interação*.

Um problema que Leezenberg observa sobre a visão de Searle é que, sendo o fenômeno metafórico tomado por esse autor de uma perspectiva sincrônica,

... isso implica dizer que as metáforas mortas, sendo convencionalizadas, já não são metáforas. Isso entra em conflito com a observação de Searle de que as metáforas podem preencher vácuos lexicais e, portanto, satisfazer necessidades semânticas, e com sua prática de ilustrar princípios de interpretação metafórica por meio de metáforas amplamente convencionalizadas (Leezenberg; 2001, 119 – TN/34).

Quanto ao problema do reconhecimento da metáfora, Searle afirma que é a partir de um defeito numa sentença literal que o interlocutor inicia uma busca pelo significado figurado ou não literal como prefere chamar. Para Searle este significado é fruto da intenção do falante. Quanto ao defeito, ele assevera que este decorre de uma falsidade óbvia, uma incongruência semântica, da violação de regras dos atos de fala ou de princípios conversacionais. (Searle; 1993) Contudo, exemplos demonstram que estas condições nem são necessárias nem suficientes para distinguir um enunciado metafórico de outro literal ou de alguma

outra figura de linguagem, como a ironia, por exemplo. Alguns exemplos podem ilustrar esse argumento:

1. *Ancorage é uma cidade fria*
2. *A rocha está ficando quebradiça com a idade*
3. *Subi o pau-de-sebo*

Os três exemplos podem ser entendidos nas suas formas literais como também metaforicamente. A primeira, *Ancorage é uma cidade fria*, pode se referir tanto à temperatura média desta cidade do Alaska quanto ao grau de amistosidade de seus habitantes. A segunda, *A rocha está ficando quebradiça com a idade*, pode se referir tanto à instável condição física do mineral quanto a um professor emérito cuja idade já lhe impõe restrições, e finalmente a terceira, *Subi o pau-de-sebo*, que pode se referir tanto à atividade de subir no pau-de-sebo em si, realizada em festas populares, como também ao sucesso obtido por um empreendedor na sua carreira. Embora a questão da contextualidade na interpretação destas ou de outras metáforas não figure como um elemento essencial na teoria de Searle, o mesmo não é verdade para outros estudiosos como Stern (2000) e Leezenberg (2001), que tomam esta questão como de fundamental importância para toda questão da interpretação da metáfora.

Searle reconhece o grau de dificuldade do reconhecimento do enunciado metafórico e sugere que ... *deve haver algumas estratégias compartilhadas com base nas quais o interlocutor pode reconhecer que o enunciado não foi intencionado como literal* (Searle; 1979, 120 apud Leezenberg: 2001 – TN/35), o que não chega a ser uma explicação satisfatória para o problema investigado.

Ele constrói 8 princípios que regem o processo de inferência do significado metafórico do falante e vê nesses princípios a possibilidade de sintetizar todo esse processo mas não descarta a possível existência de outros. Vejamos agora quais são esses princípios e do que cada um deles trata:

Princípio 1

R é uma das características que definem P. Exemplo:

- *John é um gigante = John é grande*

Para Leezenberg, o que há aqui, na verdade, é um caso de acarretamento semântico e, portanto, se a premissa (o enunciado na sua interpretação literal) é falsa não pode haver uma relação de acarretamento. Há, conclusivamente, um conflito entre o postulado pragmático searleano da metáfora como significado do falante e o acarretamento semântico como gerador do significado metafórico.

Princípio 2

R é uma propriedade saliente ou bem conhecida que se aplica literalmente a P.
Exemplo:

- *Sam é um porco*

A associação convencional do termo porco aos termos sujo, glutão e desajeitado permite o parafraseamento literal do termo metafórico. Leezenberg argumenta, entretanto, que essa informação pode ser tratada como uma que tem um papel no nível semântico o que, conseqüentemente, exclui a importância da determinação do referente.

Princípio 3

Diz-se ou acredita-se que R é P, embora ambos falante e interlocutor saibam que isso não é verdade. Exemplo:

- *Sam é um gorila*

Leezenberg lembra a incoerência de tal asserção uma vez que não é possível ao mesmo tempo acreditar que algo é tanto verdadeiro quanto falso, e completa sugerindo que esse é um tipo de procedimento que reforça o preconceito existente entre as pessoas com respeito a crenças concernentes tanto a outras pessoas quanto a animais.

Princípio 4

P não é R e não é como R, mas a sensibilidade permite uma percepção da conexão existente entre ambos. Exemplo:

- *Sally é uma pedra de gelo*

em que percebemos uma conexão entre *pedra de gelo* e *desapaixonado* (sem emoção).

Leezenberg contesta o valor explicativo deste princípio dizendo que o mesmo reduz o problema de metáfora de categorias diferentes ao nível de fatos puros.

Princípio 5

A condição de ser *P* é como a condição de ser *R* embora não haja nem semelhança nem identidade entre as duas coisas.

- *Você se tornou um aristocrata*

Atribuído a alguém que recebeu uma bela promoção e que agora detém um status semelhante ao atribuído àquela pessoa.

Princípio 6

P e *R* são iguais ou têm significados semelhantes, embora *P* tenha seu uso restrito e não se aplica literalmente a *S*. Apesar de a expressão inglesa *addled* se aplicar literalmente a ovo como *ovo podre* (ou *apodrecido*) esta pode ser metaforicamente estendida a outros termos como: parlamento e cérebro. Então teríamos os exemplos:

- *Aquele parlamento ficou podre*
- *Seu cérebro apodreceu*

Princípio 7

Este é na verdade uma forma de aplicar os princípios anteriores a expressões metafóricas que não são do formato *S é P*, mas sim metáforas relacionais e metáforas com formas sintáticas diferentes desta. Um exemplo que Searle oferece é:

Sam devora livros

Neste caso o termo *devorar* está sendo usado metaforicamente, significando *Sam lê rapidamente do começo ao fim*, sentido que é semelhante a *ler com voracidade*.

Para o autor cabe ao interlocutor achar uma relação ou propriedade que seja semelhante ou associada a uma relação ou propriedade expressa literalmente pela expressão metafórica *P*. Os princípios anteriormente mencionados deveriam entrar em ação no sentido de permitir e capacitar o interlocutor a selecionar essa relação ou propriedade de semelhança para interpretação final da metáfora.

Leezenberg mais uma vez rebate os argumentos de Searle, mostrando, por exemplo, que os princípios de 1 a 4 apelam para propriedades que estão convencionalmente associadas a expressões nos níveis de língua e cultura. Acrescenta que em diversas línguas os mesmos termos podem expressar conteúdos metafóricos diferentes ao mesmo tempo em que diversas expressões metafóricas podem ser traduzidas por termos diferentes. Exemplifica isso com as seguintes expressões: *Palavras doces*, que em chinês significa *palavras enganosas*, e *filho de uma cadela* (*filho da mãe* em português), que em árabe é expresso por *ibn al-labwa* ou *filho de uma leoa*. Leezenberg finaliza alertando para o fato de *parecer haver mais espaço para fatores convencionais na interpretação de metáforas do que as teorias pragmáticas parecem reconhecer* (Leezenberg; 2001, 122 – TN/36).

Princípio 8

O princípio oitavo é na verdade um em que Searle admite tratar a sinédoque e a metonímia como casos especiais de metáfora e consente o acréscimo de seus princípios aos que já desenvolvera para a metáfora. Para ele, quando se diz “S é P” significando “S é R” pode-se associar P e R por algum princípio de associação do tipo parte-todo, ou continente-conteúdo. Searle, entretanto, não oferece nenhuma oposição sistemática aos que defendem uma separação entre tais tropos, embora ele próprio prefira fazê-lo.

Tony Veale resume de forma clara e que corrobora as asserções de Arrojo e Rajagopalan (Arrojo; 47-55, 113-121) no que diz respeito às posições de Searle quanto à questão que alicerça em grande medida sua argumentação sobre o fenômeno metafórico, i.e., a noção de literalidade, comentando o seguinte:

Em última análise, entretanto, as limitações da teoria de Searle emergem de uma crença básica na homogeneidade do significado literal, crença essa que representa uma negação da natureza difusa ao invés de absoluta da classificação entre literal/metafórico, e uma recusa em aceitar que a denominada verdade literal é de fato uma miscelânea de modelos conceituais justapostos, cada um com limitações contextuais específicas na sua aplicabilidade. Estas

limitações são um produto do que pode ser chamado de um estilo rígido de análise superfregeana ou do primeiro Wittgenstein, com sua ênfase nas condições de verdade e questões de referência, ao invés de na relação de dependência contextual entre as palavras e os conceitos, como vistos pelo segundo Wittgenstein e suas teorias de semelhanças de família e jogos de linguagem (Veale; 1998, – TN/37*).

As contribuições de Searle aos estudos sobre o fenômeno metafórico revelam seu grau de complexidade e acrescentam de forma enriquecedora *insights* que provavelmente permanecerão para reflexão dos que se dedicam a este empreendimento por muitos e muitos anos. Seguiremos com as contribuições de Donald Davidson.

Por suas afirmações radicais relativas à metáfora, Donald Davidson tem causado alguma inquietação entre os que a estudam. Ele vê o fenômeno como sendo de grande utilidade e reserva para este um lugar de destaque nos seus estudos. Veremos a seguir o que entendemos ser o mais importante de sua abordagem sobre este assunto.

Davidson faz uma análise da metáfora que compartilha com a análise de Searle e a de Grice pelo menos alguns pontos essenciais, muito embora as divergências sejam bem definidas. O principal ponto de convergência entre eles é o de que a metáfora é um fenômeno que se situa na esfera do uso. Para Davidson, portanto, a metáfora é tomada como um fenômeno situado na pragmática. Ele afirma:

... dependo da distinção entre o que as palavras significam e aquilo para que são usadas. Creio que **a metáfora pertence exclusivamente à esfera do uso**. É algo levado a cabo pelo emprego imaginativo de palavras e sentenças, e depende inteiramente dos **significados comuns** daquelas palavras e, por conseguinte, dos **significados comuns** das sentenças que eles abrangem (Davidson; 1992, 36 – grifo nosso).

* Tivemos importantes sugestões do Professor Marcuschi na tradução deste texto.

A afirmação contida na segunda parte desta declaração leva-nos a uma outra posição bem definida que Davidson, particularmente, assume, que é a de que os termos numa sentença entendida metaforicamente significam aquilo que dizem literalmente. Esta é também uma posição defendida por Searle (LSM – literal sentence meaning ou *significado da sentença literal*). Os dois divergem quanto ao processo de compreensão, em que para Searle o intérprete tenta determinar o significado do enunciado do falante (SUM – significado do enunciado do falante), onde claramente há uma intenção a ser inferida, e para Davidson a determinação do significado metafórico é uma tarefa para o intérprete realizar sem que a intenção do emissor seja levada em conta. Em seu artigo *O que as Metáforas Significam* Davidson declara logo de início sua preocupação com o que a metáfora significa e lança a tese fundamental de seu trabalho dizendo que “...as metáforas significam aquilo que as palavras, em sua interpretação mais literal, significam, e nada mais do que isso” (Davidson: 1992, 35). Para Davidson o significado literal dos termos tem base na teoria vericondicional de significado e, portanto, toda sua análise se desenvolve alicerçada na premissa de que o significado dos termos independe de contexto. Assim, para Davidson, a metáfora não traz em si nenhum conteúdo cognitivo, nenhum sentido ou significado além de seu sentido ou significado literal e, portanto, ele não admite que os termos da sentença metafórica expressem um *insight*, muito embora admita que o fenômeno o sugira ou o propicie. Essa, todavia, é uma posição que conflita com uma outra afirmação sua de que o ouvinte só reconhecerá e interpretará uma sentença como metafórica “*sob as circunstâncias adequadas*” e “*no contexto de uso*”, o que, conseqüentemente, abre espaço para um significado e uma verdade relativos.

Mesmo rejeitando terminantemente a idéia da existência de um significado metafórico ou uma verdade metafórica, Davidson admite que possamos chamar o que entendemos de “verdade metafórica”, ou seja, que a expressão literal tomada como verdadeira pode ser entendida como uma metáfora verdadeira. Esta é uma tese também abraçada por Goodman, para quem *a verdade de uma sentença nunca é metafórica, mas uma sentença, em uma interpretação metafórica, pode ser considerada verdadeira ou falsa* (apud Finger; n.16, 42).

Essa insistência de Davidson com respeito ao significado literal dos termos de uma sentença entendida metaforicamente é em grande medida reveladora daquilo que ele entende como sendo o objetivo real da metáfora. Para ele, a metáfora que é, tão somente, resultado de uma leitura dos termos numa dada sentença a partir da constatação de uma falsidade patente ou uma verdade absurda (uma sentença que em sendo dita tem uma ‘verdade’ consensual e que normalmente não seria oportuna naquele contexto, gerando conseqüentemente a busca por um outro sentido por ela expresso), como veremos com mais detalhe abaixo, não *desapropria* esses mesmos termos de seus significados comuns, mas efetivamente nos sugere ou nos possibilita ter um *insight* sem que transmita em si própria esse conteúdo cognitivo.

Davidson vê como tendo sido mal-orientados os estudos sobre o fenômeno metafórico que tomaram a expressão metafórica como transmissora de um conteúdo cognitivo ou de um significado metafórico. Tal significado nem mesmo existiria, segundo o autor, uma vez que a expressão ostenta tão somente os significados literais de cada um de seus termos, embora potencialmente motive uma nova visão das coisas. Davidson insiste que:

Devemos desistir da idéia de que a metáfora transporta uma mensagem, isto é, de que tenha um conteúdo ou significado (exceto, é lógico, seu significado literal). As várias teorias que estivemos considerando erram seu objetivo. Quando pensam fornecer um método para decifrar um conteúdo codificado, de fato nos contam (ou tentam contar-nos) algo a respeito dos efeitos que as metáforas têm sobre nós. O erro comum é prenderem-se aos conteúdos dos pensamentos que uma metáfora provoca e lerem esses conteúdos dentro da própria metáfora. Sem dúvida, as metáforas freqüentemente nos fazem notar aspectos das coisas que não havíamos notado antes: sem dúvida, trazem à nossa atenção analogias e similaridades surpreendentes: elas de fato fornecem um tipo de lente ou gelosia, como diz Black, através da qual observamos os fenômenos relevantes. A questão não está neste aspecto, mas sim como a metáfora se relaciona com aquilo que nos faz ver (Davidson; 1992, 49).

Deixa claro, assim, que a metáfora é uma questão de efeito e não de causa.

No que diz respeito ao reconhecimento da metáfora, Davidson não consegue trazer para sua teoria algo de fato inovador e não consegue se distanciar da maioria que invariavelmente tem na falsidade, contradição ou absurdidade de uma sentença, tomada literalmente, o ponto de partida para seu reconhecimento e interpretação. Difícil de compreender, então, como isso seria possível se não por uma concepção ortodoxa de linguagem literal com base em condições de verdade. Ele admite que:

Geralmente, é somente quando uma sentença é considerada falsa que a aceitamos como uma metáfora e começamos a procurar a implicação oculta. É provavelmente por isso que a maior parte das sentenças metafóricas é falsa **de modo patente**, assim como todos os símiles são trivialmente verdadeiros. Absurdo ou contradição numa sentença metafórica garantem que não vamos acreditar nela, e nos convida, respeitadas as circunstâncias, a tomar a sentença metaforicamente (Davidson; 1992, 46).

Fica claro que Davidson toma como mecanismo único de reconhecimento de um enunciado metafórico a falsidade patente ou a verdade absurda (e.g. tautologias) *no contexto de uso*. Tal investida já se mostrou particularmente limitada para o reconhecimento da ocorrência de uma metáfora, especialmente por não distinguir a metáfora da ironia, da hipérbole ou de outras sentenças literais simplesmente falsas ou ainda de sentenças contingentemente verdadeiras como *Anchorage é uma cidade fria*.

Para Veale é possível inferir das asserções feitas por Davidson a conclusão de que quando ele se refere ao significado ordinário ou comum de um termo ou sua falsidade patente ele está, efetivamente, tentando evocar alguma noção de sentido prototípico ou sentido padrão de uma palavra (Veale; 1998). Davidson confirma esta suspeita ao desvincular o significado de um termo do seu contexto

de uso quando categoricamente afirma que *Condições de significado literal e de verdade literal podem ser atribuídas a palavras e sentenças fora de seus contextos particulares de uso. Essa é a razão pela qual aludir a elas tem um verdadeiro poder explanatório* (Davidson; 1992, 36).

Considerando que a visão de metáfora de Davidson está intimamente ligada a sua visão de significado, que é nitidamente da tradição da semântica vericondicional e que para ele é possível atribuir significados literais e condições de verdade literais a palavras e sentenças independentemente do contexto de uso, qual seria, nestas condições, o significado mais literal de termos como *salgado e afiado: comida salgada, preço salgado, faca afiada, língua afiada, etc.?*

Uma definição simples mas importante a respeito do que envolve uma metáfora é dada logo no início do já citado artigo, a saber: *a metáfora é o trabalho de sonho da linguagem*. Isso significa dizer que, de acordo com o próprio autor, assim como a interpretação de um sonho, a interpretação de uma metáfora recai tanto sobre seu criador quanto sobre seu intérprete e exige um trabalho de colaboração mútua que, em última análise, revela o caráter criativo de todo esse processo. Para Davidson não há regras que digam como fazer ou interpretar uma metáfora, e sua interpretação, em particular, envolve marcadamente a criatividade do intérprete. A questão da metáfora está intimamente ligada a como esta realiza seu trabalho de provocar um *insight*: ele repetidamente alega que a metáfora não é portadora de significados especiais e, comparando-a a um sonho ou uma piada que ele alega não poderem ser expressos em simples prosa por um intérprete talentoso, julga-a semelhante a um quadro ou uma pancada na cabeça que nos fazem *considerar um fato qualquer – porém não por representar, ou expressar, o fato* (op cit, 50).

A interpretação da metáfora para Davidson se dá pelos significados literais dos termos na sentença e as semelhanças que o uso destes evoca. A possibilidade de qualquer conteúdo cognitivo ser expresso pelos termos é rejeitada pelo autor, o que inviabiliza o parafraseamento do efeito de uma metáfora literalmente como ele próprio afirma ao dizer que ... *o que tentamos 'parafraseando' uma metáfora não*

pode ser fornecer seu significado, pois isso está na superfície; em vez disso, tentamos evocar aquilo que a metáfora traz à nossa atenção (Davidson;1992, 50).

Para Davidson além de a metáfora nos fazer perceber semelhanças entre as coisas ela nos faz ver uma coisa como outra. Ele, é bom lembrar, rejeita duas formas de visão referencialista da metáfora: o mesmo assevera que a metáfora não é um símile abreviado, em cujo caso os significados literais de ambos seriam iguais, e também rejeita a idéia de que o significado figurativo de uma metáfora é igual ao significado literal de um símile correspondente. Em ambos os casos o significado metafórico ficaria óbvio demais, roubando da metáfora o *insight* a que ela leva. Quanto ao símile, seu significado literal é por demais trivial, visto que qualquer coisa se assemelha a outra de alguma forma. Davidson, porém, alerta para a possibilidade de podermos ... *aprender muito sobre o significado das metáforas comparando-as com um símile, pois um símile nos diz, em parte, o que uma metáfora simplesmente nos faz notar espicaçando-nos* (op cit, 41).

Sua intervenção se dá pelo fato de ver no símile, assim como em qualquer outro estratagema que nos alerta para aspectos do mundo e nos convida a fazer uma comparação, uma semelhança com o funcionamento da metáfora: embora os termos de um símile apontem para uma comparação clara entre uma ou mais coisas, a escolha das características semelhantes entre essas coisas que comporão seu significado depende exclusivamente de seu intérprete e do seu contexto de uso. Seria, então, despropositado tentar achar significado num símile além do que suas palavras literalmente dizem; o símile, como a metáfora, nos inicia numa busca por semelhanças e aspectos até então não vislumbrados. Além do mais, em afirmando que *Quando tentamos dizer o que uma metáfora 'significa', logo percebemos que não há limite para o que desejamos mencionar* (op cit, 50), poderíamos, pelos mesmos motivos, dizer o mesmo, pelo menos em parte, do símile. Isso coloca Davidson numa posição confortável para argumentar contra os que querem atribuir qualquer conteúdo cognitivo especial às metáforas, rebatendo provocativamente com o seguinte:

Em geral, os críticos não sugerem que um símile diga uma coisa e signifique outra – eles não admitem que signifique nada além do que está na superfície das palavras. Isso pode nos levar a pensamentos profundos exatamente como uma metáfora: como se explica então que ninguém apele para o ‘conteúdo cognitivo especial’ do símile? (Davidson, 1992, 48).

Podemos concluir este sobrevôo panorâmico sobre o papel do símile na compreensão do processo de interpretação de uma metáfora lembrando que segundo Davidson: *A opinião de que o significado especial de uma metáfora é idêntico ao significado literal de um símile correspondente... não deve ser confundida com a teoria comum de que uma metáfora é um símile elíptico* (op cit, 42 – grifo nosso).

Davidson continua sua análise rejeitando a possibilidade de a metáfora expressar um *insight* e insiste que ela apenas sugere ou inspira o *insight* que nos ocorre, o que gera um certo problema ao confrontarmos as metáforas vivas com as já lexicalizadas ou as chamadas metáforas mortas. Para Leezenberg (2001), Davidson é forçado a negar uma transição entre as duas formas que implique uma espécie de petrificação do significado da metáfora viva resultando na metáfora morta, pois isto teria como conseqüência a necessária admissão de um conteúdo cognitivo para metáfora viva, já que tal condição é atribuída à sua contraparte. Isto leva Leezenberg a questionar, com autoridade, a respeito de como a metáfora lexicalizada chega a adquirir significado se não pelo significado que um dia a metáfora viva teve, e legou para sua contraparte, que é provavelmente o significado atribuído à metáfora morta agora.

Para Leezenberg a abordagem da metáfora de Davidson está essencialmente centrada numa visão referencialista. O crítico observa que para Davidson seria possível achar semelhanças entre as coisas a partir da detecção de propriedades especiais e surpreendentes que elas têm em comum. Na verdade, o que Davidson alega é que a semelhança surge a partir da metáfora e não o contrário. A metáfora, para Davidson, não expressa semelhança alguma, ela no máximo nos

inspira a descobrir uma semelhança dantes desconhecida. Ele declara que: *Uma metáfora nos faz notar certa semelhança, freqüentemente uma semelhança nova ou surpreendente, entre duas ou mais coisas* (Davidson; 1992, 37). Essa é uma posição compartilhada por outros autores, como Black, Marcuschi, etc. Enfim, para Davidson as metáforas não expressam significados, mas levam a *insights*: elas *motivam* uma percepção de similaridade, não afirmam uma similaridade no que dizem, ao que ele completa dizendo: *Ver **como** não é ver **que**. A metáfora nos faz ver uma coisa **como** outra, fazendo algum tipo de afirmação literal que inspira o insight ou leva a ele* (op cit, 51 – grifo nosso).

As provocações de Davidson – sim, porque ele próprio as considera como tal – ao afirmar *Como esta tese se opõe a opiniões contemporâneas com as quais estou familiarizado, muito do que tenho a dizer é de natureza crítica* (op cit, 35), certamente são de grande importância para o conjunto das investigações sobre a metáfora e instigam reflexões ainda mais profundas que naturalmente resultam em ganhos para todo o empreendimento.

2.5 **Posições conceptualistas**

Uma guinada nos estudos sobre a metáfora foi observada a partir da introdução de uma visão deste fenômeno, situando-o essencialmente no pensamento e tendo em sua parte lingüística apenas a sua manifestação material. Embora outros tivessem especulado algo nesse sentido, foram Lakoff & Johnson quem, na verdade, formularam uma teoria que pudesse dar uma sustentação sistemática às hipóteses de uma abordagem construídas sobre tais premissas.

Entre seus principais defensores estão os já mencionados G. Lakoff e M. Johnson (1980), além de M. Turner (1989, 2003), R. Gibbs (1994), E. Sweetser (1990), S. Coulson (1996, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003), Z. Kövecses (2002), e G. Fauconnier (1997, 2003) como os mais destacados, sendo que a Lakoff e

Fauconnier dedicaremos um capítulo inteiro, uma vez que trataremos nosso corpus com base nos seus postulados.

Lakoff assevera que *nosso sistema conceitual ordinário, com base no qual pensamos e agimos, é de natureza fundamentalmente metafórica* (Lakoff & Johnson; 1980, 3 – TN/38). A metáfora conceitual, como definida na abordagem conceitualista, poderia ser resumida como sendo a compreensão de um domínio conceitual em termos de um outro domínio conceitual. Ela é vista como um mecanismo conceitual que nos ajuda a estruturar e entender a experiência e é tomada como sendo um fenômeno ubíquo na linguagem cotidiana. Postula-se, então, a partir dessas asserções que ela tem participação ativa na nossa forma de pensar, agir, e experimentar a realidade.

Esses estudos surgem da análise de algo muito comum na linguagem cotidiana, que é como usamos muito do conhecimento que temos sobre um domínio conceitual para falarmos de um outro domínio conceitual. Isso é revelado de forma mais contundente tanto em expressões lingüísticas metafóricas que já estão cristalizadas como também nas que surgem sistematicamente e de forma inusitada em todo este processo. A metáfora também se revela através de outros modos expressivos além do lingüístico, como veremos mais adiante.

Tomemos as seguintes expressões lingüísticas metafóricas (Kövecses; 2002, 3 – TN/39):

- Ele está *sem rumo* na vida
- Estou *onde queria chegar* na vida
- Estou *numa encruzilhada* na minha vida
- Ela *vai longe* na vida
- Ele nunca *deixou ninguém entrar no seu caminho*
- Ela *passou* por muita coisa na vida

Elas normalmente não causariam nenhuma dificuldade de compreensão entre os usuários da língua e segundo a visão conceitualista são manifestações da seguinte metáfora conceitual: A VIDA É UMA VIAGEM ou alternativamente VIDA-COMO-

VIAGEM. Estas palavras em caixa alta são efetivamente uma forma mnemônica de lembrar o que de fato importa aqui: as correspondências entre os conceitos dos dois domínios. Além do mais, elas se referem apenas ao *nome* da correspondência. Lakoff nos lembra que, pelo fato desse nome ter uma forma proposicional, podemos incorrer num grave erro: atribuir proposição às correspondências e como consequência supor que as metáforas são proposicionais. Ele admitiria qualquer coisa menos isso! Metáforas são apenas projeções, nada mais, assevera categoricamente.

A distinção entre *metáforas conceptuais* e *expressões lingüísticas metafóricas* está em que estas se referem às palavras ou expressões da língua usadas para falar sobre o domínio conceitual mais concreto. Aquelas, por sua vez, subjazem metaforicamente as expressões lingüísticas.

Podemos notar que o conceito *vida* é estruturado e entendido através das expressões que falam de um outro conceito: *viagem*. É possível percebermos a partir desta constatação como a compreensão do conceito mais abstrato e difícil de se compreender - *vida* - é facilitada pelo conhecimento de um outro conceito mais concreto - *viagem*. Esse argumento é fortemente difundido entre os lingüistas cognitivos e serve de base para o estudo do fenômeno metafórico nesses termos por tais especialistas.

Os dois domínios conceituais que fazem parte desse conjunto têm denominações diferentes nessa abordagem que servem para nos instruir como o processo é realizado unidirecionalmente, isto é, como um domínio é usado para estruturar o outro sem que este seja por aquele influenciado. Ao domínio conceitual que nos possibilita compreender o outro domínio conceitual dá-se o nome de *domínio fonte*. À sua contra-parte, ou seja, o domínio conceitual assim compreendido, dá-se o nome de *domínio alvo*. Geralmente, as metáforas conceituais empregam um conceito mais abstrato como o conceito alvo e um conceito mais concreto ou físico como o conceito fonte. Isso está de acordo com as palavras de Kövacsés, que afirma:

Nossa experiência com o mundo físico serve como base lógica e natural para compreensão dos domínios mais abstratos. Isso

explica o porquê de na maioria dos casos das metáforas cotidianas os domínios fonte e alvo não serem reversíveis. Por exemplo, não falamos sobre idéias como alimento ou sobre viagem como amor. Este é o princípio de **unidirecionalidade**, isto é, o processo metafórico vai tipicamente do conceito mais abstrato para o mais concreto, mas não o contrário (Kövecses; 2002, 6 – TN/40).

Nessa abordagem se atribui uma importância bastante significativa à experiência física que temos do mundo. Em relação a esse mesmo ponto Gibbs acrescenta que *O significado surge no nível dos gestalt de experiência que dão coerência e estrutura à nossa experiência* (Gibbs; 1994, 249 – TN/41). Kövecses nos desafia a tentar entender o conceito mais concreto *viagem* a partir do conceito mais abstrato *vida*. A propósito disso, seria, no mínimo, estranho dizermos algo do tipo: *Eu nasci de Recife a João Pessoa ontem*. Por outro lado, **O destino de Sérgio Vieira de Melo foi trágico**, referindo-se a como a vida deste diplomata foi interrompida, seria perfeitamente compreendido.

Nesse ponto faz-se importante uma definição de *domínio conceptual*, que, segundo Kövecses, é: *... qualquer organização coerente da experiência*. É possível compreender o domínio conceptual *vida*, portanto, a partir do conhecimento sobre o domínio conceptual *viagem* que, para nós, é coerentemente organizado e do qual podemos depender para tal fim.

A metáfora conceptual pode ser apresentada estruturalmente como: A é B. Tomando estas letras como representantes dos dois domínios conceituais que constituem uma metáfora conceitual, na qual um domínio é compreendido através do outro, podemos explicar melhor como a compreensão de um pelo outro ocorre. A metáfora conceitual é, de acordo com os postulados dessa teoria, um conjunto de correspondências existentes entre os dois domínios que a formam. Dito isto, agora é preciso proceder com a explicação do que essas correspondências são e o que elas fazem dentro deste processo.

Kövecses nos explica que: *Há um conjunto de **correspondências** sistemáticas entre a fonte e o alvo no sentido de que os elementos conceituais constituintes de B correspondem aos elementos constituintes de A. Tecnicamente nos referimos a*

estas correspondências conceituais por **projeções*** (Kövecses; 2002, 6. TN/42 - grifo nosso).

Tomando a metáfora conceitual seguinte O AMOR É UMA VIAGEM, podemos constatar o seguinte conjunto de projeções:

Domínio fonte : <i>viagem</i>	projeções	Domínio alvo : <i>amor</i>
Viajantes	← →	Amantes
Veículo	← →	Relacionamento
Viagem	← →	Amor
Distância percorrida	← →	Progresso obtido
Obstáculos encontrados	← →	Dificuldades experimentadas
Destino	← →	Objetivos comuns

De onde resultam expressões como:

Veja até onde nós chegamos / como já fomos longe

Tem sido um caminho longo e tortuoso

Estamos numa encruzilhada

Talvez tenhamos que trilhar caminhos diferentes

Esse relacionamento não está indo a lugar algum

Nosso casamento está na buraqueira / encalhou

Dado o contexto apropriado ninguém normalmente acharia que estas expressões se refeririam a alguma viagem (não metafórica!) empreendida pelo casal se não ao seu próprio caso de amor. O que, então, permite que a compreensão se dê sem complicações, é justo o fato de entendermos determinados conceitos com base em outros conceitos.

* Permutaremos o uso dos termos *correspondência* e *projeção* (mapping) nos referindo à mesma ocorrência, de acordo com a conveniência, entendendo não haver prejuízo para a compreensão da análise.

A *Teoria Conceptual da Metáfora*, ao contemplar uma visão conceptualista do fenômeno, traz para os estudos deste possibilidades muito promissoras e que de forma ainda mais enfática elevam sua importância dentro dos estudos sobre a trilogia: linguagem, realidade e pensamento. Essa afirmação é corroborada pela seguinte avaliação feita por Gibbs:

A metáfora não é simplesmente um caso de linguagem, um caso especial de artifício retórico usado para comunicação e persuasão. Pelo contrário, a metáfora é uma capacidade mental fundamental pela qual as pessoas entendem a si próprias e o mundo através de projeções conceituais do conhecimento de um domínio para outro. A forte ubiquidade da metáfora na linguagem, no pensamento, na ciência, no direito, nas artes, no mito e na cultura ilustra como a metáfora é uma parte integrante da vida humana (Gibbs; 1994, 207 – TN/43).

As contribuições dadas para uma melhor compreensão do fenômeno metafórico vistas até aqui neste trabalho certamente não totalizam o universo que compõe este empreendimento, mas provavelmente são as que figuram como as mais proeminentes das últimas décadas e que julgamos de imprescindível inclusão no nosso trabalho.

Procederemos a seguir a uma análise mais detalhada das contribuições de dois cientistas cognitivos, Lakoff e Fauconnier, cujas propostas alicerçarão nossos argumentos na análise dos dados.

3. A Teoria Conceptual da Metáfora de Lakoff & Johnson

Veremos neste capítulo as posições do lingüista cognitivo George Lakoff que, em parceria com Mark Johnson, lançou no início da década de 80 do século passado a obra *Metaphors We Live By*^{*}, que pode ser tida como a mais revolucionária publicação relativa ao estudo da metáfora do seu tempo. Suas posições nesta obra não dão início necessariamente ao que conhecemos da metáfora como um fenômeno de significativa relevância cognitiva e de presença ubíqua na linguagem cotidiana, pois assim já postulava um bom quinhão de estudiosos antes deles. É, contudo, e sem sombra de dúvidas, uma obra que destaca tais características e, principalmente, inicia uma era de estudos sobre a metáfora que têm no seu âmago o reconhecimento deste fenômeno como sendo algo essencialmente situado no pensamento e não na linguagem. Destarte, o conflito entre literal e figurado, que por muito tempo havia amplamente servido de marco-zero para os questionamentos sobre a metáfora, passou a não ter uma importância central nos achados lakoffianos sobre o fenômeno.

Os estudos de Lakoff sobre a questão da construção dos sentidos têm uma longa trajetória que remonta à segunda metade dos anos sessenta, quando ele começou seus questionamentos sobre a posição gerativista, bastante difundida na época e que tinha como principal proponente o lingüista e matemático Noam Chomsky. Lakoff escreveu importantes trabalhos na década de 70 que já apontavam para uma posição radicalmente contrária à uma noção de linguagem que excluísse de sua natureza a participação fundamental e geradora de sua própria existência que era o próprio homem. Ele percebeu a incompatibilidade e a impossibilidade de tratar da linguagem pelos moldes tradicionalistas que buscavam no Paradigma Objetivista e na Teoria Literal os fundamentos necessários para tratamento das questões relativas à linguagem natural.

^{*} Esta obra foi traduzida e recentemente publicada em português sob o título de *Metáforas da Vida Cotidiana*. (Mercado das Letras, 2002)

Na verdade, é possível perceber com clareza, em praticamente todos os escritos de Lakoff, particularmente sobre a questão da metáfora, e notadamente em *Women, Fire and Dangerous Things* (1987) e *More than Cool Reason* (1989), sua determinação obstinada em se contrapor tanto à Teoria Literal quanto ao Paradigma Objetivista, o qual está diretamente relacionado aos postulados literais. Ele descreve as posições com base nesta teoria como sendo fundamentadas, em particular, na filosofia – singularmente no positivismo lógico – e na lógica, e que tiveram forte influência na lingüística estruturalista e gerativista que, juntas, nortearam os rumos dos estudos que tratam da linguagem por grande parte do século passado. Este paradigma foi dominante e reinou supremo também por todos os séculos antecedentes ao nosso, alcançando os gregos antigos, a quem, na verdade, se deve essencialmente esta forma de pensar.

Para entendermos melhor o porquê dessa nítida ruptura com o paradigma objetivista e a teoria literal por parte de Lakoff, cabe uma breve incursão pelos postulados centrais elaborados nessas duas linhas de pensamento. É o que veremos agora.

3.1. O Paradigma Objetivista e a Teoria Literal

Segundo Lakoff, no paradigma objetivista o pensamento é entendido como sendo a manipulação de símbolos abstratos. Tais símbolos precisam ter significado e para tanto a resposta objetivista é que estes adquirem significado ao corresponderem às entidades e categorias no mundo ou em mundos possíveis. O autor comenta que nesta tradição

... a mente pode funcionar como um espelho da natureza. Isto é, é possível que os símbolos usados na linguagem e no pensamento correspondam a entidades e categorias no mundo. Considerando a metafísica objetivista, pode-se supor que o mundo tem o tipo de estrutura que torna essas correspondências símbolo-mundo possíveis. Os símbolos adquirem seus significados por intermédio de uma correspondência convencional com as coisas no mundo. Portanto, um sistema de símbolos, ligado ao mundo desta forma, é

tido como uma **representação** da realidade – um espelho da natureza. E o raciocínio humano está correto quando espelha com exatidão as relações lógicas no mundo objetivo (Lakoff; 1987, 162-3 – TN/44).

A tradição filosófica ocidental através do paradigma objetivista nos remete à idéia de que podemos ter acesso a verdades absolutas e incondicionais a respeito do mundo. Romper com uma tradição milenar, admite o próprio Lakoff, não é tarefa fácil, tanto mais quando esta tradição está tão intimamente ligada ao cotidiano das pessoas que acabam por tomar uma teoria por um fato inquestionável, como é o caso da Teoria Literal.

Esta teoria, a qual não tem origem numa só pessoa, mas resulta de um conjunto de propostas surgidas ao longo de centenas de anos, estabelece nas suas premissas que se uma expressão lingüística é convencional e ordinária ela é, conseqüentemente, semanticamente autônoma, i.e., o significado dos termos está neles próprios, e ela também é capaz de referir-se à realidade objetiva. Detalharemos mais adiante algumas críticas a uma noção única de significado literal feitas por Ariel. Neste paradigma, portanto, não há espaço para o metafórico, uma vez que se faz necessário suprimir desses estudos qualquer relação com o campo da imaginação e da criatividade cognitiva; nela a mente humana não participa da construção dos significados. É preciso lembrar, porém, que Lakoff lança o que chama de Hipótese de Base (Grounding Hypothesis), a qual estabelece que a autonomia semântica pode ser também do tipo em que os conceitos podem ser autônomos, ou pelo menos alguns aspectos destes conceitos. Exemplifica sua argumentação com o conceito *cão*, que pode ser entendido não metaforicamente. Sua compreensão viria reconhecidamente pela experiência física e sociocultural que temos; quer dizer, a mente não é eliminada do processo de compreensão do conceito e este não seria simplesmente dado pela realidade objetiva. Já o conceito de *lealdade* do cão, este sim, é de natureza metafórica, pois necessitaria ser entendido através de uma característica de atribuição humana. Lakoff enfatiza que os conceitos convencionais usados no domínio fonte de uma metáfora são tipicamente semanticamente autônomos e cuja estrutura conceptual serve de base para compreensão de um outro domínio

conceptual normalmente mais abstrato. Lembra oportunamente que a Hipótese de Base diz respeito somente a conceitos ou aspectos destes e não à linguagem.

A questão da linguagem literal está diretamente relacionada à já mencionada visão de espelhamento da realidade. Ortony analisa a superestimação da linguagem literal, notadamente na ciência, e afirma que sua origem é bem definida. Ele declara que:

Uma suposição central da nossa cultura é que a descrição e explicação da realidade física são um empreendimento respeitável e vantajoso – um empreendimento que chamamos de ‘ciência’. Supõe-se que a ciência é caracterizada pela precisão e pela ausência de ambigüidade, e a linguagem da ciência seria igualmente entendida como sendo precisa e sem ambigüidade – em resumo, literal. Por esta razão, a linguagem literal sempre foi tida como a ferramenta mais apropriada para uma caracterização da realidade objetiva (Ortony; 1993, 1 – TN/45).

A realidade nesta tradição pode ser mais bem entendida como sendo algo que independe da mente humana, quer dizer, o mundo existe e é estruturado de forma objetiva; a existência das coisas não passa pela mente humana e como esta experiencia a realidade. As coisas, então, teriam propriedades e relações objetivas entre si além de serem categorizadas também de forma objetiva e não por atribuições e categorizações resultantes da experiência humana. Daí surge a possibilidade da classificação de um enunciado feito nesta abordagem de linguagem como sendo objetivamente *verdadeiro* ou *falso*.

A verdade, segundo este paradigma, é definida como a correspondência exata entre os termos ou expressões lingüísticas e seus referentes: as coisas no mundo. O modelo tarskiano de verdade funciona muito apropriadamente para tal fim. Por exemplo, em *A neve é branca é verdadeiro se e somente se a neve é branca*, que é um exemplo prototípico clássico. Se quisermos checar a verdade desta sentença basta verificarmos a correspondência entre a propriedade que o enunciado atribui a seu referente e o próprio referente, a neve, na natureza. Isso poderia até parecer razoável uma vez que parece existir uma forma de fazê-lo a contento, i.e., identificando objetivamente a neve, que de fato existe, e sua inerente brancura. O problema se agrava, ainda de acordo com Lakoff, quando se tenta buscar uma

verdade objetiva para uma sentença como A névoa está em frente da montanha. Ele argumenta que nessa situação *Já que o mundo não contém entidades claramente identificáveis por **névoa** e **montanha**, e já que montanhas não têm frentes inerentes, a teoria pode funcionar somente com relação à compreensão humana do que uma frente significa para uma montanha e para alguma delimitação de **névoa** e **montanha*** (Lakoff; 1980, 183 – TN/46). O estudioso lembra ainda que devido às diferentes formas de projetar frentes para uma montanha entre pessoas diferentes exige ainda mais da compreensão humana do que seria uma montanha para que uma definição de verdade pudesse então ser concebida.

Lakoff nos alerta que esta visão está completamente equivocada e defende uma posição totalmente antagônica, que serve de base para todo seu postulado da metáfora. Ele afirma que:

... a verdade é relativa à compreensão, o que significa dizer que não há um ponto de vista absoluto de onde podemos obter verdades objetivas absolutas sobre o mundo. Isto não significa dizer que não há verdades; significa tão somente que a verdade é relativa ao nosso sistema conceptual, que é fundamentado em e constantemente testado por nossas experiências e as experiências dos outros membros de nossa cultura nas nossas interações cotidianas com outras pessoas e com nosso meio ambiente físico e cultural (Lakoff; 1980, 193 – TN/47).

Ainda sobre a questão da verdade Lakoff insiste em afirmar que não é possível ignorar a imensa gama de situações que tratam de coisas existentes no mundo e que não podem ser facilmente abordadas por um paradigma que limita o conceito de verdade de tal sorte que provavelmente não seria possível encontrar verdade se não nas pedras, nas cadeiras, nas árvores, ou coisas empiricamente ao nosso alcance, quer por meio da percepção sensorial, ou por algum outro meio supostamente 'confiável' que o valha. Ele nos lembra que nossa experiência engloba de forma muito presente coisas que existem e que devem sua existência ao fato de sermos seres com um sistema conceptual que nos permite criar realidade. Os governos, as religiões, as escolas, as classes sociais, etc, existem e são resultado da nossa forma conceptual de organizar nossa realidade. Lakoff

sustenta que *Muitas das nossas mais importantes verdades não são verdades físicas, mas sim verdades que passam a existir como resultado de seres humanos agindo de acordo com um sistema conceptual que não pode ser entendido de forma alguma como se encaixando numa realidade completamente fora da experiência humana* (Lakoff;1987, 296 – TN/48).

Lakoff observa que o paradigma objetivista tem como um de seus principais fundamentos a idéia de que a metafísica é dissociada da epistemologia uma vez que o mundo é como é de forma independente de qualquer conceito, crença, ou conhecimento do ser humano. Assim, a mente humana, como já dito anteriormente, jamais poderia criar realidade. Isto, porém, conflita diretamente, por exemplo, com a possibilidade que este mesmo paradigma abre para a inclusão de fatos institucionais nas suas asserções sobre o mundo objetivo: para o autor as instituições são produtos culturais e, portanto, devem suas existências às mentes humanas. Lakoff exemplifica sua argumentação com a categoria *mãe*, que dificilmente encontraria sua definição a partir de propriedades comuns, como no caso das categorias supostamente objetivas dentro desse paradigma, especialmente num mundo onde o avanço da tecnologia já permite, por exemplo, que uma mãe gere o filho de sua própria filha servindo de ‘barriga-de-aluguel’. Esta mulher, perguntamos, seria mãe e avó, ou só mãe ou só avó? No caso então de material genético cedido por uma mulher do qual o embrião foi gerado no ventre de outra e que ainda tem um pai casado com outra mulher: quem seria a mãe desta criança? A mãe genética, a que gera ou a que nutre? Estes casos podem ser entendidos pontualmente a partir de um modelo cognitivo idealizado, uma vez que o conceito *mãe* nesses termos não poderia se encaixar facilmente numa teoria de categoria tradicional. Retomaremos este ponto mais adiante.

O debate envolvendo a questão da literalidade não traz soluções e respostas facilmente aceitas por estudiosos do tema. O peso de sua tradição continua a impedir que se abram fendas por onde possa passar em fuga um mínimo de vontade de ver o outro lado da moeda. Com efeito, admitindo a existência do termo *literal* e consciente de sua provável permanência conosco ainda por muito tempo, Lakoff sugere que este seja entendido fora dos termos propostos pela

Teoria Literal e o define como sendo um termo de utilidade não técnica usado para referir-se ao domínio fonte de uma metáfora ou para contrastar termos como 'irônico' ou 'exagerado'. Ele ainda sugere que o termo *literal* seja aplicado ao que não é entendido metaforicamente, ou seja, a um conceito que não é entendido com base noutra.

Podemos identificar problemas ainda mais pontuais com relação à questão da noção de literalidade que Ariel (2002) destaca em importante texto escrito sobre a impossibilidade de tratarmos este conceito através de uma definição única e definitiva. Ela postula que a idéia de um significado literal único seja substituída por um conjunto de três conceitos de *significado mínimo* de base *lingüística*, *psicolingüística (significado saliente)* e *interacional (significado privilegiado)*. Sua defesa baseia-se na impossibilidade de podermos encontrar numa só definição todas as características que tradicionalmente formaram a base de sustentação dessa conceptualização. Tradicionalmente, Ariel nos informa, o significado literal dos termos foi descrito como sendo lingüístico, quer dizer, concebido através do conhecimento lingüístico de itens lexicais conjuntamente com regras lingüísticas, portanto, um significado não figurado, codificado, convencional, totalmente composicional, invariável ao contexto, explícito, sentencial, especificado gramaticalmente e vericondicional. Adicionalmente, o significado literal também é definido pelo "dito" (Grice, 1978) e desta forma deveria ser capaz de determinar as condições de verdade que uma proposição expressa, no caso da existência de tal proposição. Às características já mencionadas somam-se então os aspectos interpretativos extralingüísticos que têm a característica de variar com o contexto: referência e resolução de ambigüidade.

Ariel identifica problemas que a definição de significado literal nos moldes acima expostos enfrenta, como, por exemplo, sabermos que o significado literal pode exigir apoio contextual para que possamos distingui-lo; às vezes é preciso fazer inferências para identificar o significado literal de um termo. No caso da convencionalidade como fator determinante da literalidade de um termo ou de uma expressão, Ariel lembra que Gibbs (1994) e Searle (1978) alertam que convencionalidade e dependência de contexto não são mutuamente exclusivas: a

expressão convencional *Pode passar o sal?*, por exemplo, requer um contexto para que se possa definir se o que temos é na verdade um pedido ou um questionamento sobre habilidade física. Já para os que admitem a idéia de metáforas mortas, ou seja, já convencionalizadas, o termo *frio* na expressão *Sally é fria*, por exemplo, teria um significado literal ou não-literal?

A dificuldade freqüente com que nos deparamos para detectarmos a literalidade ou não dos termos revela o grau de obscuridade que rodeia esta questão. Além do mais, pelo fato de os aspectos de definição tradicionais se conflitarem com freqüência, a saída encontrada por alguns estudiosos tem sido justamente relaxar alguns destes aspectos, como é o caso da independência contextual (o caso do significado de itens lexicais como *manga* e *vela* na língua portuguesa, por exemplo) e da vericondicionabilidade, por exemplo. Neste último caso, Lakoff argumenta que para interpretarmos *Eu desperdicei muito tempo hoje* encontraríamos o significado destes termos não na correspondência com a realidade, mas sim na metáfora e o modo como ela estrutura a realidade.

A proposta de Ariel, como já esboçada acima, assume a necessidade de levar em conta a diversidade que circunda a questão do significado o que implica numa reconceptualização do termo que fuja de unicidade de sua definição. Defende haver necessidade para uma interpretação do termo no nível lingüístico, uma distinção entre significado saliente e significado não saliente (Giora, 2000) e ainda uma interpretação lingüisticamente enriquecida. Ela julga não haver incompatibilidade entre estes conceitos, mas não nos aprofundaremos nesta questão por não ser este nosso objetivo aqui.

Para Lakoff a chave para as respostas que enterram de vez o Paradigma Objetivista, assim como a Teoria Literal, está justamente em tomarmos a questão do significado não como algo dado, pronto, do qual apenas nos servimos para nossos propósitos, mas sim como algo intensivamente negociado e construído na interação entre seres cujos corpos também motivam, em parte, juntamente com seu meio ambiente e sua cultura a formação de conceitos que determinam enormemente como pensamos e agimos. E ele assevera que:

Uma vez que agimos de acordo com nossos conceitos e já que nossas ações são reais, nossos sistemas conceituais têm um papel central na criação da realidade. Onde se diz respeito à ação humana, a metafísica, quer dizer, nossa visão do que existe e é real, não é independente da epistemologia no sentido mais amplo da compreensão e conhecimento humanos (Lakoff;1987, 296 – TN/49).

É na visão de uma importância especial atribuída ao sistema conceptual humano que prosseguiremos com os postulados de Lakoff e, em particular, sobre o aspecto metafórico do sistema conceptual como defendido por este autor.

3.2. A metáfora segundo Lakoff

Lakoff & Johnson não terminam sequer o primeiro parágrafo do revolucionário livro *Metaphors We Live By* para de forma direta e conclusiva romperem com a tradição objetivista e literal que foi objeto de breve análise acima. Eles declaram ali que ... *a metáfora é ubíqua no nosso cotidiano, não só na linguagem mas também no pensamento e na ação. Nosso sistema conceptual, com base no qual pensamos e agimos, é de natureza fundamentalmente metafórica* (Lakoff & Johnson; 1980, 3 – TN/50). Cada sentença desse pequeno trecho traz em si proposições que implicam uma mudança radical de perspectiva relativa a como abordar a questão da metáfora. Eles mostram, assim, uma posição não somente bastante determinada mas que seria possivelmente interpretada por alguns como arrogante e presunçosa. Porém, Lakoff, em particular, parece se sentir bastante seguro do que fala e declara uma espécie de gratidão a Michael Reddy pelo *insight* que lhe permitiu enxergar no fenômeno metafórico mais do que já havia sido debatido até então. Reddy, a propósito, mostrou em seu artigo *The conduit metaphor: A case of frame conflict in our language about language* que, nas palavras do próprio Lakoff, ... *o lócus da metáfora é o pensamento e não a linguagem, que a metáfora é uma parte importante e indispensável da nossa forma ordinária e convencional de conceitualizar o mundo, e que nosso*

comportamento diário reflete nossa compreensão metafórica da experiência (Lakoff;1993, 204 – TN/51).

Para uma análise da metáfora nesses termos, Lakoff foi buscar sustentação nas generalizações, principalmente as que governam a polissemia e os padrões de inferência, além das que governam a linguagem metafórica de criação, os padrões de mudança semântica e os experimentos psicolinguísticos, com o fim de evidenciar a existência de um sistema de metáforas conceptuais.

Segundo Lakoff* *A essência da metáfora é compreender e experienciar um tipo de coisa com base numa outra* (Lakoff & Johnson; 1980, 5 – TN/52). A metáfora é essencialmente a compreensão de um domínio conceptual através de outro. A metáfora conceptual é fundamentada ou motivada pela experiência não só corpórea, mas também perceptual, cognitiva, biológica ou cultural. Como já dito no capítulo anterior, ela se constitui das correspondências entre os elementos constituintes de um domínio conceptual fonte e os elementos constituintes de um outro domínio conceptual alvo. A expressão lingüística metafórica é, portanto, apenas a manifestação superficial resultante da metáfora conceptual operante.

Essas correspondências ou projeções metafóricas são ontológicas e convencionais além de parciais e assimétricas. São ontológicas na medida em que projetam as entidades de um domínio nas entidades do outro. As metáforas básicas são, tanto no nível conceptual quanto no lingüístico, convencionais na medida em que são correspondências fixas entre domínios conceptuais e as realizamos sem que normalmente estejamos conscientes delas e na medida em que elas subjazem uma gama de expressões lingüísticas do cotidiano. Ainda sobre o nível conceptual de convenção metafórica ele afirma: *No nível conceptual, uma metáfora é convencional na medida em que é automática, realizada sem esforço, e geralmente estabelecida como um modo de pensamento entre os membros de uma comunidade lingüística* (Lakoff & Turner; 1989, 55 – TN/53). As correspondências são parciais porque elas não projetam todos os aspectos da

* Embora a *Teoria da Metáfora Conceptual* como descrita nos livros *Metaphors We Live By* e *More Than Cool Reason* seja resultado do trabalho conjunto de Lakoff & Johnson, e Lakoff e Turner respectivamente, nos referiremos com freqüência apenas a Lakoff, seguindo uma tradição que podemos constatar na bibliografia consultada sem que isto implique nem em desmerecimento aos dois co-autores nem na falta de reconhecimento da participação fundamental que ambos tiveram na escritura dos mesmos.

estrutura do domínio fonte para o domínio alvo, mas somente aqueles que contribuirão para uma melhor compreensão do domínio alvo. Lakoff também atribui um caráter epistemológico às metáforas pelo fato de elas também projetarem conhecimento dos elementos no domínio conceptual fonte para os elementos do domínio alvo.

Antes de prosseguirmos com mais características da metáfora convencional na Teoria Conceptual vejamos as críticas que Lakoff faz a algumas teorias tradicionais.

3.2.1. ***Crítica às abordagens tradicionais***

Lakoff (1989) faz duras críticas a algumas teorias que fundamentam os estudos de alguns cientistas sobre o fenômeno metafórico. Primeiramente ele retoma as desaprovações que faz ao modelo literal e avalia que o mesmo acaba servindo de base para muitos outros postulados tidos como subprodutos seus. Começa por analisar a posição da *paráfrase*. É bom dizer que, embora Lakoff prefira não citar os nomes dos defensores e somente aludir à posição defendida em si, esta é uma teoria defendida em parte, no todo ou com pequenas mudanças, notada e principalmente por Aristóteles (embora Leezenberg conteste tal afirmação como vimos acima), além de muitos outros que vieram em sua esteira séculos adentro. A teoria literal sustenta que uma sentença só pode ter significado se expressar uma proposição verdadeira ou falsa que caracterize um estado de coisas (as condições de um objeto) no mundo objetivo e com base neste postulado uma sentença metafórica só pode ter significado se for passível de parafraseamento para linguagem literal, considerada *locus natural* da significação. A impossibilidade de parafraseamento de uma sentença metafórica seria uma espécie de prova da sua impossibilidade de significar. Lakoff refuta tal posição alegando que na *paráfrase* se perde aquilo que a metáfora tem de mais interessante: seu poder inferencial e sua capacidade de conceptualizar. Exemplifica sua argumentação com a alegação de que a compreensão espacial do conceito *vida* só pode se dar

de forma metafórica: estar vivo, que é um estado, também significa *estar aqui*, que é uma localização. Daí surgem expressões metafóricas lingüísticas do tipo *João já não está mais conosco*, *Maria partiu prematuramente*, *O bebê chegou às 3 horas da manhã* (exemplos nossos), referindo-se respectivamente às mortes de João e Maria, e ao nascimento do bebê. O estudioso admite, no entanto, a possibilidade de *descrever*, ao contrário de parafrasear, a riqueza cognitiva que uma metáfora convencional expressa.

Outra teoria que provoca uma contraposição bem estabelecida por parte de Lakoff é a da *similaridade* que englobaria, ao nosso ver, as teorias da comparação e da substituição, ambas de terminologia mais difundida no meio. Nesta, a premissa central é a de que os conceitos da expressão metafórica compartilham propriedades literais, i.e. não metafóricas, semelhantes. Logo, à metáfora caberia a única tarefa de destacar uma semelhança ou semelhanças já existentes entre os conceitos. Ela também não teria nenhum efeito nem na estrutura nem na compreensão dos conceitos usados. Lakoff rebate os postulados defendidos nesta teoria dizendo que *...a metáfora pode prover uma estrutura e atributos que não são inerentes (ao conceito) no domínio alvo como, por exemplo, quando morrer é compreendido como partida para um destino final ou a morte é compreendida como um ceifeiro. O fenômeno da morte não é objetivamente semelhante a um ceifeiro* (Lakoff & Turner; 1989, 123 – TN/54).

Lakoff admoesta enfaticamente que sua posição não implica um completo descaso para com a questão da semelhança no fenômeno metafórico. Ele descarta, porém, a existência de semelhanças com base nas propriedades inerentes como fator gerador de metáforas e diz que as semelhanças que julga poder existir normalmente se circunscrevem às do tipo esquema-imagéticos, uma vez que o domínio alvo preserva algumas estruturas esquema imagéticas do domínio fonte e tais estruturas podem ter origem metafórica. São similaridades, portanto, de propriedades interacionais. Mais adiante nos deteremos mais longamente na noção de esquemas-imagéticos criada por Lakoff.

Esta é uma posição em parte compartilhada por Marcuschi, que vê na comparação entre as similaridades dos conceitos um papel secundário na ação criadora da metáfora (Marcuschi; 1999).

Outra teoria que Lakoff avalia como estando equivocada é a que ele denomina de Teoria do *Desvio* seguida da Teoria da *Compensação* (Fallback), as quais serão tratadas aqui como uma, por estarem intimamente ligadas e serem mais conhecidas sem uma divisão precisa. A primeira diz que o uso convencional da linguagem não é metafórico, mas sim literal e a metáfora é resultado de um desvio ou incongruência semântica deste padrão. A segunda diz, também como a anterior, que a linguagem literal deve ser considerada como a de uso normal e convencional e que devemos primeiramente buscar o sentido literal de uma sentença para só posteriormente à constatação de sua inadequação, ou seja, seu desvio, se possa chegar a um sentido metafórico. Essa é uma alegação que Lakoff repudia veementemente, como podemos atestar pelo que já foi dito relativo ao que este autor crê ser uma metáfora.

A próxima posição a ser atacada por Lakoff é a da Teoria *Pragmática*. Lakoff argumenta que, assim como as demais teorias já descartadas por ele, esta tem forte embasamento na Teoria Literal e, como tal, não se enquadraria numa descrição característica de semântica vericondicional. Lembra que em não se inscrevendo no escopo desta abordagem semântica, a metáfora acaba por ser relegada ao trato pragmático. Esta teoria segue um algoritmo que pode ser seqüenciado aproximadamente da seguinte forma: Primeiro tenta-se uma compreensão do enunciado partindo-se da sua literalidade e em se detectando um desvio ou uma incongruência semântica busca-se seu sentido metafórico através da aplicação de princípios conversacionais. O significado do enunciado é alcançado levando-se em conta as condições de *uso* do próprio. É comum entre os defensores desta posição a aceitação de paráfrases como possibilidades de significação da sentença metafórica. Lakoff ainda adverte para o fato de que esta teoria tenta traçar limites bem distintos entre a semântica e a pragmática com base na teoria literal e, como ele julga a teoria literal equivocada, assim o faz com a suposta distinção entre a semântica e a pragmática. Embora possa parecer o

contrário, Lakoff não descarta a inserção dos princípios da conversação como elemento importante na compreensão do fenômeno metafórico e destaca sua presença na poesia.

Adicionalmente, ele faz crítica à teoria que chama de Teoria da *Não-conceptualização*, cuja principal inspiração vem de Donald Davidson, embora isso não seja mencionado por Lakoff, como já advertimos anteriormente. Esta posição essencialmente ignora qualquer atribuição cognitiva que possa existir entre linguagem e pensamento. As palavras significam por sua relação direta com seus referentes no mundo. A linguagem, ainda segundo esta abordagem, não tem qualquer base em um sistema conceptual. Daí resulta que a metáfora não tem qualquer função cognitiva, significando apenas o que suas palavras dizem e nada mais. Portanto, não existe significado metafórico. Embora Lakoff não o mencione, já vimos acima que a posição de Davidson a esse respeito se inscreve numa nítida abordagem pragmática da metáfora.

Pelo que já dissemos sobre esta visão, pode-se concluir que seus postulados conflitam diretamente com os da Metáfora Conceptual de Lakoff: em não havendo qualquer relação entre a linguagem e o sistema conceptual, não poderia haver o que para Lakoff se constitui uma metáfora, ou seja, as projeções entre domínios conceptuais, e por si só isso já provaria o completo equívoco da teoria da Não-conceptualização.

Finalmente, Lakoff comenta sobre a inadequação da *Teoria da Interação* a qual julga ter surgido de uma observação correta e atesta que ela não tem base na Teoria Literal e no paradigma objetivista como no caso de todas as outras analisadas até aqui, o que representa um grande avanço. O problema que Lakoff detecta nesta teoria diz respeito a como o domínio alvo 'permeia' o domínio fonte, embora Black, seu principal defensor, tenha corretamente trabalhado a idéia de dois conceitos interagindo. Postula-se nesta posição que a metáfora é bidirecional, o que significa dizer que as correspondências vão do domínio fonte para o domínio alvo e vice-versa. É como se um conceito fosse visto pela lente do outro, filtrando desse o necessário para sua compreensão, já que nessa teoria não existiria nem conceito fonte nem conceito alvo. Vale lembrar que Lakoff consente

tomar a linguagem como um forte meio de evidência para as conclusões que tira sobre a metáfora conceptual. Sendo assim especula que esta mesma linguagem poderia ser fonte de evidência também para tal bidirecionalidade interacional entre os conceitos. Observa, todavia, que numa metáfora do tipo A VIDA É UMA VIAGEM é o domínio fonte, *viagem*, que estrutura a compreensão do domínio alvo, *vida*, e não o contrário. Se assim fosse possível, certamente teríamos expressões metafóricas lingüísticas que evidenciariam tal projeção. Exemplifica sua defesa alegando a inadequação de expressões do tipo: *'ele nasceu'* querendo dizer metaforicamente que *'ele começou uma viagem'*. Já *'ele começou sua viagem'* poderia ser entendido como *'ele nasceu'*, e aqui acrescentamos – *segundo o contexto* – sem que isso seja uma aparente preocupação de Lakoff na defesa de sua teoria. Aliás, a exclusão sistemática do contexto no processamento metafórico e nem mesmo uma sinalização incisiva para sua grande importância em toda essa questão é uma falta que entendemos em que Lakoff incorre. Além de alguns outros estudiosos, Stern (2000), por exemplo, faz grande caso do contexto e essa questão terá lugar mais privilegiado nos postulados de Fauconnier de quem trataremos no próximo capítulo.

Lakoff conclui lembrando que, embora possamos ter metáforas que aparentam apoiar o argumento da bidirecionalidade como AS PESSOAS SÃO MÁQUINAS e AS MÁQUINAS SÃO PESSOAS, na verdade o que acontece nestes dois casos são projeções completamente distintas e que vão numa única direção: da fonte para o alvo.

Esta sinopse das críticas de Lakoff abre caminho para uma análise mais profunda da concepção de metáfora como entendida por ele. Prosseguiremos com importantes divisões que o autor estabelece para melhor elucidação do problema.

3.2.2. **As metáforas estruturais, orientacionais e ontológicas**

As metáforas conceptuais podem ser classificadas por diferentes parâmetros dentre os quais destacamos agora o da sua função cognitiva. Nesses termos podemos distinguir as metáforas conceptuais em três diferentes tipos: estruturais, orientacionais e ontológicas. As *estruturais*, segundo Lakoff, são aquelas em que um domínio conceptual alvo é estruturado com base noutro domínio conceptual fonte. Neste caso temos as projeções de elementos constituintes de um conceito no domínio fonte para os elementos constituintes de outro conceito no domínio alvo, caracterizando assim o que para Lakoff se constitui numa metáfora. Um exemplo disso seria a metáfora TEMPO É DINHEIRO. (A propósito, como já dissemos acima, essa forma em caixa alta não é proposicional e trata-se apenas de uma maneira de mnemonicamente nomear as correspondências ontológicas entre os domínios para uma melhor racionalização dos estudos). Nesta metáfora o conceito menos abstrato *dinheiro* é usado para compreendermos o conceito mais abstrato *tempo*. Visto que no final do capítulo anterior já fizemos uma explanação de como se dão as correspondências entre os conceitos, inclusive com exemplos, não nos deteremos mais nisso aqui. Prosseguiremos, então, com os outros dois tipos de metáforas conceptuais.

As metáforas *orientacionais* não estruturam um conceito com base noutro; elas organizam um completo sistema de conceitos uns com relação aos outros. O nome dado a estas metáforas decorre do fato de sua relação regular com o campo espacial: para cima - para baixo, dentro - fora, frente - trás, em cima - não em cima, central - periférico, fundo - raso. Lakoff copiosamente declara sua forte crença na participação ativa de nossos corpos na motivação da formação de conceitos. Ele sugere que nossos conceitos são corpóreos (*bodily*), quer dizer, têm na sua elaboração a participação motivacional do elemento corpo e como este interage com o meio.

A metáfora recebe uma orientação espacial que resulta em expressões como *estou pra cima hoje*, que vem da metáfora ALEGRE É PARA CIMA. Lakoff avalia que a questão cultural não pode ser dissociada da questão espacial e estima ser muito

difícil distinguir a base física da base cultural da metáfora, visto que a escolha da primeira está normalmente relacionada à escolha da última que tem a ver com coerência cultural. Exemplifica essa asserção com o fato de que em algumas culturas o futuro é conceptualizado como estando na frente, enquanto noutras como estando atrás: em outras palavras, a mesma motivação física encontra bases culturais diferentes para elaboração da metáfora. Lakoff afirma que as metáforas podem ter diversas bases físicas e sociais e relata que a coerência dentro do sistema pode servir de parâmetro para a escolha de uma e não de outra.

Entre outros exemplos de metáforas orientacionais que Lakoff oferece encontramos: BOM É PARA CIMA - RUIM É PARA BAIXO e as expressões lingüísticas advindas daí: *As coisas nunca estiveram tão em **baixa*** e *Ele faz serviço de **alta qualidade***. Lakoff apresenta como base física para o bem estar de uma pessoa a felicidade, a saúde, a vida e julga que todas as coisas que principalmente caracterizam o que é bom para alguém são PARA CIMA. Um outro exemplo de metáfora orientacional seria SAÚDE E VIDA SÃO PARA CIMA – DOENÇA E MORTE SÃO PARA BAIXO. Dentre outras expressões lingüísticas que advêm dessas metáforas temos: *Lázaro se **levantou** dos mortos*, *Ele está no **topo** de sua saúde*, *Sua saúde está em **declínio*** e *Ele **caiu** morto*, cujas bases físicas estão relacionadas ao fato de nos deitarmos e estarmos, portanto, embaixo quando doentes ou mortos, comparado-se à posição vertical que mantemos quando estamos em pé, bem de saúde ou vivos.

Estas parecem ser argumentações um tanto fantasiosas mas quando vemos outro exemplo como o que segue, o argumento de Lakoff parece ficar mais razoável: MAIS É PARA CIMA – MENOS É PARA BAIXO. Exemplos lingüísticos como *O número de livros impressos a cada ano continua **subindo***, *Minha renda **subiu** no ano passado*, *O número de erros que ele cometeu é incrivelmente **baixo*** e *Se estiver muito quente, **diminua/baix**e o aquecedor* parecem não deixar dúvidas quanto a sua origem motivacional: a base experiencial de que o aumento na quantidade de uma substância líquida gera em conseqüência um aumento na

altura do nível desta num recipiente, ou ainda quanto mais livros, por exemplo, colocarmos numa pilha de livros, mais alta aquela pilha ficará.

Entendendo que os valores mais fundamentais de uma cultura são coerentes com a estrutura metafórica dos conceitos mais fundamentais dessa mesma cultura, pode-se dizer que na nossa cultura *mais é melhor* é coerente com MAIS É PARA CIMA e BOM É PARA CIMA ao passo em que *menos é melhor* não seria coerente com tais metáforas.

Para Lakoff, a maioria dos conceitos fundamentais é organizada com base numa ou mais metáforas orientacionais. Ele ainda adverte para o fato de que a metáfora tem uma rígida base experiencial e devido às diferentes maneiras como experimentamos a verticalidade na nossa experiência, por exemplo, o resultado é que pode parecer haver inconsistência entre algumas metáforas, mas isso seria somente algo aparente.

Veremos a seguir outro tipo de metáfora conceitual a qual o autor chama de *ontológica*.

Lakoff assevera que:

Entender nossas experiências em termos de objetos e substâncias nos permite escolher partes da nossa experiência e tratá-las como entidades ou substâncias discretas de um tipo uniforme. Uma vez podendo identificar nossas experiências como entidades ou substâncias passamos a poder nos referir a elas, categorizá-las, agrupá-las, e quantificá-las, e assim, raciocinar sobre elas (Lakoff & Johnson; 1980, 25 – TN/55).

As metáforas ontológicas, segundo Lakoff, são motivadas pela nossa experiência com os objetos físicos, especialmente com o nosso próprio corpo e nos permitem entender conceitos do tipo *eventos, atividades, emoções, idéias, etc. como entidades e substâncias*. (Lakoff & Johnson;1980). Usamos as metáforas ontológicas para fins diversos; elas nos permitem lidar de maneira minimamente racional com a experiência. Podemos entender, por exemplo, a elevação de preços como uma entidade, a qual chamamos de *inflação*. Assim é possível agirmos de tal sorte que combater, atacar, manter distante ou eliminar a inflação se torna perfeitamente compreensível e parte de como agimos. Também

seria possível sofrer ação desta entidade, uma vez que a entendemos como uma entidade revestida de atributos humanos e, portanto, pensar que a inflação pode nos acuar, destruir, baixar nosso padrão de vida, nos dar uma grande dor de cabeça ou nos deixar tristes não nos parece causar nenhum problema de compreensão e faz parte da nossa linguagem cotidiana sem que normalmente nos demos conta da metáfora aí subjacente. Alguns exemplos adicionais dados por Lakoff para ilustrar tal acepção de metáfora e seus respectivos propósitos são: para referir-se – Estamos trabalhando pela *paz*; para quantificar – Você tem *muita hostilidade* dentro de si; para identificar aspectos – *A brutalidade da guerra* nos torna menos humanos; para identificar causas - Nossa influência no mundo diminuiu devido a nossa *falta de fibra moral*; para estabelecer objetivos e motivar ações – Ele foi para Nova York *em busca de fama e fortuna*.

Outro tipo de metáfora ontológica é a metáfora *recipiente ou contentor*. Lakoff supõe que a adquirimos a partir da experiência com nosso próprio corpo, que é em última análise um recipiente com dois lados, um interno e outro externo, tendo nossa pele como fronteira demarcadora. Destarte *projetamos nossa própria orientação dentro-fora para outros objetos físicos demarcados por superfícies* (Lakoff & Johnson; 1980, 29 – TN/56). O instinto básico de territorialidade humano motiva esta projeção que se aplica mesmo nos casos em que uma área não tem uma fronteira natural bem delimitada, como no caso de uma clareira na floresta: você *entra* e *sai* da clareira assim como *entra* e *sai* da própria floresta. Lakoff assevera que pelo fato de os objetos com fronteira delimitada serem entendidos como tendo tamanho isso os torna passíveis de quantificação. Daí podermos dizer, por exemplo, que *no estado do Amazonas* (entendido como recipiente) existe *muita terra*.

Também conceptualizamos nosso campo visual como um recipiente, e como resultado disso, aquilo que vemos está *dentro* do nosso campo visual. Daí as expressões do tipo: *Ele está **fora de** visão / do campo de visão* e *Não existe nada **em** vista*.

No caso de eventos, ações, atividades e estados Lakoff sustenta que *Usamos metáforas ontológicas para compreender eventos, ações, atividades e estados*. Os

eventos e as ações são conceptualizados metaforicamente como objetos, as atividades como substâncias, e os estados como recipientes (Lakoff & Johnson;1980, 30 – TN/57). Um dos conceitos que usa para exemplificar sua posição concernente a eventos é *corrida*. Expressões como *Ele está **fora** da corrida* revela o conceito como um recipiente, *Você vai **para** a corrida* o revela como um objeto. Para *atividades como substâncias* e, portanto, como *recipientes* sua ilustração é feita com sentenças como ***Fora** lavar janelas, o que mais você sabe fazer? Como você **entrou** nessa profissão de lavador de janelas?* Já no caso de *estado como recipiente* ele apresenta entre outros os exemplos: *Ele **entrou** num estado de euforia* e *Estou **entrando** em forma **lentamente**.*

Relacionado diretamente com o acima exposto, Lakoff também afirma que a *personificação* é um caso óbvio de metáfora ontológica. Ela nos permite compreender diversas entidades não humanas com base em características, motivações e atividades tipicamente humanas. O exemplo da inflação dado acima se aplica por completo ao caso da personificação. Na verdade, uma gama muito grande de personificações acontece com regularidade nas nossas conceptualizações cotidianas.

Quando da elaboração do livro que escreveu em conjunto com Mark Turner, *More Than Cool Reason*, Lakoff e seu colega lançaram a hipótese da *metáfora de nível genérico*. Um exemplo deste tipo de metáfora seria EVENTOS SÃO AÇÕES. Essas metáforas diferem das chamadas metáforas básicas ou de nível específico, i.e., as metáforas convencionais das quais falamos até aqui como TEMPO É DINHEIRO, quanto à sua falta de especificidade tanto com respeito aos domínios fonte e alvo, como também com respeito a uma lista determinada de entidades conceptuais nas correspondências entre os domínios. Os autores chegam a fazer uma comparação entre as duas metáforas citadas que pode ajudar a entender melhor o que querem dizer: sugerem que a metáfora de nível genérico EVENTOS SÃO AÇÕES está para o gênero assim como a metáfora de nível específico TEMPO É DINHEIRO está para a espécie. Lembrem que na taxonomia biológica a espécie deve ter todas as características do gênero sem que o contrário seja verdadeiro. Os estudiosos lançaram tal hipótese para lidar com dois problemas que

enfrentavam: justamente o da personificação e o dos provérbios. Trataremos sucintamente do primeiro, o qual é de nosso interesse maior e já se acha sob análise nossa.

Lakoff diz terem ficado surpresos com o número recorrente de personificações do evento *morte* em diversos poemas que leram (O livro trata particularmente das metáforas usadas na literatura). A pergunta central naturalmente foi: por que tais personificações e não outras? O próprio Lakoff revela que:

Ao estudar personificações em geral, descobrimos que a esmagadora maioria delas pareciam se encaixar num único padrão: eventos (como a morte) são compreendidos como ações por algum agente (como a ceifa). É justamente esse agente que é personificado. Então lançamos a hipótese de uma metáfora bem geral, EVENTOS SÃO AÇÕES, que combina com outras metáforas para vida e morte de existência independente (Lakoff;1993, 231-232 – TN/58).

Ele parte dessa premissa para justificar a personificação e especula, primeiro, que na metáfora A MORTE É UMA PARTIDA, *partida* é um evento e se tomarmos esse evento como uma ação resultante de um agente causal, ou seja, um agente que provoca ou ajuda a provocar uma partida, podemos então dar conta de expressões lingüísticas metafóricas como motoristas, cocheiros, lacaios, etc., os quais funcionariam como tais agentes. Segundo, tomemos a metáfora PESSOAS SÃO PLANTAS. Entendendo que as plantas murcham e morrem e entendendo este evento como decorrente da ação de um agente, este agente seria o ceifeiro. Isso daria conta da nossa compreensão da morte como um ceifeiro.

Para Lakoff o que impede o conceito *morte* de ser metaforizado de outra forma é a preservação da *estrutura de nível genérico*. Ele define essa estrutura como sendo o conjunto das estruturas causal, de aspecto, e a persistência das entidades. Ele trabalha com a hipótese de que a ação deve ter a mesma forma geral de evento assim como o evento e que isso impõe restrições à metáfora EVENTOS SÃO AÇÕES.

Podemos ter ainda em toda essa explanação importantes implicações para outro tipo de metáfora que Lakoff lança na sua teoria contemporânea: a *metáfora*

imagem. Segundo o autor, a metáfora imagem também é realizada por uma projeção de um domínio conceptual fonte para um domínio conceptual alvo sendo que tais domínios seriam compostos de imagens mentais ricas e não de conceitos. A estrutura do domínio fonte é projetada na estrutura do domínio alvo. Num dos exemplos que oferece, *Minha esposa ... cuja cintura é uma ampulheta* (de André Breton), Lakoff argumenta que fazemos a projeção com base nas imagens mentais convencionais que temos desses objetos sem que as palavras indiquem quais são as partes das imagens que devem ser projetadas.

O que o ceifeiro tem a ver com essa metáfora imagem está relacionado à sua imagem negativa. Lakoff argumenta que tendemos a projetar imagens que corroboram nossos sentimentos sobre o evento. Ele afirma que:

Isto não é uma restrição à parte, mas sim uma consequência da forma como raciocinamos sobre os domínios fonte e alvo e eles entre si. A metáfora EVENTOS SÃO AÇÕES liga o evento no domínio de evento ao evento correspondente no domínio da ação e, conseqüentemente, à ação que causou aquele evento. Logo, nossos sentimentos sobre o evento devem corresponder aos nossos sentimentos sobre a ação (Lakoff & Turner;1989, 79 – TN/59).

Por isso, no caso da morte, temos nossos sentimentos projetados no agente da morte, o qual é metaforicamente identificado como sendo o ceifeiro. Para Lakoff a naturalidade com que podemos criar através de metáforas mostra o impressionante poder do pensamento metafórico.

3.2.3. **Esquemas imagéticos**

Lakoff acredita que a experiência é em boa parte estruturada pelo que chama de *esquemas imagéticos* (image schemas). Estes esquemas se fundamentam tanto na experiência que temos com nosso corpo quanto nas experiências mais comuns e gerais humanas. Para tratar deles Lakoff evoca um *insight* básico de seu colega Mark Johnson, que foi perceber que ... *a experiência é estruturada de*

forma significativa antes e independentemente de qualquer conceito. Os conceitos existentes podem impor uma estrutura adicional ao que experienciamos, porém, as estruturas experienciais básicas estão presentes independentemente de qualquer imposição dos conceitos (Lakoff; 1987, 271 – TN/60). Tais estruturas seriam, portanto, pré-lingüísticas e universais.

Johnson também concebe a compreensão dos esquemas imagéticos como *gestalts* da experiência – como um todo estruturado que é mais do que uma mera coleção de suas partes – e como tal sua compreensão é irredutivelmente cognitiva.

Lakoff adverte que:

Os esquemas imagéticos, como o nome sugere, não são imagens mentais ricas: eles são sim estruturas muito gerais como áreas limítrofes, percursos, centros (se contrapondo à periferia), e assim por diante. Os sentidos espaciais das preposições tendem a ser definidos com base nos esquemas imagéticos (e.g. dentro, fora, de, para, ao longo de, etc.) (Lakoff & Turner; 1989, 99 – TN/61).

Nos domínios físicos esses esquemas dão estrutura às imagens mentais que temos e permitem sua projeção noutras imagens como no caso que expusemos acima: *Minha esposa ... cuja cintura é uma ampulheta* (André Breton). Eles também têm uma lógica interna que facilita o raciocínio espacial através da qual podemos concluir que se X está em A e A está em B logo X está em B – retomaremos essa caso mais adiante. Quando as metáforas projetam um domínio espacial num domínio não espacial abstrato, a lógica funcional dos esquemas imagéticos é preservada nas projeções. Isso implica dizer que essa mesma lógica de tais esquemas se transforma em lógica abstrata nos domínios conceptuais abstratos: daí resulta podermos dizer que algo está *dentro* ou *fora* de uma determinada categoria onde as preposições dentro e fora se referem a abstrações e não a algo físico (Lakoff & Turner; 1989).

Entre os esquemas imagéticos já analisados e com freqüência evidenciados por termos lingüísticos temos: recipiente, parte-todo, ligação, centro-periferia, origem-percurso-destino, percurso (caminho), para cima - para baixo, frente - trás, ordem linear, força, equilíbrio, contato, bloqueio, remoção, contra-força,

compulsão, dentro - fora, perto - longe, contato, ordem linear e quantidade. Os estudos na tentativa de elencar todos os possíveis esquemas imagéticos prosseguem.

Vejamos como alguns destes são tratados e sua importância para os estudos da metáfora. O esquema imagético *recipiente*, por exemplo, é um cuja base vem da experiência com nosso corpo e sua forma inerente com um lado interno e um externo, tendo a pele como sua linha fronteira e também de experienciar as coisas como recipientes com interiores, exteriores e limites fronteiros, e.g. um quarto, um copo, um carro. Aplicamos esse esquema imagético metaforicamente a expressões metalingüísticas como *conteúdo das palavras*, e também ao conceito abstrato *mente*, e.g., *Ele tem uma mente totalmente vazia*.

Outro esquema imagético, *parte-todo*, estrutura nosso raciocínio metaforicamente sobre organizações sociais como a família - um todo composto de partes; estas partes podem ser *separadas* pelo ato do divórcio, ou ainda o caso da sociedade indiana, conceptualizada como um corpo cujas partes são as castas. Tendo a cabeça como a parte mais importante do corpo e sendo esse conhecimento projetado metaforicamente para a organização social acaba-se preservando a posição superior de algumas castas. O esquema centro-periferia de onde se entende o centro como sendo mais importante do que as outras partes periféricas que dependem da parte central e cuja base está também no nosso próprio corpo, com a cabeça e o tronco sendo mais importantes do que os membros, visto que aqueles são vitais para nossa existência, ao contrário destes, resultam expressões lingüísticas metafóricas como: *as teorias têm princípios centrais e periféricos*. Um esquema imagético de aceitação aparentemente fácil seria *para cima - para baixo*: fundamentado na experiência como nos exemplos que mencionamos acima. Daí resultam expressões metaforicamente conceptualizadas que se aplicam à noção de mais e menos: os preços *subiram/baixaram*; ou à noção de bom e mau: espírito *elevado*, *cair* em desgraça; ou ainda à noção de poder e falta de poder / controle: *ascensão* social, classe *alta* e *baixa*, ter poder *sobre* alguém, estar *sob* controle de alguém; frente e trás

aplicado metaforicamente ao tempo: vamos deixar para *trás* o que *passou* (passado), o que importa é o que *vem* pela *frente* (futuro), etc.

Esta hipótese pode ser facilmente confundida com a idéia de que os esquemas são apenas receptáculos os quais enchemos com experiência. Mas uma definição dada por Silva ajuda a pensarmos com mais precisão sua verdadeira constituição. Ele define esquemas imagéticos como ... *padrões não-proposicionais dinâmicos, [...] imagéticos que emergem da actividade sensório-motora e da percepção de ações e eventos* (Silva; 1999, 55).

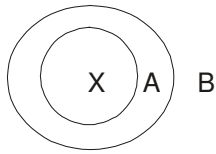
Podemos concluir essas considerações sobre os esquemas imagéticos com uma conclusão a que Lakoff chega e que julgamos de importância vital para o desenvolvimento de todo seu estudo sobre o fenômeno metafórico. Lakoff afirma que *Os esquemas imagéticos dão uma evidência de particular importância para alegação de que o raciocínio abstrato é uma questão de duas coisas: (a) a razão é baseada em experiência corpórea, e (b) as projeções metafóricas vão do domínio concreto para o abstrato* (Lakoff; 1987, 275 – TN/62).

Seguiremos agora com outro importante aspecto de sua teoria: o Princípio da Invariância.

3.2.4. **Compreensão metafórica de conceitos semânticos básicos e o Princípio da Invariância**

Lakoff sugere que assim como a compreensão do conceito semântico *amor* se dá metaforicamente, o mesmo normalmente acontece com alguns outros conceitos semânticos básicos para nós como *categoria, quantidade e escalas lineares, tempo, causa, estado, mudança, ação, propósito, meio, e modalidade*. Vejamos como esse processo se dá em alguns desses conceitos.

Ele toma o conceito *categoria*, por exemplo, e observa que o mesmo é entendido metaforicamente como um recipiente. As coisas podem estar *dentro* ou *fora* das categorias, ser *postas* ou *retiradas* delas. Ele afirma que a lógica clássica das categorias é igual à lógica dos recipientes. Dada a figura:



X está em A

A está em B

∴ X está em B

Fig. 1

(adaptado de Lakoff; 1993)

Se X está no recipiente A e o recipiente A está no recipiente B, logo X está no recipiente B

Lakoff observa que ... *as propriedades lógicas das categorias clássicas podem ser vistas como seguindo das propriedades topológicas dos recipientes mais a projeção metafórica desde os recipientes para as categorias. Contanto que as propriedades topológicas dos recipientes sejam preservadas pela projeção, o resultado será verdadeiro* (Lakoff; 1993, 213 – TN/63). Ele ainda acrescenta que neste processo são feitas duas generalizações concomitantemente: a lingüística e a lógica, ou seja, a linguagem e a lógica dos recipientes se aplicam às categorias clássicas.

Outro conceito trabalhado por Lakoff é o de *quantidade*. Ele diz que este conceito envolve pelo menos duas metáforas: MAIS É PARA CIMA / MENOS É PARA BAIXO e ESCALAS LINEARES SÃO CAMINHOS. A evidência lingüística seria encontrada em expressões como: *os preços subiram, o mercado afundou* para a primeira metáfora e *João está à frente de Bill em inteligência* e *A inteligência de João vai bem além da de Bill* para a segunda. A ilustração da figura 2 pode nos ajudar a visualizar como a projeção se processa:

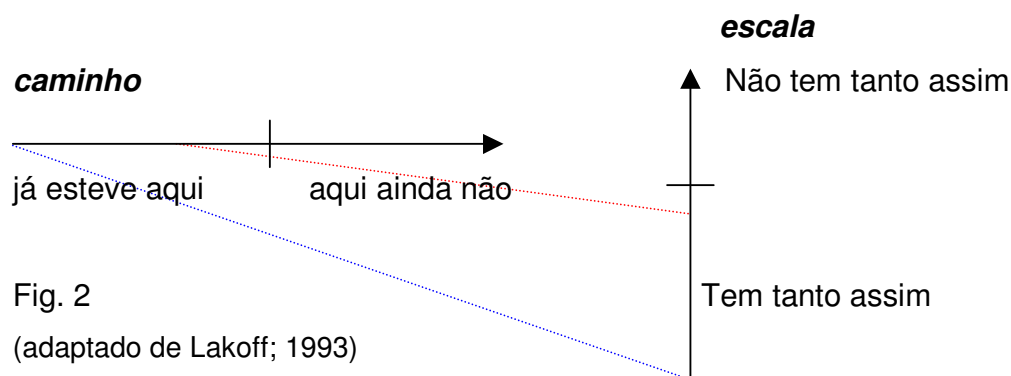


Fig. 2
(adaptado de Lakoff; 1993)

Lakoff diz que *A metáfora projeta o ponto inicial do caminho no ponto inicial na base da escala e projeta a distância percorrida na quantidade em geral* (Lakoff; 1993, 214 – TN/64). Desta forma pode-se também observar que a lógica do caminho é projetada na lógica da escala linear de onde poderíamos inferir respectivamente, por exemplo, que: a) se você vai de A até C e está agora em B significa dizer que já esteve em todos os pontos entre A e B e em nenhum ponto entre B e C; e b) se você tem \$50 na conta bancária, você conseqüentemente tem \$40, \$30, e assim por diante, mas não tem \$60, \$70 ou qualquer quantidade maior. Esta inferência se aplica a qualquer esquema imagético de caminho, considerada a condição de preservação da topologia cognitiva (estrutura esquema imagética) do domínio fonte. Também neste caso é possível fazer uma generalização lingüística e estrutural. Ele argumenta que uma vez observados os termos usados nos exemplos dados – *vai além* e *está à frente* – não há como enquadrá-los se não nas esferas de movimento e espacial, respectivamente, o que por si só já bastaria para que uma análise metafórica fosse então priorizada. A esse propósito veremos a seguir como Lakoff hipotetizou uma solução para a abordagem dessa questão.

Lakoff lança a *Hipótese da Invariância* que segundo ele trata de um princípio geral com o fim de caracterizar regularidades nos sistemas lingüístico e conceptual. Esta hipótese assevera que *As projeções metafóricas preservam a topologia cognitiva (quer dizer, a estrutura esquema imagética) do domínio fonte de forma consistente com a estrutura inerente do domínio alvo* (Lakoff;1993, 215

– TN/65). Ela nada mais faz do que garantir que a estrutura esquema imagética do domínio alvo não será violada, ou seja, que nos esquemas de recipiente, por exemplo, os interiores serão projetados em interiores, os exteriores em exteriores, etc, ou também que nos esquemas de caminho, as origens serão projetadas em origens, que os destinos serão projetados em destinos, etc. Em suma, este princípio garante que não haverá casos em que um interior de um domínio fonte será projetado num exterior de um domínio alvo.

As sugestões feitas através desta hipótese têm sérias conseqüências para a compreensão de como raciocinamos. Lakoff sustenta que:

Já que a topologia cognitiva dos esquemas imagéticos determina seus padrões de inferência, a Hipótese da Invariância alega que os padrões de raciocínio imagéticos são projetados nos padrões de raciocínio abstratos através das projeções metafóricas. Isso acarreta em que pelo menos algum (talvez todo) raciocínio abstrato seja uma versão metafórica do raciocínio de base imagética (Lakoff; 1990, 39 – TN/66).

Outro conceito semântico que compreendemos metaforicamente é *tempo*. Para Lakoff o conceito tempo é compreendido como espaço em língua inglesa. Calculamos que na língua portuguesa tal concepção metafórica de tempo também seria aplicável dadas as correspondências nas versões de muitos dos termos usados na língua inglesa para o português.

De acordo com Lakoff (1993) o conceito *tempo* é entendido ontologicamente como coisas (entidades e localizações) e movimento. Ele aponta dois casos especiais para compreensão metafórica deste conceito: 1) o observador está estacionário e o conceito *tempo* é entendido como sendo uma entidade se movendo na sua direção também com sua frente apontando na direção do movimento; 2) O conceito *tempo* é entendido como sendo uma localização estacionária e o observador se movimenta na direção dela. Para Lakoff a metáfora O TEMPO PASSANDO É MOVIMENTO incorpora uma generalização que justifica o uso de expressões espaciais usadas para se referir ao conceito *tempo*. No caso especial 1 o acarretamento semântico e as formas lingüísticas das

expressões abaixo* podem ser explicados pela metáfora O TEMPO PASSANDO É MOVIMENTO DE UM OBJETO:

- *The time will come when ... (Virá o tempo em que ...)*
- *The time for action has arrived (O tempo/hora de agir chegou)*
- *Thanksgiving is coming up on us (O dia de ação de graças está se aproximando)*
- *I can't face the future (Não posso enfrentar/encarar o futuro)*
- *Time is flying by (O tempo está voando / O tempo está passando voando)*
- *The time has passed when ... (O tempo em que... passou /Passou-se o tempo em que...)*

Já no caso especial 2, a metáfora O TEMPO PASSANDO É MOVIMENTO SOBRE UMA ÁREA daria conta de expressões como:

- *There's going to be trouble down the road (Vai ter problema mais adiante)*
- *He stayed there for ten years (Ele ficou lá por dez anos)*
- *His stay in Russia extended over many years (Sua estadia na Rússia se entendeu por muitos anos)*
- *He passed the time happily (Ele passou o tempo feliz)*
- *We're coming up on Christmas (Estamos nos aproximando do natal)*
- *He'll have his degree within two years (Ele terá seu diploma dentro de dois anos)*

No caso especial 2 as expressões de localização são projetadas nas expressões temporais e seus respectivos significados e isso revela um princípio geral que relaciona termos espaciais e seus padrões de inferência com termos temporais e seus padrões de inferência. Nos dois casos tem-se uma consequência teórica interessante como resultado de leituras inconsistentes dos termos projetados: A leitura dos termos 'aproximar-se' em: *Natal **se aproximando***

* Lakoff dá mais exemplos, mas limitamos o número de citações uma vez que as aqui apresentadas ilustram bem seu ponto de vista e têm correspondentes em língua portuguesa.

e *Estamos nos aproximando do Natal*, os quais são temporais, geram duas leituras, uma em que o tempo que passa é o primeiro argumento e a outra em que o primeiro argumento é o observador. Lakoff adverte que a mesma condição é observada com o verbo passar em *O tempo ... passou* e *Ele passou o tempo ...* (Lakoff;1993 – TN/67)

Isso mostra que é necessário detalhar as projeções entre os conceitos tempo e espaço uma vez que não existe um só tipo de correspondência entre eles.

Finalmente, e o que parece sempre ter um enorme peso na teoria de Lakoff, temos a análise positiva que ele faz da nossa compreensão metafórica do tempo e sua relação de encaixe na condição biológica do nosso corpo. Especula sobre a utilidade do aparelho visual na detecção de movimento e de objetos em face da nossa falta de possibilidade de captação sensorial para o tempo (seja lá o que isso for!), brinca Lakoff, e conclui julgando fazer sentido que esse casamento entre o biológico e o conceptual aconteça.

Limitar-nos-emos aos exemplos de conceitos semânticos já vistos entendendo que os demais não acrescentariam algo teoricamente novo ao postulado de Lakoff e supondo que o que já expusemos pode prestar-se para uma compreensão do que o autor intenta neste sentido.

3.2.5. **Modelos Cognitivos Idealizados (MCIs)**

Uma importante contribuição de Lakoff ao escrever *Women, Fire and Dangerous Things* foi seu *insight* de modelos cognitivos idealizados. Ele lançou a hipótese de que ... *nós organizamos nosso conhecimento através de estruturas chamadas de Modelos Cognitivos Idealizados, ou MCIs, e as estruturas categoriais e os efeitos prototípicos são subprodutos desta organização* (Lakoff; 1987, 68 – TN/68). Se retomarmos a definição de domínios conceptuais dada por Kövecses como qualquer organização coerente da experiência, podemos concluir então que estes na verdade estão diretamente relacionados com os MCIs como descritos por Lakoff.

O livro ao qual nos referimos acima é essencialmente dedicado à questão da categorização e suas implicações para nosso modelo de mente. Nele Lakoff demonstra a inadequação do modelo tradicional que se baseia na apresentação de propriedades necessárias e suficientes para categorização das coisas no mundo. Elaborando as idéias desenvolvidas por Rosch et al. relativamente à teoria de protótipos, Lakoff propôs uma nova concepção para categorização que chamou de efeitos prototípicos. Segundo Silva,

Lakoff repudia a idéia de que os protótipos são os elementos organizadores de uma categoria e interpreta-os como fenômenos de superfície, conseqüências da estrutura das categorias, na qualidade, portanto, de **efeitos – efeitos de prototipicidade**. Por outras palavras, Lakoff defende a tese de que os protótipos não determinam a estrutura das categorias, mas antes são determinados por aquela (a qual, por sua vez, é determinada pelo que ele mesmo designa por 'modelos cognitivos idealizados') (Silva; 1999, 28).

Para Lakoff, portanto, a teoria da prototipicidade teria como principal objetivo investigar as múltiplas origens dos efeitos de prototipicidade.

Lakoff destaca duas das possíveis formas de aquisição de modelos cognitivos, sendo uma delas a experiência direta que temos com o mundo e a outra a nossa cultura. Com relação à aquisição pela cultura ele adverte que:

Os modelos cognitivos que são adquiridos através da nossa cultura são modelos tipicamente de longa duração. Os modelos culturais deste tipo geralmente diferem do nosso conhecimento científico. Por exemplo, expertos em lobos afirmam que os lobos evitam os humanos sempre que podem; contudo, nosso modelo cultural de lobos os vê como feras indóceis que atacam os humanos sem provocação, normalmente com crueldade (Lakoff & Turner; 1989, 66 – TN/69).

Ele ainda nos lembra do caráter inconsciente e automático dos MCIs e observa que sua existência não se deve ao fato de podermos observá-los diretamente mas sim de podermos inferi-los através de seus efeitos. Lakoff também postula que esses MCIs, os quais vê como *gestalts*, fazem uso dos seguintes princípios estruturais: proposicional, esquema imagético, metafórico e metonímico.

Lakoff sugere que uma melhor compreensão desses modelos se dá a partir de exemplos. Toma, para começar, o termo *terça-feira* com base nos *frames* de Fillmore (1982b) para sua ilustração: para entendermos *terça-feira* é necessário definir o termo com relação ao modelo idealizado que inclui a noção de movimento natural do ciclo solar que caracteriza o fim de um dia e o começo de outro e um ciclo de calendário maior de sete dias chamado *semana*. O ciclo semanal é um todo que tem sete partes nomeadas por *día* e distribuídas linearmente, sendo que sua terceira parte se chama *terça-feira*. O modelo de semana não existe objetivamente: é resultado da criação humana, assim como outros modelos de calendário (Lakoff & Turner; 1989). Ele faz menção a um outro modelo cognitivo idealizado de divisão do tempo com base no conceito Balinês de semana que tem base em três modelos diferentes com cinco, seis e sete dias respectivamente. Poderíamos acrescentar analogicamente como as diferentes grandes religiões; cristianismo, judaísmo e islamismo têm seus modelos idealizados de calendário e como isso influencia toda uma forma de pensar e agir por parte de seus adeptos.

Um outro exemplo que Lakoff oferece, ainda com base nos estudos de Fillmore é o do termo *solteirão* (bachelor). Assinala que na visão tradicional esta categoria seria definida com base em propriedades suficientes e necessárias: homem solteiro / não casado. Argumenta, porém, que o termo *solteirão* é definido com respeito a um modelo idealizado que envolve uma sociedade humana com casamento monogâmico e com uma faixa etária na qual existe a expectativa de que esta ação seja consumada. Isto excluiria, pois, os casos como os das categorias papa, ou uma criança do sexo masculino, ou ainda de um mulçumano permitido se casar com quatro mulheres, mas que só se casou com três, entre outras.

Um outro problema do qual só um MCI daria conta é a categoria *mãe*. Embora tenhamos visto de modo muito sucinto acima acreditamos que a essência desta já foi explorada a contento e concluiremos aqui com os exemplos ilustrativos dos MCIs.

A importância da idéia de MCIs é significativa e particularmente importante para a teoria que estaremos escrutinando a seguir, a Teoria da Fusão ou

Integração Conceptual de Fauconnier, visto que, de acordo com Lakoff, *Cada MCI, ao ser usado, estrutura o que Fauconnier descreveu por espaço mental* (Lakoff; 1987, 68 – TN/70).

3.3. **Conclusão**

A Teoria Conceptual da Metáfora se mostra como revolucionária com toda sua carga teórica e seu firme embasamento empírico colocando os estudos do fenômeno metafórico sob uma perspectiva bem diferente das demais que a precederam. Algumas perguntas relativas à metáfora que a teoria busca responder parecem não deixar de serem satisfeitas por respostas conclusivas. Outras ficam zumbindo nossos ouvidos e de cujas respostas podem surgir ainda mais questionamentos. Por exemplo, Wierzbicka (apud. Silva; 1999) se põe contra a teoria de Lakoff e levanta a indagação sobre se seria verdade ou não que os conceitos abstratos, ou pelo menos parte deles, são de fato adquiridos através dos conceitos concretos? Precisariamos do conceito de fogo ou do de guerra para só então adquirirmos o de amor?

Acreditamos que a Teoria da Metáfora Conceptual nos oferece subsídios valiosos que nos dão um norte e principalmente nos liberta de uma forma de pensar milenar que nos se mostrou inquestionável por tanto tempo. Lakoff se demonstra seguro do que diz o tempo todo mas não se exime da possibilidade de ter seus postulados questionados, estendidos ou até modificados, além do que não esconde suas limitações. Passemos agora para uma análise da Teoria da Integração/Fusão Conceptual de cunho sócio-interacionista de Gilles Fauconnier.

4. A Teoria da Fusão Conceptual de Fauconnier

4.1. Apresentação

A Teoria da Fusão Conceptual (TFC) de Gilles Fauconnier, elaborada e desenvolvida em parte com Mark Turner, é considerada um avanço significativo nos estudos lingüístico-cognitivos recentes. Ela enriquece e acrescenta substancialmente às conquistas obtidas pelos postulados da Teoria da Metáfora Conceptual (TMC) de Lakoff. Comparativamente, avaliamos que ela tem em seu favor como sua principal característica o fato de não se limitar à investigação do fenômeno metafórico, como o faz a TMC, mas engloba vários tipos de fenômenos conceptuais que dizem respeito de forma mais abrangente, e principalmente, a como nossa mente processa a construção de significado em geral e de forma mais pontual, direta ou indiretamente, à construção de significado pela linguagem natural como um todo. Alguns exemplos concernentes à linguagem que a integração conceptual é capaz de explicar são: os contrafactuais, os condicionais e as metáforas, é claro.

Fauconnier, de forma menos enfática e recorrente do que Lakoff, embora tão incisivo quanto este, também alude à impropriedade ou mesmo à impossibilidade de tratar certas questões relativas ao significado na linguagem natural pelos moldes tradicionais que privilegiavam uma semântica vericondicional. Insiste em que o significado dos termos não está neles próprios, mas resulta de uma complexa operação cognitiva desenvolvida no decorrer do discurso (on-line) e dá à questão do contexto na construção do significado uma posição de destaque, algo notadamente pouco enfatizado na obra de Lakoff. Ele afirma que: *Uma expressão lingüística 'E' não tem um significado em si própria; mais propriamente, ela tem um **potencial de significado**, e somente através de um discurso completo num contexto é que o significado será realmente produzido* (Fauconnier; 1997; 37 –TN/71).

Fauconnier dá forte alcance ao seu trabalho de pesquisa pela elaboração da teoria dos *Espaços Mentais*, que acabaria por intitular um livro do mesmo nome (1985), que confessa ter sido escrito justamente em reação às tendências tradicionais de visão de significado. Exploraremos mais adiante estas unidades de organização cognitiva chamadas de espaços mentais as quais servem de base para todo o processo de fusão defendido por Fauconnier.

Como já dito acima, Fauconnier rejeita terminantemente a idéia de que o significado está nas próprias palavras – uma visão dantes aceita por grande parte dos estudiosos do assunto e em particular pelos que tomavam a questão da literalidade e suas implicações como ponto de partida para seus estudos sobre o significado – e calcula que as expressões lingüísticas que usamos são, tão somente, indutores (*prompts*) que nos guiam na construção de significado que engloba um processo cognitivo complexo e criativo. Ele afirma recorrentemente por toda sua obra tal noção e em um de seus principais livros sobre o assunto (*The Way We Think*: 2002) ele diz que:

... as palavras e os padrões nos quais as palavras se encaixam são gatilhos para a imaginação. Elas são ativadores que usamos para tentar fazer com que nós e os outros ativemos um pouco do que sabemos e trabalhemos nisso criativamente para chegarmos a um significado. A fusão é uma parte crucial deste trabalho de imaginação... (Fauconnier & Turner; 2002, 146 – TN/72).

Embora Fauconnier veja na linguagem uma forte aliada nos estudos cognitivos, uma vez que esta pode servir de evidência para conclusões alusivas ao pensamento e a outros processos mentais por estar intimamente ligada a eles, ele é reconhecedor de uma importante adversidade que permeia toda essa exaustiva tarefa, ao lembrar que:

Quando a linguagem, a mente e a cultura são objeto de estudo científico, o investigador já não é mais um mero espectador. Ele ou ela é um dos atores, parte do fenômeno sob investigação: o pensar e o falar que precisam ser desmistificados também são o pensar e o falar usados para efetuar a desmistificação. A investigação que vai revelar os segredos de bastidores também faz parte do show principal, e claramente estamos em terreno intelectualmente perigoso (Fauconnier; 1994, xvii – TN/73).

A fusão conceptual é para o autor o principal mecanismo de construção do significado de que dispomos. Poderíamos resumir a estrutura teórica desse processo de integração conceptual de forma simples, muito embora o processo em si seja de uma complexidade expressiva, dizendo que ela se compõe essencialmente de quatro ou mais espaços mentais, sendo dois destes chamados de espaços de entrada de dados ou *input*, os quais trazem informação de domínios cognitivos distintos, um outro espaço chamado de genérico, o qual guarda estruturas comuns aos espaços de *input*, e, finalmente, um espaço para onde convergem todas as atenções finais do processo chamado de fusão, o qual consagra todo um conjunto de operações de combinações dinâmicas de modelos cognitivos resultando geralmente em estrutura emergente.

Ainda é muito importante lembrar que a fusão se dá tanto através de projeções parciais entre modelos cognitivos dos diferentes espaços da rede de integração quanto da projeção, também parcial, de estrutura conceptual de um espaço para outro. A propósito disso, a concepção de projeção ou correspondência (*mapping*) foi chave no desenvolvimento das idéias que moveram todo o trabalho de Fauconnier nos rumos que ele tomou. Neste sentido, o autor declara uma nítida defesa da importância das projeções no processo de criação de significado e na compreensão da comunicação em geral, ao asseverar que:

Entender é criar. Comunicar é desencadear processos dinâmicos criativos em outras mentes e nas nossas próprias. As projeções [...] podem ser cristalizadas (como a metáfora convencional e as construções gramaticais já instituídas) mas elas também operam on-line para gerar novos significados, visões e interpretações. De fato, as projeções cristalizadas fornecem um forte apoio prático para inovações on-line (Fauconnier; 1997, 182 – TN/74).

Fauconnier ainda se mostra convicto do fato de que a fusão nos permite fazer uma nova interpretação da realidade quando esta é bem sucedida; ela não se limita à meras construções conceptuais e é entendida como uma arena legítima de exploração mental que favorece a aparição de significados não previstos na sua formação.

Podemos perceber que, apesar de Fauconnier se posicionar muito claramente numa direção que vai além das propostas de Lakoff, ele não prescinde de importantes *insights* que a Teoria da Metáfora Conceptual trouxe para os estudos dos fenômenos conceptuais e das atividades cognitivas realizadas pelos seres humanos, como é o caso das projeções além de outros como os modelos cognitivos idealizados (MCIs) e os esquemas imagéticos, mas deste particular trataremos mais adiante.

Vejamos agora com mais detalhes primeiramente o que são estes espaços e como cada um deles participa efetivamente de todo este processo e, posteriormente, quais os princípios que alicerçam a atividade de integração conceptual e o que mais está por trás dela. Finalmente, entraremos num campo que é para nós nesta pesquisa, de importância central, a saber, como a Teoria da Fusão Conceptual e a Teoria da Metáfora Conceptual podem ser vistas como complementares de tal sorte que na análise dos nossos dados possamos fazer uso das duas sem que isso signifique nem uma incompatibilidade procedimental nem uma ruptura com o contrato que temos com nossos objetivos maiores e periféricos neste trabalho.

4.2. ***Espaços mentais***

Os espaços mentais são construtos teóricos usados na organização dos processos cognitivos relacionados à criação de significado. Coulson & Oakley argumentam que:

Sendo uma teoria da semântica cognitiva, a Teoria dos Espaços Mentais situa o significado nas representações mentais dos falantes, e interpreta as estruturas lingüísticas como dicas que instigam os falantes a instituir elementos na estrutura inferencial. Os elementos nos espaços mentais se referem aos objetos no mundo apenas indiretamente, como objetos nas representações mentais dos falantes, quer reais ou não (Coulson & Oakley; 2000, 176 – TN/75).

Estes espaços são estruturas parciais e temporárias que surgem no decorrer da fala e do pensamento e representam entidades e relações de uma situação que lembramos, experimentamos ou imaginamos, quer no passado, no presente ou no futuro; uma espécie de receptáculo de informação importante sobre um domínio específico. As expressões e as estruturas lingüísticas têm um lugar importante na construção desses espaços, pois elas, além de ajudar a criar os espaços, ainda ajudam a criar os elementos dentro desses espaços como também as relações existentes entre os mesmos. Coulson & Oakley adicionalmente esclarecem que:

Os elementos representam cada uma das entidades do discurso e os enquadres simples representam as relações existentes entre eles. Como a mesma situação pode ser interpretada de várias formas, os espaços mentais geralmente são usados para fazer uma partição na informação que está vindo de fora sobre os elementos nas representações referenciais dos falantes (Coulson & Oakley; 2003 – TN/76).

Com igual importância nesse processo temos os domínios conceptuais já conhecidos. Mas se faz necessária uma clara distinção entre estes dois conceitos. Grady et al. nos esclarecem que:

Os espaços mentais não são equivalentes aos domínios e inclusive dependem destes: os espaços representam cenários particulares que são estruturados por certos domínios [...] um espaço mental é um construto de curta duração informado pelas estruturas de conhecimento mais gerais e mais estáveis associadas com um certo domínio (Grady et al.; 1999 – TN/77).

Sendo assim, é possível ativar não só os dados lingüísticos utilizados, mas também o conhecimento prévio e contextual na construção, estabelecimento e modificação dinâmica de espaços mentais na memória operante. Aqui se faz necessário enfatizar o papel apenas motivacional dos dados lingüísticos neste processo, lembrando que os espaços não têm uma natureza lingüística, mas sim cognitiva, muito embora sejam criados com base também nas diretrizes que as formas lingüísticas estabelecem. Outra coisa importante é que os próprios

espaços podem servir para *modelar projeções dinâmicas no pensamento e na linguagem* (Fauconnier & Turner; 2002, 102 – TN/78).

Os espaços mentais consistem *de elementos e relações ativadas simultaneamente como uma estrutura integrada única. Frequentemente um espaço mental é organizado pelo que chamamos de enquadre conceptual* (op cit, 104 – TN/79). Estes enquadres normalmente incluem o que Lakoff chama de esquemas imagéticos, como vimos no capítulo anterior. Lakoff também destaca a importância dos modelos cognitivos idealizados (MCIs) na estruturação dos espaços mentais.

Os espaços mentais viabilizam a partição das estruturas do discurso e de conhecimento de forma bem determinada. Os elementos que compõem cada espaço fazem parte de um enquadre específico e mantêm uma relação com suas contrapartes noutros espaços. Fauconnier lembra que:

... à medida que o pensamento humano desabrocha, ele estabelece elaboradas configurações de espaços mentais ligados uns aos outros e ao conhecimento anterior. O gerenciamento do discurso é essencial [...] O pensador, o falante, o ouvinte, e o participante do discurso devem se manter informados sobre os espaços criados, seus conteúdos, as ligações entre eles, e a ordem de aparição de cada um deles. O processo é dinâmico. Em qualquer estágio, deve-se saber ou ser capaz de decifrar como se mover discursivamente pela configuração (Fauconnier & Turner; 1997, 72 – TN/80).

Daí surge a importância central que as projeções têm no universo das duas teorias: a dos Espaços Mentais e a da Fusão.

Coulson argumenta que cada espaço mental se apresenta logicamente coerente individualmente, apesar de, às vezes, o discurso parecer contraditório. Ela justifica seu ponto de vista observando que:

... para se fazer a partição de um enunciado do tipo 'Há seis meses atrás Júlio estava em perfeito estado de saúde, mas agora ele está à beira da morte' começaríamos por dividir a informação em dois espaços: um para seis meses atrás e outro para o tempo (base) presente. Cada espaço tem coerência interna e juntos trabalham

para representar toda a informação contida na sentença (Coulson; 1996 – TN/81).

Como podemos ver, os espaços mentais foram sem sombra de dúvida a grande virada do jogo. Com eles Fauconnier pôde lançar mão de um conceito que alicerçou toda a concepção da rede de projeções, carro-chefe no seu raciocínio de como o significado é construído e que será agora nosso próximo assunto a ser analisado.

4.3. ***Fusão Conceptual***

Uma preocupação central de Fauconnier no que diz respeito à construção de significado está intimamente ligada ao que se convencionou chamar de projeções (*mappings*). Estas projeções ou correspondências se dão tanto entre elementos e estruturas de domínios diferentes quanto de espaços mentais diferentes. Julgamos estar claro neste ponto de nosso trabalho que os espaços mentais e os domínios conceptuais não se referem aos mesmos conceitos: num espaço, por exemplo, podemos ter elementos de um ou mais domínios embora estes sejam mais abrangentes do que aqueles. De toda sorte, o que nos interessa, particularmente, é saber como para Fauconnier o significado é construído a partir dessas projeções interesaciais e como ele descreve tal processo.

Apesar de admitir as conquistas obtidas pelos estudos conceptuais da metáfora como fenômeno que diz respeito às projeções de estruturas esquemáticas comuns entre um domínio fonte e um domínio alvo, Fauconnier observa que as pesquisas em fusão conceptual têm mostrado que além dessas projeções ... *há processos de integração dinâmicos que constroem novos espaços mentais mesclados. Estes espaços desenvolvem estrutura emergente que é elaborada na construção de significado on-line e serve como importante sítio de atividade cognitiva* (Turner & Fauconnier; 2000 – TN/82).

Tendo partido de sua teoria sobre os espaços mentais, portanto, Fauconnier desenvolveu uma segunda e mais potente teoria que lhe daria com maiores e

mais confiáveis detalhes a trajetória da construção do significado não só pela linguagem natural, da qual nos servimos para a própria investigação, mas também por meio de outros recursos, como é o caso do conhecimento prévio, da memória, do contexto, e principalmente da projeção entre espaços conceptuais, entre outros. Na verdade, é preciso ter bem claro que, para o autor, a linguagem, participante ativa deste processo, nem é a única figurante deste espetáculo nem trás em si o peso de portar significado a priori, mas atua conjuntamente com outros elementos já citados para alcançar os objetivos descritos pelo autor. Isto por si só já o difere de pesquisadores que tomavam a linguagem como autônoma e portadora de significado, como vimos através de críticas relatadas acima. Mais especificamente, o que levou Fauconnier a elaborar tal teoria foi sua preocupação em dar conta de enunciados de cujas correspondências entre seus elementos estruturantes surgiam novos elementos, estruturas e significados: a estrutura emergente.

Fauconnier propõe um processo de construção de significado com sustentação em um complexo organizacional cognitivo envolvendo projeções entre dois ou mais espaços de *input*, um espaço genérico e um espaço de fusão com estrutura geralmente emergente. O gráfico abaixo ilustra como o processo é levado a cabo:

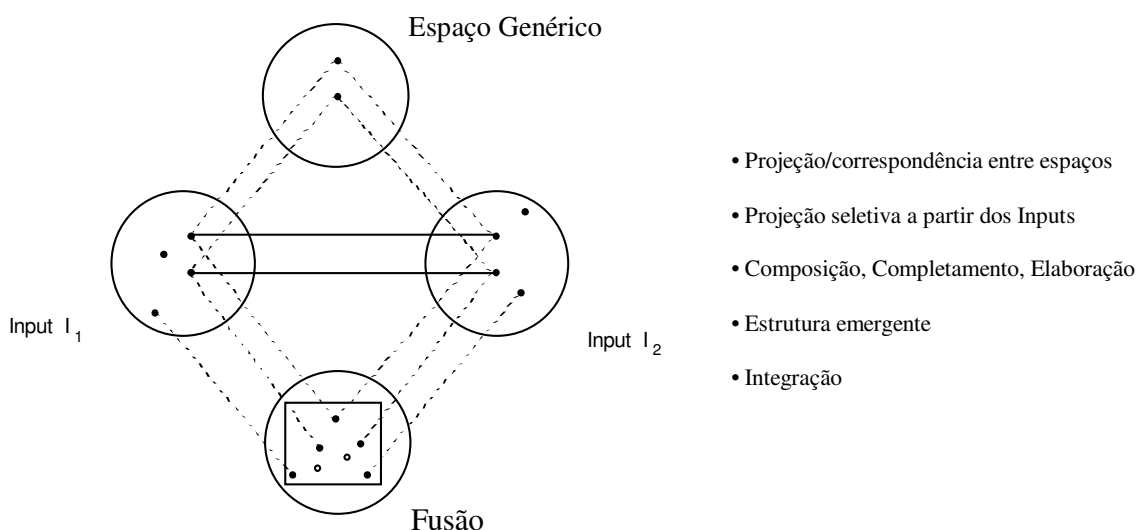


Fig.3

Como podemos ver, nem todos os elementos dos *inputs* são projetados, o que significa dizer que há uma seleção daquilo que pode e vai ser projetado de um espaço para outro, o que representa efetivamente que o processo de fusão sofre restrições e não pode acontecer de qualquer forma. Fauconnier elaborou alguns princípios que norteiam a atividade de integração conceptual. Transcrevemos na íntegra esta passagem de seu livro (1997), entendendo que no máximo conseguiríamos parafrasear inconvenientemente aquilo que ele escreve com total clareza:

Princípios da fusão:

(1) PROJEÇÃO ENTRE ESPAÇOS: Existe uma projeção **parcial** de contrapartes entre os espaços de *Input* I₁ e I₂.

(2) ESPAÇO GENÉRICO: Existe um **espaço genérico** que faz projeções para os dois espaços de *Input*. Este espaço genérico reflete uma estrutura e organização comuns, geralmente mais abstratas, compartilhadas pelos *Inputs* e define a projeção interespaçial essencial entre eles.

(3) A FUSÃO: Os *Inputs* I₁ e I₂ são parcialmente projetados no quarto espaço, a fusão.

(4) ESTRUTURA EMERGENTE: a fusão tem estrutura emergente não dada pelos *Inputs*. Isto acontece de três formas inter-relacionadas:

COMPOSIÇÃO: tomadas juntas, as projeções dos *Inputs* fazem aparecer novas relações que não existiam nos *Inputs* distintos

COMPLEMENTAMENTO: Conhecimento de enquadres anteriores, de modelos cognitivos e culturais, permite que a estrutura composta projetada na fusão a partir dos *Inputs* seja vista como parte de uma estrutura fechada maior na fusão. O padrão na fusão precipitado pelas estruturas herdadas é 'completado' na estrutura emergente maior.

ELABORAÇÃO: A estrutura na fusão pode então ser elaborada. Isto significa fazer a fusão 'funcionar'. Consiste num trabalho cognitivo realizado dentro da fusão, de acordo com sua própria lógica emergente (Fauconnier; 1997, 149-151 – TN/83).

Estes princípios regem toda a constituição da integração conceptual e deles dependem todos os demais princípios que perfazem este processo. Acreditamos que o princípio de estrutura emergente é naturalmente o que de longe se cerca de maior atenção e interesse por ser aquele que nos dá o resultado final de todo o processo. É na estrutura emergente também onde ocorrem os mais interessantes e complexos feitos imaginativos da fusão. Efetivamente a composição, o completamento e em especial a elaboração dão a todo este processo um

dinamismo tal que resulta em uma forma de compreender a realidade como não havia sido vislumbrado antes.

Uma das constatações do pesquisador é a de que a fusão normalmente não é percebida, além do que, ela normalmente é convencional. Esta idéia se alinha com o fato de que a ativação da metáfora conceptual descrita por Lakoff se dá comumente de forma inconsciente. O autor também observa que a ligação entre o espaço de fusão e os de *input* é feita de tal sorte que é possível projetar propriedades estruturais da fusão de volta para os *inputs*.

Fauconnier assinala que *Uma característica marcante da construção da fusão é sua subespecificação. Embora haja fortes restrições à fusão [...] não há receitas para se saber o que será projetado dos inputs e o que será projetado de volta. Neste sentido o sistema é muito flexível* (Fauconnier; 1997, 162 – TN/84).

Embora tal flexibilidade exista e a questão da fusão seja, em geral, resolvida de forma bastante pontual levando-se em consideração, entre outras coisas, o contexto e o conhecimento prévio relacionados ao enunciado, Fauconnier e Turner juntos desenvolveram alguns princípios de integração que norteiam a influência e eficiência da fusão conhecidos como *Princípios de Satisfação Plena* (Optimality Principles). Eles são em número de seis e respondem por boa parte das restrições impostas à construção de fusões. Vejamos em seguida como agem.

Primeiramente o princípio da *integração* prevê que as representações na fusão devem ser integradas de tal forma que possam ser manipuladas como uma unidade; em seguida o princípio da *rede* (web) prevê que as representações no espaço de fusão devem manter projeções com os espaços de *input* de maneira facilmente operável; depois temos o princípio da *descompactação* (unpacking) que prevê que o intérprete deve ser capaz de rastrear as projeções de volta para os espaços de *input* e genérico e as respectivas projeções entre esses, além de também dever ser capaz de reconstituí-los; um outro princípio é o da *topologia* – ele prevê que as relações entre os elementos dos espaços de *input* que são projetadas na fusão combinem com suas contrapartes naquele espaço. A esse propósito Coulson & Oakley nos alertam para o fato de que todos estes princípios aqui descritos despertam pressões comuns à questão da projeção e que, no caso

do princípio da topologia, *Na pesquisa relativa à projeção metafórica nos referimos a esta pressão por **Hipótese da Invariância**; a constatação que as projeções subjacentes nas expressões metafóricas são quase sempre baseadas em estruturas esquema imagéticas compartilhadas* (Coulson & Oakley; 1999 – TN/85 – grifo nosso). Temos também o princípio da *Retroprojeção*, que prevê que não deve haver retroprojeção de estrutura emergente para um *input* que provoque uma desorganização na integração do próprio *input*. Finalmente, o princípio da *projeção metonímica* prevê que quando elementos metonimicamente relacionados são projetados de um espaço de *input* para o espaço de fusão eles devem ter sua distância metonímica encurtada.

Este último princípio é o caso da representação personificada da morte por uma caveira, amplamente conhecida como o ceifeiro horrível (*the grim reaper*), que carrega uma foice e veste um capelo de monge sacerdote. Lakoff (1989) descreve a compreensão da morte nestes termos da seguinte forma: primeiro ele alega que a metáfora *EVENTOS SÃO AÇÕES* estrutura o evento da morte como resultado da ação de um agente e cria um agente para tal evento. Posteriormente, a metáfora *AS PESSOAS SÃO PLANTAS* embasa um cenário de plantação cujas plantas se encontram no final de seu ciclo de vida e são colhidas. Este cenário pode evocar um ceifeiro, não projetado anteriormente. Em seguida a ação de colher é vista como a ação relevante da metáfora *EVENTOS SÃO AÇÕES* e o agente da morte é identificado como sendo o ceifeiro que atua como agente na colheita das plantas, ou seja, aquele que ceifa também as vidas das pessoas. Este é o mecanismo que promove a projeção da figura do ceifeiro na composição das duas metáforas citadas acima. Ele argumenta que a personificação *pode resultar da interação da metáfora* *EVENTOS SÃO AÇÕES* *com modelos culturais ou conhecimento comum assim como com outras metáforas* (Lakoff & Turner; 1989, 76 – TN/86).

Para Fauconnier e Turner (2002), no entanto, que julgam que a TMC é incapaz de lidar com um exemplo de tal complexidade, esta fusão é resultado da projeção múltipla entre os seguintes espaços de *input*: um espaço com um ser humano morrendo; um espaço com padrão abstrato de tautologia causal no qual um evento de um certo tipo é causado por um elemento causal abstrato, por exemplo,

a morte causa a morte; um outro espaço com um assassino humano prototípico e finalmente um espaço com ceifeiros num cenário de colheita. Ele observa que são as conexões metonímicas nos *inputs* que promovem a combinação entre elementos que não têm contrapartes noutros *inputs*. Ceifeiros e esqueletos não são contrapartes. A morte e o esqueleto são associados metonimicamente numa compressão de causa e efeito. O ceifeiro assassino e o esqueleto são combinados na fusão, também metonimicamente, tendo em vista que ceifeiros, ou seus corpos, têm esqueletos. A morte e os sacerdotes se combinam metonimicamente pois estes estão direta ou indiretamente ligados àquela por meio de suas atividades inerentes. A ligação metonímica entre sacerdotes e a morte no *input* é projetada para a fusão como uma relação de parte-todo. Um exemplo disso é como o capuz usado pelo ceifeiro horrível evoca conotações religiosas tanto da morte quanto de sua aura de mistério e solidão.

Para termos uma idéia ainda maior do alcance desta teoria vamos rever alguns outros exemplos propostos por defensores desta abordagem e em que sua riqueza excede à da Teoria da Metáfora Conceptual de Lakoff, como é demonstrado em suas análises. Consideremos os seguintes exemplos:

1. *Se Clinton fosse o Titanic, o iceberg afundaria*
2. *Você está cavando sua própria cova*
3. *Aquele cirurgião é um açougueiro*
4. *Ele estava com tanta raiva que eu podia ver fumaça saindo dos seus ouvidos*

O exemplo 1, um contrafactual analógico, faz alusão a um acontecimento vivido pelo presidente dos Estados Unidos da América, Bill Clinton, em 1998: ele foi acusado de ter se envolvido num escândalo sexual com uma estagiária da Casa Branca e sofreu um longo processo administrativo liderado pelo promotor federal especial para o caso, o Sr. Starr, que quase resultou no seu impeachment. Este escândalo coincidiu com o lançamento do filme Titanic, o qual narra os eventos relativos ao naufrágio do então maior transatlântico do mundo ao bater num

iceberg que encontrou pelo caminho. O navio foi considerado pelos construtores como virtualmente insubmersível dadas suas confiáveis características. Este contrafactual se mostrou um tanto profético, visto que sua profusão se deu logo no início dos acontecimentos e algum tempo depois nada parecia ter acontecido que pudesse ter afundado o presidente num impeachment.

A fusão deste contrafactual funciona com projeções metafóricas parciais de dois espaços mentais: um com o Titanic e outro com Bill Clinton. As contrapartes observadas são de um lado Clinton e o Titanic, e de outro, o escândalo e o iceberg. O espaço que abriga Clinton e o escândalo é o espaço alvo e o outro com o Titanic e o iceberg, o espaço fonte. Esta configuração vista pela TMC normalmente geraria uma estruturação do espaço alvo com base no espaço fonte que implicaria a eventual derrota de Clinton pelo escândalo, assim como aconteceu com o Titanic através de sua colisão com o iceberg. Fauconnier e Turner argumentam que:

... a fusão, todavia, tem uma configuração estrutural de evento e causa que não vêm da fonte, e que são com efeito contrários à fonte e em alguns casos impossíveis para a fonte, e a inferência central não pode ser projetada da fonte. Se Clinton é o Titanic e o escândalo é o iceberg e projetarmos inferências da fonte então Clinton deveria perder a presidência. Mas a inferência contrária é a que é construída. [...] Esta estrutura, a qual não é disponibilizada a partir da fonte ou do alvo, é construída na fusão e projetada para o alvo para reenquadrá-lo e dar a ele inferências novas e mais claras (Turner & Fauconnier; 2000 – TN/87).

Pode-se ainda acrescentar ao espaço fonte a figura do promotor Starr, que junto com o escândalo projetaria para o iceberg no espaço de fusão o que permite inferências adicionais. Fauconnier lembra que neste caso a assimetria encontrada nos espaços fonte e alvo é transformada em simetria na fusão para reestruturar o espaço alvo. Na fusão é o promotor quem afunda junto com o iceberg, muito embora no *input* fonte ele fosse mais forte e pudesse provocar a queda do presidente. É interessante notar que um iceberg, embora possa ser submerso, em princípio, não poderia afundar de acordo com as leis da física, o que faz criar na fusão um Clinton mais forte do que tais leis, uma vez que ele sobrevive ao

escândalo, que é uma contraparte do iceberg. Isso demonstra a força criativa da estrutura emergente no espaço de fusão.

Fauconnier não deixa nenhuma dúvida em relação à sua mais completa concordância com os postulados de Lakoff concernentes à metáfora conceptual, muito embora não se limite aos seus produtos. Ele assevera que:

Não há o que se discutir quanto ao fato de que casos como Clinton-Titanic envolvem a metáfora básica ATIVIDADE PROPOSITADA É VIAJAR AO LONGO DE UM PERCURSO ATÉ UM DESTINO – o viajante corresponde ao agente, chegar a um destino corresponde a atingir o objetivo e assim por diante [...] Mas essa metáfora não é capaz de sozinha gerar as inferências complexas desenhadas acima. É no espaço de fusão que construímos e ativamos o complexo cenário de contrafatualidade no qual o Titanic afunda o iceberg, e é este cenário que faz projeções para o espaço de *input* de política e sociedade a fim de prover as inferências adequadas sobre Clinton, Starr e o efeito do escândalo (Turner & Fauconnier; 2000, 2 – TN/88).

Quanto ao exemplo 2 – *Você está cavando sua própria cova* – podemos observar com base numa análise fundamentada na Teoria da Fusão que esta expressão forma uma rede de integração conceptual de escopo duplo, i.e., os esquemas organizacionais de ambos os *inputs* projetam sua topologia para o espaço de fusão. Este é também um exemplo que apresenta desanalogia parcial, i.e., há uma análise entre os contrastes apresentados nos espaços que normalmente não permitiriam uma analogia pura e simples. Coulson defende a necessidade de abordar a metáfora pela visão da integração conceptual e mostra que esta expressão metafórica

... envolve imagens de um *input* (o *input* fonte da morte e do cavar covas) mas a estrutura causal do outro *input*, no qual a pessoa está contribuindo sem querer para seu próprio fracasso futuro. Embora a projeção pareça traçar uma analogia entre o cavador da cova e o tolo, na verdade cavar uma cova não causa nada (senão a própria cova) que possa ser projetado para o fracasso do cavador da cova (Coulson & Matlock; 2001 – TN/89).

A elocução desta expressão normalmente implicaria uma admoestação ou ainda uma avaliação de uma situação em que o interlocutor involuntariamente

pode sofrer sérias conseqüências pela prática de uma ação. Segundo Turner & Fauconnier (2000), o que aparenta ser um conjunto bem definido de correspondências metafóricas entre elementos de um domínio mais concreto de corpos, sepultamento, covas, etc. e outro domínio mais abstrato de entrar em confusão, fazer a coisa errada despercebidamente e ter um conseqüente fracasso, etc., esconde de fato uma má combinação entre fonte e alvo.

Há uma inversão da estrutura causal: uma ação tola causa fracasso mas cavar uma cova não causa a morte, ou seja, a morte precipita a existência da cova e não o contrário. Eles lembram que mesmo numa situação em que um prisioneiro é forçado a cavar sua própria cova, esta ação não envolve qualquer relação de causa e o prisioneiro que não cavasse seu 'jazigo eterno' ainda teria o mesmo final fatal – a morte. Isso quer dizer que nesse caso não há transposição de estrutura de intenção entre os espaços. Da mesma forma, não é observada a preservação da estrutura de enquadre, visto que elementos dos espaços de *input* como agente e paciente, além da seqüência de eventos, são fundidos no espaço de fusão, e os eventos acontecem em ordem contrária: é o paciente e não o agente quem cava a cova e a ocupa mediante sua profundidade como também primeiro a cova é feita para só então surgir a morte. Além do mais, a estrutura de evento interna não combina: a dimensão do problema corresponde à profundidade da cova no espaço alvo, i.e. quanto maior o problema mais profundo o buraco. Tal correlação não é verificada entre a profundidade da cova e as chances de morrer no espaço fonte, ou seja, a probabilidade de morte independe da profundidade do buraco.

Se tomarmos a abordagem da metáfora defendida por Lakoff, em que o domínio fonte estrutura a compreensão do domínio alvo, para compreensão desta expressão certamente não conseguiríamos ir muito longe, considerando que, neste caso, as inferências necessárias para compreensão do domínio alvo não vêm do domínio fonte, como proposto.

Por outro lado, se tomarmos a teoria da integração conceptual na análise podemos constatar sim uma característica metafórica envolvendo um espaço fonte e outro espaço alvo, porém, constatamos além destes a existência de um espaço

de fusão para onde se projetam desde o espaço fonte a estrutura de tumbas, cavação e sepultamento, e do espaço alvo a estrutura de causa, de intenção e de evento interno. Então, na fusão a existência de uma cova causa a morte e é uma condição para tal. Infere-se também neste espaço que a grande profundidade da cova está relacionada com o final de sua escavação e com a morte da pessoa que a cavou. O espaço de fusão herda do espaço alvo o caráter de desconhecimento do status das ações e do espaço fonte a estupidez de um comportamento desse tipo. Daí a razão de a fusão poder projetar de volta para o espaço alvo inferências que o reestruturam.

Fauconnier & Turner completam a análise deste exemplo, enfatizando que:

... na construção da fusão uma única mudança na estrutura de causa, **a existência de uma cova causa a morte** ao invés de **a morte causa a existência de uma cova**, é suficiente para produzir estrutura emergente, específica da fusão: a falta de desejo de cavar a própria cova, a tolice excepcional do seu desconhecimento, a correlação entre profundidade da cova e probabilidade de morte. A inversão de causa é guiada pelo espaço alvo, mas a estrutura emergente pode ser deduzida na fusão a partir da nova estrutura de causa e do conhecimento anterior de senso comum compartilhado (Fauconnier & Turner; 1998, TN/90).

Este exemplo ilustra bem como o recrutamento de estrutura das fontes varia e o papel fundamental que o espaço de fusão tem na construção de significado através do surgimento de estrutura emergente. Passemos agora para a próxima análise.

O exemplo 3 – *Aquele cirurgião é um açougueiro* –, que também é uma rede de integração de escopo duplo, constitui-se numa afirmação sobre a incompetência de um cirurgião (apud Veale: 1996). Embora seja claramente metafórico – o enunciado é sobre o cirurgião e não sobre o açougueiro –, ele só permite uma inferência como a desenhada acima mediante submissão a uma análise através da Teoria da Fusão Conceptual como veremos a seguir.

Temos dois domínios, um domínio fonte e outro alvo – o de cirurgia e o de carnificina ou de ofício de açougueiro. As projeções feitas da fonte para o alvo têm as seguintes correspondências fixas entre as contrapartes (Grady et al.;

1999): açougueiro corresponde a cirurgião, animal corresponde a ser humano, mercadoria corresponde a paciente, cutelo de açougueiro corresponde a bisturi, abatedouro corresponde a sala de operação e cortar carne (alimento) corresponde a cortar carne (matéria corpórea humana). Estas projeções, contudo, não são suficientes para delas inferirmos a incompetência do cirurgião, uma vez que podemos ter açougueiros com tanta habilidade no que fazem quanto qualquer cirurgião, embora tenham uma profissão supostamente menos prestigiada.

A inferência que fazemos se dá da seguinte forma, de acordo com a TFC: para o espaço de fusão se projetam estruturas parciais de ambos os espaços de *input*. O espaço estruturado pelo domínio da cirurgia – alvo – projeta a figura da pessoa submetida à operação, a da pessoa que vai operar e possivelmente detalhes da sala de cirurgia. O espaço estruturado pelo domínio do ofício de açougueiro – fonte – projeta o papel de açougueiro e as atividades relacionadas com tal prática. Para o espaço genérico se projetam estruturas compartilhadas como, por exemplo, o uso de um instrumento afiado para desenvolver um procedimento num outro ser. Há uma ligação entre o papel de cirurgião no espaço de *input* 1 (alvo) e o papel de açougueiro no espaço de fusão e isso é de grande importância para a análise em questão, pois no espaço de fusão ainda temos um cirurgião, mas o seu papel já não é o de um profissional como tal, mas sim o de açougueiro. Além disso o espaço de fusão tem uma estrutura emergente própria que resulta da justaposição dos elementos projetados dos *inputs*. O espaço fonte, por exemplo, projeta uma relação meio-fim incompatível com o a relação meio-fim do espaço de cirurgia: o açougueiro tem como objetivo matar o animal e depois cortar sua carne. O cirurgião, por sua vez, tem como objetivo salvar o paciente. Há então um cruzamento entre os meios do açougueiro e os objetivos do cirurgião na estrutura emergente do espaço de fusão que resulta na inferência de incompetência por parte deste profissional de saúde. A Fig. 4 mostra como se dão as projeções e o surgimento da estrutura emergente:

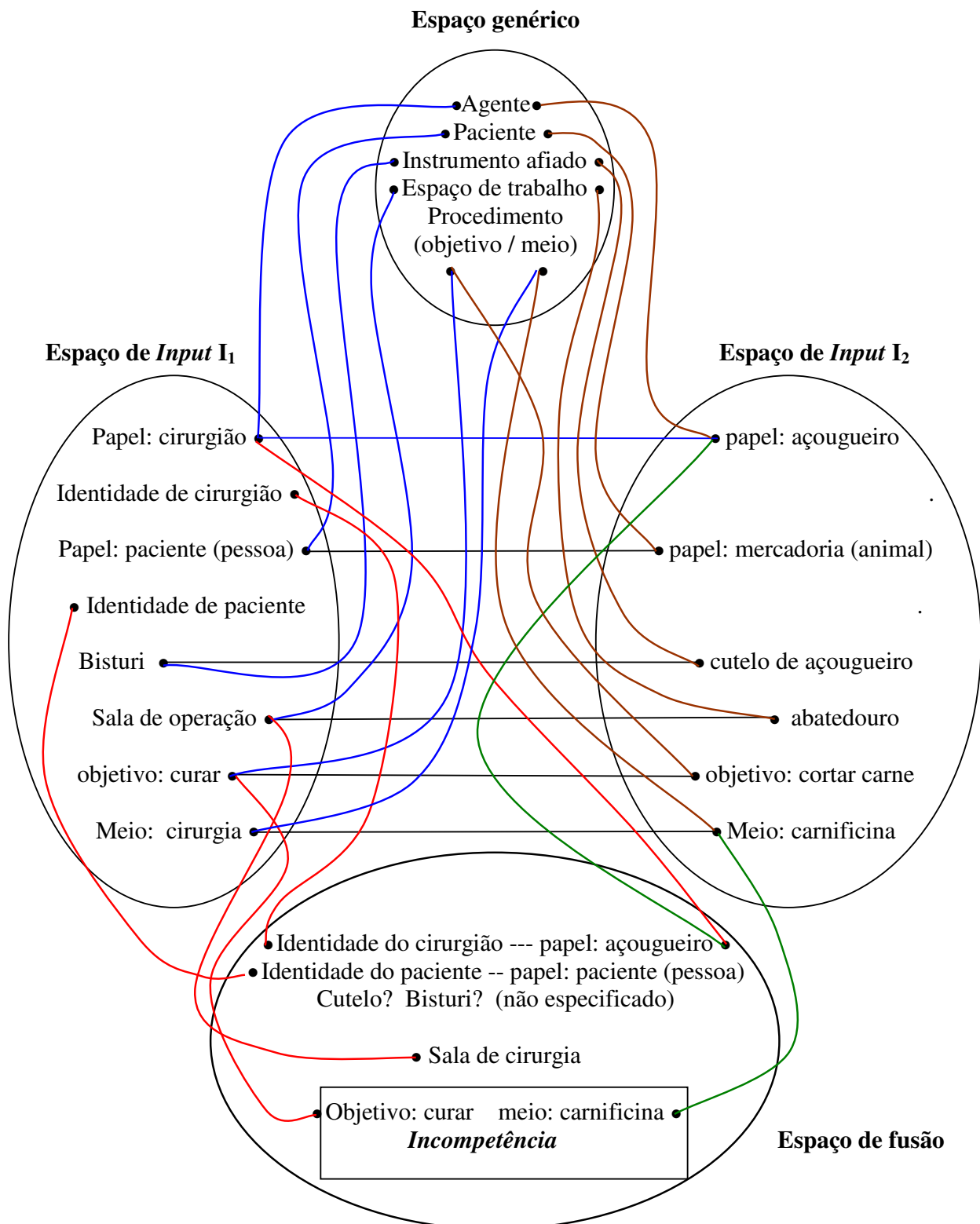


Fig. 4 Rede de integração conceitual: cirurgião como açougueiro (adaptado de Grady et al. 1999)

Como podemos observar, a teoria lakoffiana não seria capaz de proporcionar uma apreensão desta inferência como o faz a teoria da fusão.

Trataremos agora do exemplo 4 – *Ele estava com tanta raiva que eu podia ver fumaça saindo dos seus ouvidos* –, que envolve uma combinação das metáforas básicas O CORPO É UM CONTENTOR PARA EMOÇÕES (e.g. *Ele estava cheio de raiva; Ela não podia conter sua alegria*) e RAIVA É CALOR, além de outra versão desta última na qual o calor é aplicado a fluidos: RAIVA É UM FLUIDO QUENTE NUM CONTENTOR (e.g. *Ela estava fumaçando de raiva*). Todas elas são bastante conhecidas dos que buscam nos postulados lakoffianos explicações para o fenômeno metafórico.

Numa investigação sobre o conceito emocional de *raiva* Lakoff e Kövecses (1987) mostram que a análise revela projeções entre os modelos leigos populares de calor e de raiva. Eles sustentam que desta forma um contentor aquecido corresponde a um indivíduo com raiva, que calor corresponde à raiva, que vapor ou fumaça corresponde a sinais de raiva, que uma explosão do contentor corresponde a uma raiva descontrolada (Turner & Fauconnier; 2000). Eles ainda assinalam que nossa experiência corpórea e o conhecimento leigo popular sobre o comportamento de um fluido quente num contentor, por exemplo, geram o entendimento metonímico de que os efeitos fisiológicos da raiva em nós são do tipo: aumento na temperatura do corpo, aumento da pressão sanguínea e muscular, agitação e percepção imprecisa. Daí resultam expressões como *Billy é um cabeça quente, Ele ficou vermelho de raiva, Ela estava tremendo de raiva e Ela ficou cega de raiva*, respectivamente.

As correspondências observadas são apresentadas na tabela abaixo (adaptado de Turner & Fauconnier; 2000):

Fonte	Alvo	
“eventos físicos”	“emoções”	“fisiologia”
contentor	pessoa	pessoa
calor	raiva	calor corporal
vapor	sinais de raiva	suor, vermelhidão
explode	mostra raiva extrema	tremor forte, perda de controle fisiológico
ponto de ebulição	maior grau de emoção	

Nesta extensa investigação sobre o conceito da emoção *raiva*, com base nas premissas dadas acima, Lakoff e Kövecses tomam UM FLUIDO QUENTE NUM CONTENTOR como domínio fonte e RAIVA como domínio alvo. Argumentam que normalmente temos amplo conhecimento sobre o domínio fonte. Acrescentam que podemos levar conhecimento sobre este domínio fonte para o domínio alvo e se referem a esta transposição por *acarretamento metafórico*. Sustentam ainda que estes acarretamentos fazem parte do nosso sistema conceptual e constituem elaborações das metáforas conceptuais além do que defendem que a metáfora central tem um sistema rico de acarretamentos metafóricos. Expressões lingüísticas como *Minha raiva foi crescendo dentro de mim* evidenciaria, segundo eles, que, com base no conhecimento que temos sobre a elevação de um fluido num recipiente mediante sua ebulição, o acarretamento *quando a intensidade de raiva aumenta, o líquido sobe se sustenta*. Outros acarretamentos incluiriam: (1) sabendo que a intensidade de calor produz vapor e cria pressão no contentor, isso acarreta que a raiva intensa produz vapor, de onde resultam expressões como *Ele esta soltando fumaça, Ela está bufando de raiva*; (2) sabendo que quando a pressão do contentor fica alta demais ele explode, acarretando que quando a pressão fica alta demais a pessoa explode, de onde resultam expressões como *Ela estourou comigo e Quando eu disse isso a ele, ele simplesmente explodiu de raiva*.

Lakoff e Kövecses, diferentemente de Fauconnier e Turner, continuam vendo neste caso, como em todos os demais, a questão metafórica envolvendo apenas

os domínios fonte e alvo na base da produção metafórica e justificando toda a riqueza de expressões metafóricas como fruto das projeções de entidades e conhecimento entre os domínios e seus acarretamentos. Eles asseveram que:

O aspecto estrutural de uma metáfora conceptual consiste de um conjunto de correspondências entre um domínio fonte e um domínio alvo. Estas correspondências podem ser divididas em dois tipos: ontológicas e epistêmicas. As correspondências ontológicas são correspondências entre entidades do domínio fonte e as entidades correspondentes do domínio alvo. Por exemplo, o contentor do domínio fonte corresponde ao corpo no domínio alvo. As correspondências epistêmicas são correspondências entre o conhecimento sobre o domínio fonte e o conhecimento correspondente sobre o domínio alvo (Lakoff; 1987, 386-7 – TN/91).

A visão de Fauconnier e Turner sobre como o exemplo 4 deve ser analisado, naturalmente leva em conta as projeções, mas estas se dão não entre domínios e sim entre espaços. Para eles, são três os espaços de *input* que projetam entre si e para o espaço de fusão de onde surge uma estrutura emergente. Esta mesma estrutura emergente pode ainda passar por uma elaboração ao acrescentarmos ao exemplo 4 a sentença *Eu pensei que seu chapéu ia pegar fogo*, que resulta em nova estrutura emergente. Por exemplo, *chapéu* não tem uma contraparte na fonte e isso já resulta da elaboração da fusão. Neste caso há projeção da fusão para fonte (mais calor) e para o alvo (mais raiva), sendo que o enquadre organizador da fusão não é mais o de um contentor com fluido em ebulição, mas sim o de alguém pegando fogo.

Fauconnier e seu parceiro observam que no exemplo 4 os ouvidos são projetados para um orifício no contentor. Ele observa adicionalmente que ... *a descrição da emoção é apresentada como uma reação fisiológica do indivíduo [...], mas o conteúdo desta reação fisiológica não é obtido pela metonímia no alvo. Ele vem da fonte* (Turner & Fauconnier; 2000 – TN/92), ou seja, não se espera que saia fumaça literalmente dos ouvidos de alguém. Para os autores é importante notar que na fonte não há ouvidos nem há fumaça no alvo, mas eles existem no enquadre organizador da fusão e interagem lá.

Turner e Fauconnier propõem as seguintes correspondências apresentadas na tabela abaixo (adaptado de Turner & Fauconnier; 2000):

Fonte	Fusão	Alvo	
Espaço de <i>Input</i> 1	Espaço de Fusão	Espaço de <i>Input</i> 2	Espaço de <i>Input</i> 3
“eventos físicos”	pessoa / contendor	“emoções”	“fisiologia”
contendor	ouvidos / orifício	pessoa	pessoa
orifício	calor / raiva	ouvidos	calor do corpo
calor	vapor / fumaça	raiva	suor
vapor	explodir	sinais de raiva	vermelhidão, tremor
explodir	ebulição / pico de	mostrar raiva extrema	controle fisiológico
ponto de	emoção	pico de emoção	
ebulição			

Na rede de integração conceptual a fusão mantém ligação com os *inputs* e daí a possibilidade de interpretarmos a fumaça saindo dos ouvidos como projeções feitas da fusão de volta para os *inputs*. Fauconnier e Turner sustentam que numa sentença como *Ele explodiu, eu podia ver a fumaça saindo dos seus ouvidos* evoca uma cena que não podemos encontrar se não na fusão; seu enquadre não está disponível nos *inputs*.

Eles encerram a análise que fazem desta sentença enfatizando o fato de que a investigação feita por Lakoff e Kövecses destaca o papel das metonímias de reações fisiológicas na formação de sistemas metafóricos para emoções. Asseguram, porém, que as correspondências metonímicas estão no alvo e estas projetam diretamente para a fusão.

Estes exemplos dão uma idéia de como a Teoria da Fusão Conceptual trata a questão da construção do significado em nossas mentes, além de evidenciar distinções claras que ela tem com a Teoria da Metáfora Conceptual proposta por Lakoff & Johnson. A seguir veremos um pouco mais sobre o que, além disso, as tornam teorias distintas, embora de um caráter essencialmente complementar, ao nosso ver.

4.4. ***Convergências e divergências entre a Teoria da Metáfora Conceptual e a Teoria da Fusão Conceptual***

Entendemos que as diferenças existentes entre a Teoria da Metáfora Conceptual (TMC) de Lakoff & Johnson e a Teoria da Fusão Conceptual (TFC) de Fauconnier não chegam a suplantar as idéias que ambas compartilham em comum, se não em quantidade pelo menos em importância. Na verdade elas, mais do que se assemelham, efetivamente se completam.

Rompendo com uma tradição milenar sobre questões relativas à linguagem e a significação, ambos os estudiosos se posicionam numa vertente que não deixa brechas para qualquer intromissão de uma visão de linguagem como sistema autônomo e auto-suficiente. Tanto Fauconnier quanto Lakoff defendem sistematicamente e contrapõem-se aos postulados da Teoria Literal que *o interesse maior do trabalho cognitivo envolve as projeções e as correspondências entre domínios ao invés da derivação de uma representação lógica do significado da sentença* (Coulson; 1996 – TN/93). A posição favorável desses dois autores a uma nítida ruptura com uma semântica veri-condicional e uma aproximação determinada do viés teórico conceptual que tem na linguagem uma atividade cognoscitiva e sócio-interacional é inquestionável e já foi amplamente discutida acima. É possível sentirmos com relativa frequência em muitos pontos de suas teorias que apenas a terminologia usada por cada um deles é o que de fato os separa nos detalhes de suas análises. É importante, porém, sistematizar quaisquer que sejam as convergências assim como as divergências observadas entre as duas teorias, como veremos em seguida.

Entre as poucas críticas que pudemos constatar feitas por Fauconnier às teorias da metáfora, pelo menos de forma indireta, e que se somam às críticas feitas por Lakoff, uma trata da impossibilidade de a linguagem ser detentora de significado em si própria, como vimos ser o caso das abordagens semântica e pragmática, consideradas as particularidades de seus defensores. Mais especificamente ele julga inaceitável o procedimento para interpretação de significado adotado por cientistas como Searle, Davidson, Sadock e Martinich,

entre outros que, na análise da metáfora, defendem um tratamento pragmático para uma sentença cuja semântica é tida como incongruente. Ele declara que *A linguagem [...] não especifica significado autonomamente que posteriormente se submete a um processo pragmático. Ao invés disso, ela guia a construção do significado diretamente no contexto* (Fauconnier; 1997, 17 – TN/94). A clara distância que Fauconnier mantém das críticas feitas exclusivamente às diferentes abordagens do fenômeno metafórico certamente está relacionada ao fato de que seu foco de interesse está no processo maior de construção de significado, em geral do qual a metáfora é apenas uma parte. É oportuno supor, contudo, que a aceitação de vários pontos, tanto superficiais quanto nevrálgicos, da teoria lakoffiana por Fauconnier pressupõe sua conseqüente rejeição a todas as demais formas de abordagem do fenômeno metafórico que não condigam com os postulados conceptualistas.

Uma outra constatação de similaridade é que se para Lakoff a manifestação da metáfora, tida por ambos como um fenômeno conceptual, se dá não só por meio da linguagem, mas também de outras formas de expressão como a imagem visual, por exemplo, Fauconnier tampouco restringe a manifestação da fusão à linguagem. Ele admite que:

A fusão é, por exemplo, comum na representação visual desde a Renascença e do início da pintura moderna da Anunciação até os desenhos em quadrinho dos jornais contemporâneos. Uma edição do **The New York Times**, **The Economist**, **The Washington Post**, **Figaro**, ou qualquer revista noticiosa geralmente inclui muitas fusões visuais, ou melhor, representações visuais que evocam fusões conceptuais (Turner, M. & Fauconnier, G; 1999a – TN/95).

Dois domínios, quatro espaços; estas características essenciais das duas teorias são provavelmente a marca mais profunda de suas divergências. Enquanto a TMC de Lakoff opera exclusivamente com projeções entre dois domínios, sendo um deles tomado como fonte e que permite a compreensão do outro, tomado como alvo, a TFC de Fauconnier opera com projeções entre quatro ou mais espaços mentais: um espaço genérico, dois ou mais espaços de entrada de dados (*inputs*), e finalmente o espaço da fusão conceptual onde normalmente

ocorrem as estruturas emergentes. Semelhantemente, porém, em ambos os casos podem-se verificar restrições que se aplicam às projeções feitas entre os espaços e domínios conceptuais com que atuam. Em ambos os casos as projeções são parciais e obedecem a princípios como o da invariância, no caso da TMC, e o da topologia, no caso da TFC. Já as relações conceptuais cristalizadas encontradas na abordagem da TMC modelam e restringem a fusão conceptual executada on-line, sendo que o contrário não é verdadeiro. Neste particular, isto é, na convencionalidade da TMC e na produção on-line da TFC, as duas teorias se distanciam, embora Lakoff também ache espaço para produção de metáforas de criação (*novel metaphor*), as quais têm um 'sabor' de on-line e resultam em conhecimento novo e uma nova percepção da realidade, embora sejam processadas a partir de projeções convencionais. Na visão da TMC as projeções entre os dois domínios conceptuais são tidas como sendo estáveis e sistemáticas como se estivessem estocadas na memória de longa duração. Essas projeções são ainda sempre unidirecionais, indo da fonte para o alvo: é o domínio fonte que estrutura o domínio alvo e nunca o contrário. Na TFC, por sua vez, há projeção, às vezes metafórica, dos dois *inputs*, tanto do espaço fonte quanto do espaço alvo para o espaço de fusão e às vezes há até retroprojeção de estrutura da fusão para os *inputs*.

Exemplos como “Aquele cirurgião é um açougueiro” analisados acima mostram que a TFC é capaz de dar conta de inferências, como o da ‘incompetência do cirurgião’ neste caso, que a TMC não possibilita que sejam feitas. Embora a TMC tenha explorado a possibilidade de análise da composição de diferentes metáforas conceptuais (a metáfora composta provém da constatação de que um domínio, por exemplo, o amor, pode ser estruturado por diferentes fontes, ex. viagem / fogo / fome, de onde resultam metáforas com um domínio alvo, porém, com mais de um domínio fonte estruturando-a), a TFC se mostra uma teoria muito mais apropriada para lidar com tais casos, como argumentam Grady et al. ao comentarem que *a abordagem da fusão, contudo, é particularmente bem equipada para capturar esta complexa iteração de conceitos e ligações, já que ela*

de forma explícita permite múltiplos espaços e múltiplas iterações do processo de integração (Grady et al.; 1999 – TN/96).

A metáfora conceptual de Lakoff é fortemente motivada pelo corpo que temos e a experiência que este tem com seu meio ambiente. Fauconnier não dá se não poucos sinais de que admite que a experiência corpórea motiva a elaboração da fusão, embora quando o faça deixe transparente sua importância. Ele afirma que *A cognição é corpórea, e as façanhas intelectuais espetaculares que os seres humanos realizam dependem de sua capacidade de ancorar as redes de integração nas fusões em escala humana, usando as relações vitais que são empregadas na percepção e na ação* (Fauconnier & Turner; 2002, 319 – TN/97). Quanto ao que o autor chama de escala humana ele quer dizer que os eventos devem ser de tal forma esquematizados que permitam sua inteligibilidade para nós humanos. Um exemplo disso seria como nós interpretamos o tempo a partir de diferentes meios que nos são minimamente compreensíveis, como a divisão deste em anos, meses, semanas, dias, horas e minutos, auxiliados por instrumentos que medem esta divisão, como relógios e cronômetros. De forma pelo menos indireta poderíamos traçar um paralelo entre esta visão de Fauconnier com a *metáfora da Grande Cadeia* de Lakoff, a qual está relacionada a como nós entendemos a organização dos seres e das coisas no mundo, notadamente pelo senso comum, e que nos permite funcionar nele com uma compreensão rudimentar dessas relações. Este conceito é na verdade um complexo conceptual que nos diz sobre nossa realidade e a organização hierárquica dos seres e das coisas no mundo e na sociedade. Neste caso em particular é a metáfora **GENÉRICO É ESPECÍFICO** que dá à Grande Cadeia o status de metáfora.

No que diz respeito às relações vitais citadas acima, Fauconnier lista as seguintes como sendo as principais ou, pelo menos, as mais recorrentes nas compressões realizadas nas fusões: mudança, identidade, tempo, espaço, causa-efeito, parte-todo, representação, papel, analogia, desanalogia, propriedade, similaridade, categoria, intencionalidade e singularidade. Um exemplo que ele nos dá para ilustrar como comprimimos causa e efeito é descrito por ele da seguinte forma:

A integração de causa e efeito é a característica central da percepção.[...] a percepção de uma única entidade, como uma xícara, é um feito imaginativo ainda muito pouco entendido por neurobiologistas. A percepção disponível para a consciência é o **efeito** de interações complicadas entre o cérebro e seu meio ambiente. Mas nós integramos esse efeito com suas causas para criar significado emergente: a existência de uma **causa** – a saber, a xícara – que apresenta diretamente seu **efeito** – a saber, sua unidade, sua cor, forma, peso e assim por diante. Como conseqüência, o efeito agora está na causa: a cor, a forma e o peso estão agora intrinsecamente, primitivamente e objetivamente na ‘xícara’. Na percepção, no nível do consciente, geralmente compreendemos apenas a fusão de causa e efeito. Não podemos falhar na realização desta fusão e não podemos ver além dela. Conseqüentemente, esta fusão nos parece ser a mais fundamental realidade (Fauconnier & Turner; 2002, 78 – TN/98).

Fauconnier dá grande importância à compressão de relações que realizamos na fusão. Ele credita à fusão nossa eficiência, criatividade e poder de *insight* e vê na compressão o aspecto mais importante da eficiência e criatividade que desenvolvemos nesse processo.

Ainda com relação a como a experiência entra na fusão podemos dizer que nos seguintes exemplos considerados por Grady et al. (1999):

1. Estas duas cores não estão nem *perto* (isto é, *semelhantes*)
2. Seu sorriso *ensolarado iluminou* o recinto
3. Amanhã é um *grande* dia para esta organização

as metáforas (SIMILARIDADE É PROXIMIDADE; ALEGRIA É BRILHO e IMPORTÂNCIA É TAMANHO, respectivamente) têm projeções que não são baseadas nem em analogia nem em similaridade das contrapartes dos elementos e relações nos domínios fonte e alvo como acontece com freqüência. Este tipo de projeção conceptual tem uma provável base, como argumentado por Lakoff, nas correlações recorrentes da experiência, que, claro, têm a participação ativa do nosso corpo. Grady et al. (1999) lembram que, assim como a correlação entre quantidade e altura (e.g. de um líquido num recipiente) que motiva a metáfora MAIS É PRA CIMA à qual subjazem expressões como *O índice de criminalidade subiu*,

essas sentenças encerram metáforas motivadas por episódios recorrentes que reúnem certas dimensões da experiência. No caso da segunda, por exemplo, o brilho é correlacionado ao calor e ao aumento da visibilidade, os quais desencadeiam contentamento.

Para finalizar é interessante retomarmos o fato de que as fusões são feitas a partir de uma rede de ligações que têm início com as projeções entre os espaços de dados de entrada ou *inputs*. Essas projeções podem ser metafóricas sendo um *input* usado como fonte e outro usado como alvo, resultando em uma fusão metafórica, ou seja, uma fusão na qual a estrutura emergente tem como base um espaço mental alvo que é estruturado por um espaço mental fonte. A estas projeções também são aplicadas as restrições regulares pertinentes. Ora, isto significa dizer que ambas as teorias estão de tal forma interligadas que são verdadeiramente complementares, ora a TFC se servindo de projeções metafóricas como descritas por Lakoff para realização da fusão, ora a TMC desencadeando fusões que poderão ou encerrar o processo ali ou servir de *input* para uma nova rede de integração conceptual.

4.5. **Conclusão**

A possibilidade de uma percepção diferente da realidade através de complexas operações cognitivas chamadas de integração conceptual é sem dúvida o que a Teoria da Fusão nos traz de mais esclarecedor. Numa investida ousada contra uma forma de pensar que toma a realidade como algo pronto e dado, Fauconnier se junta a Lakoff entre tantos outros para defender que nós efetivamente participamos conjuntamente de um processo de construção do significado e compreensão da realidade que rejeita qualquer postulado que não privilegie o dinamismo criativo de uma mente que acumula milênios de evolução e que se destaca por suas características de realismo e imaginação sem paralelo nem precedentes na história dos seres vivos.

Todas essas grandes possibilidades abertas pela teoria da fusão não poderiam deixar de passar pelo crivo dos críticos que freqüentemente a julgam demasiadamente abrangente e por isso sem aparente propósito mais direcionado. Entre as críticas que registramos aos postulados de Fauconnier temos as de Gibbs (1994), que questiona a amplitude de alcance da teoria e duvida que sem uma definição clara e pontual dos seus propósitos e hipóteses ela possa de fato ter um diferencial que a coloque acima de outros postulados conceptualistas cujos objetivos são mais bem definidos. Mais precisamente ele não a vê como uma teoria que possa ser ou confirmada ou derrubada, mas sim como um arcabouço geral para compreensão de problemas conceituais. Uma importante crítica de Gibbs (cf. Coulson & Oakley; 2000) está dirigida à quantidade e natureza da informação requerida para que a fusão seja efetuada dado o fato de que a teoria, em princípio, se presta aos mais diversos tipos de análise de construção do significado, desde a experiência perceptual, passando pela metáfora, até rituais religiosos. Em igual tom, Grady (apud Coulson & Oakley; 2000) questiona a validade do processo, uma vez que ele funciona da mesma forma nas mais diversas situações. Gibbs ainda contesta a freqüente análise post hoc em que a teoria se engaja; um procedimento que pode levar a atribuição falaciosa de causa. Embora admitam tal desvantagem, Coulson & Oakley contra-argumentam que a maioria das teorias de significado trabalham desta forma e, mais importante ainda, que a abordagem da fusão se presta de forma especialmente adequada para o rastreamento da produção de significado além do que é uma candidata nata para uma análise que se estenda além post hoc. Ainda segundo Coulson & Oakley (2000), mais perigosamente ou mais danosamente, as análises desta teoria são acusadas de serem excessivamente ad hoc, empregando procedimentos improvisados e temporários para dar conta de casos específicos. Eles defendem a teoria alegando que, sendo a fusão uma teoria interpretativa, o que há de fato é uma confusão entre sua natureza e a natureza dos dados por ela analisados. Destacam que a força da teoria está em sua forma de tratar diferentes dados com base nos mesmos princípios.

Como não poderia deixar de ser, a concepção de se construir significado através da integração conceptual tem seus defensores assim como quem veja nela não mais do que uma tentativa fracassada de resolução dos problemas que nos perseguem desde os gregos, ou quiçá, desde sempre. Passaremos a seguir à análise dos nossos dados, julgando pertinente que este procedimento se dê com base nas duas teorias conceptuais que abordamos acima, a Teoria da Metáfora Conceptual e a Teoria da Fusão Conceptual, acreditando firmemente que ambas são capazes de nos levar a *insights* sobre nossa forma de compreender a realidade do modo como ela é representada no discurso jornalístico tal qual nenhuma outra teoria conhecida seria capaz de fazê-lo.

5. Metodologia

Tratando-se de uma pesquisa de caráter analítico interpretativo centrado na qualidade dos dados e não em sua quantidade, nosso corpus privilegia tantos exemplos quanto julgamos pertinentes para evidenciarmos nossas hipóteses: a mais importante delas é o fato de que a metáfora, como atividade cognitiva, participa de forma fundamental na construção da percepção da realidade e a outra, também importante, a de que o discurso jornalístico noticioso incontornavelmente faz amplo uso de expressões lingüísticas metafóricas, o que implica uma efetiva construção de uma dada realidade na interação com seu público. Faz-se importante enfatizar que não nos dedicamos a questões relacionadas a poder e ideologia do discurso jornalístico neste trabalho, embora possam ser observadas nuances do mecanismo cognitivo que invariavelmente apontam para este nível de interpretação. Não nos ativemos a este aspecto porque isso nos desviaria demasiadamente da questão central, embora consideremos essa visão como sendo muito relevante.

Inicialmente, pensamos em explorar um universo bastante amplo e heterogêneo do discurso jornalístico, o que incluía tanto a linguagem falada como a escrita. Naturalmente, isso exigiria de nossa parte um trabalho exaustivo e que poderia encontrar no tempo limitado que temos para conclusão do nosso trabalho um empecilho razoável. Delimitamos o corpus, restringindo-o ao discurso escrito apenas. Não obstante, acreditamos que, no que diz respeito à essência epistemológica da pesquisa, os resultados observados podem ser aplicados também ao universo da linguagem jornalística falada.

Os exemplos analisados vêm de duas fontes: a) o jornal *O Estado de São Paulo* e b) a revista *VEJA*. Por se tratar de um jornal, a primeira fonte tem circulação diária, enquanto que a segunda tem circulação semanal, como é característica dos respectivos veículos de informação. Ambos têm penetração em nível nacional e o número de leitores em ambos os casos se encontra na casa de dezenas de milhares. A escolha não foi motivada pelas posições político-ideológicas desses dois veículos de notícia, embora isso possa eventualmente se

refletir na opção destes por alguma ou muitas metáforas no processo de escritura de seus textos. Tão simplesmente optamos por eles pelo grau de acessibilidade de que dispúnhamos no momento da escolha de nosso corpus. Isso pode parecer um despropósito incabível. Entretanto, argumentamos que, pelo que pudemos observar através da leitura de outros títulos disponíveis no mercado jornalístico noticioso, nossa pesquisa não deve ficar nem mais rica nem mais pobre devido ao que nos motivou na nossa escolha. Avaliamos que os resultados seriam igualmente válidos para qualquer fonte analisada.

Pudemos perceber na literatura que consultamos uma priorização da análise frástica sobre o fenômeno metafórico. Embora de forma velada, parece ser consenso entre os estudiosos que, lingüisticamente falando, o fenômeno normalmente se manifesta neste nível sintático, muito embora não se limite ao mesmo. Com base nesta observação optamos por trabalhar não exclusivamente com a manchete ou o título das reportagens e artigos, mas principalmente com essas, pelo fato de que: 1) elas se enquadram perfeitamente na observação que fizemos acima e 2) as mesmas geram no leitor projeções de expectativas que implicam a ativação de esquemas e modelos cognitivos idealizados, os quais participam ativamente na construção do significado antes da própria leitura dos textos que acompanham. Quando se fez necessário, também buscamos nos textos destes artigos e reportagens subsídios para sustentação de nossa argumentação, o que em si já revela que o estudo da metáfora vai muito além da análise sintática e comumente exige uma análise que contemple o texto como um todo numa visão discursiva da questão, muito embora, como já mencionamos, os principais estudiosos do assunto geralmente não apresentem mais do que algumas poucas frases ou sintagmas, não raramente descontextualizados, em suas longas explicações.

Como meio de organização da pesquisa procedemos com a escolha das manchetes e seus respectivos artigos e reportagens que comporiam o *corpus*. A distribuição destes artigos e reportagens, na forma como se dá tal procedimento por estes veículos de comunicação, surge a partir do modo como estes categorizam os acontecimentos de acordo com determinados campos semânticos

o que resulta na distribuição dos artigos e reportagens (de MELO; 1993) em seções, no caso de *VEJA*, ou cadernos, no caso de *O Estado de São Paulo*. Optamos por trabalhar com diferentes seções e cadernos das duas fontes e assim contemplar os mais diversos temas no intuito de mostrarmos como a metáfora é usada de forma abrangente.

Da revista *VEJA* selecionamos seis edições aleatórias, sendo cada uma destas referentes a meses intercalados durante o ano de 2003, começando com o mês de fevereiro e encerrando com o mês de dezembro. De cada edição foram retirados cinco textos de diferentes seções aleatoriamente, perfazendo um total de 30 textos. Do jornal *O Estado de São Paulo* escolhemos 25 edições, indo desde a edição do dia 07 de janeiro de 2004 até a edição do dia 31 de janeiro desse mesmo ano. De cada edição retiramos de diferentes cadernos 2 textos de forma aleatória. Os itens textuais das duas fontes somados totalizaram, portanto, 80 textos. As datas de publicação dos textos escolhidos para compor o corpus não estão relacionadas a nenhum conteúdo específico. Apenas tentamos com a fonte de publicação semanal, *Veja*, cobrir um espaço de tempo mais longo do que seis edições consecutivas o fariam, e com a fonte de publicação diária, *O Estado de São Paulo*, o procedimento foi feito também com isso em mente.

Acrescentamos ainda que esta sistematização na escolha dos textos deveu-se, em particular, à nossa preocupação com a necessidade de sermos imparciais e não apenas nos concentrarmos em textos que nos dariam, oportunamente, resultados favoráveis à nossa argumentação. Evitamos, portanto, a escolha de textos apenas em edições que os trouxessem com expressões metafóricas de modo explícito e consensual. Acreditamos que o modo como procedemos, i.e., escolhendo edições dentro de intervalos regulares e com textos aleatoriamente selecionados, deve gerar no interlocutor a possibilidade de inferir que a metáfora se encontra pulverizada não só nos textos que analisamos, mas também em qualquer outro que viéssemos a analisar.

Tentamos agrupar os exemplos, quando possível, de acordo com algumas metáforas conceptuais (LAKOFF & JOHNSON; 1980) e também procedemos com a análise de dois exemplos baseados na Teoria da Fusão conceptual de

Fauconnier (Fauconnier; 1997 e Fauconnier & Turner; 2003). Este procedimento visou a mostrar através de exemplos a natureza conceptual da metáfora e como as expressões lingüísticas por elas motivadas permeiam o discurso jornalístico noticioso na construção da realidade. É sempre importante lembrar que o conceito “realidade” é um gerador nato de confusão semântica, quer dizer, não nos parece claro e consensual como os estudiosos interpretam este termo. Nós nos ativemos à concepção de realidade como ela é entendida por LAKOFF (1987), que não nega a existência de um mundo extramental (uma das formas de compreensão da realidade), mas que através da metáfora trata a realidade construída socio-culturalmente a qual não teria existência extramentalmente como mostramos anteriormente ser o caso das instituições que criamos, tais como o governo, a escola, a igreja e as classes sociais, entre outros. Teríamos, assim, o termo realidade se referindo a pelo menos dois modos de expressão: a realidade ontológica extramental (realidade ₁) e a realidade epistemológica e mental (realidade ₂).

Acreditamos que mais do que o número de enunciados analisados, o que essencialmente corrobora para uma concordância com as teorias que usamos como fundamentação teórica da nossa pesquisa sobre como se dá o processo de construção da percepção da realidade pela metáfora é o fato de não encontrarmos contra-argumentos fortes o suficiente para desacreditar os postulados esposados tanto por LAKOFF & JOHNSON quanto por FAUCCONNIER.

Procederemos a seguir com a análise dos dados para depois disto darmos conclusão a este trabalho de pesquisa.

6. Análise dos dados

A análise do nosso corpus pautar-se-á nos postulados teóricos de Lakoff & Johnson (1980) e Fauconnier (1997). Chamamos a atenção para o fato de que, embora a metáfora perpassa o todo do texto e também dele receba sua interpretação e a ele dê um colorido numa ação recíproca e de mão dupla, o trabalho se concentra na manchete, e, com isto, na estrutura frasal. Assim sendo, trabalharemos pontual e essencialmente com a análise de frases ou sintagmas, embora não percamos de vista o todo do qual estas fazem parte.

Elencaremos primeiramente as manchetes e subtítulos dos textos escolhidos para depois procedermos com a identificação das metáforas conceptuais ali encontradas pelas quais tais expressões lingüísticas são motivadas. As metáforas conceptuais estruturais, ontológicas ou orientacionais serão apresentadas sempre com letras em caixa alta seguindo as formalidades da Teoria da Metáfora Conceptual. Em apenas dois casos usaremos a Teoria da Fusão Conceptual para análise, procedimento que justificaremos adiante.

Como sistematicamente defendido pelos autores que nos dão o suporte teórico, nem toda expressão lingüística é metafórica e muito embora tenhamos privilegiado as manchetes cujas expressões lingüísticas fossem metafóricas, isso não se tornou uma condição *sine qua non* na escolha das manchetes dos artigos e reportagens uma vez que não encontramos dificuldade em identificar metáforas conceptuais evidenciadas por expressões lingüísticas metafóricas encontradas dentro de todos estes textos as quais também darão suporte ao nosso corpus.

6.1. *Visão geral do corpus*

Enumeramos os exemplos escolhidos, que englobam manchete e subtítulo mais o próprio texto, de 01 a 80 e nos referiremos com freqüência a estes apenas pelo seu número de chamada para facilitar o desenvolvimento da nossa

argumentação. A seguir temos as manchetes e seus subtítulos, quando existirem. No Anexo I temos todos os textos na íntegra.

(01) Café Cacique quer entrar na China com a ajuda de Pelé
Após firmar espaço na Rússia, empresa tem nova missão para o seu garoto-propaganda

(02) Milan vence e encosta na Roma

(03) Diego quer seguir passos dos ídolos no Palmeiras

(04) Volks derruba Mercedes na venda de caminhões
Em 2003 a montadora conseguiu, pela primeira vez, liderar os negócios no varejo no país

(05) C-bond supera 100% e derruba risco país
Título brasileiro ultrapassa pela primeira vez o valor de face e risco cai 412 pontos

(06) Gasto com internet ultrapassa arroz com feijão
Nova pesquisa de orçamento familiar da FGV revela mudanças nos hábitos de costume

(07) Otimismo com captações derruba dólar e risco
Moeda americana fecha a R\$2,833 e risco vai a 408 pontos

(08) Texto final pedirá reforço na luta contra terrorismo

(09) Há vinte anos nascia o Macintosh

(10) Nenê brilha e faz 25 pontos em vitória do Denver

(11) Tribunal instala software para melhorar tráfego
Ferramenta ClearSight analyser analisa o fluxo da rede e monitora os dispositivos

(12) Mercado otimista espera emissão brasileira
Expectativa é que mercado aproveite bom momento de liquidez no mercado internacional

(13) Adeus bicicletas
Na China o futuro vem sobre quatro rodas

(14) Apple intensifica guerra da música digital com a Microsoft

(15) Assassino confesso de criança no sul volta atrás e nega 4 crimes

- (16) Reforma do judiciário deve ficar na gaveta
- (17) Começa a batalha por vagas em Melbourne
Cinco brasileiros disputam o qualifying do aberto da Austrália, 1º Grand Slam do ano
- (18) Brasil encara a empolgação chilena
Seleção precisa vencer os anfitriões para ir ao quadrangular final sem passar pela repescagem
- (19) Guga joga mal e cai em Auckland
Brasileiro perde na semifinal para o eslovaco Dominik Hrbaty por 6/3, 6/2
- (20) Rússia reage friamente a plano espacial de Bush
Projeto americano de chegar a Marte em 2030 não altera programa de Moscou
- (21) A volta das primeiras idéias de Verdi
'MacBeth' inicia edição de registros de originais de óperas que seriam revisadas pelo autor
- (22) Partidos da base começam corrida pelo segundo escalão
Líderes tentam garantir as presidências do BNDES e da Eletrobrás entre outras
- (23) Governo 'liga o turbo' para induzir a retomada
Redução de IPI sobre bens de capital é uma dessas primeiras medidas nessa direção
- (24) Os quatro remédios contra o desemprego
- (25) Inflação tem ligeira alta em dezembro
- (26) Pai do Ecosport dirigirá fábrica da Cacao
Engenheiro Luc de Ferran 4 meses após anunciar aposentadoria na Ford
- (27) Kerry sai na frente na prévia democrata em Iowa
Senador lidera preferências em pesquisa feita no início do caucus
- (28) Gravadoras preparam novo ataque global à pirataria
- (29) Comercio global aquece setor de fretes
Agentes transitários lucram com aumento da demanda por importados
- (30) Tucanos tentam convencer Serra a enfrentar Marta
- (31) Medo da inflação faz Copom manter juros em 16,5%
- (32) São Paulo recebe uma São José dos Campos por dia

Segundo Saede, são mais de 668 mil pessoas que vêm a capital trabalhar e estudar

(33) Ao articulador Dirceu o sabor da derrota
Avaliação é que ministro foi quem mais perdeu na guerra de bastidores da reforma

(34) Nasce uma estrela no aberto da Austrália
Em seu 1º Grand Slam, Todd Reid, de 19 anos, já está na 3 rodada e é notícia em Melbourne

(35) A morte nos olhos frios do atirador de elite
Ele atinge o inimigo a 1 km de distancia e procura pensar que se trata apenas disso: um inimigo

(36) Argentina declara guerra a têxteis brasileiros
Pressões dos empresários argentinos causam primeiro grande conflito comercial em 2 anos

(37) De virada, Palmeiras cai diante do Marília
Time abre o placar em pênalti contestado, mas Sorato define vitória por 2 a 1

(38) Diamante agora brilha no céu
Um dos maiores ídolos do futebol brasileiro morreu ontem à tarde aos 90 anos

(39) Antivírus gratuitos protegem PC do Beagle
Novo invasor escancara porta TCP 6777 do micro e reacende perigo na internet

(40) Rita Lee dispara metralhadora verbal em show

(41) Exportação de frangos pode crescer 10%
Livre de epidemia de gripe de aves, Brasil vai tomar espaço da Tailândia no mercado, diz a Abef

(42) Vale passa Embraer e é a 2ª entre os exportadores
Liderança ainda é da Petrobrás, segundo o levantamento realizado pelo governo

(43) Como engordar lucros na era da dieta
Presidente da McDonald's diz como tem mudado o menu sem mudar a marca

(44) Dirceu: novos cargos são para modernizar a máquina
De acordo com ministro, administração está sucateada e país precisa se organizar

(45) Vírus infecta mais de três mil micros no Brasil
País está entre os 15 mais afetados pelo Mydoom, descoberto na segunda-feira

(46) A queda de um gigante

(47) Bolsa despenca 6,14% e risco país sobe 6,5%

Mercados reagiram com nervosismo a informações sobre juros nos Estados Unidos e no Brasil; dólar fechou em alta de 1,21%, a R\$2,931

(48) Setor têxtil quer ação do governo contra Argentina

(49) Pai do cartão telefônico não recebe royalties
Cartão indutivo, criado por Bardini, é usado em todos os orelhões do país

(50) Com Twist Pepsi passa à frente da Fanta
Coca-cola amarga ainda o crescimento do guaraná Antártica sobre o Kwat

(51) A vitória dos piratas
A indústria não sabe mais como conter os falsificadores, que agora começam a entrar no ramo de DVDs

(52) Temperatura máxima
Movimento de turistas supera expectativas e transforma em festa o verão de 2003

(53) "Xi, esqueci!"
Pesquisas mostram por que certas pessoas são mais suscetíveis à falhas de memória do que outras

(54) De volta ao governo
Sem o brilho do passado, o PMDB deixa-se seduzir por cargos e fecha acordo com o PT

(55) Fome Zero, confusão dez
O programa que é a menina-dos-olhos de Lula nasce marcado pela improvisação e por críticas

(56) Cidade sitiada
Traficantes atacam pontos turísticos, desafiam a polícia e espalham terror no Rio

(57) Bom desempenho na lua-de-mel
Em 100 dias, Lula colhe aplausos na economia e vitórias na política, mas há tumulto nos bastidores

(58) De olho nos dólares da paz

(59) O preço da gordura
Pela primeira vez, foram calculados os custos da obesidade no Brasil: 1,5 bilhão de reais por ano

(60) Um novo aliado
Remédio promete aliviar mal-estar da quimioterapia

(61) O perde e ganha da Alca

Lula voltará a se encontrar com Bush nesta semana em Washington e o acordo de livre comércio vai dominar a agenda

(62) A marcha do privilégio

Os servidores são minoria, custam caro, escoram-se em privilégios – e, argutamente, ainda passam a impressão de que são vítimas

(63) O shopping da selva

Barcos que vendem de tudo movem os preços, o tráfico e o sonho de enriquecer na Amazônia

(64) Olhar não engorda

Depois de mostrar diamantes e pérolas, o Museu de História Natural de Nova York faz uma exposição memorável sobre o chocolate

(65) Revoada Tucana

Fora do poder, o PSDB pode perder deputados e ficar do tamanho do antigo PT oposicionista

(66) Os novos baianos

Celebridades, empresários e estrangeiros aquecem o mercado imobiliário da Bahia

(67) Cada vez mais limpo

Acidentes ecológicos escondem uma boa notícia: o país avançou no controle da poluição

(68) O momento do presidente

(69) O risco Kirchner

O presidente argentino adota um discurso de confronto com investidores estrangeiros

(70) Um desvio de rota

Os investidores estrangeiros estão colocando seus dólares em outros países. O Brasil teve queda de 50% na atração de capital

(71) A gata de sete fôlegos

Aos 23 anos, rica, famosa e separada três vezes, Deborah Secco anuncia: daqui para a frente, tudo será diferente

(72) Baratos e eficientes

O consumo de genéricos avança a passos largos, vencendo a resistência dos médicos

(73) Loteria do dano moral

400 000 ações de indenização tramitam nos tribunais do país

(74) O lado sombrio da China

No país que mais cresce, as mulheres são até vendidas como escravas sexuais

(75) Os católicos contra-atacam

Com a estréia de padre Marcelo no cinema, a Igreja abre mais uma frente em sua disputa com os evangélicos

(76) A Ferrari da Ford

O carrão de 150 000 dólares é uma recriação do GT 40, um ícone dos superesportivos

(77) A Varig vai à luta

Empresa usa prejuízo menor como arma para ganhar espaço na discussão sobre o futuro da aviação civil

(78) O gigante quer proteção

(79) A nova onda da rede

Empresários que ficaram milionários com a bolha voltam a investir na internet

(80) Está tudo fora da lei

Funcionários sem carteira assinada, menor trabalhando e terra invadida – eis a chácara do ministro

6.2. Análise como base na Teoria da Metáfora Conceptual de Lakoff & Johnson

Fazer uma análise exaustiva de todos os exemplos do nosso corpus exigiria um trabalho muito extenso e que não justificaria o esforço, tendo em vista o alto índice de repetição. Por outro lado, pretendemos com estes exemplos apenas evidenciar o amplo uso de metáforas conceptuais na linguagem jornalística escrita, portanto, trabalharemos pontualmente com algumas das metáforas mais comumente encontradas nos trabalhos de pesquisa sobre a metáfora conceptual que utilizamos na escritura desta dissertação, o que entendemos ser suficiente para nossos propósitos aqui.

Metáforas estruturais

☛ NEGÓCIO É GUERRA

A metáfora conceptual NEGÓCIO É GUERRA ou NEGÓCIO COMO GUERRA, que estrutura todo um modo de pensar e agir sobre negócios comerciais com base na nossa compreensão do conceito de guerra foi uma das mais encontradas nos textos de nosso corpus. Os exemplos (01), (04), (14), (24), (28), (36), (42), (48), (51), (61), (75), (77) e (78) apresentam evidências lingüísticas que corroboram essa posição.

No subtítulo do texto (01) temos:

☞ *empresa tem nova missão para o seu garoto-propaganda.*

No corpo deste texto (01) aparece a expressão:

☞ *conquistar a China.*

No exemplo da manchete (04)

☞ *Volks derruba Mercedes*

temos o verbo *derrubar* e no seu subtítulo

☞ *a montadora conseguiu, pela primeira vez, liderar os negócios*

temos o verbo *liderar*, os quais fazem parte do vocabulário comumente usado na compreensão do conceito *guerra*. Ainda no corpo do texto que esta manchete abre temos as expressões:

☞ *perdeu a liderança em vendas para a FIAT,*

☞ *A conquista ocorre sete anos ...*

As expressões lingüísticas metafóricas nos exemplos (14), (24), (28), (36), (51), (61) e (77) evidenciam de forma ainda mais contundente a presença da metáfora em questão. Temos no exemplo (14)

- ☞ ...intensifica a guerra da música,
- ☞ antes que a Microsoft lance um contra-ataque este ano,
- ☞ numa crescente disputa sobre a tecnologia que sustenta os aparelhos de reprodução de música,
- ☞ o vencedor da guerra dos padrões pode no final ser a empresa que conquistar a maior massa de usuários primeiro, e
- ☞ ... crucial para a Apple conquistar o máximo de mercado;

no (24) encontramos a expressão:

- ☞ Na França o empreendedor nunca avança em um terreno minado pela concorrência,

no (28) temos

- ☞ ... preparam novo ataque à pirataria,
- ☞ A indústria fonográfica planeja ampliar a guerra contra o compartilhamento ilegal de música para fora dos EUA, e
- ☞ ... muitos acreditam que o próximo campo de batalha será a Europa;

no exemplo (36)

- ☞ ... declara guerra à têxteis,
- ☞ ... causam o 1º grande conflito comercial e
- ☞ ... põem em risco mais de 450 mil empregos e a sobrevivência de centenas de empresas;

no (51) temos

- ☞ ... vitória dos piratas ...,
- ☞ O pirata venceu a indústria,
- ☞ ... o melhor a fazer é jogar a toalha, admitir a derrota e relaxar,
- ☞ ... anunciar medidas mais duras de combate à pirataria;

no exemplo (61)

- ☞ *o perde e ganha da Alca,*
- ☞ *... analisou os possíveis impactos em vinte setores da economia brasileira ...,*
- ☞ *Os ganhadores do lado brasileiro seriam ...,*
- ☞ *...ter mais acesso aos mercados que os americanos só pensam em proteger, e*
- ☞ *... num acordo que também terá perdedores;*

e no (77)

- ☞ *...vai à luta, e*
- ☞ *Empresa usa prejuízo menor como arma para ganhar espaço na discussão sobre o futuro da aviação civil.*

Os exemplos (42), (46), (48) e (78), de modo menos aparente, também apresentam formas lingüísticas que evidenciam a compreensão do conceito *negócio* (business) através do conceito *guerra*. As expressões:

- ☞ *liderança ainda é da Petrobrás (42),*
- ☞ *A queda de um gigante (46),*
- ☞ *... ação do governo contra ... (48) e*
- ☞ *O gigante quer proteção (78) são exemplos disso.*

Dentro dos textos relativos a essas manchetes podemos encontrar ainda mais evidências lingüísticas para nossa asserção. No texto (78), por exemplo, as expressões:

- ☞ *... a escalada protecionista americana ...,*
- ☞ *... protecionismo é a defesa que os países armam ...,*
- ☞ *... o Japão ... baixou toda a guarda ...,*
- ☞ *... a equipe de Bush está disparando o gatilho protecionista ...,*
- ☞ *... o governo americano protege da concorrência externa ...,*
- ☞ *... os valores envolvidos nas retaliações americanas ...,*
- ☞ *... a agressividade dos exportadores chineses ...,*
- ☞ *... líderes americanos voltam a falar em "ameaça" dos produtos importados ...*

entre outras, dão suporte a nossa argumentação.

☛ DISCUSSÃO É GUERRA

Nos exemplos (69) e (75) atua, além da metáfora em questão, uma outra que tem o conceito-alvo da *argumentação/discussão* também estruturado pelo conceito-fonte *guerra*: ARGUMENTAÇÃO/DISCUSSÃO É GUERRA. No exemplo (69) temos a expressão:

☞ *O presidente argentino adota um discurso de confronto com investidores estrangeiros.*

Em

☞ *Os católicos contra-atacam (75)*

temos não só interesses comerciais em disputa, mas também a discussão sobre posições a respeito da fé e da verdade religiosas. Ainda nesse texto temos outras evidências lingüísticas como

☞ *mais uma frente em sua disputa com os evangélicos.*

Outro exemplo em que aparece a metáfora DISCUSSÃO É GUERRA é o (40) com a expressão:

☞ *Rita Lee dispara metralhadora verbal,*

muito embora seja a metáfora AS PALAVRAS SÃO ARMAS, um caso especial daquela, a que de maneira mais forte motivaria tal expressão.

☛ ESPORTE É GUERRA, POLÍTICA É GUERRA

Outros conceitos que também são estruturados a partir do conceito *guerra* são *esporte* e *política*. Temos as metáforas conceptuais ESPORTE É GUERRA e POLÍTICA É GUERRA respectivamente. Nos exemplos (02), (10), (17), (18), (19), (27), (30), (33), (37) e (57) isso fica evidenciado pelas expressões:

- ☞ O time de a,b,c, derrotou a líder Roma (02),
- ☞ A Juventus continua na luta para recuperar a ponta (02),
- ☞ ... com vitória do Denver (10),
- ☞ Começa batalha por vagas em Melbourne (17),
- ☞ ... precisa vencer os anfitriões ... (18),
- ☞ joga mal e cai em Auckland (19),
- ☞ Brasileiro perde... (19),
- ☞ Palmeiras cai diante do Marília (37),
- ☞ ... define vitória por 2 a 1 (37), e
- ☞ o Marília mostrou combatividade (37).

Já nos exemplos (27)

- ☞ dar ampla munição ao desafiante de Bush,

no (30)

- ☞ Tucanos tentam convencer Serra a enfrentar Marta,

no (33)

- ☞ ...o sabor da derrota,
- ☞ ... perdeu na guerra de bastidores,
- ☞ ...travaram uma guerra de bastidores nos últimos cinco meses e
- ☞ ...o melhor nome para comandar a área social...

e no (57)

- ☞ ... o governo travou sua primeira batalha no congresso,
- ☞ ... as lideranças petistas no congresso dobraram a resistência dos radicais do partido

as expressões usadas tornam clara a defesa por uma compreensão do conceito política nos termos de guerra.

Metáforas orientacionais

☛ MAIS É PARA CIMA / MENOS É PARA BAIXO, TER CONTROLE OU FORÇA É PARA CIMA / SER CONTROLADO OU FRAQUEZA É PARA BAIXO e EM PÉ É ESTAR BEM / DEITADO É ESTAR MAL

Lakoff argumenta que é comum encontrarmos mais de uma metáfora operando num só enunciado. No caso dos exemplos (19)

☞ ... *joga mal e cai* ...

e (37)

☞ *Palmeiras cai* ...

temos também a presença das metáforas orientacionais MAIS É PARA CIMA / MENOS É PARA BAIXO, TER CONTROLE OU FORÇA É PARA CIMA / SER CONTROLADO OU FRAQUEZA É PARA BAIXO e EM PÉ É ESTAR BEM / DEITADO É ESTAR MAL. Estas metáforas juntamente com a metáfora MUITO STATUS É PARA CIMA / POUCO STATUS É PARA BAIXO nos ajudam a entender outras expressões lingüísticas encontradas nos exemplos (05), (07), (23), (24), (25), (41), (47), (49), (58) e (70). As expressões:

☞ ... *derruba risco país ...* (05),

☞ ... *risco cai* ... (05),

☞ ... *derruba dólar e risco ...* (07),

☞ ... *redução de IPI ...* (23),

☞ ... *entre o estrato superior e o inferior* (24),

☞ ... *nós não formamos mais profissionais de alto nível mundial* (24),

☞ ... *tem ligeira alta* ... (25),

☞ *Exportação de frangos pode crescer 10%* (41),

☞ *Bolsa despenca* ... (47),

☞ ... *risco país sobe* ... (47),

☞ ... *dólar fechou em alta* ... (47),

☞ ... *o crescimento do guaraná Antártica* (49),

☞ ... *parte do processo de recolocar o país de pé* (58)

e

☞ ... *Brasil teve queda de 50% na atração* (70)

são todas motivadas pelas metáforas orientacionais supracitadas.

☛ ESCALAS LINEARES SÃO CAMINHOS

O conceito de quantidade também é compreendido espacialmente e através de verticalidade pela metáfora ESCALAS LINEARES SÃO CAMINHOS. Lakoff afirma que “A metáfora projeta o ponto de partida do caminho no ponto mais baixo da escala e projeta a distância percorrida na quantidade em geral.” (Lakoff; 1993, 214 – TN) Daí podermos expressar esse conceito lingüisticamente como é possível ver nos exemplos (05), (06), (42), (49) e (72) onde temos respectivamente as seguintes expressões:

☞ *título brasileiro ultrapassa pela 1ª vez o valor de face,*

☞ *Gasto com Internet ultrapassa feijão com arroz,*

☞ *Vale passa Embraer ...,*

☞ *Com Twist Pepsi passa à frente da Fanta*

e finalmente

☞ *O consumo de genéricos avança a passos largos ...*

Ainda no corpo do texto do exemplo (06) temos as expressões:

☞ *avançou, também, o peso dos preços administrados*

além de

☞ *os gastos com tarifas avançaram ...*

e outros exemplos encontrados no corpo do texto (42) são:

- ☞ *A Vale do Rio Doce ultrapassou a Embraer*
- ☞ *... subiu uma posição no ranking.*

Estes são casos ilustrados pela Fig. 2 acima.

☛ UMA ELEIÇÃO É UMA CORRIDA / POLÍTICA É UMA CORRIDA

O exemplo (27)

- ☞ *Kerry sai na frente*

tem um forte apelo na metáfora em questão, muito embora esteja mais perto da metáfora estrutural UMA ELEIÇÃO É UMA CORRIDA, suspeita que é reforçada pelas expressões:

- ☞ *... a próxima escala na disputa da candidatura presidencial ...,*
- ☞ *Dean perdeu a dianteira para Kerry,*
- ☞ *... mas o avanço de Kerry em Iowa....*

Bem parecida com esta temos a metáfora POLÍTICA É UMA CORRIDA a qual está por trás da expressão:

- ☞ *Partidos da base começam corrida pelo segundo escalão*

no exemplo (22).

Embora fazendo uso do mesmo item lexical, o verbo avançar, no exemplo (67) a expressão:

- ☞ *o país avançou no controle da poluição*

é motivada pela metáfora PROGRESSO É MOVIMENTO PARA FRENTE.

Outras metáforas orientacionais motivam expressões encontradas nos textos do nosso corpus relativos a como percebemos metaforicamente o conceito *tempo*. Na nossa cultura uma das maneiras como o tempo é entendido é espacialmente e o futuro é visto como estando na nossa frente ao passo em que o passado é visto como estando atrás de nós. Daí as expressões nos exemplos (15)

☞ ... volta atrás e nega ...

que concerne uma retomada de posição mantida pelo suspeito de assassinato no passado e no caso do exemplo (13)

☞ ... o futuro vem ...

o qual está relacionado a um outro modo como o tempo é conceptualizado, i.e., como uma entidade que se move em direção a nós com sua frente virada para nossa frente. São muitos os exemplos encontrados nos nossos textos que dão sustentação à tal afirmação. Nos exemplos (70)

☞ ... daqui para frente, tudo será diferente

e (68)

☞ ...é de se esperar que o presidente daqui por diante assuma em pessoa o comando...

a expressão *daqui* funciona não como um dêitico espacial mas sim como um dêitico temporal, marcando o presente para o falante sendo que o futuro é concebido espacialmente como estando justo na sua frente.

☛ PROXIMIDADE É SEMELHANÇA

A metáfora estrutural PROXIMIDADE É SEMELHANÇA pode ser vista em ação no exemplo (02):

☞ *Milan encosta na Roma.*

Embora, de acordo com o próprio texto a Roma ainda esteja acima do Milan na pontuação do torneio como indica a expressão encontrada no corpo daquele texto

☞ *os romanos continuam na frente,*

os dois times já têm pontuação semelhante na classificação do campeonato em disputa. No exemplo (33) temos

☞ ...*agora no governo, e bem próximo do presidente*

expressão que tem a ver com o grau de poder exercido por quem está no governo trabalhando com o presidente.

Metáforas ontológicas

As metáforas ontológicas, como já dissemos, nos permitem compreender conceitos tais como *atividades, emoções, idéias*, etc. de duas maneiras: a) como entidades ou b) como substâncias. Elas ainda permitem a compreensão dos conceitos *eventos e ações* como objetos e ainda do conceito *estado* como contentor. São inúmeros os exemplos que podemos encontrar nos textos analisados. Entre os que selecionamos estão os exemplos (01), (08), (12), (16), (20), (21), (29), (31), (35), (46), (47), (48), (52), (53), (54), (56), (63), (65), (78) e (80).

No exemplo (01)

☞ *Café Cacique quer entrar na China,*

no (54)

☞ ... *de volta ao governo,*

no (65)

☞ *Fora do poder, o PMDB perde deputados...*

no (80)

☞ *Está tudo fora da lei,*

e no (70)

☞ *os investidores estrangeiros estão colocando seus dólares em outros países*

conceptualizamos *China, governo, poder, lei e países* respectivamente como contentores que intrinsecamente possuem dois lados: um interno e outro externo e

que permitem movimento tanto para seu interior quanto para fora. A expressão lingüística da manchete deste exemplo (70)

☞ *Desvio de rota*

assim como a do exemplo (03)

☞ *Diego quer seguir passos dos ídolos*

são motivadas pela metáfora PROPÓSITOS SÃO DESTINOS.

Retomando a questão das metáforas ontológicas, consideremos os seguintes exemplos:

☞ *... na luta contra o terrorismo (08),*

☞ *Mercado otimista espera emissão brasileira (12),*

☞ *Reforma do Judiciário deve ficar na gaveta (16),*

☞ *Rússia reage friamente... (20),*

☞ *A volta das idéias de Verdi (21),*

☞ *Os quatro remédios contra o desemprego (24),*

☞ *Inflação tem ligeira alta (25),*

☞ *Ataque global à pirataria (28),*

☞ *Comércio global aquece setor de fretes (29),*

☞ *Medo da inflação faz Copom manter juros... (31),*

☞ *A morte nos olhos frios do atirador... (35),*

☞ *A queda de um gigante (46),*

☞ *... mercados reagiram com nervosismo... (47),*

☞ *Setor têxtil quer ação do governo (48) ,*

☞ *...certas pessoas são suscetíveis à falha de memória (53),*

☞ *Traficantes atacam pontos turísticos, desafiam a polícia e espalham terror no Rio (56),*

☞ *Barcos que vendem de tudo movem os preços, o tráfico e o sonho de enriquecer na Amazônia (63)*

e

☞ O gigante quer proteção (78).

Podemos perceber que os conceitos *pirataria* (29), *desemprego* (24) e *terrorismo* (08) são vistos como entidades sobre as quais é possível agir através de diferentes formas de combate, revelando assim que essas entidades são vistas como pessoas. As metáforas que motivam estas expressões são:

A PIRATARIA É UMA PESSOA, O DESEMPREGO É UMA PESSOA e O TERRORISMO É UMA PESSOA.

☛ A PIRATARIA / O DESEMPREGO / O TERRORISMO É UM ADVERSÁRIO

No contexto em que as expressões são usadas podemos afirmar ainda a existência de uma outra metáfora que abrange todos os conceitos de forma ainda mais particular: PIRATARIA / DESEMPREGO / TERRORISMO É UM ADVERSÁRIO, o que legitima o nosso agir em relação aos mesmos como se tivéssemos agindo com relação a uma pessoa.

Podemos também nos referir aos seguintes conceitos como entidades: *mercado* (12), *Rússia* (20), *idéias* (21), *inflação* (28), *comércio* (29), *gigante* (46), *mercados* (47), *setor têxtil* (48), *terror* (56), *banditismo* (56), *tráfico* (56), *preço* (63), *tráfico* (63), *sonho* (63) e *gigante* (78). Nos casos em que eles parecem ter vontade própria, o que caracterizaria o episódio da personificação no qual às entidades são atribuídas características antropomórficas, também é possível argüir que há apenas a presença da metonímia: *Rússia*, por exemplo, seria uma forma metonímica de referir-se ao povo russo e seu governo, apesar de termos neste enunciado, assim como na metonímia do (78) *gigante* que se refere aos Estados Unidos, a presença da metáfora UM PAÍS É UMA PESSOA. O mesmo se aplica ao caso do conceito *mercado* através de cujos exemplos, os atributos de *otimismo* e *nervosismo* se referem ao grupo de pessoas que constituem esse domínio conceptual.

Os exemplos:

☞ A marcha do privilégio (52),

☞ Já o banditismo segue seu rumo, inabalável (56)

e

☞ o tráfico apresenta-se mais rico, mais armado e mais audacioso em suas investidas (56)

têm claramente uma metáfora ontológica de personificação ao atribuir a um conceito qualidades humanas como a possibilidade de locomover-se sozinho numa marcha ou seguir seu próprio rumo ou ainda de fazer alguma alto-apresentação.

☛ A MENTE É UMA MÁQUINA

De forma menos explícita temos no exemplo:

☞ *certas pessoas são mais suscetíveis à falhas de memória* (53)

uma alusão a como percebemos nossa mente, i.e. como uma máquina, e como tratamos esse conceito como uma entidade. Isto é alicerçado pela metáfora A MENTE É UMA MÁQUINA. Ainda nesse mesmo texto (53) temos outros dois exemplos de expressões com base nesta metáfora

☞ *...ajudam a entender um dos mecanismos mais complexos da mente humana, a memória*

e

☞ *lapses ocorrem quando há falhas na ativação do cornó de Amon ...*

Temos nos casos dos exemplos:

☞ Antivírus gratuitos protegem PC do Beagle (39)

e

☞ Vírus infecta mais de três mil micros no Brasil (45)

☛ UM COMPUTADOR É UMA PESSOA / UM PROGRAMA DE COMPUTADOR CORRUPTOR É UM VÍRUS

A metáfora UM COMPUTADOR É UMA PESSOA que conjuntamente com outra metáfora UM PROGRAMA DE COMPUTADOR CORRUPTOR É UM VÍRUS motivam expressões lingüísticas reveladoras de nossa compreensão dessa máquina como se fosse uma pessoa que quando infectada por um vírus requer os cuidados médicos pertinentes. Nestes casos não se trata especificamente de uma metáfora ontológica do tipo em que um conceito é concebido como uma entidade pois o microcomputador já é na realidade um objeto. Trata-se sim de uma metáfora ontológica de personificação pelo fato de atribuímos à máquina atributos humanos através da metáfora UMA MÁQUINA É UMA PESSOA. No corpo de ambos os textos (39) e (45) temos expressões que evidenciam esta visão conceptual, entre as quais temos:

- ☞ ...o novo vírus não tem efeitos físicos destrutivos ... (39),
- ☞ Especialistas em segurança acreditam que a nova praga ... (39),
- ☞ Macintosh e Linux estão livres, pelo menos por enquanto, do perigo (39),
- ☞ O vírus tem tempo de vida limitado (39),
- ☞ O segredo do AVG é que caso não consiga limpar arquivos contaminados ... (39),
- ☞ A pasta 'Vault' funciona como uma área de quarentena... (39),
- ☞ O programa é capaz de desativar um vírus que esteja impregnado na memória do HD (39),
- ☞ ... e possui um 'Internet-update-wizard' para atualização online de vacinas (39),
- ☞ Sua principal forma de contaminação é o e-mail (45),
- ☞ O Mydoom utiliza o computador infectado para se distribuir pela rede... (45),
- ☞ ... o vírus deixa o computador vulnerável a (ação?) de criminosos cibernéticos (45).

☛ A INFORMÁTICA É UMA AUTO-ESTRADA

Neste segundo exemplo do texto (45) temos outra maneira de concepção do universo relativo ao mundo dos computadores, i.e. à informática. A metáfora A INFORMÁTICA É UMA AUTO-ESTRADA é evidenciada nas expressões do exemplo (11):

- ☞ *Tribunal instala software para melhorar tráfego,*
- ☞ *Ferramenta Clearight analyser analisa o fluxo da rede e monitora os dispositivos,*
- ☞ *... a rede interliga três prédios por fibra óptica.*

☛ SIGNIFICANTE É GRANDE / IMPORTÂNCIA É TAMANHO

Além das metáforas ontológicas que encontramos nos exemplos (46) e (78), a metáfora SIGNIFICANTE É GRANDE e IMPORTÂNCIA É TAMANHO motivam a estruturação dos conceitos *empresa* relativo ao uso da expressão *gigante* no exemplo (46) e *país* no uso desta expressão no exemplo (78) em que a Parmalat e os EUA são, respectivamente, a empresa e o país em questão.

☛ O ESTADO É UMA MÁQUINA / O GOVERNO É UMA MÁQUINA

A compreensão dos conceitos *estado* e *governo* vem também metaforicamente através das metáforas O ESTADO É UMA MÁQUINA e O GOVERNO É UMA MÁQUINA. Temos no exemplo (44) expressões evidenciando essa posição:

- ☞ *Dirceu: novos cargos são para modernizar a máquina,*
- ☞ *De acordo com o ministro, administração está sucateada ...*

Já no exemplo (23) temos

- ☞ *Governo 'liga turbo' para induzir a retomada.*

☛ CRIAÇÃO É NASCIMENTO

A metáfora CRIAÇÃO É NASCIMENTO está por trás das expressões encontradas nos exemplos:

- ☞ *Há vinte anos nascia o Macintosh (09),*
- ☞ *O pai do Ecosport dirigirá fábrica da Caoa (26),*
- ☞ *Pai do cartão telefônico não recebe royalties (49)*

e

- ☞ *O programa que é a menina-dos-olhos de Lula nasce marcado pela improvisação e por críticas (55).*

Nestes exemplos podemos ver como o conceito de criação intelectual é compreendido como sendo a geração de algo tendo de um lado o criador, visto como um pai, e do outro sua criatura que passa a ter existência a partir do seu nascimento.

☛ ALEGRIA É LUZ, SUCESSO É LUZ, VIDA É LUZ / MORTE É ESCURIDÃO

Algumas metáforas em comum que temos na construção de conceitos convergentes são ALEGRIA É LUZ, SUCESSO É LUZ, VIDA É LUZ e a antagônica MORTE É ESCURIDÃO. Nos exemplos:

- ☞ *Nenê brilha e faz 25 pontos em vitória do Denver (10),*
- ☞ *Nasce uma estrela no aberto da Austrália (34),*
- ☞ *Diamante agora brilha no céu (38)*

e

- ☞ *Sem o brilho do passado, o PMDB deixa-se seduzir por cargos... (54)*

temos a metáfora SUCESSO É LUZ. Embora *diamante* no exemplo (38) refira-se a um atleta recém-falecido e o enunciado afirme que ele brilha no céu apesar da metáfora MORTE É ESCURIDÃO, infere-se que o atleta não está morto, pelo menos não espiritualmente como sugere o termo céu que além do alto do firmamento também se refere a um mundo espiritual de muita alegria, paz e luz, o que daria a metáfora VIDA É LUZ considerável participação na compreensão de todo o enunciado. Já no exemplo (34) a luminosidade da estrela é que está relacionada

ao sucesso. As metáforas MORTE É ESCURIDÃO e EXPERIÊNCIA NEGATIVA É ESCURIDÃO por sua vez, motivam a expressão do exemplo (74) *O lado sombrio da China*.

☛ ALCANÇAR UM PROPÓSITO É COMER

O exemplo (43) *Como engordar lucros na era da dieta* evidencia a existência da metáfora de ESTRUTURA DE EVENTO: ALCANÇAR UM PROPÓSITO É COMER de onde se infere que engordar indica sucesso e emagrecer indica fracasso, bem ao contrário do que esperaria uma top model!

☛ PROPÓSITOS SÃO DESTINOS / A VIDA É UMA VIAGEM

A VIDA É UMA VIAGEM é um caso especial da metáfora PROPÓSITOS SÃO DESTINOS. Estas duas metáforas motivam expressões lingüísticas em praticamente tudo que diz respeito ao progresso que imprimimos às nossas ações e que rumo queremos que elas tomem. No texto (68) temos alguns exemplos deste caso como

☞ *...está forçando Lula a explicitar o rumo que pretende imprimir ao país,*

☞ *...eles (Palocci e Dirceu) sabem o rumo do governo*

e

☞ *...o que angustia a sociedade brasileira é a definição de para onde Lula pretende encaminhar o sistema.*

☛ AFETIVIDADE É CALOR / FALTA DE AFETIVIDADE É FRIEZA

Dois exemplos nos textos (20) e (35) são motivados por uma metáfora oposta a AFETIVIDADE É CALOR, ou seja, FALTA DE AFETIVIDADE É FRIEZA. No (20) temos

☞ *Rússia reage friamente...*

e no (35) notamos a expressão:

☞ *A morte nos olhos frios do atirador de elite.*

Esta expressão não está relacionada à temperatura dos órgãos da visão, pois os olhos neste contexto assim como olho no caso do exemplo:

☞ *De olho nos dólares da paz (58)*

exigem uma compreensão metafórica.

☛ COMPREENDER É VER / VER É TOCAR / CONHECER É VER

No caso do exemplo (35) temos a metáfora COMPREENDER É VER de forma que o termo se refere a uma maneira de compreender a morte por parte do atirador. No caso do exemplo (58) temos a metáfora VER É TOCAR de onde podemos inferir que os olhos nos dólares significa tocá-los e conseqüentemente tê-los, o que revela neste contexto a ambição de empresas pelo capital que deverá girar no processo de reconstrução do Iraque. Já no exemplo:

☞ *Olhar não engorda (64)*

temos a metáfora CONHECER É VER e já que o texto trata da visualização de chocolates apenas num museu para conhecimento de suas variedades, não há como daí surgir o ganho de massa corpórea.

☛ INTENSIDADE É TEMPERATURA

A metáfora INTENSIDADE É TEMPERATURA pode ser vista atuando na estruturação da expressão no exemplo:

☞ *Temperatura máxima (52)*

alegação corroborada por uma outra metáfora já analisada ESCALAS LINEARES SÃO CAMINHOS e que motiva a expressão do subtítulo desse mesmo exemplo:

☞ *Movimento de turista supera expectativas... (52)*

assim como, ainda neste mesmo texto

☞ *Em Búzios, no litoral norte do Rio de Janeiro, o termômetro é o aumento do número de navios (52).*

Esta metáfora também é encontrada na expressão do texto (29):

☞ *Comercio global aquece setor de fretes... (29)*

e no subtítulo do texto (66):

☞ *Celebridades, empresários e estrangeiros aquecem o mercado imobiliário da Bahia (66)*

entre outras expressões pertinentes encontradas no nosso corpus.

☛ UMA DOENÇA É UM INIMIGO / ELIMINAR UMA DOENÇA É UMA GUERRA

Outra metáfora bastante comum é UMA DOENÇA É UM INIMIGO. Temos em *gordura* no texto (59)

☞ *O preço da gordura*

uma metonímia para a doença da obesidade. Concebendo-se uma doença como um inimigo pode-se, então, valer-se dos mais diversos meios para eliminação deste inimigo. As expressões encontradas no mesmo texto dão suporte a esse modo de idealização do conceito. Entre elas temos:

☞ *...um mal que, na maioria dos casos (59),*

☞ *poderia ser evitado com medidas simples ... (59)*

e

...na luta contra a epidemia do excesso de peso, os doentes ficam enfraquecidos (59)

e no texto (60)

☞ *...o que pode dificultar ainda mais a luta contra o câncer.*

Ainda na manchete do texto (60):

☞ *Um novo aliado*

tem-se mais um meio de eliminação do inimigo. Nessa guerra, e daí a metáfora ELIMINAR UMA DOENÇA É UMA GUERRA, ganha-se mais um aliado no combate.

☛ A WWW É UM MAR

O conceito que denominamos de WWW (World Wide Web/rede mundial) é compreendido metaforicamente da seguinte maneira, entre outras, A WWW É UM MAR. Daí resultam expressões como o exemplo do texto (79):

☞ *A nova onda da rede.*

Seria possível por meio desta conceptualização metafórica *navegar* ou *surf* na WWW como nos já é bem conhecido.

☛ A VIDA É UM JOGO DE AZAR

Consideremos no texto (73) o exemplo:

☞ *Loteria do dano moral.*

Não encontramos outra metáfora que pudesse de forma mais direta motivar a expressão lingüística encontrada no exemplo (73) se não A VIDA É UM JOGO DE AZAR. Embora o texto trate de um problema judicial em particular, a saber, a reparação por danos morais, podemos observar que é justamente na condução desses processos onde atua a metáfora dado que a Justiça brasileira atua reconhecidamente com uma certa lentidão e nem sempre o reclamante obtém êxito no seu pleito chegando, às vezes, até mesmo a falecer antes de que se chegue a um resultado decisivo em seu favor, ou contra. Essa ação passa, juntamente com tantas outras, a ser uma espécie de jogo de risco a que nos submetemos em nossa vida.

☛ TEMPO É DINHEIRO / TRABALHO É UM RECURSO / TEMPO É RECURSO

Uma das metáforas mais presentes na nossa cultura é TEMPO É DINHEIRO. As expressões:

☛ ...*sem ter de perder tempo em longas negociações no Congresso*

e

☛ *Dirceu poderia dedicar mais tempo à administração do governo,*

ambas do texto (33) ilustram a assunção do conceito *tempo* como um bem consumível ou uma mercadoria. Embora tenhamos encontrado poucos exemplos de expressões motivadas por tal metáfora, ela tem um poder determinante com relação ao nosso modo de inserção numa sociedade de consumo. A essa metáfora associamos outra TRABALHO É UM RECURSO também muito comum na construção da percepção da realidade que vivemos. Como normalmente associamos recursos à matéria-prima e como tipicamente quantificamos e damos valor aos recursos materiais, Lakoff avalia que pelo fato de atribuímos valor a um produto feito de uma certa matéria-prima e de que diretamente associado ao produto está a quantidade de trabalho empregado para sua fabricação, procedemos com a atribuição de valor ao trabalho com base no tempo necessário para sua realização. Ele defende ainda que na sociedade industrial em que vivemos é o fato de o trabalho poder ser quantificado com base no tempo que possibilita o surgimento da metáfora TEMPO É RECURSO. Esta metáfora gera a outra metáfora TEMPO É DINHEIRO que também está fortemente impregnada na nossa maneira de agir e pensar no cotidiano, como foi dito acima. Daí a possibilidade de vendermos nossas aulas por hora ou de comprarmos o mês de trabalho de empregados domésticos, por exemplo.

Lakoff sustenta que:

As ideologias política e econômica são concebidas metaforicamente [...] Considere apenas um exemplo: trabalho é

recurso. A maioria das teorias contemporâneas, quer capitalista ou socialista, tratam o trabalho como um recurso natural ou um bem consumível, assim como matéria prima e falam nos mesmos termos sobre seu custo e suprimento. O que a metáfora esconde é a natureza do trabalho. Não se faz nenhuma distinção entre o trabalho significativo e o trabalho desumanizador. Para todas as estatísticas sobre o trabalho, não há se quer uma sobre trabalho significativo. Quando aceitamos a metáfora trabalho é um recurso e aceitamos que o custo do recurso assim definido deve ser mantido baixo, então trabalho barato se torna algo bom, assim como petróleo barato (Lakoff & Johnson; 1980, 236 - 37 – TN/99).

Como podemos ver através dos exemplos analisados, a metáfora conceptual é amplamente usada no discurso jornalístico para expressar uma realidade criada socioculturalmente e que é em grande medida percebida metaforicamente por aqueles que participam da construção do conhecimento pela leitura de jornais, revistas e outros meios jornalísticos pertinentes.

Teremos a seguir a análise de dois exemplos com base na Teoria da Fusão Conceptual como ela foi concebida por Fauconnier e posteriormente desenvolvida por ele e Turner.

6.3. *Análise com base na Teoria da Fusão Conceptual de Fauconnier*

As metáforas seguintes serão analisadas com base na Teoria da Fusão Conceptual. Embora tenhamos escolhido apenas dois exemplos do nosso corpus para analisar nestes termos os demais exemplos já analisados poderiam ser também submetidos ao mesmo tipo de procedimento. A análise através da TFC, contudo, é bastante complexa e isso se revela mais claramente nos manuais, artigos, livros, etc., que se propõem fazer uma análise de metáforas tomando a Fusão Conceptual como base. Não é raro encontrarmos um livro inteiro dedicado à análise de não mais do que um par de metáforas através da TFC. Daí não nos dedicaremos a tantos casos detalhadamente e procederemos, portanto, com a mesma prudência aqui.

Naquilo em que as duas teorias diferem e convergem foi já discutido, mas devemos acrescentar que em suas análises, Lakoff & Johnson e Fauconnier &

Turner acabam por deixar transparecer com mais clareza uma diferença que parece pontuar com precisão os caminhos escolhidos por esses estudiosos para suas conclusões: Lakoff & Johnson enquadram as metáforas em um esquema filosófico e epistemológico e a transformaram em método de análise ao passo em que Fauconnier & Turner são mais construtivos e analíticos do ponto de vista hermenêutico. Os dois primeiros têm grande preocupação em mostrar como a metáfora se constitui essencialmente na compreensão de um domínio conceptual através de outro. Os dois últimos, por sua vez, embora não descartem essa natureza epistemológica da metáfora, se concentram essencialmente nos mecanismos que permitem chegar a inferências geradas pelas metáforas.

Consideremos a metáfora na manchete do texto (32):

☞ *São Paulo recebe uma São José dos Campos por dia.*

Ela se constitui numa afirmação sobre o afluxo diário de pessoas para cidade de São Paulo, inferência essa revelada no subtítulo da manchete (*Segundo Saede, são mais de 668 mil pessoas que vêm a capital trabalhar e estudar*) e que poderia nos poupar a reconstituição da mesma, mas prossigamos assim mesmo. Este enunciado é metafórico e é, portanto, sobre São Paulo, espaço alvo, e não sobre São José dos Campos, espaço fonte.

Ao invés de termos um domínio conceptual estruturando outro possibilitando assim sua compreensão, a TFC trabalha com a projeção entre espaços mentais e uma inferência inusitada é possibilitada pela fusão das projeções no espaço de integração, alegação amplamente comentada acima. Neste caso temos dois espaços mentais de *input*: São Paulo I_1 e São José dos Campos I_2 entre os quais também há projeções de suas contrapartes. Temos ainda um espaço genérico onde é possível observar características comuns aos dois espaços de *input* I_1 e I_2 . Finalmente temos o espaço de fusão ou de *mesclagem* como também é conhecido para onde são feitas projeções a partir dos dois espaços de *input* e que resultam em estrutura emergente. Vejamos a ilustração abaixo:

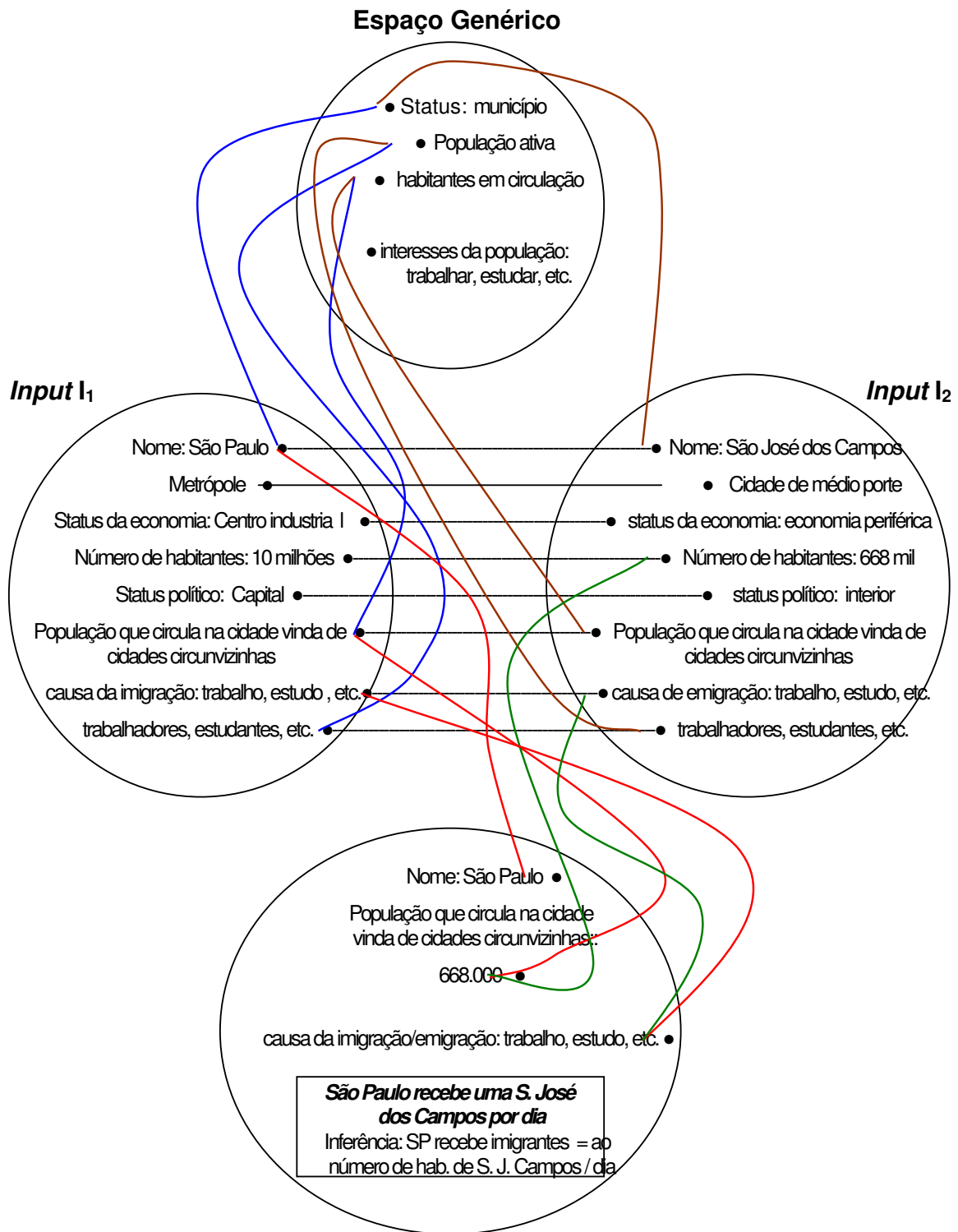


Fig. 5

Espaço de Fusão ou Espaço Mesclado

Algumas das características que o espaço genérico nos revela em comum aos dois espaços de *input* são: ambas têm o status de município, em ambas há pessoas que trabalham e estudam, ambas têm escolas, comércio e indústria, há locomoção da população em ambas de casa para a escola ou trabalho e destes para casa, pessoas saem e voltam de ambos os municípios diariamente para afazeres diversos etc. Nos dois espaços de *input* observamos os seguintes elementos estruturais: São Paulo com status de metrópole e São J. dos Campos com status de cidade de médio porte; São Paulo como centro industrial importador de mão de obra e São J. dos Campos como cidade periférica exportadora de mão de obra; São Paulo pólo cultural que converge interesses múltiplos e São J. dos Campos centro limitado culturalmente de onde divergem intelectuais; São Paulo com possibilidade de remuneração mais elevada e São J. dos Campos com vantagens salariais limitadas; o status geopolítico de São Paulo é de capital e o de São J. dos Campos é de interior (aí temos a presença da metáfora CENTRO É MAIS IMPORTANTE DO QUE PERIFERIA), etc.

Apenas alguns elementos estruturadores destes dois espaços mantêm correspondências entre si; as contrapartes devem manter a topologia cognitiva intacta. Para o espaço de fusão são projetadas não só entidades dos espaços de *input*, mas também conhecimento pertinente aos mesmos. O espaço de *input* I_1 projeta para o espaço de fusão o conhecimento de migrantes diários que afluem para São Paulo das mais diversas cidades periféricas e circunvizinhas que gira em torno de 668.000 pessoas. O espaço de *input* I_2 projeta para o espaço de fusão o número de habitantes da cidade de São José dos Campos o qual é semelhante ao número de migrantes diários na cidade de São Paulo. Surge então a estrutura emergente que diz respeito ao volume de pessoas que afluem para São Paulo diariamente e voltam para suas respectivas cidades no final de seus compromissos. Este volume equivale à população do município de São J. dos Campos, mas essa inferência é feita na fusão e não no espaço-alvo, pois São Paulo, de fato, não poderia jamais receber a própria São José dos Campos fisicamente falando, embora esta cidade faça parte do grupo de cidades de onde

as pessoas que migram para São Paulo chegam. Julgamos que essa inferência só é possível na fusão dos espaços mentais que formam esta metáfora.

Trabalharemos agora o exemplo (76) *A Ferrari da Ford* também na mesma perspectiva da análise anterior. Faremos um acréscimo ao enunciado daquilo subentendido, com vistas a uma melhor compreensão de como estamos trabalhando esta manchete: *O modelo 2005 GT é a Ferrari da Ford.* A metáfora está na estruturação do espaço em que se encontra o carro da Ford, o espaço alvo, pelo espaço em que se encontra o fabricante de autos Ferrari, o espaço fonte. Ver Fig.3 na próxima página.

Ambos projetam características semelhantes para o espaço genérico como: ambos são fabricantes de automóveis, ambos estão entre as marcas mais famosas do mundo, ambos têm uma longa tradição no que fazem, ambos fabricam modelos esportivos, etc. Nos espaços de *input* as contrapartes projetam: esportividade dos modelos da categoria em questão, preços altos, velocidades semelhantes, etc. Eles não projetam as mesmas nacionalidades, por exemplo, mantendo assim a mesma topologia cognitiva entre as correspondências. Para o espaço de fusão são projetadas algumas das entidades de ambos os espaços, mas nem todas. Para o espaço de fusão também são projetados modelos culturais ou leigos sobre autos superesportivos e marcas, nos quais os modelos Ferrari sempre saem vencedores independentemente de as características que contemplam essa variedade estarem ou não mais a favor de uma outra marca competindo com uma Ferrari. O espaço fonte, portanto, projeta para o espaço de fusão a fama mítica da marca Ferrari. O auto superesportivo modelo 2005 GT da Ford é, por sua vez, uma versão moderna de um antigo sucesso desta marca, o GT 40, que chegou mesmo a bater a Ferrari com a qual competia nesta categoria nos anos 60, e ganhando por isso uma fama também mítica. Essa projeção vem do espaço alvo para o espaço de fusão e é na integração destas correspondências, ou seja, da fama mítica do Ford GT 40 e da fama mítica que a Ferrari sustenta ainda hoje, que estas famas se fundem e dão ao 2005 GT a possibilidade de já nascer com uma fama mítica. Daí pode-se elaborar a fusão e

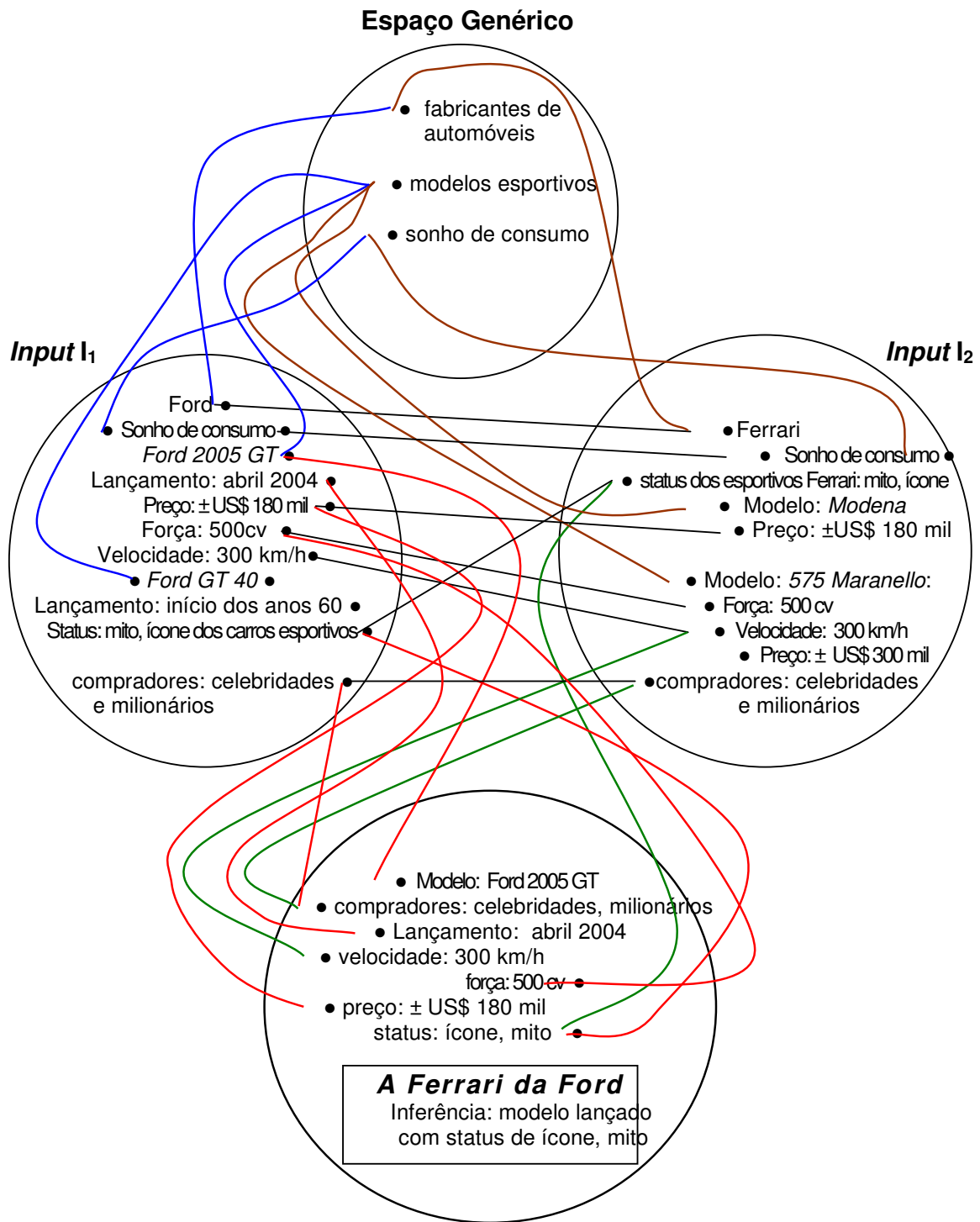


Fig. 6

Espaço de Fusão ou Espaço Mesclado

se dizer metaforicamente, por exemplo, que o *mito* 2005 GT já fez muito sucesso quando, na verdade, este é um modelo que sequer chegou às lojas. É por isso que a manchete *A Ferrari da Ford* é compreendida como significando *O mito da Ford*.

Estes dois exemplos somados aos exemplos já analisados no capítulo referente à Teoria da Fusão Conceptual podem nos ajudar a ver a grande importância que esta teoria tem para nossa compreensão deste tão presente mecanismo cognitivo. Faremos a seguir algumas considerações finais sobre as conclusões a que chegamos no final desta jornada.

7. Considerações finais

A metáfora participa de modo fundamental na construção da percepção da realidade. Esta realidade a que nos referimos não se restringe ao mundo que está fora de nossas mentes. Mais particularmente adotamos a concepção de realidade, seguindo Lakoff (1997), como resultado de uma complexa operação mental na construção sociocultural do mundo em que vivemos. As fortes evidências que apontam para o fenômeno metafórico como algo situado essencialmente na mente e que, em grande medida, define nossa forma de pensar e agir nos estimularam a investigar como esse mecanismo cognitivo participa na construção da percepção da realidade no discurso jornalístico noticioso escrito. Esta questão é apontada pelos estudiosos da cognição como de grande relevância e, no que diz respeito mais particularmente ao discurso jornalístico, podemos lembrar que, em pesquisa recente no âmbito do doutorado da Pós-graduação em Lingüística da Universidade Federal de Pernambuco, é sugerido que a notícia seja concebida como uma construção cognitiva do fato jornalístico (da Silva; 2004), o que é revelador de traços em comum entre nossas pesquisas.

A notícia e sua veiculação pelo discurso jornalístico nos causaram particular interesse e admiração por serem, ao nosso ver, uma síntese daquilo que move o ser humano em sua jornada; a vontade de conhecer ou de informar-se sobre os acontecimentos que o cercam e compartilhar isso com seu próximo. Daí a motivação de nossa escolha por este tipo de texto.

Com base nos postulados tanto de Lakoff & Johnson quanto de Fauconnier (& Turner*) relativos à metáfora procedemos à análise de cunho interpretativo qualitativo de um corpus de metáforas extraído de dois veículos noticiosos (*VEJA* e *O Estado de São Paulo*), que nos possibilita concluir sugestivamente que: 1) a metáfora é um mecanismo cognitivo para compreensão da realidade e define grandemente a maneira de pensarmos e construirmos a realidade como também

* Embora originalmente proposta por Fauconnier, a Teoria da Fusão Conceptual tem sido grandemente desenvolvida em parceria com Mark Turner.

de agirmos sobre ela; 2) a metáfora é um fenômeno ubíquo na linguagem jornalística cotidiana; 3) a metáfora revela como o paradigma objetivista, normalmente tido como estruturador da linguagem jornalística noticiosa, não tem sustentação teórica e põe em questão a suposta objetividade que caracterizaria a isenção e imparcialidade dos gêneros textuais pertinentes como o artigo e a reportagem; 4) a metáfora é um mecanismo cognitivo que permite a construção do conhecimento, sendo incontornável para a espécie humana tanto pelas características físicas da espécie e como tais características participam na formação de conceitos quanto pela possibilidade de imaginação e criatividade, ambas fortemente imbricadas na metáfora, peculiares à espécie.

Os estudos que tratam deste fenômeno não se esgotam nos termos em que foram propostos por Lakoff & Johnson bem como por Fauconnier & Turner, porém as propostas destes estudiosos certamente lançaram sementes que já determinaram novos rumos para a investigação do fenômeno metafórico e em especial delimitaram o provável fim de toda uma era de estudos que centraram foco numa perspectiva quase que puramente lingüística sobre a metáfora. O rompimento por parte dos citados estudiosos com o tradicional Paradigma Objetivista (Lakoff & Johnson; 1980 e Fauconnier & Turner; 2003) e as mais contundentes evidências contra uma concepção de linguagem fundada neste paradigma criaram as bases para novos horizontes nos estudos sobre a linguagem que privilegiassem a participação crucial do ser humano na sua existência. As investigações que contemplaram a íntima relação existente entre o homem, a linguagem, o mundo e o pensamento todos situados socioculturalmente, certamente contribuíram decisivamente para a culminação de uma visão sociocognitiva da linguagem, a qual alicerça nossas hipóteses neste trabalho.

Nossas conclusões podem ainda servir para nortear a revisão de concepções que dão sustentação a ações pedagógicas no que concerne ao ensino de línguas vernáculas ou estrangeiras, e, em particular, no que diz respeito às últimas, visto que implicam uma completa reavaliação de procedimentos pertinentes ao mundo da tradução, por exemplo, além de como a compreensão das formas lingüísticas

passa largamente pela compreensão de conceitos que em parte são estruturados metaforicamente. A contemplação deste setor é motivada pelo fato de ser esta nossa área de atuação profissional. Não poderíamos, portanto, deixar de vislumbrar possibilidades de contribuição concretas advindas deste trabalho de pesquisa para nossa realidade.

Estimamos que questões relativas à interface metáfora e tradução e, em particular, como a execução da atividade tradutória se dá no processo de ensino de línguas estrangeiras deverão merecer de nossa parte uma atenção toda especial para futuras investigações que pretendemos realizar com base naquilo que pudemos apreender de mais relevante através deste trabalho de pesquisa.

Características da linguagem natural, como, por exemplo, sua opacidade, indeterminação e o caráter de atividade social colaborativa na construção do significado, que lhe é tão cara, são nuances que parecem ainda não terem sido contempladas pelos estudos que tratam do ensino de uma segunda língua ou de uma língua estrangeira e, em especial, da tradução. Mais notadamente, o papel epistemológico que a metáfora desempenha neste universo certamente abre perspectivas promissoras para continuidade do nosso estudo.

Este trabalho aponta para a necessidade da continuação da investigação do fenômeno metafórico como de grande importância para elucidação de questões não só sobre a linguagem natural, mas também relativas ao funcionamento da mente humana na construção da percepção da realidade. Os avanços que a Teoria da Metáfora Conceptual e a Teoria da Fusão Conceptual engendraram neste nicho de conhecimento são, sem dúvida, conquistas importantes para a ciência, contudo, não podem ser vistos como um ponto final nas discussões sobre o tema. Aquilo que as duas têm de melhor certamente ainda pode ser melhorado e as perguntas não respondidas ficam a esperar por respostas que provavelmente advirão da seqüência dada aos estudos destes importantes pesquisadores.

As áreas que podem ser contempladas pelos avanços verificados nas pesquisas sobre a metáfora vão desde as que já mencionamos como possíveis focos de atenção para nossas futuras investigações até as mais diversas como a linguagem científica em geral, o direito, a psicologia, a filosofia, as artes, a

inteligência artificial, a educação e, notadamente, como observa Gozzy (1999), a mídia eletrônica em geral, como o rádio, a televisão e a Internet, que proporcionaram uma verdadeira revolução nas formas de comunicação e interação entre os povos nas últimas décadas tal qual a invenção da imprensa o fez há alguns séculos.

A metáfora como foi explorada neste trabalho não se restringe ao discurso jornalístico, pois, consensualmente, ela está presente na linguagem natural como um todo, quer nas notícias da imprensa, nos artigos científicos, nas teses, nos discursos políticos, na legislação, nas piadas humorísticas, quer na mera conversa cotidiana que mantemos com nosso semelhante. A metáfora se constitui efetivamente em um dos principais núcleos da nossa forma de construir a realidade e incontornavelmente faz parte do modo de compreensão de mundo na interação entre os seres humanos.

8. Referência Bibliográfica

ARIEL, Mira. The demise of a unique concept of literal meaning. *Journal of Pragmatics*, v.34, 4, 361-402. 2002.

ARROJO, Rosemary. & RAJAGOPALAN, Kanavilil. Searle e a noção de literalidade. In: ARROJO, R. (org.). *O signo desconstruído: implicações para a tradução, a leitura e o ensino*. São Paulo: Pontes, 1992.

BLACK, Max. More about metaphor. In ORTONY, Andrew (ed.). *Metaphor and thought*. Cambridge: CUP, 1993.

BLACK, Max. Metaphor. In: _____. *Models and metaphor*. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1962b.

COHEN, Jonathan. **Nominalism and transference**: meditations on Goodman's theory of metaphor. 1993. Disponível em <<http://csmaclab-www.uchicago.edu/philosophyProject/goodman/nominalism.html>>. Acesso em 19 de jan. 2003.

COULSON, Seanna & OAKLEY, Todd. Metonymy and Conceptual Blending. In: KLAUS-UWE Panther e THORNBURG, Linda L. (Eds.) **Metonymy and Pragmatic Inferencing**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamin's Publishing Company, 2003. Disponível em <<http://cogsci.ucsd.edu/~Ecoulson/metonymy-new.htm>>. Acesso em: 20 de jan. 2003

COULSON, Seanna & MATLOCK, T. Metaphor and the space structuring model. **Metaphor & Symbol** 16(3): 295-316, 2001. Disponível em: <<http://cogsci.ucsd.edu/~Ecoulson/ssm.htm>>. Acesso em: 20 de jan. 2003

COULSON, Seanna. & OAKLEY, T. Blending Basics. **Cognitive Linguistics** 11-3/4, 2000. Disponível em: <<http://cogsci.ucsd.edu/~coulson/basics.pdf>>. Acesso em 20 de jan. 2003.

COULSON, Seanna & FAUCONNIER, G. Fake Guns and Stone Lions: Conceptual Blending and Privative Adjectives. In: FOX, B., JURAFSKY, D. & MICHAELIS, L. (Eds.) **Cognition and Function in Language**. Palo Alto, CA: CSLI, 1999. Disponível em: < <http://cogsci.ucsd.edu/%7Ecoulson/Fake/fakeguns.htm>>. Acesso em 20 de jan. de 2003.

COULSON, Seanna. The Menendez Brothers Virus: Analogical Mapping in Blended Spaces. In: GOLDBERG, Adele (Ed.) **Conceptual Structure, Discourse, and Language**. Palo Alto, CA: CSLI, pp. 67-81, 1996. Disponível em: <<http://cogsci.ucsd.edu/%7Ecoulson/menendez.txt>>. Acesso em: 20 de jan. 2003.

DAVIDSON, Donald. *O que as metáforas significam*. In: SACKS, S. (org.). Da metáfora. São Paulo: Pontes. 1992.

FAUCONNIER, Gilles. *Mental spaces*. New York: CUP, 1994. (edição revisada)

_____. *Mappings in thought and language*. Cambridge: CUP, 1997.

FAUCONNIER, Gilles & TURNER, Mark. *The way we think: conceptual blending and the mind's hidden complexities*. New York: Basis Books, 2002.

_____. "Conceptual Integration Networks." *Cognitive Science*. Volume 22, number 2 (April-June 1998), pages 133-187. 1998.

FILIPAK, Francisco. *A teoria da metáfora*. Curitiba: IPV, 1984.

FINGER, I. *Metáfora e significação*. Porto Alegre: Edipucrs, 1996.

GENTNER, D, & WOLFF, P. *Alignment in the processing of metaphor*. *Journal of Memory & Language*, 37, 331-355. 1997.

GIBBS, Raymond. *The poetics of mind: figurative thought, language and understanding*. Cambridge: CUP, 1994.

GOODMAN, Nelson. A metáfora como trabalho adicional. In: SACKS, Sheldon. (ed.). *Da metáfora*. São Paulo: Pontes, 1992.

GOZZY Jr., R. *The power of metaphor in the age of electronic media*. Cresskill, NJ: Hampton Press, 1999.

GRADY, J., OAKLEY, T., & COULSON, S. Conceptual Blending and Metaphor. In: R. Gibbs & G.J. Steen (Eds.). *Metaphor in Cognitive Linguistics*. (pp.101-124) Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 1999. Disponível em: <<http://cogsci.ucsd.edu/%7Ecoulson/joe1.html>>. Acesso em 25 de jan. 2003

GRICE, P. Logic and conversation. In: _____. *Studies in the way of words*. Cambridge, MA: Harvard University Press, p. 22-40. 1987.

_____. Further notes on logic and conversation. In: COLE, P. (ed.). *Syntax and semantics* (vol.9): Pragmatics. New York, Academic Press, 1978.

KITTAY, F. Eva. *Metaphor: its cognitive force and linguistic structure*. Oxford: OUP, 1987.

KÖVECSES, Zoltán. *Metaphor: a practical introduction*. Oxford: OUP, 2002.

LAKOFF, George. The contemporary theory of metaphor. In: ORTONY, A. (ed.). *Metaphor and Thought*, 202 – 251. Cambridge: CUP, 1993.

_____. The invariance hypothesis: is abstract reason based on image-schemas?. *Cognitive Linguistics*, 1 – 1, 39-74. 1990.

LAKOFF, George & TURNER, Mark. *More than cool reason: a field guide to poetic metaphor*. Chicago: UCP, 1989.

LAKOFF, George. *Women, fire and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago: UCP, 1987.

LAKOFF, George & JOHNSON, Mark. *Metaphors we live by*. Chicago: UCP, 1980.

- LEEZENBERG, Michiel. *Contexts of metaphor*. Amsterdam: Elsevier, 2001.
- MARCUSCHI, Luiz. A. *A propósito da metáfora*. (Memo). Recife: UFPE, 1999.
- MELO, Cristina T. V. de. *Revistas Semanais: o esopo moderno*. Dissertação (Mestrado em Lingüística). Recife, Universidade Federal de Pernambuco. 1993.
- ORTONY, Andrew. *Metaphor and thought*. Cambridge: CUP, 1993.
- _____. Metaphor, language and thought. In: ORTONY, A. (Ed.) *Metaphor and Thought*. Cambridge: CUP, 1993.
- RICHARDS, I. A. *The philosophy of rhetoric*. Oxford: OUP, 1936.
- RICOEUR, Paul. *A metáfora viva*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- SACKS, S. *Da metáfora*. São Paulo: Pontes, 1992.
- SEARLE, John. Metaphor. In: *Metaphor and thought*. ORTONY, A. (ed.). Oxford: OUP, 1993.
- SEARLE, John. *Metaphor*. In: DAVIS, S. (ed.) *Pragmatics: a reader*. New York: OUP, p. 519-539, 1991.
- SILVA, Augusto Soares da. *A semântica de deixar: Uma contribuição para a abordagem cognitiva em semântica lexical*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia / Ministério da Ciência e da Tecnologia. 1999.
- SILVA, Marconi O. da. *A apresentação do mundo pela linguagem no jornalismo*. Tese (Doutorado em Lingüística). Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 2004.
- STERN, Josef. *Metaphor in context*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2000.

TURNER, Mark & FAUCONNIER, Gilles. Metaphor, metonymy, and binding. In: BARCELONA, A. (Ed.), *Metonymy and Metaphor at the Crossroads*. New York: Walter de Gruyter. 2000. Pages 133-145. A volume in the series *Topics in English Linguistics*. Disponível em: <<http://markturner.org/metmet.html>>. Acesso em: 30 de jan. 2003.

_____. A mechanism of creativity. *Poetics Today*. Volume 20, number 3, pages 397-418. 1999a. Disponível em: <<http://markturner.org/mechanism.html>>. Acesso em 12 jan. 2003

VEALE, Tony. *Encyclopaedia metaphorica*. Disponível em: <<http://www.compapp.dcu.ie/~tonyv/encyc/cyc.html>>. Acesso em: 10 de jan. 2003.

ANEXO I

TEXTO 01

Café Cacique quer entrar na China com a ajuda de Pelé

Após firmar espaço na Rússia, empresa tem nova missão para o seu garoto-propaganda

CARLOS FRANCO

Há 37 anos, a Café Cacique embarcou para a então União Soviética um primeiro carregamento de 3 toneladas de café solúvel, abrindo espaço para as exportações para aquele mercado. Foi com a marca própria, sem necessidade de propaganda, porque as compras eram estatais e centralizadas. "Bastava atingir um único alvo: o homem que, na burocracia, respondia pelo setor de compras de alimentos", lembra o gerente de Marketing Internacional da Café Cacique, Haroldo Bonfá.

Agora, as coisas são diferentes. As exportações da Café Cacique para a Rússia somam 6 mil toneladas, e respondem por 30% das vendas externas da empresa, de US\$ 100 milhões em 2003. E com a economia aberta, o Leste Europeu está mais competitivo. Muitas outras empresas e marcas querem fugar os consumidores.

Por isso, no fim de 2003, a empresa embarcou para Moscou não apenas o seu café solúvel, mas também o garoto-propaganda, Édson Arantes do Nascimento, o Pelé, que desde

1992 embala os rótulos do café que a Cacique exporta para a Rússia. No Brasil, o Café Pelé está nas prateleiras desde os anos 70, num dos primeiros licenciamentos do Atleta do Século. Só que no período estatal, não havia a necessidade de marketing ou marca na Rússia.

Hoje, a imagem de Pelé está estampada nas ruas de Moscou, em outdoors, cartazes em estações e relógios de rua. A estratégia de marketing se completa com um comercial no qual Pelé convida os russos a tomar um cafezinho brasileiro. "É impressionante o sucesso que Pelé faz na Rússia", diz Bonfá. "O assédio nas ruas, na Praça Vermelha, era imenso,

muitos queriam só tocar o ídolo." A imagem positiva de Pelé, um vencedor, tem ajudado a empresa a abrir novas frentes no exterior.

Os Estados Unidos, onde Pelé praticamente implantou o futebol quando jogou no Cosmos, são outro mercado importante para a Cacique. Mas a expectativa da empresa, este ano, é de conquistar a China, onde está começando a vender na mesma proporção com que há 37 anos chegou ao Leste Europeu. "Lá eles já têm o hábito da bebida quente, o chá. Basta esta água quente e algumas colherinhas, e poderemos conquistar os chineses com o café do Brasil", diz Bonfá.

EUA SÃO
OUTRO
ALVO
IMPORTANTE

Milan vence e encosta na Roma

ROMA – O Milan conseguiu ontem embolar o Campeonato Italiano, na primeira rodada de 2004 e 15.^ª do turno inicial. O time de Dida, Cafu, Kaká foi ao Estádio Olímpico, derrotou a líder Roma (com os brasileiros Emerson e Mancini) por 2 a 1 e se firmou na vice-liderança, com 33 pontos e um jogo a mais por disputar. Os romanos continuam na frente, com 36, apesar de terem perdido a invencibilidade.

O ucraniano Shevchenko foi o personagem do clássico. Com um gol em cada tempo, o artilheiro da temporada (14 até agora) garantiu o resultado para o Milan. Cassano fez para a Roma.

A Juventus continua na luta para recuperar a ponta. Embora

sem fazer grande apresentação, recebeu o Perugia e venceu por 1 a 0, gol de Pavel Nedved aos 29 minutos. A Juve também tem 33 pontos. O Perugia, com 9, é um dos candidatos ao rebaixamento.

A Inter levou um susto, ao sofrer gol do Lecce aos 3 minutos (Bovo), no Giuseppe Meazza, mas reagiu e venceu por 3 a 1, gols de Cruz, Córdoba e Vieri. Com isso, foi a 31 pontos. Demais resultados: Ancona 0 x Parma 2 (Barone 2), Bologna 2 (Bellucci, Pecchia) x Empoli 1 (Di Natale), Brescia 4 (Mauri 2, Baggio 2) x Siena 2 (Argilli, Flo), Modena 0 x Chievo 3 (Cossato, Lanna, Barzagli), Reggina 2 (Di Michele, Cozza) x Lazio 1 (Liverani) e Udinese 0 x Sampdoria 1 (Fiachi).

Diego quer seguir passos dos ídolos no Palmeiras

O goleiro Diego tentou manter a serenidade com a notícia de que será o goleiro titular do Palmeiras no primeiro amistoso do time no ano, domingo, contra o Oeste, em Itápolis e tem chances de defender a equipe nas primeiras rodadas do Campeonato Paulista por causa da contusão de Marcos e Sérgio. "Se estou mais motivado por jogar? Acho que a gente já tem de sair motivado de casa se não é melhor nem vir trabalhar", disse o jogador.

Diego sabe que terá uma tarefa ingrata pela frente. "Eles (Marcos e Sérgio) são ídolos e capitães do time quando estão em campo", lembrou o goleiro que sabe que a expectativa dos torcedores será grande. "O jeito é trabalhar com tranquilidade e, com um bom desempenho, tentar agradar a torcida."

Diego diz que Marcos e Sérgio servem de inspiração para seu trabalho e vê semelhanças entre seu estilo e de seus ídolos. "Sou mais um jogador de posicionamento." Sobre o futuro, o goleiro mostra paciência ao dizer que ainda demonstrará alguns anos para ser titular no Palmeiras, mas também ambigüo. "Primeiro vou querer me firmar na equipe e, depois, seleção."

Preparo - Depois de um ano de 2003 de decepções por causa de uma série de contusões, o meia Pedrinho começou 2004 com motivos para comemorar. Segundo os preparadores físicos, o jogador foi o que voltou das férias em melhor condição física. Mesmo assim, o atleta preferiu ser comedido. "Não vou fazer planos porque no ano passado esperei por coisas que não se concretizaram."

Ontem, o time precisou de complementação de atletas do time B para realizar um treino, mas isso não preocupa jogadores como o meia Magrão. "Acho que o mais importante é que a maioria do grupo do ano passado vai continuar. Dos times do Paulista, só o Santos não mudou muito e acho que isso nos dará uma vantagem."

TEXTO 04

Volks derruba Mercedes na venda de caminhões

Em 2003, a montadora conseguiu, pela primeira vez, liderar os negócios no varejo no País

CLEIDE SILVA

A Volkswagen Caminhões obteve, pela primeira vez em 2003, a liderança nas vendas no varejo, deslocando a histórica líder Mercedes-Benz, do grupo DaimlerChrysler. A conquista ocorreu sete anos depois da inauguração da fábrica de Resende (R.J.), que lançou no Brasil o sistema modular de produção, em que os fornecedores de componentes atuam dentro da fábrica.

No segmento com capacidade de carga acima de 7 toneladas, a Volks vendeu aos consumidores 2.106 caminhões, o que garantiu à marca participação de 31,3% no mercado total, que somou 6.170 unidades. A Mercedes garantiu uma fatia de 33,4%, com 20.411 unidades. No atacado (vendas das fábricas para as lojas), a Mercedes ficou com 33,8% das vendas totais e a Volks com 33,4%.

Acrescentando os veículos semelhantes, segmento em que está a Sprinter e no qual a Volks não atua, a Mercedes segue como a primeira no ranking. "Nossas vendas cresceram 15% na comparação com 2002, enquanto o mercado total registrou aumento de 2% no varejo", diz o vice-presidente da Volkswagen Veículos Comerciais, Roberto Cortes.

As vendas da Volks foram puxadas pelo caminhão Titan Tractor, lançado no ano passado, que vendeu sozinho 3.035 unidades. O modelo ganhou notoriedade ao transportar os caminhoneiros Pedro e Bino no seriado *Carga Pesada*, exibido semanalmente pela Rede Globo durante vários meses em 2003.

Ao contrário das operações da Volks com automóveis e comerciais leves, que perdeu a liderança em vendas para a Fiat há 3 anos, após 42 anos no topo do mercado, e registra prejuízos seguidos, a unidade de caminhões é rentável. Cortes não divulga valores, mas afirma que a unidade vem registrando lucros nos últimos 3 anos. O faturamento da empresa cresceu 50% em relação a 2002, para R\$ 2,2 bilhões.

"Oferecemos um produto

adequado à realidade brasileira. Nosso caminhão não tem mais do que o consumidor precisa", diz Cortes, explicando que o sucesso da marca se deve, em grande parte, à oferta de produtos com menos tecnologia, e por isso mais baratos do que os da concorrência. Segundo Cortes, 95% das vendas são de caminhões com motor mecânico e só 5% com motor diésel. São veículos "espartanos", como define o executivo, mas agradam à clientela.

O sistema modular permite versatilidade para produzir veículos de acordo com a necessidade do cliente, e com prazo de entrega de no máximo 40 dias. A Volks tem 25 modelos de caminhões, que podem ser adaptados em 350 diferentes versões. Para o transporte de bebidas, por exemplo, a empresa desenvolveu um veículo com carroceria mais próxima ao chão, para facilitar o carregamento das caixas. Ganhou a preferência das maiores fabricantes, como AmBev e Schincariol.

Novo nicho

Nos últimos 4 anos, a fábrica carioca registrou crescimento médio de 25% nas vendas. Esse

desempenho, num mercado competitivo em que atuam as maiores fabricantes do mundo, garantiu à Volks Caminhões atenção especial da matriz do grupo, na Alemanha. A empresa, única fabricante de caminhões da marca, já tem assegurados investimentos de R\$ 1 bilhão até 2007, valor igual ao aplicado entre 1996 e 2001, e que incluiu a construção da fábrica.

O montante engloba os gastos para o início da produção, em 2005, de um veículo com capacidade para 5 a 6 toneladas de carga, que introduzirá um novo nicho no mercado, ainda sem concorrentes locais. A empresa estuda igualmente a produção de uma van, um segmento em que ainda não atua.

Os dois produtos serão totalmente desenvolvidos no Brasil, a exemplo dos demais veículos da marca. Por ser a única fábrica de caminhões do maior grupo automobilístico europeu, a unidade brasileira

tem autonomia para desenvolver projetos localmente, ao contrário de outras empresas, que recebem os projetos das matrizes apenas para adaptação ao mercado brasileiro. Dos 500 funcionários diretos, 200 são engenheiros. Ao todo, são 2 mil trabalhadores, a maior parte empregados das autopeças.

Exportações - A Volks também vem ampliando as vendas externas de caminhões e ônibus. As exportações somaram 2.713 unidades, com aumento de 93% ante 2002. Desse total, 1.290 seguiram para a Argentina. Neste ano, a empresa vai abrir um escritório de representação na África para ampliar as vendas locais, que somaram 282 unidades em 2003. A previsão é de exportar, ao todo, 3,3 mil veículos.

No final do ano, entra em operação a fábrica que está sendo construída em Puebla, no México, com investimentos de fornecedores locais e da própria Volks brasileira. Inicialmente, a maior parte dos componentes será fabricada em Resende apenas para montagem naquele país. Cortes prevê que as exportações

passarão a responder por 25% da produção em três anos. Hoje, respondem por 10%.

O executivo projeta crescimento de 3% nas vendas totais de caminhões neste ano. A Volks, espera de, deve crescer 7%. Com a aplicação do Modergarga, programa de renovação da frota lançado pelo governo federal no fim de dezembro, os resultados podem superar em 10% os deste ano. "Vai depender de como o programa será aplicado". O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vai liberar R\$ 2 bilhões em financiamentos para a compra de caminhões novos e usados, mas o programa ainda depende de aprovação do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Para o segmento de ônibus, que consumiu 16.687 unidades no ano passado, a previsão é de estagnação. A Volks é vice-líder do mercado, com 29,6% de participação. A Mercedes responde por 43,9% das vendas.

**EMPRESA
ESTUDA
PRODUÇÃO
DE UMA VAN**

C-Bond supera os 100% e derruba risco país

Título brasileiro ultrapassa pela primeira vez o valor de face e risco cai a 412 pontos

FERNANDO DANTAS

O C-Bond, o título mais negociado da dívida externa brasileira, fechou ontem acima do seu valor de face, na primeira vez que isso ocorre desde que foi emitido em abril de 1994. No fechamento desta quinta-feira, o C-Bond era cotado a 100,2% do valor de face. Isso significa uma valorização de 110% desde o dia 27 de novembro de 2002, auge da crise de confiança do ano retrasado, quando fechou em 48,4% do valor de face.

O risco Brasil, por sua vez, caiu ontem para 412 pontos, o nível mais baixo desde 24 de outubro de 1997, quando fechou a 405 pontos. O risco Brasil caiu 83% desde 27 de novembro de 2002, quando fechou em 2.445 pontos, o mais alto nível desde que começou a ser medido em 1994. O C-Bond é o principal título brasileiro que entra na composição do risco Brasil. Acompanhando a euforia nos mercados, o Ibovespa subiu 1,70% ontem e fechou em 23.716 pontos, o nível mais alto da sua história (ver página 9).

A negociação do C-Bond acima do valor de face é altamente simbólica da recuperação da credibilidade do Brasil no mercado internacional. O título foi uma das muitas opções lançadas para substituir a dívida externa brasileira em moratória, e sempre foi negociado com desconto. O C-Bond começou a ser negociado em 1994 e fechou aquele ano em torno de 50% do valor de face. Em 9 de março de 1995, desceu a 33,25%, o menor nível da sua história.

Vendido ao valor de face, o C-Bond rende 8% ao ano para os seus compradores, o que ain-



PRINCIPAIS RAZÕES

- 1 O momento é de grande liquidez internacional
- 2 A perspectiva, para a economia brasileira, é de retomada do crescimento
- 3 A balança comercial registrou um superávit de US\$ 24,8 bilhões, bem superior às estimativas mais otimistas
- 4 O governo insiste na manutenção do rigor fiscal

da corresponde a um diferencial de juros (spread de risco) de mais de 4 pontos percentuais em relação aos títulos do Tesouro americano de características semelhantes.

Segundo os analistas e operadores do mercado de títulos externos, a queda do risco Brasil e a valorização do C-Bond são o resultado de uma conjunção de fatores: a grande liquidez internacional, os bons resultados da balança comercial do Brasil, a perspectiva de retomada do crescimento da economia brasileira em 2004, e a continuidade da política econômica centrada no rigor fiscal.

“Os spreads dos países emergentes como um todo estão caindo, por causa da alta liquidez internacional”, observou Drausio Giacomelli, vice-presidente de mercados emergentes

do J.P. Morgan. Ele observou que o risco Timquia ontem estava em torno de 250, o da Venezuela em 350, e o da Colômbia, “com guerra civil e tudo”, em 352.

Em termos de melhoras específicas do Brasil, Giacomelli cita os resultados da balança comercial no final de 2003, que foram surpreendentemente positivos. Eduardo Freitas, analista de renda fixa do Unibanco, também menciona a liquidez internacional (causada pelos juros muito baixos nos Estados

Unidos) como principal fator da melhora dos indicadores financeiros no Brasil. Em termos domésticos, ele diz, “a perspectiva de crescimento, a política fiscal forte, e a melhora das contas externas estão reforçando a credibilidade do Brasil”.

O C-Bond poderia ser cotado bem acima do valor de face (há títulos externos brasileiros valendo mais de 110% do valor de face), se não fosse uma peculiaridade. O governo brasileiro tem uma opção de recomprar estes títulos (por

100% do valor de face) nas datas de pagamento de juros, em abril e outubro. Não faz sentido comprar por muito mais se pode recomprar por 100%.

Essa possibilidade está alavancando o mercado financeiro, que vem mergulhando em análises e especulações sobre diversos cenários possíveis, caso os C-Bond estejam valendo mais do que o valor de face em 15 de abril, próxima data de pagamento de juros. Essas hipóteses são um resgate total de todos os C-Bond (considerada pouco provável), o não-exercício puro e simples da opção (usada acidentalmente), ou uma série de combinações de resgate total ou parcial dos títulos com a emissão de novos papéis pelo Brasil.

Perspectiva de crescimento, a política fiscal e a melhora das contas externas estão reforçando a credibilidade do Brasil

Eduardo Freitas, analista do Unibanco

■ Mais informações na página 2

Gasto com internet ultrapassa arroz com feijão

Fabio Motta/AE

Nova pesquisa de orçamento familiar da FGV revela mudanças nos hábitos de consumo

NILSON BRANDÃO JUNIOR

RIO – O brasileiro já destina uma fatia maior do orçamento para gastos com internet e TV a cabo do que para a compra do tradicional feijão com arroz. A queda na renda, o aumento das tarifas acima da inflação e a oferta de novos serviços alteraram a composição do orçamento familiar.

Avançou, também, o peso dos preços administrados (tarifas). E caiu a parcela das despesas com saúde e compra de veículos, conforme a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), divulgada ontem pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

A POF servirá de base para a nova ponderação do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pela entidade. Apesar da variação marcante em alguns sub-ítem, o peso dos sete grupos do IPC – alimentação, habitação, vestuário, saúde, educação, transporte e diversas – não se modificou significativamente e a nova ponderação não alterará a tendência de queda da inflação no varejo.

Os gastos com tarifas avançaram por causa dos fortes reajustes de preços no período, como

eletricidade (136,01%), gás de bueiro (220,62%) e telefone residencial (75,35%). Com isso, o peso de oito serviços públicos residenciais avançou 26%. Na POF de 1999/2000 era de 10,9% e na de 2002/2003, divulgada ontem, passou para 13,8% do orçamento familiar.

Na mesma comparação, os gastos com serviços diversos, que inclui internet e TV por assinatura, quase triplicou, de 0,6% para 1,69%. A cada R\$ 100,00 do orçamento, R\$ 1,47 vão para os dois serviços, enquanto apenas R\$ 1,30 para a compra de arroz e do feijão. Segundo a FGV, este avanço representou uma diversificação na pauta de consumo, resultado do aumento da oferta deste tipo de serviço.

PESO DAS
TARIFAS É
MAIOR NO
ORÇAMENTO

A casa da decoradora Regina Maria Braga Ribeiro, de 54 anos, é um bom exemplo da tendência que vigorou nos últimos anos. No

período, a família chegou a ter três pontos de TV por assinatura e dois computadores com acesso à internet, com linhas telefônicas distintas. O amplo acesso a novos serviços, entretanto, não resistiu à crise de 2003 e no segundo semestre os gastos em serviços, depois de crescerem muito, foram racionalizados. "Reduzimos, mas não cortamos, porque estes serviços já fazem parte da nossa vida. Não consigo me ver hoje sem TV a cabo", diz ela.

A queda na renda dos traba-



A decoradora Maria Regina conta que reduziu, mas não cortou os gastos com TV a cabo e internet

lhadores brasileiros foi responsável pelo tombo na participação dos gastos com a compra de veículos novos e usados no orçamento: representavam 2,5% na pesquisa anterior e despencaram para 0,6%, na atual. Outros gastos com veículos, como manutenção e reparos, minuíram de 1,6% para 1,1%. Gastos com tratamentos médicos, planos de saúde e remédios encolheu de 7,7% para 5,7%.

Por grupos, a divisão de gastos no orçamento é a seguinte: alimentação 27,5%; habitação

31,8%; vestuário 5,4%; saúde 10,4%; educação 8,7%; transporte 11,7% e despesas diversas 4,5%. Na alimentação, houve um aumento de peso (2,3 pontos), resultado do aumento de preços em 2003, que ampliou o valor dos gastos.

A consolidação de novos hábitos aumentou o consumo e o peso dos gastos de alguns produtos, que passarão a ser incluídos na pesquisa de preços da FGV. Este é o caso de itens como transporte de vans, aparelhos de DVD, alimentos li-

ght, Gás Natural Veicular (GNV), que integrarão a lista de 476 sub-ítem cujos preços serão coletados para o IPC da FGV.

Entram também frutas cujo consumo tem aumentado, como acerola, cupuaçu e kiwi e produtos como moderadores de apetite. No caminho contrário, deixam a lista aparelhos de fax, de videocassete, lavadora multiuso a vapor, linha telefônica, aplicação de sinteco, sabão em pasta. (Colaborou Irany Tereza)

Otimismo com captações derruba dólar e risco

Moeda americana fecha a R\$ 2,833 e risco país vai a 408 pontos

Em mais um dia de otimismo no mercado financeiro, o dólar fechou ontem em baixa de 0,81% cotado a R\$ 2,833. A moeda americana acelerou a queda após o segundo leilão de compra do Banco Central (BC) para recompor as reservas, impulsionado pela expectativa sobre a captação de US\$ 500 milhões por 30 anos, confirmada pela Vale do Rio Doce após o fechamento dos negócios. O C-Bond, título brasileiro mais negociado no exterior, manteve a trajetória de valorização e fechou cotado acima do seu valor de face, a 100,875%, com alta de 0,69%. Mas teve a sua liquidez reduzida por causa da expectativa em relação à decisão de recompra desses papéis. Já a taxa de risco Brasil cedeu um pouco mais e fechou com queda de 1,70%, em 405 pontos, nível igual ao registrado em 24 de outubro de 1997.

C-BOND MANTEVE TRAJETÓRIA DE VALORIZAÇÃO

O mercado continua esperando um anúncio do governo sobre uma emissão soberana, recompra de C-Bonds ou troca por novos títulos (swap). Também se especula que a viagem do diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central, Alexandre Schwartzman, que estará nos Estados Unidos entre os dias 14 e 16 da próxima semana, pode estar relacionada a uma operação de dívida externa.

Diante da possibilidade de que o Tesouro Nacional venha a exercer seu direito de recompra de C-Bonds, o que poderia retirar boa parte desses papéis do mercado, a BM&F suspendeu a partir de ontem as negociações de contratos futuros do título da di-

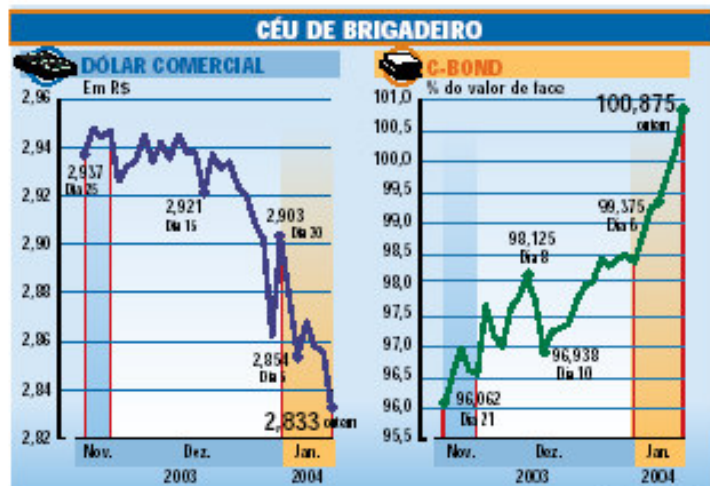
vida externa com vencimento posterior a abril. Com a decisão, as atenções dos investidores se voltaram para o Global 40, bônus de 40 anos e o segundo papel brasileiro mais negociado no exterior. Há US\$ 5,157 bilhões desses papéis no mercado secundário, enquanto se estima que o volume de C-Bonds seja de cerca de US\$ 6,5 bilhões.

A decisão da BM&F evidenciou a queda de liquidez do C-Bond, o que levou os operadores a ficarem ainda mais atentos ao Global 40. E o papel mostrou que o interesse pelo País continua. O Global 40 iniciou a tarde a 119,10 centavos por dólar, com alta de 2,81%. A queda do juro projetado pelos títulos do Tesouro americano (treasuries) contribuiu para elevar ainda mais a demanda para os papéis de emergência, incluindo os do Brasil.

O BC atuou no mercado à vista e comprou dólares por meio de leilão eletrônico a R\$ 2,844. Segundo estimativas do mercado, foram adquiridos pelo menos US\$ 200 milhões. Ontem foi o segundo dia consecutivo

em que o BC participou dos negócios de câmbio, depois que anunciou a determinação de comprar divisas para elevar o nível de reservas do País. A atuação do BC impediu uma desvalorização ainda maior, mas não deteve o recuo da moeda americana, que caiu ao menor nível desde 14 de outubro de 2003.

A trajetória de queda do dólar era esperada antes mesmo da abertura do mercado por causa da expectativa de fluxo positivo, a cada dia engrossada por novas notícias de captações. Depois da confirmação da emissão da Vale do Rio Doce, foi noticiada uma operação de US\$ 200 milhões da CSN. E, segundo operadores, a Telenig Celular Participa-



BM&F suspendeu negócios com C-Bonds, mas atenções de investidores se voltaram para o Global 40

ções estaria para captar entre US\$ 100 milhões e US\$ 125 milhões em bônus de cinco anos. Diante da queda do risco

Brasil e do nível baixo dos juros internacionais, o mercado ainda aguarda outras captações para breve. Com esse

volume de entradas, a presença do Banco Central no mercado não tem poder para inverter a trajetória de queda.

TEXTO 08

Texto final pedirá reforço na luta contra terrorismo

MONTERREY – A declaração que os chefes de Estado e de governo das Américas divulgarão na terça-feira, ao final da Cúpula das Américas, refletirá a necessidade de intensificar a luta antiterrorista. Segundo fontes da Organização dos Estados Americanos, citadas pela AFP, "o flagelo do terrorismo está afetando de uma ou outra maneira todos os países do hemisfério e, por isso, esse tema estará presente na Declaração de Nuevo León". Como recordam funcionários que participam do encontro, a última Cúpula foi realizada em Quebec, em abril de 2001, e a seguinte está marcada para 2005, em Buenos Aires. No ano passado, porém, o Canadá propôs uma "cúpula intermediária" para discutir em nível hemisférico a situação criada após os ataques do 11 de setembro.

"Eles imaginaram que, reunindo todos os chefes de Estado, poderiam reformular a discussão do contra-terrorismo de modo a atingir, com maior eficácia, os objetivos do livre comércio e da democracia", avaliou Robert Pastor, diretor do Centro de Estudos Norte-Americanos, em Washington.

Formalmente, o encontro abordará também crescimento econômico com igualdade, desenvolvimento social e governabilidade. Mas o esboço já adiantado, segundo algumas fontes, inclui o compromisso de extensão dos tratamentos contra a aids a um maior número de vítimas dessa doença. O texto menciona um compromisso para "intensificar a prevenção (e) facilitar, a preços acessíveis, o tratamento da Aids". (AFP, AP)

Há 20 anos nascia o Macintosh

Marcio Jose Sanchez/AP

LOS ANGELES - Há 20 anos, no dia 24 de janeiro de 1984, aqui na Califórnia, em Cupertino, era lançado o Macintosh. Depois dele, a microinformática não seria mais a mesma. O grande diferencial do Macintosh pode ser resumido em cinco qualidades essenciais: 1) facilidade de uso ("users friendly"); 2) estabilidade; 3) maior capacidade de processamento; 4) extraordinária flexibilidade no processamento de imagens e 5) abundância de software para multimídia e aplicações educacionais.

Lembro-me bem desse acontecimento, pois havia entrevistado Steve Jobs, presidente e fundador da Apple, em 1983, durante a apresentação do computador Lisa, precursor do Mac, mas que não havia feito o menor sucesso, principalmente por causa de seu preço muito elevado, na faixa de US\$ 11 mil.

A princípio não senti muito entusiasmo pelo Mac, pois me parecia ser apenas uma versão miniaturizada do Lisa. Mas logo mudei de atitude, diante da contagiante vibração e das informações de Steve Jobs, mostrando que o Mac faria tudo que o Lisa fazia, por menos de um terço de seu preço, graças a três inovações ousadas. Uma delas era o sistema operacional

mais amigável criado até então, baseado em interface gráfica de usuário (GUI, de "graphic user interface"), com a simplicidade e a clareza dos icons. Em segundo lugar, o poder de fogo do primeiro microprocessador de 32 bits para computadores pessoais, o chip Motorola 68000. Por fim, a novidade do mouse, ou ratinho, recurso incorporado de definitivamente nos anos seguintes como peça essencial do computador pessoal.

Curiosamente, nenhuma dessas três inovações havia sido criada pela Apple. Além do chip da Motorola, o Mac utilizava o mouse e a interface gráfica de usuário, que haviam sido desenvolvidos no famoso Centro de Pesquisas da Xerox, em Palo Alto, o Parc (Palo Alto Research Center).



Evolução - A trajetória do Macintosh nos últimos 20 anos mostra, acima de tudo, ousadia nas inovações, embora com a Apple enfrentando momentos de crise. Mas, nenhuma outra linha de computadores pessoais poderia hoje retratar de forma tão completa e precisa a evolução da informática em todo o mundo nas últimas duas décadas. Assim, quando comparamos o primeiro Mac com o modelo G5, vemos que a memória de acesso aleatório ("Random Access Memory", ou Ram) deu um salto de mais de mil vezes, passando de 256 kilobytes (Kbytes) para 256 Megabytes (Mbytes) e podendo ser expandida até 8 Gigabytes.



Steve Jobs segura o iPod Mini, lançado na semana passada

Nos modelos seguintes, como o Macintosh II, a Apple anunciava com orgulho a eleva-

ção da memória Ram do Mac para 512 kbytes. E, em 1986, a possibilidade de expansão da memória para até 4 Megabytes. O clock, salta de 8 MHz no primeiro Mac, a 16 MHz em 1986.

A primeira tentativa da Apple de lançar um computador portátil, com o Mac Luggable, por volta de 1990, foi um fracasso total. Ele pesava quase 8 quilos e ainda usava os chips 68000, de 8 MHz.

Mas em 1991 surgiu a série vitoriosa de portáteis, os Mac 170, com tela monocromática de cristal líquido e já com a designação geral de Powerbooks. O primeiro custava cerca de US\$ 4.500, o que não o impediu de fazer grande sucesso. Mas os preços caíram rapidamente.

Os anos que vão de 1985 a 1993 são de vitórias e derrotas comerciais. A saída de Steve Jobs em 1985 assusta a todos os usuários do Mac e amigos da Apple, mas a empresa consegue reagir logo ao choque com as técnicas de marketing do novo presidente, John Sculley, que vinha da Pepsi-Cola.

Um dos primeiros e polêmicos negócios de Sculley foi o contrato de licença com a Microsoft, autorizando a empresa de Bill Gates a utilizar a interface gráfica do sistema operacional Macintosh no desenvolvimento do Windows 1.0, que se torna um produto comercial no fim da década de 1980. Vale lembrar que os PCs utilizavam até então o sistema operacional MS-DOS (sigla de Microsoft Disk Operational System), pouco amigável, que exigia comandos escritos.

Quando as coisas pioraram, em 1993, Sculley deixa a Apple, substituído por Michael Spindler. O pior problema ocor-

reu com os computadores Mac Performa, que vsavam ao mercado residencial, mas não fizeram o sucesso esperado, em especial por causa de seu preço. À Apple parte, então, para uma das mais agressivas políticas de marketing, lançando mais de 30 modelos diferentes de 1993 a 1996. Nesse período, surgem os primeiros clones oficiais do Mac, com a empresa licenciando novos fabricantes de hardware e autorizando o uso de seu sistema operacional (Mac OS). Mas a experiência não deu bons resultados e a Apple voltou a ser a fabricante exclusiva de hardware.

Ao longo dos 20 anos do Mac, a Apple oscilou entre a Motorola e a IBM como fornecedores de seus chips exclusivos. Depois da série 600 da IBM, vêm o G3 e o G4 da Motorola. Finalmente, em 2003, a empresa lança o G5, da IBM, o primeiro de 64 bits para computadores pessoais, um dos mais avançados chips da atualidade.

Gil Amelio sucedeu a Spindler na presidência da Apple, permanecendo apenas de 1996 a 1997, quando retorna Steve Jobs, no momento de maior crise, com a clara missão de salvar a empresa e antecipar o lançamento do sistema operacional OS X (o Sistema Operacional Dez) um Unix-like que faz sucesso desde 2001.

esiqueira@itmidia.com.br

Nenê brilha e faz 25 pontos em vitória do Denver

DENVER – O Denver Nuggets conquistou a 22.^a vitória na NBA, na noite de sexta-feira, ao bater o Utah Jazz, em Denver, por 106 a 96. O pivô brasileiro Nenê Hilário teve ótima atuação e anotou 25 pontos. Foi o segundo maior pontuador da partida. Ficou atrás apenas de seu companheiro Carmelo Anthony, autor de 27. Nenê ainda pegou cinco rebotes, deu duas assistências e roubou duas bolas. O Denver está bem cotado para conseguir vaga nos playoffs.

TEXTO 11

Tribunal instala software para melhorar tráfego

Ferramenta ClearSight Analyser analisa o fluxo da rede e monitora os dispositivos

O Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP) estará implementando neste mês uma nova solução de informática para melhorar os processos internos da instituição. A ferramenta escolhida é o ClearSight Analyzer, da empresa ClearSight Networks.

Segundo Mário Augusto de Toledo Reis, secretário de informática do TCMSP, o objetivo é que o software analise o fluxo de rede, monitore os dispositivos e aplicações, como roteadores, switches e hubs. "Estamos testando a solução desde dezembro. Queremos evitar os 'gargalos' que ficam na rede, prejudicando todo o tráfego", explica Reis.

O Tribunal de Contas possui atualmente 220 estações de trabalho e 5 servidores. A rede interliga três prédios por fibra óptica, com bandas que variam entre 1 Gb e 100 megabits. "Com o ClearSight podemos analisar o que cada área está usando, quanto da banda está sendo tomada por determinado departamento, entre outros dados. Assim, podemos distribuir melhor o fluxo. Em poucos dias, foi possível identificar problemas e solucioná-los, detectar downloads não autorizados, deixar o tráfego limpo e melhorar a performance", disse.

Mercado otimista espera emissão brasileira

A expectativa é de que o País aproveite bom momento de liquidez no mercado internacional

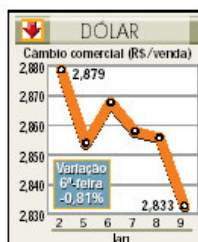
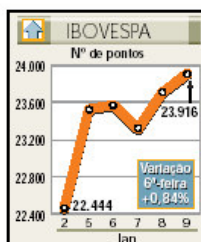
BENEÊ PEREIRA

O otimismo deve continuar a ditar os negócios no mercado financeiro nos próximos dias. Depois da euforia da semana passada, com o C-Bond (papel brasileiro mais negociado no exterior) ultrapassando 100% do valor de face e o risco país no menor nível desde outubro de 1997, em 405 pontos, as atenções se voltaram para uma possível emissão de títulos soberanos do Brasil, recompra de C-Bonds ou troca por novos títulos (swap). A operação contribuiria para reduzir

o risco Brasil, avaliam os analistas.

"A expectativa é de que o governo aproveite esse ótimo momento de liquidez no cenário internacional e faça logo uma emissão soberana", argumenta o economista-chefe da SulAmérica, Newton Rosa. As especulações sobre a operação foram reforçadas com a viagem do diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central, Alexandre Schwartzman, que estará nos Estados Unidos entre quarta e sexta-feira. Para o mercado, a viagem pode estar relacionada a uma operação de dívida externa. "Estamos às vésperas de um anúncio", avalia Rosa.

Além de todo frisson em torno da emissão, o mercado também ficará atento aos indicadores que serão divulgados nesta



semana no Brasil e no exterior. Na quarta-feira, será conhecido o IPCA de dezembro e, na quinta-feira, pesquisa mensal de comércio de novembro de 2003, ambos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A previsão dos analis-

tas é que o índice de inflação fique em 0,5%. Outro dado importante será a divulgação da arrecadação de impostos e contribuições de dezembro pela Receita Federal.

Os analistas também estarão monitorando os números vin-

dos dos Estados Unidos. Na quarta-feira, será divulgado o índice de preços ao produtor (PPI), que deve confirmar quadro tranqüilo em relação à inflação, afirmou o economista da Gap Asset Management, Alexandre Maia. No mesmo dia, sairá ainda os números do livro bege do Fed e da balança comercial de bens e serviços. Na quinta-feira, os americanos anunciam os indicadores de inflação ao consumidor e do mercado de trabalho, além das vendas de carros. Para terminar a semana, será divulgado a produção industrial do país.

Como os analistas aguardam números dentro das estimativas, os indicadores devem contribuir para o bom humor do mercado brasileiro na semana que antecede a reunião do

IPCA DE DEZEMBRO SAI NA QUINTA-FEIRA

Comitê de Política Monetária (Copom), nos dias 20 e 21. A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) deve continuar em movimento positivo e o mercado de câmbio com bastante liquidez. Apesar da atuação do Banco Central (BC), comprando dólar para recompor reservas, a tendência é que a moeda americana continue se depreciando frente ao real.

TEXTO 13

Adeus, bicicletas: na China, futuro vem sobre quatro rodas

Foi um marco histórico quando Xangai, a maior cidade da China, banuiu bicicletas de suas maiores avenidas no mês passado, mas foi também o reconhecimento tardio de uma transformação em muitas grandes cidades chinesas. Responsáveis pelo transporte de mais de 70% dos passageiros em 1990, as bicicletas agora levam de 15 a 17%, segundo a Secretaria de Planejamento

Urbano de Xangai.

O futuro sobre quatro rodas está em exibição nas concessionárias. No showroom da Buick, com janelões de vidro e um interior moderno que mais parece um café com carros, Yang Yi, de 33 anos, foi comprar seu primeiro automóvel, após uma vida de transporte público, bicicletas e caminhadas. Meio nervoso, estudava cuidadosamente

um modelo compacto, e prestou atenção quando o vendedor mostrou como verificar o óleo. "Amigos já tinham me ensinado, mas queria um conhecimento profissional." Comerciante de vinhos numa cidade cosmopolita, com mais de 20 milhões de habitantes, Yang contou que precisava do carro para trabalhar e passear com a mulher. Ele disse que a maioria dos amigos estava comprando carros.

A venda de automóveis na China chegou a 2 milhões em 2003 e cresce mais de 50% ao ano. Isso trouxe uma cultura

automobilística parecida com a americana, só que com engarrafamentos muito piores. Os chineses até demonstram resistência a sistemas de carona. "As pessoas aqui são exatamente como nos EUA. Querem ser independentes", disse o presidente da Volkswagen Ásia-Pacífico, Bernd Leissner. Apesar da planejada ampliação do metrô, a construção de edifícios nos arredores de Xangai está criando um novo tipo de passageiros, que prefere carros ao transporte de massa. (Keith Bradsher, *The New York Times*)

Apple intensifica guerra da música digital com Microsoft

Por ROBERT A. GUTH e NICK WINGFIELD
THE WALL STREET JOURNAL

A iniciativa da Apple semana passada de juntar forças com a Hewlett-Packard Co. no segmento de música digital chocou a Microsoft Corp., e é um golpe à inserção da gigante do software no mercado de rápido crescimento de música online.

Mas a Apple está agora sob mais pressão do que nunca para rapidamente expandir seu sucesso inicial com música digital, antes que a Microsoft lance um contra-ataque este ano.

Na semana passada, a Apple Computer Inc. e a HP pegaram de surpresa as indústrias de informática e de eletrônicos de consumo ao anunciar que a HP vai vender uma versão do aparelho de música digital iPod, da Apple, com a marca HP e incluir a loja de música online iTunes, também da Apple, em seus microcomputadores.

A iniciativa foi uma afronta à antiga rival da Apple, Microsoft, que conta com a HP como um de seus clientes mais importantes e vinha apostando na fabricante de computadores para desenvolver aparelhos de música que usassem software da Microsoft. A Microsoft vem agressivamente fazendo lobby na indústria fonográfica para transformar

seu próprio formato de música num padrão, e argumentou que a HP está indo contra a maré ao adotar a tecnologia da Apple.

"Ficamos muito surpresos com isso", disse David Fester, gerente geral da Divisão de Mídia Digital Windows da Microsoft, após o anúncio. "O que eles fizeram na prática foi isolar-se ao partir para o iTunes."

O negócio joga combustível numa crescente disputa sobre a tecnologia que sustenta os aparelhos de reprodução de música e os serviços de música online. Ao contrário da quase universal compatibilidade de formatos como o CD, a indústria de música online é atualmente uma Babel de padrões concorrentes, na qual músicas são vendidas em formatos rivais de software em diferentes websites.

O bilhete da Microsoft para entrar na corrida é o Windows Media, um formato de áudio que já alcançou milhões de usuários por causa de sua inclusão nos sistemas operacionais da empresa. Napster, da Roxio Inc., Musicmatch Inc. e MusicNow, da FullAudio Corp., vendem músicas que usam Windows Media.

Em vez do Windows Media, a Apple, em seu site iTunes, vende músicas num forma-

to chamado Advanced Audio Coding, ou AAC, com uma tecnologia da Apple para barrar a pirataria.

Outros padrões também estão na corrida. A Sony Corp. planeja começar no segundo trimestre a vender música em seu próprio formato; a RealNetworks Inc., uma pioneira da tecnologia de transmissões via Internet, usa o mesmo formato de áudio que a Apple, mas com uma tecnologia antipirataria incompatível.

Tal fragmentação pode desestimular muitos consumidores, exatamente no momento em que as vendas de música online começam a se tornar um meio de massa.

O vencedor da guerra dos padrões pode no final ser a empresa que conquistar a maior massa de usuários primeiro.

A parceria com a HP pode dar um grande empurrão à Apple. Como segunda maior fabricante de PCs, a HP poderia acelerar a expansão do serviço de música da Apple além dos usuários de seu sistema Macintosh, para o muito maior mercado de micros baseados no Windows da Microsoft. É crucial para a Apple conquistar o máximo de mercado antes que a Microsoft lance seu próprio serviço de música.

Assassino confesso de crianças no Sul volta atrás e nega 4 crimes

PORTO ALEGRE – Adriano Vicente da Silva, de 25 anos, negou 4 dos 12 assassinatos de crianças no Rio Grande do Sul que havia confessado à polícia no dia 6, quando foi preso. A nova versão foi contada a peritos que preparavam a reconstituição de três crimes, ontem, em Passo Fundo, e forçou a suspensão dos trabalhos. Segundo o diretor do Departamento Estadual de Investigações Criminais, João Paulo Martins, Silva disse que havia assumido as mortes porque depois de descoberto não tinha mais nada a perder. O matador revelou que buscou na imprensa dados para montar e confessar o que não tinha feito.

As mortes negadas são aquelas para as quais a polícia

teve apontado autores em inquéritos considerados concluídos. Silva disse que não matou Cassiano da Rosa, de 9 anos, e João Marcos Godois, de 12, em Soledade, crimes que reconstituiu com contradições no fim de semana. Também negou ter matado Volnei Siqueira dos Santos, de 12 anos, e Jeferson Borges da Silveira, de 10, em Passo Fundo. Para os casos de Soledade estão presos quatro adultos e duas menores. No de Jeferson, a polícia obteve a confissão de um representante comercial, que está preso. Para o de Volnei, há sete adolescentes indiciados, que ficaram presos 62 dias, mas negaram em juízo as confissões feitas à polícia, alegando que foram torturados. (Elder Ogliari)

Reforma do Judiciário deve ficar na gaveta

Pela segunda vez na pauta de convocações extraordinárias do Senado, a reforma do Judiciário deverá continuar como está nos 19 dias de trabalho do Congresso. O relator da proposta, senador José Jorge (PFL-PE), sustenta que pode apresentar o parecer quando for solicitado, mas reconhece que não há acerto nem mesmo em temas aparentemente consensuais, como a transferência para a alçada federal dos processos de crimes sobre direitos humanos. Além da dificuldade de avançar num tema que tramita há 15 anos, há o impasse sobre temas polêmicos, como o controle externo do Judiciário e a súmula vinculante – que obriga os tribunais de primeira instância a seguir por decisão dos tribunais superiores.

Começa a batalha por vagas em Melbourne

Cinco brasileiros disputam o qualifying do Aberto da Austrália, 1.º Grand Slam do ano

CHIQUINHO LEITE MOREIRA
Especial para o Estado

Até agora, só Gustavo Kuerten e Flávio Saretta estão garantidos no Aberto da Austrália, primeiro Grand Slam do ano, que começa segunda-feira, em Melbourne. Mas outros cinco brasileiros atravessaram o planeta para entrar na briga por vaga na chave principal, jogando o qualifying.

Para "furar" o qualifying de um Grand Slam é preciso ganhar três jogos. Na primeira rodada, Ricardo Mello – que contará com a orientação dos técnicos João Zwetsch e Fernando Roese e a assistência do preparador físico Eduardo Faria – pega o wild card australiano Stanislas Wawrinka.

Sem a mesma estrutura, mas com muita raça, o gaúcho Marcos Daniel espera repetir a façanha de 2003, quando superou o qualifying e exigiu cinco sets de Wayne Arthurs na primeira rodada da chave principal. André Sá, na já longa luta para sair da má fase, joga com Jeff Morrison, enquanto Franco

Ferreiro, ao lado do técnico Ricardo Acioly, tenta entrar em seu primeiro Grand Slam e enfrenta Giorgio Galimberti. No quase esquecido tênis feminino, Nanda Alves estreia diante da alemã Ann Lena Groenefeld.

Entre as estrelas, o Aberto da Austrália terá vários desfalques no feminino. Depois de Serena Williams, Jennifer Capriati e Mary Pierce, ontem foi a vez de Jelena Dokic anunciar desistência. Já entre os homens deve haver poucos desfalques. Um deles pode ser Guillermo Coria,

número 5 do mundo, que sentiu uma lesão no abdome em Auckland e desistiu do torneio.

Em Auckland, Guga aproveita a defesa do título do torneio para fazer uma boa preparação para o Aberto da Austrália – já venceu Alex Corretja e Alberto Martin. Outro que vem impressionando no início da temporada é Carlos Moya, invicto em sete jogos. Ganhou um título na semana passada e já está nas quartas-de-final em Sydney, ao bater Michael Llodra por 7/6 (7/5) e 6/3.



Blue Life

PREFER "THE BEST"

(0xx 11) 3154-2999 (SP e gde. SP)
0800 118001 (Outras localidades)

(Filiais em 21 estados) ANS - nº 30466-2

Blue Life

Brasil encara a empolgação chilena

Seleção precisa vencer os anfitriões para ir ao quadrangular final sem passar pela repescagem

LUÍS AUGUSTO MONACO
Texto especial

CONCEPCIÓN - O Brasil define hoje o caminho que seguirá no Torneio Pré-Olimpico e só uma vitória contra a empolgada seleção chilena, às 23h10, garantirá vaga no quadrangular final - que será disputado nos dias 21, 23 e 25 em Valparaíso e Vina del Mar. Se empatar ou perder o time ficará em segundo lugar e terá de jogar a repescagem contra o terceiro colocado da outra chave, no domingo.

Os 30 mil ingressos colocados à venda estão esgotados e pela única vez na competição - a rodada de hoje será a última em Concepción - o Estádio Municipal receberá público total. Os chilenos estão entusiasmados com o aproveitamento de 100% da equipe dirigida por Juvenal Olmos e prometem gritar muito esta noite, mas Ricardo Gomes tem certeza de que seus jogadores não vão sentir a pressão. "Nosso time é formado por jogadores maduros. Estamos preparados para tudo e temos muita confiança na vitória."

O treinador brasileiro está procurando passar para os jogadores a tranquilidade que demonstra no dia a dia. Estádio lotado, arbitragem caseira, necessidade de vencer para escapar da repescagem, nada disso parece tirar o seu sono. "Temos um time de qualidade, tivemos tempo para descansar e dependemos apenas de nosso resultado para conquistar o primeiro lugar. Jogar pela vitória não é nenhuma novidade para nós. O Brasil joga sempre para ganhar e jogaria assim mesmo que tivesse a vantagem do empate. Está tudo normal."

Nem a possibilidade de precisar fazer um jogo de vida ou morte no domingo para tentar manter vivo o sonho de ir à Olimpíada o incomoda. "Queremos o primeiro lugar, mas se for preciso jogar a repescagem não tem problema. Nosso objetivo é a classificação para os Jogos Olímpicos e acredito que vamos conseguir, independentemente de termos de jogar a repescagem ou não."

Ricardo Gomes esteve no estádio terça-feira à noite e viu o Chile pensar para ganhar de virada do Paraguai por 3 a 2, apesar de o adversário ter tido um jogador expulso aos 25 minutos do primeiro tempo, quando o jogo estava 0 a 0. Ele não quis falar sobre os pontos fracos que observou no líder da chave, mas abriu o jogo sobre as qualidades. "É um time que tem atacantes rápidos e que se movimentam muito. Joga bastante pelo lado direito e vai muito no entusiasmo da torcida. É uma equipe muito boa."

Uma vantagem que o Brasil poderá ter é o fato de estar mais "inteiro" que o time da casa. Os chilenos precisaram correr bem mais do que imaginavam para derrotar o Paraguai e ainda sofreram com o jogo violento do adversário. Enquanto isso, a seleção folgou na rodada de terça-feira e teve quatro dias para recuperar a energia depois da partida contra o Uruguai.

"O Chile realmente se desgastou muito, mas como tinha folgado domingo não está tão cansado como nós estávamos contra o Uruguai, porque aquele era o nosso terceiro jogo depois de quatro dias. Sem dúvida nós estamos em melhores condições para esta partida e vamos



O meta Elano está de volta ao t

tentar tirar proveito disso mantendo a posse de bola o maior tempo possível."

Cinco titulares brasileiros entrarão pendurados em cam-

po: Edu Dracena, Maxwell, Fábio Rochemback, Diego e Dagoberto. O reserva Paulinho também tem um cartão amarelo.

Os chilenos estão confiantes em obter mais uma vitória - já são três. "Os zagueiros centrais (Edu Dracena e Alex) são lentos. Temos de aproveitar isso,

já que o Brasil vai sair para o ataque", comentou o atacante Brantlio Leal.

EQUIPE
 TEM CINCO
 ATLETAS
 PENDURADOS
 E APOSTA NO
 CANSAÇO
 DO RIVAL

	CHILE
Claudio Bravo, Contreras, Fuentes, Jillo e González, Juan Figueroa, Carrasco, Melar e Valdovinos, Soto e Villanueva. TÉCNICO - Juan Carlos Orosco.	
	BRASIL
Gomes; Maxson, Edu Dracena, Alex e Maxwell; Paulo Almeida, Fábio Rochemback, Elano e Diego Roberto e Dagoberto. TÉCNICO - Ricardo Gomes.	
JUIZ - Claudio Martin (Argentina).	
Local - Municipal de Concepción.	
	Globo (23h10)

Guga joga mal e cai em Auckland

Brasileiro perde na semifinal para o eslovaco Dominik Hrbaty por 6/3, 6/2

CHIQUELHO LEITE MOREIRA
Especial para o Estado

Gustavo Kuerten não conseguiu repetir as boas atuações dos três primeiros jogos em Auckland e caiu nas semifinais do Heineken Open, ao perder para o eslovaco Dominik Hrbaty por 6/3 e 6/2. Guga teve série de chances de quebrar o serviço do rival, sem sucesso. Resultado: foi eliminado do torneio, numa partida em que lamentou as oportunidades desperdiçadas. Hrbaty vai decidir o título diante de Rafael Nadal, revelação espanhola de apenas 17 anos, que na outra semifinal ganhou do checo Jiri Novak por 2 sets a 0 (6/1 e 6/3).

Apesar da derrota nas semifinais, Guga mostrou-se satisfeito com a campanha em Auckland. As três vitórias iniciais do ano – Alex Corretja, por 6/7 (9/7), 7/6 (7/3) e 7/5; Alberto Martin, 6/2 e 6/4, e Vincent Spadea, 6/2 e 7/6 (7/4) – tiveram uma especial importância. Afinal, esta semana, Guga e Larri Passos comemoram 15 anos de colaboração, talvez a mais longa parceria entre jogador e técnico da história do tênis.

Guga aproveitou para elogiar seu treinador, ao lembrar que os resultados alcançados já na primeira semana de 2004 são fruto do trabalho de Passos, especialmente nos últimos meses. “Meu jogo está melhorando a cada dia”, afirmou. “Sinto que posso andar bem este ano.”

Larri não escondia entusiasmo pela decisão de voltar a jogar em Auckland. “Fizemos a escolha certa”, avaliou. “O Guga já melhorou 40% em relação ao primeiro jogo.” Além do incentivo do treinador, Guga guarda outro segredo para acreditar em boa temporada: sem alarde, ou anúncios, está usando novo equipamento: raquete de “liquidmetal” desenvolvida pelo California Institut of Technology, nos Estados Unidos, conhecido como CalTech.

Segundo explicações do austríaco Markus Haemmerle, diretor da Head, fabricante da raquete, o material garante aumento de 29% na potência. Gu-

ga também não teria ganhado só maior força com o equipamento, mas aperfeiçoou a precisão dos golpes. O “liquidmetal” não deforma na hora do impacto, o que dá maior energia e contro-

E FESTEJA
15 ANOS DE
PARCERIA
COM LARRI

le. A raquete é de tom avermelhado e não está disponível para venda. Por enquanto é feita de encomenda para Guga.

Na Austrália – Guga terá estreia difícil no Aberto da Austrália, pois enfrentará o holandês John van Lottum, especialista em quadras rápidas. Flávio Saretta pegará Hrbaty. O Brasil teve ontem três vitórias e duas derrotas, no qualifying. Franco Ferreira ganhou de Giorgio Galimberti por 7/6 (7/3) e 6/3, Marcos Daniel de Stanislas Wawrinka por 6/4 e 6/4, e Ricardo Mello de Domeric Marafiotte por 6/2 e 6/4. André Sá caiu diante de Jeff Morrison por 6/2 e 6/4, e Nanda Alves perdeu para Anna-Lena Groenfeld por 6/7 (7/2), 6/4 e 6/3.

Rússia reage friamente a plano espacial de Bush

Projeto americano de chegar a Marte em 2030 não altera programa de Moscou

MOSCOU – A iniciativa do presidente americano, George W. Bush, de retomar as viagens à Lua e convertê-la em plataforma para missões para Marte foi recebida friamente pela Rússia – herdeira do programa espacial da União Soviética, adversária dos Estados Unidos na corrida espacial durante a guerra fria. Um porta-voz da agência espacial da Rússia, Vyacheslav Mikhaïlichenko, afirmou que o convite de Bush de envolver todas as nações na exploração do espaço não muda em nada os planos já traçados por Moscou nem deve afetar o programa da Estação Espacial Internacional (ISS), no qual estão comprometidos 16 países e que depende de naves russas.

As autoridades do programa russo, no entanto, deixaram aberta a possibilidade de participar do projeto americano. “De agora até o fim do ano, teremos um plano federal para o desen-

volvimento do setor espacial até 2015, e é possível que esses projetos (de exploração da Lua e de Marte) estejam incluídos neste plano”, declarou o diretor da agência, Nikolai Moiseiev.

Para viabilizar o projeto de pôr o homem outra vez na Lua até 2015 e enviar uma missão tripulada a Marte até 2030, Bush propôs um aumento para este ano de US\$ 1 bilhão no orçamento da Nasa, a agência espacial americana, que é de US\$ 15 bilhões. O plano, no entanto, é visto com reservas até mesmo por políticos republicanos. “Ele

(Bush) é um visionário, mas temos de ver se retiraremos verba do sistema de saúde ou do social para financiar as viagens para a Lua ou Marte”, disse um congressista republicano.

Sean O’Keefe, administrador da Nasa, tentou minimizar as preocupações econômicas, considerando baixa a contribuição de US\$ 0,15 por dia de cada contribuinte. “É o custo mensal de uma assinatura de TV a cabo”, justificou. “Ter a Lua como plataforma para ir a outras partes do Sistema Solar seria uma enorme vantagem”, acrescentou. (Reuters, AP, AFP, EFE e DPA)

VIABILIDADE
É POSTA EM
DÚVIDA ATÉ POR
REPUBLICANOS

A volta das primeiras idéias de Verdi

'Macbeth' inicia edição de registros de originais de óperas que seriam revisadas pelo autor

EDWARD GREENFIELD
The Guardian

LONDRES - Por mais de 30 anos, o selo Opera Rara, como o nome indica, tem gravado óperas negligenciadas do século 19. Compositores como Mercadante e Pacini saíram das sombras, mas Verdi ainda não figurava na lista de discos, já que mesmo suas obras de início de carreira tornaram-se relativamente conhecidas. Mas o que têm realmente sido negligenciados em disco são os primeiros pensamentos de Verdi - as primeiras versões de óperas que, mais tarde, ele revisaria, talvez nenhuma mais radicalmente como sua primeira aventura com Shakespeare, *Macbeth*, de 1847.

Agora que a obra está totalmente estabelecida no repertório, é estranho perceber como ela esteve negligenciada até os anos 30. Foi apenas em 1938 que teve sua primeira encenação na Inglaterra, em Glyndebourne (regência de Fritz Busch), e não foi vista no Covent Garden antes de 1960. E, mesmo então, desculpas eram pedidas pelo arranjo alegre do coro das bruxas e outras passagens. Ainda assim, o poder da peça - que o próprio Verdi colocava acima de outras de suas obras de início de carreira - só fica mais claro. E geralmente se en-



Giuseppe Verdi: colocava peça acima de outras do seu início de carreira

tende que a originalidade da escrita é fruto da revisão de 1865. Essa gravação fascinante da primeira versão de *Macbeth* será uma revelação para grande parte dos aficionados por Verdi.

Feita a partir de uma transmissão dos estúdios da BBC em 1979, ela demonstra claramente como muitas das mais originais passagens já estavam lá, na primeira versão de Verdi. O prime-

Reprodução

ro ato está em cena como o conhecemos, com apenas algumas pequenas mudanças, e a grande cena de sonambulismo de Lady Macbeth, um dos trechos mais interessantes de toda a partitura, está totalmente desenvolvida. Ainda assim, as revisões, envolvendo quase um terço da ópera, são radicais - de modo mais impressionante à medida que a ação se desenvolve.

Então, no segundo ato, em vez da ária dramática "La Luce Languo", Lady Macbeth canta uma peça mais convencional, com um ritmo agradável e, no terceiro ato, a cena da alucinação de Macbeth é bastante similar à versão de anos mais tarde. O quarto ato é o que Verdi mais mudou. Aqui, ele abre com um coro audacioso que inclui uma grande melodia cantada em uníssono ao modo de "Va Pensiero", o coro dos escravos

de *Nabucco*. Como quase todos os primeiros pensamentos de Verdi, não é tão refinado musicalmente como o magnífico coro de lamentação pelo qual foi substituído em 1865, mas estilisticamente é mais consistente com o restante da ópera. A cena final, também, é bastante diferente: uma seqüência de fanfarras representa a batalha, com a ópera se encerrando com uma cena de morte para Macbeth e não com um coro de vitória.

Esse álbum é o mais recomendado, já que a performance, conduzida de modo incêstuvo por John Matheson, tem um elenco muito forte. Aqui, os papéis centrais de Macbeth e Lady Macbeth são mais exigentes vocalmente do que na versão revisa-

da e o barítono Peter Glossop oferece uma interpretação dura e poderosa de Macbeth. Rita Hunter é da mesma forma grandiosa como Lady Macbeth: sua voz massiva, wagneriana em escala, é surpreendentemente flexível na coloratura, com um trinado controlado de modo perfeito. O jovem John Tomlinson é magnífico como Banquo e o tenor Kenneth Collins faz um bom Macduff. Eu agora espero ansioso pelos outros quatro originais de Verdi prometidos pelo Opera Rara. (Tradução de João Luiz Sampaio)

DOEVLLE

"3 HORAS, QUE PASARÁN COMO 5 MINUTOS"
Jorge Coli - Folha de SP

★★★★★
"UMA OBRA EXTRAORDINÁRIA"
José G. Couto - Folha de SP

"TRATA-SE DE UM FILME OBLIGATORIO"
O Estado de SP

"É UMA OBRA-PRIMA. O MELHOR DO FILME INVENTA UMA MAQUINARIA E EXPOSTO NA VIA GALERIA."
Teta Filmes

"... UM DOS MAIS INSTATIGÁVEIS DOS ÚLTIMOS ANOS"
Cézar Eduardo - Revista Época

"SEM DÚVIDA O ACERTÍSSIMO DE 2004"
Jaime Riaggio - O Globo

Partidos da base começam corrida pelo 2.º escalão

*Líderes tentam garantir
as presidências do
BNDES e da
Eletrobrás, entre outras*

**CHRISTIANE SAMARCO
e JORÃO DOMINGOS**

BRASÍLIA – Os partidos da base do governo já estão se engalfinhando pelos cargos do segundo escalão federal antes mesmo do anúncio oficial das mudanças no ministério.

Enquanto o governador do Paraná, Roberto Requião (PMDB), quer tirar um apadrinhado do ministro das Comunicações, Mito Teixeira, de Itaipu Binacional, para pôr lá seu irmão Eduardo, o presidente do PTB, deputado Roberto Jefferson (R.J.), avisa: abriu mão da presidência da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) para o PMDB, mas não aceita que o aliado tome conta de todos os postos de segundo escalão das Comunicações e da Previdência Social, ministérios que devem ficar com o partido.

“Se o governo verticalizar a ocupação dos dois ministérios em favor do PMDB, vai provocar uma crise brutal na base”, adverte Jefferson. “É poder demais para um partido só e isto tem repercussão eleitoral. Desse jeito, vão nos massacrar nas eleições municipais.”

A idéia da verticalização, em que o partido do ministro passa a ter também o direito de indicar os dirigentes das empresas públicas vinculadas às suas superintendências Brasil a fora, vem dos próprios articuladores do Planalto. Na tentativa de convencer o PMDB a trocar o comando do Ministério da Integração Nacional pela Previdência em tempos de demandas judiciais contra a reforma previdenciária, os interlocutores de Lula ofereceram como “brindes” a presidência do INSS e suas duas superintendências.

“Ofensa” – Jefferson considera a verticalização “uma grave ofensa” ao PTB e ao PP. Afinal, o PP tem abardestado e seus 52 deputados federais têm esbravejado o quanto podem para ver se arrancam uma cadeira no primeiro escalão nesta reforma ministerial. E, pelo menos por enquanto, o aceno do Planalto resume-se a uma estatal, possivelmente do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro).

O que o PMDB e os demais partidos governistas disputam hoje são as presidências do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da BR Distribuidora e até da Eletrobrás.

O PTB também não se conforma em ver o PMDB ganhando a ECT, quando a principal companhia estatal do único ministério do partido – a Embratur, ligada ao ministro petebista do Turismo, Walfrido das Mares Guia – está nas mãos do PT. Não que a cúpula petebista queira medir forças com o PT da Prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, que indicou Eduardo Samoviz para presidir a Embratur.

O que os aliados não aceitam é que o PMDB tenha regalias exclusivas e comparáveis aos petistas. Os aliados estão “preocupadíssimos” porque avaliam que a estrutura da Previdência Social nos Estados pode servir à prestação de favores com grande repercussão eleitoral não só junto a eleitores propriamente ditos, mas também junto a financiadores de campanha.

Governo 'liga o turbo' para induzir a retomada

Redução de IPI sobre bens de capital é uma das primeiras medidas nessa direção

LUISLOTTA

BRASÍLIA - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva começou o ano dando a corda todas as medidas de incentivo ao investimento e ao crescimento econômico. Seguindo o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, o processo começou na reunião da Câmara de Política Econômica, dia 6. "O presidente ligou o turbo na reunião", comentou. Como resultado, nesta manhã passada foram adotadas duas importantes medidas em favor dos investimentos.

O governo reduziu de 5% para 3,5% a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de 643 bens de capital, baixando o custo do investimento. Além disso, anunciou as primeiras medidas da nova política industrial, cujo objetivo é modernizar o parque produtivo e ampliar a oferta dos produtos brasileiros no exterior.

Para atrair investimentos na área de semicondutores, o governo mostrou disposição de conceder incentivos fiscais e creditícios. Não descarta nem a possibilidade de obter participação acionária em empresas consideradas estratégicas. Medidas semelhantes poderiam ser adotadas para os outros três setores: eletroeletrônicos, software, bens de capital e fármacos e medicamentos. São medidas que, no governo passado, seriam classificadas como "desinvestimentistas" e provocariam disputa nos bastidores.

No governo Lula, porém, a política industrial não encontra no ministro da Fazenda um opositor. Pelo contrário, Antonio Palocci tem um assessor especial, Edmundo Oliveira, que se ocupa só da nova política industrial desde o início de 2003. Coube a ele expor um diagnóstico e uma proposta inicial para as medidas na área de semicondutores, durante a reunião da Câmara de Política Econômica, da qual participaram sete ministros. "É um trabalho a dez mãos", confirmou o coordenador executivo do grupo que elaborou a política industrial, Alessandro Teixeira, um integrante da equipe de Furlan.

Por outro lado, a maior flexibilidade da área econômica não pode ser entendida por menos

rigor na política fiscal. Pelo contrário: apesar da frustração do presidente Lula, o IPI dos bens de capital não foi reduzido a zero "por razões fiscais", como disse o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Bernard Appy. Ficou acertado que o IPI será zerado até o fim do governo, mas num ritmo que não comprometa a arrecadação. O corte de 5% para 3,5% foi o que coube dentro da estimativa de ganho de arrecadação do IPI com a nova sistematizada Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

Todo o esforço para aumentar os investimentos e promover um ciclo de modernização tem um objetivo: fazer com que o crescimento econômico este ano seja iniciado em ciclo virtuoso e não um "vão de galinha". "Para isso, é preciso convencer o empresário a investir olhando para 2006, 2007", disse o chefe do Departamento Econômico da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Flávio Castelo Branco.

Há, porém, alguns pontos de dúvida. É o caso da questão ambiental. É uma área onde falta regulação e pode ser um complicador para investimentos em

geração de energia, por exemplo. As regras incompletas para o setor de energia elétrica são outro ponto de constante cobrança por parte dos especialistas.

A agenda de medidas para promover empéchos ao desenvolvimento, porém, é mais longa. O diretor do Banco Itaú, Sérgio Werlang, cita dois exemplos: a conclusão das negociações para a formação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), uma questão vital para o comércio exterior e a criação de regras do País, e a legislação das tarifas, que ainda não foi votada no Senado e será determinante no custo do financiamento. Werlang acha que o texto, como foi votado na Câmara, não é ideal. "Vamos ter de retomar essa discussão", disse.

O ex-presidente do Banco Central Gustavo Loyola citou dificuldades na área de regulação como inibidor de investimentos. O episódio do reajuste de tarifas de telefonia fixa, que provocou uma crise no governo em 2003, é um exemplo. Ele acha preocupante, ainda, o fato de a implementação da agenda econômica depender de várias áreas do governo e não só do eixo Fazenda-Banco Central, que fez o sucesso da política econômica em 2003.

INCENTIVOS
FISCAIS
PODEM SER
RESGATADOS

FRANÇA

Os quatro remédios contra o desemprego

GUY SORMAN
Especial

O mal francês é o desemprego. O diagnóstico de Jacques Chirac (em seu discurso de 31 de dezembro) é bom. Para um grande número de franceses, o desemprego é ou será uma realidade em um momento reduzido de suas vidas; para milhões de nós, essa realidade é permanente, um modo de vida que se perpetua à margem da sociedade. Porque nem todos trabalhamos ou o fazemos frequentemente, o crescimento é lento, o que engendra mais desemprego ainda. Esse desemprego desmoraliza os jovens, provoca comportamentos hostis à sociedade: extremismo político e falta de civildade no dia-a-dia se nutrem do desemprego.

Mas nunca a lei alguma aboliu ou vai abolir o desemprego: o emprego não se decreta. Inúmeras leis, em compensação, agravam o desemprego; por exemplo, a redução autoritária da jornada de trabalho, ao diminuir a atividade, engendrou desemprego. Ou ainda, a criação de uma administração suplementar, restrições regulamentares em nome da justiça, da saúde do planeta, da qualidade dos serviços públicos, intenções nobres, geram alguns empregos nas repartições públicas, destruindo vários nas empresas produtivas.

Pode-se observar também que o desemprego, mal francês, não é uma fatalidade universal, já que vários países não sofrem com ele e nos EUA a taxa de desemprego é inferior em 50% à taxa francesa.

Uma mobilização contra o desemprego deveria, portanto, passar anteriormente pelo conhecimento desse mal. As causas e, em consequência, os remédios são facilmente identificáveis, mas serão difíceis de expor e, com certeza, impopulares.

O pleno emprego em um país desenvolvido como a França está condicionado por quatro fatores essenciais: a taxa de crescimento, o mercado de trabalho, a qualidade do ensino e as condições de vida da empresa. O governo pode agir sobre esses quatro mecanismos?

A história econômica recente indica que o voluntarismo é justificado: outros governos ocidentais além do francês agiram e conseguiram sucesso porque partiram de condições objetivas do mercado mundial. Os americanos, britânicos, escandinavos e, recentemente, os alemães, pertencentes a orientações políticas diferentes, adaptaram suas sociedades à globalização. O pleno emprego resulta dessa reconciliação entre o país e a globalização: como nos engajarmos, na França, nessa lógica eficiente?

Primeiro mecanismo, o cresci-

mento. Depende do governo? Em parte, sim. Existe uma relação provada pela experiência entre o peso do Estado e a taxa de crescimento; a falta de gastos públicos freia a retomada. Ao mesmo tempo, existe uma relação provada entre a taxa de impostos a performance das empresas; uma taxa confiscatória desmoraliza a inovação e não incita a mudança. Por isso, o governo de esquerda alemão reduziu as tarifas públicas, como se

tivesse sido influenciado pelo governo de esquerda britânico; a economia não é uma ciência engajada. Mas na França, onde as reduções da carga pública são apenas estoçadas, preferimos o confronto; estamos longe do choque indispensável.

Segundo mecanismo, o mercado de trabalho. O trabalho não é uma mercadoria, mas oferece emprego obedecendo às regras de mercado. O empregador relaciona o que o empregado suplementar custa à empresa e o risco que representa: no seu cálculo entram o custo e os encargos sociais. Esses encargos protegem os trabalhadores que já têm um emprego, mas impedem as contratações; a um custo igual, o empregador prefere, então, investir em máquinas,

por isso a economia francesa é mais automatizada do que as economias britânica e americana. A menor alusão a essa realidade é suficiente para levantar os sindicatos; sua função, é verdade, é proteger a mão-de-obra existente que constitui a sua base. Os desempregados mesmo, não são ouvidos; já que são os mais fracos, não seria o caso de o governo falar e agir em nome deles? Isso seria legítimo.

Soluções para recuperar o pleno emprego são difíceis de expor e, com certeza, impopulares

Terceiro mecanismo, a qualidade do ensino. Em uma economia complexa, desenvolvem-se dois tipos de emprego; os primeiros exigem um alto nível de qualificação para inovar mais rapidamente que os concorrentes, administrar sistemas complexos, oferecer serviços sofisticados. Os segundos correspondem a tarefas não qualificadas, em serviços de base. Entre o estrato superior e o inferior, os empregos de produção tradicionais desapareceram, automatizados ou realocados. Ora, o ensino francês não está adaptado a esta nova distribuição de empregos. Nós não formamos mais profissionais de alto nível mundial. Formamos mais diplomados intermediários.

Por último, são numerosos os deixados de lado pelo ensino,

mas eles recusam atividades de serviço mediocres que são exercidas, tanto nos EUA quanto na Grã-Bretanha, por imigrantes recém-chegados.

Mas o terceiro mecanismo é bloqueado pela recusa do mundo do ensino em considerar a economia tal como é; esse esplêndido isolamento se traduz em crescimento lento. Devemos nos calar ou falar?

Quarto mecanismo, a empresa. Mais exatamente o empreendedor. Apenas este é produtor de riqueza e emprego enquanto que o Estado os redistribui.

Na França, o empreendedor nunca avança em um terreno minado pela concorrência – o que faz parte do jogo; mas é também minado pelos governos para quem todos os patrões são suspeitos. Em curto prazo, seria milagroso que os encargos fiscais e sociais para a empresa, o direito do trabalho e a formação de demandas de emprego se transformassem: em compensação, é possível aliviar o peso ao espalhar os controles, ou considerando que o empreendedor é, a priori, de boa-fé.

Esse relaxamento seria mais bem recebido que as ações de improviso que abundam nos governos; seria conveniente no futuro desmontar esse sistema cujos empregadores recebem subvenções provisórias segundo exigências complexas; esses textos são uma dádiva divina para aqueles

beneficiados mas nunca produzirão um emprego suplementar.

Enfatizemos também que os poderes públicos deveriam incentivar os empreendedores a crescer mais do que atualmente; em outras palavras, o crescimento e o emprego passam pela aceitação da destruição criativa. Esse princípio fundador da economia é o mais incompreendido: cada vez que o Estado salva uma empresa em dificuldades, ele condena provavelmente muitas outras a não serem criadas, outras que recrutariam mais que as beneficiadas por esse remédio perverso.

Esses quatro mecanismos, o que eles têm em comum? Sua impopularidade em comparação a das forças do status quo, mais organizados para recusar uma política de pleno emprego. Esses forças que contribuem objetivamente para o desemprego ao apelar com sucesso para uma opinião pública singularmente ignorante dos mecanismos elementares da economia.

O mal francês é o desemprego, mas o desemprego apoiado nos braços da ignorância e da má-fé: na medida em que as opiniões recebidas tenham o status político e midiático que os fatos comprovados, a vitória do status quo e a derrota das boas intenções estão garantidas. Antes da lei, a mobilização pelo emprego deveria passar por uma pedagogia.

TEXTO 25

Inflação tem ligeira alta em dezembro

Dois indicadores de preços divulgados ontem mostram que a inflação teve um pequeno soluço neste mês. O Índice de Preços ao Consumidor da Fipe fechou a segunda quadrissemana deste mês com alta de 0,27%, resultado 0,05 ponto percentual acima do IPC da primeira prévia de dezembro. Por causa disso, a Fipe reviu de 0,20% para 0,30% a estimativa para este mês. Segundo o coordenador da Pesquisa de Preços da Fipe, Paulo Picchetti, a revisão se deu porque após sete quadrissemanas consecutivas o IPC reverteu a trajetória de queda.

Já o Índice de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15) apurado pelo IBGE ficou em 0,46% neste mês, ante 0,17% em novembro. Assim como o IPC-Fipe, a alta não preocupa, pois foi localizada nos reajustes de ônibus urbanos e jogos de loteria. O resultado ficou acima do esperado pelos analistas de mercado (0,35% a 0,40%). No ano, a taxa acumulou alta de 9,86%. **(Francisco Carlos de Assis e Jacqueline Farid)**

Pai do EcoSport dirigirá fábrica da Caoa

Engenheiro Luc de Ferran volta à ativa 4 meses após anunciar aposentadoria na Ford

CLEIDE SILVA

Quatro meses após anunciar sua aposentadoria, o engenheiro Luc de Ferran, conhecido como o criador do Ford EcoSport, voltou à ativa. Ele assumiu ontem a direção industrial da fábrica de veículos Hyundai, da Caoa Montadora, em construção em Camaçari (BA). Será responsável por todo o projeto, da instalação ao desenvolvimento de fornecedores e produtos.

A fábrica entrará em operação em 2005. O primeiro veículo a sair da linha de montagem é o minicaminhão Porter, desen-

volvido pela coreana Hyundai e que será adaptado ao mercado brasileiro. O projeto vai consumir US\$ 205 milhões, aporte que será bancado pela Caoa, do empresário brasileiro Carlos Alberto de Oliveira Andrade. O grupo é o maior revendedor de veículos Ford no País.

Outros produtos já estão em fase de estudo. Serão produzidos com a marca Hyundai, que fez um contrato de cessão de tecnologia à Caoa, que já representava a marca no País como importadora. "A contratação do Luc de Ferran mostra o cuidado com que estamos tratando do projeto", disse Andrade.

O terreno, doado pelo governo estadual, está em fase de terraplenagem. Fica ao lado da área onde a Ford instalou a primeira montadora no Nordeste, em 2001. Com um sistema pro-

ductivo inovador, que levou fornecedores para dentro da fábrica, é uma das mais modernas da marca no mundo e foi projetada por Ferran, que trabalhou na Ford durante 38 anos.

Quando anunciou sua aposentadoria em agosto, aos 60 anos, ele abriu uma empresa de consultoria e esperava dedicar-se mais à família, porém não resistiu ao convite para desenvolver mais uma fábrica.

Será sua quarta cria. Além da Ford Camaçari, projetou a fábrica de caminhões da marca no bairro do Ipiranga (SP) e, depois, no ABC paulista. Também participou do desenvolvimento de modelos como Escort, Del Rey e Pampa. Mas considera o EcoSport, lançado neste ano, seu 'xodó'. O modelo foi totalmente desenvolvido no Brasil e é sucesso de vendas.

TEXTO 27

Kerry sai na frente na prévia democrata em Iowa

Senador lidera preferências em pesquisa feita no início do caucus

PAULO SOTERO
Correspondente

WASHINGTON – Os pretendentes do Partido Democrata à Casa Branca devem amanhecer hoje em New Hampshire, a próxima escala na disputa da candidatura presidencial, revigorados por dois fatores. Por um lado, o previsto reembaralhamento das cartas produzido pelas prévias de ontem em Iowa, onde, segundo pesquisa, o senador John Kerry saiu na frente, mostrando seu potencial, em detrimento de Howard Dean, ex-governador de Vermont – que era tido como franco favorito até duas semanas atrás. Por outro, os crescentes sinais de vulnerabilidade do presidente George W. Bush, sobretudo na questão do Iraque, que poderá transformar-se no tema central da campanha para o pleito de 2 de novembro.

Pouco mais de um mês depois da captura de Saddam Hussein, os próprios analistas militares americanos admitem que os ataques às forças de ocupação são hoje mais sofisticados e eficazes. As mortes entre soldados e iraquianos acumulam-se, a estabilização do Iraque ainda é uma miragem e as dificuldades da execução do plano de transferência gradual do controle do país a um governo local, que começa em julho, podem reforçar as dúvidas dos eleitores sobre a sabedoria da invasão e dar ampla munição ao desafiante de Bush.

Dean, Kerry, o senador John Edwards e o deputado Dick Gephardt disputaram um total de 45 delegados em Iowa – mais de 2 mil são necessários para ganhar a indicação para disputar a presidência. Segundo resultados preliminares, não divulgados, de uma pesquisa da *Associated Press* feita entre eleitores democratas que se dirigiam para os locais do “conchavo” (caucus, as reuniões em que decidiam quem ficará com os 45 delegados), Kerry liderava as preferências, enquanto Edwards e Dean disputavam o segundo lugar.

Uma sondagem anterior ao caucus divulgada pela agência *Reuters* e pela TV MSNBC indicara que a vantagem de Kerry sobre Dean subira para 3 pontos (25% a 22%), ainda dentro da margem de erro de 4 pontos. Edwards tinha 21% e Gephardt, 18%. Os indecisos eram 9%. As pesquisas pré-caucus, porém, podem esconder uma armadilha: foram feitas geralmente por telefone fixo, enquanto muitos partidários de Dean costumam usar apenas celulares. Assim, elas poderiam não refletir com exatidão a opinião do eleitorado democrata.

Antes do caucus, o tom otimista e jovial de Edwards parecia ter dado embalo a sua campanha, levando o senador da Carolina do Norte para perto do ponto de ultrapassar Dean nas pesquisas. Dean perdeu a dianteira para Kerry nas sondagens na semana final da caça aos votos dos cerca de 100 mil eleitores democratas que se pronunciariam. Os resultados oficiais da prévia seriam divulgados no início da madrugada de hoje, horário de Brasília.

Se derrotado em Iowa, Dean tentará restaurar nas primárias de New Hampshire, para a qual lidera as pesquisas, a aura de inevitabilidade que sua candidatura já teve. Mas o avanço de Kerry em Iowa e a forte subida do ex-general Wesley Clark, que não participou da prévia de ontem para concentrar as energias e o cofre de sua campanha em New Hampshire, podem transformar as primárias da próxima terça-feira no teste definitivo da máquina política que o ex-governador montou nos últimos meses e de seu apelo eleitoral.

Um resultado acanhado em New Hampshire, um Estado liberal, deixaria Dean em posição difícil para levar sua mensagem populista e combativamente anti-Bush aos conservadores Estados do Sul, onde o presidente tem sólida base e Edwards e Clark contam com as simpatias dos democratas, por serem da região. Kerry, um ex-tenente da Marinha e herói do conflito no Vietnã que liderou o movimento de protesto de veteranos contra a guerra a partir de 1969, também pode mostrar-se um contendor de peso em New Hampshire.

Gravadoras preparam novo ataque global à pirataria

Da redação do THE WALL STREET JOURNAL

A indústria fonográfica planeja ampliar a guerra contra o compartilhamento ilegal de música para fora dos Estados Unidos.

Embora o compartilhamento ilegal de arquivos de música pela web tenha, sob alguns aspectos, caído nos EUA desde que as gravadoras começaram a processar usuários desses serviços no ano passado, a atividade está crescendo internacionalmente, de acordo com executivos do setor.

Jay Berman, presidente da Federação Internacional da Indústria Fonográfica (IFPI, em inglês), de Londres, declarou recentemente uma "luta" internacional contra a pirataria. "O que ele está dizendo é que ações judiciais poderão ser tomadas em 2004", diz Allen Dixon, diretor jurídico da IFPI.

Muitos acreditam que o pró-

ximo campo de batalha será a Europa. Lá, o download ilegal de música afeta uma grande porção do mercado de discos, o segundo maior do mundo, que movimentou US\$ 11 bilhões em 2002, ou 34% do total global de vendas. Na Alemanha, por exemplo, o download ou cópia de canções piratas se igualou ou excedeu o número de CDs vendidos em 2003, diz a IFPI.

Nos EUA, as vendas de CDs caíram apenas 0,8% no ano passado, embora o êxito de alguns álbuns tenha ajudado a interromper as grandes quedas de anos anteriores, diz a IFPI.

"A experiência nos EUA nos mostra que as pessoas só entendem quando há de fato um processo judicial", diz Dixon. "As gravadoras não vão permitir que os serviços de distribuição atrapalhem vendas legítimas fora dos EUA. Não vamos permitir que isso aconteça", diz ele.

Comércio global aquece setor de fretes

Agentes transitários lucram com aumento da demanda por importados

POR ROBERT GUY MATTHEWS
THE WALL STREET JOURNAL

A demanda por bens importados produzidos ao redor do mundo — bem como um aumento da tendência de terceirização internacional da produção — criou um dos mercados mais competitivos para agentes transitários dos últimos cinco anos.

Esses agentes formam um grupo de empresas globais de capital aberto ou fechado que, por uma comissão, lidam com os cada vez mais complexos padrões e regulamentos para o frete internacional de produtos. Pelo menos por enquanto, porém, a forte demanda pelos agentes transitários ainda não se traduziu em comissões mais altas que poderiam ser repassadas até chegar ao consumidor.

A fraqueza relativa do dólar também impulsionou os negócios dos agentes transitários, contribuindo para um aumento nas exportações dos Estados Unidos exatamente numa fase em que as economias e a demanda por importações se

fortalecem na Ásia, Europa e América Latina.

"Importações que vêm da China têm sido fortes todo o ano", diz Robbie Neilson, diretor do braço de Los Angeles da Genesis Forwarding Services, empresa de serviços de logística do Reino Unido. Mas "a melhora verdadeira", acrescenta ele, está ocorrendo nas exportações dos EUA para Ásia e Europa.

Neilson disse que importações e exportações que passam pelo escritório da companhia em Los Angeles saltaram 10% durante os últimos quatro meses em relação a um ano antes. Em seu relatório mais recente, o Departamento de Comércio dos EUA disse na semana passada que o total de bens e serviços exportados pelos EUA em novembro saltou para o nível mais alto em três anos, US\$ 90,63 bilhões, uma alta de 2,9% em relação a outubro.

No início do mês, a General Chemical Industrial Products Inc., fabricante de barrilha e

cloreto de cálcio, entregou a agentes transitários e despachantes alfandegários a responsabilidade de assegurar que suas cargas cheguem em tempo a todos os destinos internacionais. A empresa americana disse que, ao repassar as operações a especialistas, ela espera economizar entre 10% e 15% de custos. Delyle Blomquist, diretor de operações da empresa, disse que agentes transitários contam com uma tecnologia mais avançada e estão mais aptos a negociar melhor tarifas para o transporte da carga do que a General Chemical sozinha.

Agentes transitários são, essencialmente, uma espécie de agente de viagem para todos os bens comerciais que transitam ao redor do mundo, assegurando que os bens não enperrem nos armazéns da alfândega ou se percam em trânsito. Eles garantem que qualquer coisa que esteja entrando ou saindo de um país seja segurada, em condição legal e documentada.

Manter-se atualizado sobre os regulamentos internacionais, especialmente na era pós-11 de setembro de 2001, pode ser um grande desafio. A alfândega americana, por exemplo, reforçou a vigilância de contêineres, vem usando aparatos para monitorar produtos com a tecnologia de posicionamento global, ou GPS, e recentemente passou a exigir que a documentação de exportações para os EUA seja enviada ao país antes de os bens chegarem.

Muitas grandes empresas, como a Wal-Mart Stores Inc., dos EUA, têm seus próprios provedores internos de serviços de logística que planejam, monitoram e transportam suas importações. Mas para outras empresas, tal serviço exige tempo e é muito complicado e dispendioso. O custo dos serviços de logística depende do peso, valor e quantidade de um item específico. Mas analistas estimam que uma empresa paga entre 5% e 20% sobre cada item. Com empresas concentradas em

competir com preços mais baixos, elas cada vez mais recorrem aos agentes transitários.

Há um grande número de empresas de frete absorvendo a maior demanda, o que tem ajudado a manter os custos equilibrados. Agentes transitários geralmente cobram uma comissão fixa, normalmente entre 4% e 6% sobre o valor dos bens. Esse nível tem sido mantido por mais de uma década, mas as empresas de frete têm obtido mais lucro e receita por causa do aumento no volume transportado.

Os negócios de agentes transitários começaram a enfraquecer em 1999, um reflexo da desaceleração econômica na Ásia e EUA. O setor começou a recuperar-se no ano passado, em meio ao disparo do comércio para dentro e fora da China. Os agentes transitários dizem que em meses mais recentes o dólar fraco impulsionou o comércio transoceânico, por avião e navio, e o comércio transcontinental, por trem e caminhão, na Ásia, América Latina, África e Europa.

Tucanos tentam convencer Serra a enfrentar Marta

A executiva do PSDB fará sua primeira reunião do ano hoje à tarde. O presidente do partido, José Serra, poderá receber logo de início uma cobrança – os dirigentes planejam começar o debate da eleição municipal e o desejo de boa parte do tucanato é de que Serra abra a lista de candidatos ilustres a prefeito. Serra tem insistido em que não pretende se candidatar a prefeito de São Paulo, contra a prefeita Marta Suplicy (PT), mas não convenceu parcelas expressivas do partido. Segundo um importante dirigente tucano, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso é um dos que não se conforma com a negativa.

Medo da inflação faz Copom manter juros em 16,5%

O Comitê de Política Monetária (Copom), em decisão que surpreendeu o mercado, manteve ontem inalterada a taxa Selic em 16,5% ao ano. O Banco Central emitiu comunicado justificando a decisão como forma de se precaver de possí-

veis pressões nos índices de inflação. Além disso, segundo a nota, o banco quer conferir os efeitos do corte de 10 pontos percentuais na taxa de juros nos últimos meses, que ainda não se refletiram integralmente na economia. **Págs. B1 e B3**

SP recebe uma São José dos Campos por dia

Segundo Seade, são mais de 668 mil pessoas que vêm para a capital trabalhar e estudar

LUIZ PITTA

São Paulo recebe todo dia um contingente igual ao número de moradores de São José dos Campos. São mais de 668 mil pessoas que chegam à capital para trabalhar, estudar ou ambos e elevam a população de 15 a 65 anos em 9%. Ao mesmo tempo, 96 mil trabalhadores e estudantes deixam a cidade, em direção a outros municípios.

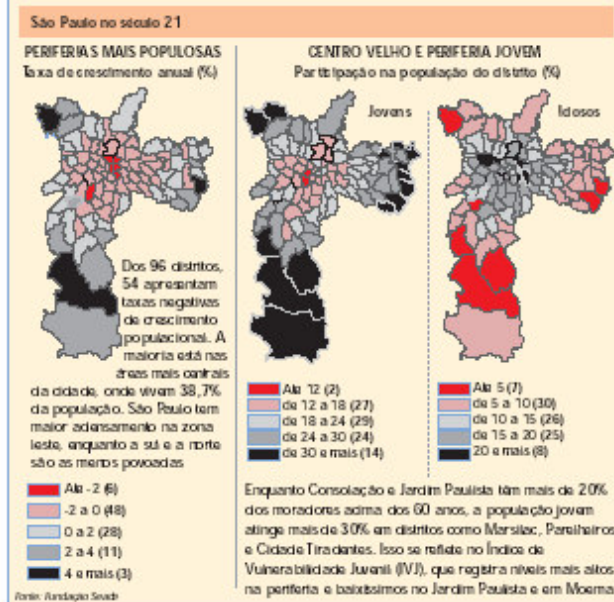
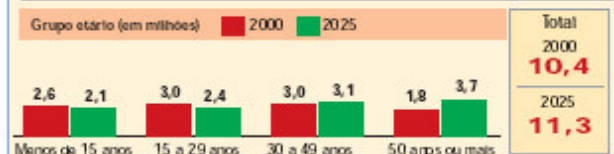
A informação está numa compilação da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade). O estudo de mais de 90 páginas, chamado *São Paulo Outra e Agora*, foi a forma escolhida pelo órgão - herdeiro da Repartição de Estatística e Arquivo de São Paulo, criada em março de 1982 - para homenagear a cidade nos 450 anos.

Com as estatísticas, o pesquisador conhece melhor. É um instrumento de ciclobotânica, observa a dinâmica executiva da Seade, Felícia Riecher Madeira. A estatística explica cotidianos como o do engenheiro José Maria Garcia Mineiro, chegou a São Paulo nos anos 1990, depois de trabalhar no Rio. Procurou apartamento - "a violência não deixa a gente morar em casa numa cidade grande" - na capital, mas acabou escolhendo um condomínio horizontal em Embu. "Numa família de quatro filhos, foi a melhor opção."

Garcia percorre 25 quilômetros de casa até o trabalho, no Butantã. "Nas férias, levo menos de meia hora. O normal são uns 50 minutos", comenta. "Mas só dá para fazer isso de carro. Se fosse de transporte público, levaria mais tempo e o stress acabaria com as vantagens de morar num lugar tranquilo e com área verde."

Segundo a coordenadora da pesquisa, Bernadette Walchojgel, o dado faz parte de um estudo maior que a Seade está preparando sobre deslocamentos no Estado de São Paulo.

MIGRANTES DIÁRIOS				
Origem	Trabalham	Estudam	Ambos	Total
Outros municípios da Grande São Paulo	504.951	60.603	21.155	586.709 (87,7%) vêm de outros municípios da Grande SP
Interior do Estado	64.541	7.990	8.790	vêm de interior do Estado 81.321 (12,3%)
				Total: 668.030



Manoel Tavares, de Cidade Tiradentes: falta lazer para moradores

► Ainda faltam dados qualitativos, como a renda dessas 668 mil pessoas e a distância que percorrem. "Mas esse número já mostra o poder de atração de São Paulo, inclusive sobre outros centros metropolitanos." Pelo levantamento, a capital mantém taxas de desemprego menores do que a Grande São Paulo e renda média superior.

Mais velhos - O trabalho traz uma projeção inédita: São Paulo chegará a 2025 com 11,3 milhões de habitantes. O destaque é que o grupo etário com 50 anos ou mais vai dobrar em relação a 2000 e será o mais representativo, com 3,7 milhões de paulistas. "Essas pessoas exigirão uma nova demanda de serviços, como saúde, previdência e lazer diferente dos jovens", espica Felícia Madeira. "O poder público deve, por exemplo, adotar políticas de prevenção de doenças, para que o gasto com saúde não suba demais."

Viver hoje com mais de 50 anos em São Paulo não é fácil: há transporte inadequado, sistema de saúde precário, mercado de trabalho escasso. Se a pessoa morar num distrito periférico como Cidade Tiradentes, a

exemplo de Manoel da Silva Tavares, de 57 anos, tem de se virar. Nos dias de calor, o perambulante vai à porta de um supermercado vender geladinho a R\$ 0,25. "Se não faz calor, fico em casa fazendo geladinho para vender depois."

A única renda de Tavares é a pensão por motivo de saúde. Diabético, aprendeu a cuidar-se melhor depois de perder o dente do pé direito. "Fico caminhando ou exercícios em casa. Na falta de um lugar para um bom baile de forró, o jeito é passar o tempo livre vendo TV. "Aqui é bom de morar, mas falta lazer. Ai, fico em casa, fazer o quê?"

Como outros distritos periféricos, Cidade Tiradentes tem população predominantemente jovem, ao contrário do que ocorre em áreas centrais, onde a melhor infraestrutura se torna um atrativo para os mais velhos. Por isso, explicam as técnicas da Seade, é preciso usar os dados para planejar as políticas da cidade e não esperar as transformações, como tanto se fez nos 450 anos. "Tudo que ocorre em São Paulo é paradigmático para o futuro urbano do País", salienta Felícia Madeira.

Ao articulador Dirceu o sabor de derrota

Avaliação é que ministro foi quem mais perdeu na guerra de bastidores da reforma

JOÃO DOMINGOS

BRASÍLIA - Os quatro "gigantes" petistas do ministério do presidente Luiz Inácio Lula da Silva travaram uma guerra de bastidores nos últimos cinco meses. À primeira vista, a avaliação no governo sobre a reforma ministerial que deverá ser concluída hoje pelo presidente é que, do quarteto, quem mais perdeu foi o ministro-chefe do Gabinete Civil, José Dirceu. O grande vencedor, de acordo com a mesma avaliação, foi o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Luiz Dulci. Os outros dois - Antonio Palocci, da Fazenda, e Luiz Gushiken, da Comunicação de Governo - teriam arrancado o empate.

A guerra de bastidores afunilou-se há cerca de 15 dias, quando o presidente Lula, antes de viajar para o México, reuniu os quatro e pediu que fossem tocando a reforma ministerial, de forma a encontrar lugar para acomodar o PMDB. Lula comunicou-lhes que pretendia unificar a área social do governo num só ministério. Pediu sugestão de nomes. Logo apareceu o do ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes. Deslocado, abria vaga de um ótimo ministério para o PMDB. Mas Palocci vetou a indicação de Ciro, de acordo com informações do Palácio do Planalto, por considerar que poderia dar trabalho à equipe econômica.

Busca - Os ministros foram então atrás de outro nome. Dirceu queria Tarso Genro



Na Câmara, Roberto Tinoco, Patrús Ananias, João Paulo, Eunício, Eduardo Campos, Singuariranga Seixas e Rebelo fazem um brinde com água

Um brinde aos escolhidos, com copos d'água

CIDA FONTES

BRASÍLIA - Antes de fazer um brinde, ontem cedo, com os quatro deputados que deixaram o Congresso para se tornarem ministros, o presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP), telefonou para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Do Palácio do Planalto, Lula autorizou a comemoração e, com um copo d'água na mão, os deputados Eunício Oliveira (PMDB-CE), Aldo Rebelo

(PC do B-SP), Eduardo Campos (PSB-PE) e Patrús Ananias (PT-MG) fizeram o brinde com João Paulo numa sala da presidência da Câmara.

"Foi um encontro de companheiros que tiveram um trabalho árduo em 2003. O Executivo certamente ganhará muito com a chegada deles", disse João Paulo. O trio teve papel decisivo na aprovação de propostas importantes na Câmara, arregimentando apoios para a lei do governo. Em conversa com políti-

cos, Lula fez ontem sucessivos elogios a Aldo Rebelo. "É uma pessoa que eu tenho na maior conta", disse, acrescentando que o líder do governo na Câmara tem todas as credenciais para exercer a articulação política no Congresso. "Ele foi muito importante para nós e vai facilitar o trabalho aqui", afirmou.

Tanto Rebelo quanto Patrús Ananias só poderão assumir os novos cargos (ministros da Articulação Política e do Desenvolvimento Social, respecti-

vamente) depois que suas pastas forem criadas por medidas provisórias. No estilo mineiro, Patrús preferiu a cautela, por não ter sido ainda oficializado pelo Planalto. Ao deixar o gabinete de João Paulo, depois do brinde, ele esteve com o presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), a quem substituirá este ano. "Foi merecido. Vá com Deus", disse Greenhalgh, dando um forte abraço no colega.

para o superministério. Luiz Dulci entrou em ação. Bancou a indicação do deputado Patrús Ananias (PT-MG) e conseguiu convencer o presidente de que era o melhor nome para comandar a

área social. Agora, no governo, e bem próximo do presidente, o grupo de Dulci tem três ministros; ele próprio, o secretário nacional de Direitos Humanos, Nilrânio Miranda, e Patrús.

Vendo que o Ministério da Presidência estava sendo negociado com o PMDB e a cabeça do ministro Ricardo Berzoini poderia ir para a degola, o ministro Gushiken também resigiu. Afinal, fora

o avalista tanto da eleição de Berzoini quanto de sua escolha para o Ministério da Presidência. O máximo que Gushiken chegou a aceitar foi a transferência de Berzoini para o Ministério do Tra-

balho, mas assim mesmo sustentou o argumento de que a Previdência é um setor estratégico que tem de ficar sob o comando de um auxiliar fiel como Berzoini. O presidente passou a noite ainda sem saber se manteria o ministro da Previdência no lugar.

Poder - Dirceu teve ainda de dividir sua cadeira, compartilhando-a com o líder do governo na Câmara, Aldo Rebelo (PC do B-SP), que vai assumir a coordenação política do Planalto. Seu preferido era o deputado Paulo Rocha (PT-PA). Teria perdido poderes?

Uns acham que sim; outros, que não, porque, afinal de contas, sem ter de perder tempo em longas negociações no Congresso, Dirceu poderia dedicar mais tempo à administração do governo. Além do mais, teria influência sobre Rebelo, porque todas as negociações que envolvem o Congresso passam pela Casa Civil. Sem contar que a entrada do PMDB no governo ocorreu por esforço seu. Do mesmo modo, a troca de Roberto Campos no Ministério da Ciência e Tecnologia.

O problema, dizem parlamentares e integrantes do governo, é que Dirceu pode manter a influência sobre esses ministros, mas eles são de outros partidos e logo estarão sob o comando de seus chefes. No governo, o hoje superministro José Dirceu não teria nenhum ministro intimamente ligado a ele. Diz um interlocutor do presidente Lula: "O ministro Dirceu nunca foi o querido, mas o inevitável. Ainda o é. Mas o presidente sempre terá um olho sobre ele, justamente porque acumulou poderes em demasia."

Nasce uma estrela no Aberto da Austrália

Em seu 1.º Grand Slam, Todd Reid, de 19 anos, já está na 3.ª rodada e é notícia em Melbourne

CHIQUINHO LEITE MOREIRA

Especial para o Estado

Nem as declarações de amor de Lleyton Hewitt – disse que o noivado com Kim Clijsters ajuda a aliviar a pressão do jogo – nem a “bicicleta” de Kim sobre Maria Elena Camerin por 6/0 e 6/0. O que tomou conta das manchetes australianas foi o surgimento de uma nova estrela do esporte: Todd Reid, de 19 anos, que nasceu em Sydney e na primeira participação em um Grand Slam já alcança a terceira rodada. O feito é digno de grandes astros do tênis. Reid derrotou o armênio Sargis Sargsian por 6/3, 6/4, 4/6, 6/7 (6/8) e 6/4 e desafia agora o número 2 do mundo, Roger Federer.

Há duas semanas, o semanário da ATP já chamava a atenção para Reid. Na sessão “Jogador para ser visto”, advertia que a jovem revelação australiana seria um adversário a ser batido. Dito e feito. Com um estilo parecido ao de Hewitt, Reid usou a poderosa esquerda com as duas mãos para chegar às quartas-de-final em dois torneios seguidos: Adelaide e Sydney. Agora, vai para o grande teste diante de Federer por uma vaga nas oitavas-de-final do Aberto da Austrália.

O suíço vem tranqüilo. Na última rodada, superou o americano Jeff Morrison por 6/2, 6/3 e 6/4 e mantém esperanças de assumir a liderança do ranking ao final do Aberto da Austrália. Em outros jogos, Hewitt sofreu um pouco, mas superou o eslovaco Karol Kucera por 1/6, 6/1, 6/4 e 6/1, enquanto Mark Philippoussis ganhou de Fabrice Santoro por 4/6, 6/3, 6/4 e 6/2 e Juan Carlos Ferrero bateu Felipe Volandri por 6/4, 7/6 (7/3) e 7/5.

No feminino, tudo corre bem para as favoritas e Venus Williams, mesmo com 23 erros não forçados, venceu Vera Douchkina por 6/4 e 6/2.

Outros jogos: Rafael Nadal (ESP) ganhou de Thierry Ascione (FRA), 4/6, 6/3, 7/5 e 6/1; Tim Henman (ING), de Radek Stepanek (RCH), 6/2, 4/6, 6/3 e 6/0; Maria Sharapova (RUS), de Lindsay Lee-Waters (EUA), 6/1 e 6/3; Wayne Ferreira (AFS), de David Sanchez (ESP), 2/6, 6/3, 6/4 e 6/4; Mario Ancic (CRO), de Alex Corretja (ESP), 6/4, 1/6, 6/3, 6/7 (4/7) e 7/5; Hicham Arazi (MAR), de Cyril Saulnier (FRA), 3/6, 6/1, 6/2 e abandono; David Nalbandian (ARG), de Florian Mayer (ALE), 6/1, 6/0 e 6/3.

TEXTO 35

A morte nos olhos frios do atirador de elite

Ele atinge o inimigo a 1 km e procura pensar que se trata apenas disso: um inimigo

ERIC SCHMITT
The New York Times

SAMARA, Iraque - O horror intrínseco da guerra de guerrilha aqui no Iraque parece mais vivido quando visto através da mira do fuzil de um atirador de elite, um sniper, em inglês. Numa era de bombas orientadas por satélite que atingem alvos a 9 quilômetros, os atiradores de elite do Exército ainda conseguem ver a expressão facial de um homem quando ele é atingido por uma bala.

"Atirei na cabeça de um cara e a vi explodir", conta o sargento Randy Davis, um dos 40 atiradores de elite da nova Brigada Stryker, formada por 3.600 soldados do Exército americano, vindos de Fort Lewis, Washington. "Geralmente, porém, você vê apenas uma pequena nuvem de poeira sair das roupas dele e alguns respingos de sangue na frente."

Atuando em grupos de dois ou três, os atiradores de elite do Exército aqui no Iraque se escondem nas sombras dos prédios vazios da cidade ou cavam tocas nas areias do deserto. Usam uniforme de camuflagem e seu objetivo é derrubar pistoleiros da guerrilha e seus líderes com um único tiro, a uma distância de até 800 metros.

A medida que a contra-insurgência entra no seu nono mês, o Exército cada vez mais está precisando de atiradores de elite para proteger as patrulhas de infantaria que esquadriam ruas e bicos, e para matar líderes da guerrilha e interceptar seus

ataques.

"Adequadamente empregados, podemos quebrar a espinha do inimigo", disse Davis, de 25 anos, natural de Murfreesboro, Tennessee. "Nossos principais alvos são os elementos-chave de comando e controle e outros alvos de alto valor."

A atividade militar é violenta e as emoções em combate se inflamam. Mas os comandantes dizem que os atiradores de elite são uma espécie diferente de guerreiros - peritos em tiro ao alvo, calmos e impávidos que emprestam uma intensidade fria a sua tarefa mortífera.

"Os bons têm que ser tranquilos, metódicos e disciplinados", disse o tenente-coronel

nas proximidades de Samara. "Você pensa apenas na vida dos caras que estão a sua direita e sua esquerda."

Ao ouvir seu parceiro, Davis concordou com um aceno de cabeça: "Uma vez que eles (os iraquianos) pegaram uma arma e tentaram atacar soldados americanos, renunciaram a seu direitos à vida. É assim que vejo as coisas."

Todos os soldados são treinados para destruir o oponente, mas os atiradores de elite aprimoram a arte de matar com precisão. No curso de treinamento de seis semanas conduzido em Fort Benning, Geórgia, aprendem a se aproximar silenciosamente da presa, movimentar-se sem serem notados, detectar sinais indis-

os limites estreitos de quarteirões e telhados das cidades para empreender ataques e ligir, a escola de atiradores de elite tem enfatizado cada vez mais as táticas urbanas. Isso faz sentido em lugares como esta cidade de 250 mil habitantes, um viveiro de partidários de Saddam Hussein a 105 quilômetros a noroeste de Bagdá.

O treinamento valeu a pena em 18 de dezembro. A noite estava caindo e Davis estava concluindo uma missão contra-atirador de elite quando detectou um iraquiano armado em cima de um telhado a cerca de 300 metros de distância. Ele percebeu que o homem era um atirador de elite pelo jeito sorrateiro que andava ao longo do telhado,

ra óptica especial, mira física e a laser.

"Atirei nele uma vez, no peito", disse Davis, sem demonstrar emoção. "Vi quando ele recuou rapidamente, seu fuzil voou e um pouco de sangue saiu do peito dele. Foi um bom tiro."

Três dias antes, a Companhia B se deparara com uma emboscada na região central de Samara em que atiradores de motocicleta usaram crianças que estavam saindo da escola como cobertura para atacar a patrulha. Davis, dessa vez armado com um fuzil M-4, acertou 7 dos 11 atacantes que os comandantes americanos disseram ter sido mortos na escaramuça que durou 45 minutos.

"Não temos baixas civis",



Fuzil Dragunov usado pelas forças 'Spetsnaz' russas: mata a 900 m

Karl Reed, comandante do 5º Batalhão da Brigada Stryker, do 10º Regimento de Infantaria, a unidade de Davis.

Decorrido um mês da sua chegada aqui, Davis já tem oito mortes confirmadas - sete num único dia - e duas "prováveis".

Ele e seu parceiro, Chris Wilson, que tem uma morte confirmada, não se vangloriam dos feitos. As palavras deles refletem um certo profissionalismo frio instilado em homens que dizem não ter prazer em matar e tentam não ver os inimigos iraquianos como homens que têm família e filhos.

"Você não pensa nisso", disse Wilson, de 24 anos, natural de Muncie, Indiana, em um austero acampamento

cativos da presença de um atirador inimigo e derrubar o alvo com um único tiro.

Para se habilitar ao curso o soldado precisa já ser um atirador experiente, ser aprovado num exame físico e passar por uma avaliação psicológica ("para garantir que não estamos treinando um maluco", explicou Davis). O rigoroso curso reprova mais da metade dos alunos.

A demanda por atiradores de elite é tão grande que o Exército já enviou uma equipe de instrutores ao Iraque para continuar produzindo novos bons atiradores para o esforço de guerra aqui e em outros lugares turbulentos.

A medida que o Exército se defronta com mais conflitos nos quais os terroristas usam

acompanhando os movimentos de um pelotão abaixo pertencente a unidade de Davis - a Companhia B, 5ª Batalhão, 20º Regimento de Infantaria.

"O cara cometeu um erro quando permitiu que sua silhueta se destacasse contra o telhado", disse Davis que tem uma visão 20/10. "Estava tentando olhar em volta para ver onde os caras estavam no beco."

No momento em que o atirador surgiu das sombras para disparar, Davis disse ter visto a cabeça dele e depois distinguiu o formato de um fuzil de precisão Dragunov SVD, de fabricação russa. O sargento mirou no atirador com sua arma preferida, um fuzil M-14 equipado com mi-

disse Davis, explicando como evitou atingir os escolares. "Você sabe exatamente o que acerta. Sabe para onde vai cada bala".

Na cidade ou no deserto, os atiradores de elite do Exército passam horas planejando e estabelecendo suas posições, muitas vezes encobertos pela escuridão. "Não temos a capacidade de sobreviver a um tiroteio prolongado", disse Davis, observando que os atiradores dispararam de distâncias bem além das armas dos adversários. "Utilizamos a surpresa e a ação furtiva para realizar as missões."

Os atiradores de elite geralmente escolhem entre quatro armas diferentes, dependendo da missão. A arma padrão de Davis, um fuzil de precisão M-24 pintado de cor de areia para se confundir com o deserto, tem desenho simples, coronha de Kevlar ajustável, cano de aço inoxidável reforçado, telescópio, visão diurna e noturna e é acionado por ferrolho. Não é semi-automático, como outros fuzis de precisão. É apoiado sobre um suporte e dispara munição de 7,62 mm, atingindo alvos a até mil metros.

No deserto, os atiradores de elite enrolam sacolas de plástico ou camisinhas na boca da arma para impedir a entrada de areia. Carregam suas armas em sacolas de lona acolchoada verdes. Também portam designadores luminosos, telômetros a laser e barômetros (porque a umidade pode alterar o curso da bala). O ar quente e seco do Iraque pode fazer com que um tiro seja desviado para cima.

A maioria dos atiradores de elite são pessoas que já tinham familiaridade com armas de fogo antes de ingressarem nas Forças Armadas. Davis e Wilson cresceram em fazendas e, antes de completarem 10 anos, ambos já possuíam seu primeiro fuzil. Lembram que caçavam veados quando ainda adolescentes. Ambos são casados e têm filhos e dizem que não falam muito sobre seu trabalho fora do seu fechoado clipe. "Tentamos fugir do estereótipo de que você é um psicótico, maluco por armas, que anda correndo por aí como o serial killer de Washington ou um assassino frio de filmes", disse Davis.

No campo de batalha enganador do Iraque, onde todos parecem estar armados, surge uma dúvida. Eles já atiraram numa criança que lhes apontou uma arma? "Não consigo imaginar isso", disse Wilson, pai de cinco filhos. Davis tem uma visão diferente: "Eu atiraria, pois, do contrário, ela atiraria em mim. Mas não me sentiria bem com isso".

Argentina declara guerra a têxteis brasileiros

Pressões dos empresários argentinos causam primeiro grande conflito comercial em dois anos

ARIEL PALACIOS
Correspondente

BUENOS AIRES – O governo argentino declarou guerra a diversos produtos têxteis brasileiros, ao anunciar ontem a aplicação de licenças não-automáticas para sua importação. O anúncio foi feito pelo ministro da Economia, Roberto Lavagna, que argumentou enfaticamente que a medida não viola as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC). Este é o primeiro grande conflito comercial entre os dois países desde fins de 2001. Entre os produtos brasileiros atingidos, estão os fios de tecido de algodão, fios de tecidos acrílicos, denim, fios de tecidos de poliéster e carpetes.

Com a medida, a entrada de têxteis "made in Brazil" ficará mais lenta e burocrática, reduzindo a fatia que os produtos brasileiros possuem atualmente no mercado argentino. Lavagna defendeu as restrições, argumentando que o Brasil apli-

ca medidas de licenças não-automáticas sobre produtos argentinos. As medidas de restrição a setores têxteis brasileiros são o resultado das intensas pressões dos industriais argentinos sobre o ministro Lavagna e o secretário da Indústria e Comércio, Alberto Dumont.

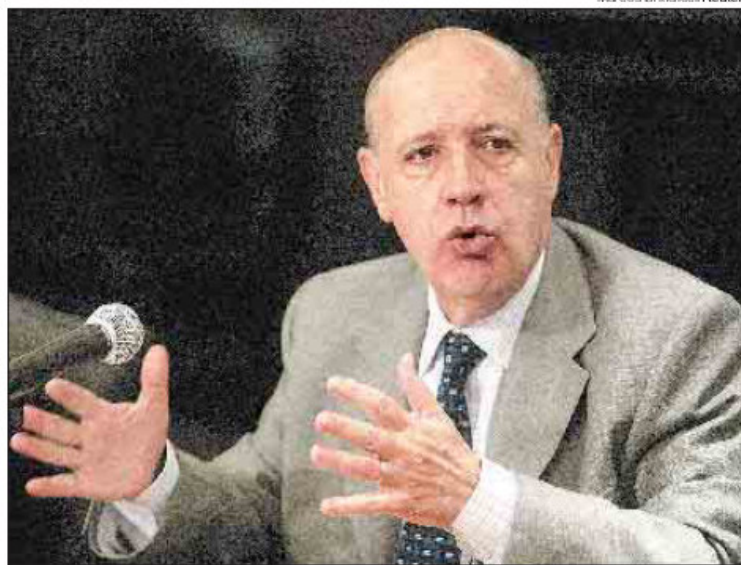
Desde meados do ano passado, o setor exige a aplicação de algum tipo de restrição, alegando que a Argentina estava sofrendo uma "invasão" de têxteis brasileiros, que, supostamente, põem em risco mais de 450 mil empregos e a sobrevivência de centenas de empresas. Segundo Lavagna, houve

EMPRESÁRIOS
TENTARAM
CHEGAR A
UM ACORDO

"significativo aumento das importações de têxteis brasileiros entre 2001 e 2003". O ministro afirma que, desde 2001, o aumento foi de mais de 60%.

Ao longo dos últimos meses, os empresários dos dois lados da fronteira tentaram chegar a um acordo, sem resultados. Ontem, em São Paulo, os empresários voltaram a se reunir. Porém, o anúncio de Lavagna ocorreu poucos minutos antes do encontro, como forma de pressão sobre os brasileiros.

Segundo o ministro, a medida não é discriminatória, pois será aplicada a todos os países. Mas Lavagna não explicou que



Roberto Lavagna anuncia medidas: proteção à indústria nacional e restrições a produtos brasileiros

quase 90% das importações de têxteis vêm do Brasil, o que praticamente o torna o único prejudicado. O ministro disse que a medida foi necessária, já que "durante três meses" não houve resultados nas discussões entre empresários.

A Fundação Pró-Tejer, associação que reúne as principais empresas têxteis da Argentina,

celebrou a medida: "O governo cumpriu a promessa de proteger a indústria nacional".

No entanto, fontes vinculadas ao próprio governo argentino dizem que as reclamações do setor têxtil do país não têm razão de ser. As fontes argumentam que o consumo de têxteis cresceu 104% em 2003 e há espaço para os empresários brasi-

leiros e argentinos no mercado local. O alarde dos empresários locais seria, assim, apenas uma forma de pressão sobre o governo para conseguir mais privilégios. "Ora, se a produção está crescendo, não há a tal invasão. O que os têxteis argentinos querem é proteção durante os próximos anos, de forma a ampliar sua capacidade produtiva."

Marcos Brindacci/Reuters

De virada, Palmeiras cai diante do Marília

Time abre o placar em pênalti contestado, mas Sorato define vitória por 2 a 1

VALÉRIA ZUKERAN

O veterano Sorato marcou dois gols e selou a sorte do Palmeiras, que sofreu a primeira derrota no Campeonato Paulista. Jogando em Presidente Prudente o time comandado por Jair Picerni não mostrou o mesmo entusiasmo da vitória por goleada na primeira rodada e perdeu de virada para o Marília por 2 a 1. Com o resultado, deixa a liderança da competição.

No início da partida, o Palmeiras parecia ser o time forte e entrosado da vitória por 5 a 2 sobre o Paulista. Mas poucos minutos foram suficientes para mostrar ao grupo de Picerni que o adversário em campo era bem diferente daquele derrotado na Série B do Campeonato Brasileiro no ano passado. Em campo, o time de Flávio Lopes mostrou combatividade e equilibrou o jogo.



Eduardo Marín/Lancepress

GOL
PALMEIRENSE
FOI DE
VÁGNER

O veterano Sorato aproveitou a falha da defesa do Palmeiras e fez o seu segundo gol, o da virada em Presidente Prudente

O Palmeiras buscou o gol e aos 14 minutos, Lúcio foi derrubado na área por Romildo. A marcação do pênalti foi bastante contestada pelos jogadores

do Marília. Mas não adiantou. Vágner Love foi para a cobrança dois minutos depois e deslocou o goleiro Marcelo Cruz para abrir o placar.

Mas quem esperava que a partir do gol o Palmeiras des-

lanchasse e dominasse a partida, se enganou. O Marília mostrou combatividade, também criou suas chances e acabou sendo premiado quatro minutos depois quando João Marcos tocou para Sorato que, de cabe-

ça, aproveitou o desencontro da marcação e empatou a partida.

Mas o pior viria aos 29 minutos. Após troca de bolas no ataque, a bola sobrou para Sorato novamente. De média distân-

cia o jogador completou com precisão para a virada do Marília. A partir do gol, a partida e o Palmeiras sentiu dificuldade para avançar no ataque até o fim do primeiro tempo.

No segundo tempo, quem começou tomando a iniciativa foi o Marília, que perdeu duas boas oportunidades, uma com Da Silva e outra com Eder. O Palmeiras tentou o revide com Edmilson. Jair Picerni tentou várias alternativas, como Muñoz, Fábio Gomes e Adãozinho, mas o time não conseguiu melhorar e ainda levou uma bola na trave de Daniel aos 27 minutos. Nos minutos finais, se acomodou, conformado.

MARÍLIA	2
PALMEIRAS	1

Gols - Vágner Love aos 16 e Sorato aos 20 e aos 29 minutos do primeiro tempo.
Marília - Marcelo Cruz; Da Silva, Romildo, Vladimir e Jaimirino (Claudio); João Carlos, Adilson (Edmar), Eder e Márcio Griggio (Daniel); Wellington Amorim e Sorato. Técnico - Flávio Lopes.
Palmeiras - Diego; Batiano, Glauber, Leonardo e Lúcio; Marcinho, Correia (Adãozinho), Diego Souza (Fábio Gomes) e Elson (Muñoz); Edmilson e Vágner Love. Técnico - Jair Picerni.
Juiz - Rodrigo Martins Cunha. Cartão amarelo - Romildo, Jaimirino e Marcinho.
Renda e público - Não divulgados. Local - Faranhatã, em Presidente Prudente.

Eventos de Futebol/AE

☆6/9/1913 LEÔNIDAS DA SILVA †24/1/2004

Diamante agora brilha no céu

Um dos maiores ídolos do futebol brasileiro morreu ontem à tarde aos 90 anos

São Paulo comemora hoje 450 anos sem um de seus símbolos. Leônidas da Silva, um dos maiores astros da história do futebol, morreu ontem, aos 90 anos, no Recanto São Camilo, clínica geriátrica, em Cotia, onde

estava internado lutando contra o Mal de Alzheimer, que o afligia havia uma década – sofria, também, de diabetes. Goleador genial, iniciou carreira no Bangu, em 1931, e brilhou no Peñarol, Vasco, Botafogo, e sobretudo no

Flamengo e no São Paulo, equipes que defendeu por mais tempo. Na seleção, destacou-se como artilheiro da Copa de 38. O 'Homem Borracha' ou 'Diamante Negro', criador da 'bicicleta', foi um dos primeiros atletas a

romperem preconceito contra negros, freqüentou o meio artístico e foi comentarista esportivo. O corpo de Leônidas está sendo velado no salão nobre do Morumbi e será enterrado às 14 horas no Cemitério da Paz.

Antivírus gratuitos protegem PC do Beagle

Novo invasor escancara porta TCP 6777 do micro e reacende perigo na internet

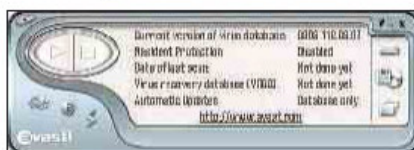
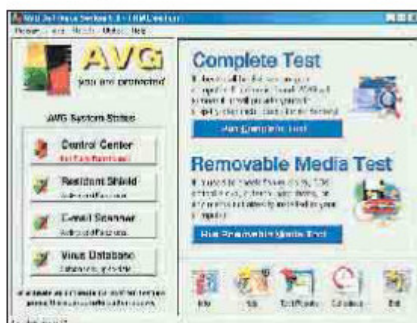
BRUNO VIEIRA FEIJÓ
Especial para o Estado

Um novo vírus batizado de Beagle/Beagle está se propagando num ritmo assustador, segundo as empresas de soluções antivírus. Quando foi detectado na última segunda-feira, já tinha infectado pelo menos 70 mil computadores nos EUA, Alemanha, Austrália e Japão. Há indícios de que ele esteja atingindo agora a América Latina. A reportagem recebeu vários e-mails com as características do vírus contaminado.

O Centro de Alerta sobre Vírus, com sede na Espanha, elevou o nível de perigo do Beagle de médio para máximo. A Panda Software foi mais cautelosa. Divulgou um alerta dizendo que o novo vírus não tem efeitos físicos destrutivos, mas pode causar um eventual colapso em servidores de Internet.

O intruso propaga-se através do comando eletrônico, já que conta com o seu próprio "motor" de envio e acessa os e-mails guardados no livro de endereços, textos ou até mesmo sites. É o mesmo esquema do Sobig, um dos principais bugs registrados em 2003.

Obra de spammer - Especialistas em segurança acreditam que a nova praga foi escrita por gangues de spammers com o objetivo de capturar milhões de



AVG Free Edition (E) tem site em português: programa varre e-mails recebidos e avisa quando é hora de atualização



Avast! (alto), da República Checa, conserta partes do Windows; **Gladiador (E)** ainda está em fase de testes

e-mails e usá-los em benefício próprio ou vendê-los a terceiros.

O código está escrito em linguagem Visual C++ e é distribuído num arquivo que pode assumir vários nomes, porém com tamanho fixo de 15,8 kbytes. Clicando no executável, o usuário transforma sua máquina em servidor para o envio de lixo eletrônico. Recebido com o assunto "Hi" ("Oi", em inglês), o vírus tem alvo certo: os sistemas da Microsoft (Windows 95, 98, Me, NT, Server 2003 e XP), Macintosh e Linux estão livres, pelo menos por enquanto, do perigo.

O vírus tem tempo de vida limitado. Deixará de funcionar nesta quarta-feira, o que significa que outras versões mais perigosas possam sucedê-lo.

Informações técnicas do Beagle estão disponíveis no endereço http://vil.nal.com/vil/content/v_100965.htm.

A recomendação é aquela

mesma de sempre: manter um bom antivírus instalado, e principalmente, atualizado diariamente. Também se recomenda criar uma regra no Outlook, Outlook Express ou outro programa de recepção de mensagens que bloqueie os e-mails que tenham a palavra "Hi" no assunto.

Opcões - Praticamente todos os softwares já lançaram releases para banar o Beagle. E a velha desculpa de que antivírus é muito caro não funciona mais. A listinha de programas gratuitos cresceu e hoje em dia virou opção consistente.

O antivírus checo AVG (<http://www.avgbrasil.com.br>), por exemplo, é um antivírus que já está na sétima versão. No en-

tanto, somente a 6.0 está disponível para download gratuito (seu nome é AVG Free Edition) e não deve em nada aos concorrentes pagos. Suas vantagens: se aplica ao Outlook para varrer todas as mensagens recebidas e enviadas (justamente onde o Beagle e similares atuam), avisa quando é hora de atualizar seu banco de dados e roda em qualquer versão Windows. A desvantagem: exige um cadastro prévio no site do fabricante. A chave de registro é enviada por e-mail. Fora isso, tudo de bom.

A interface é bem intuitiva. Para que o AVG seja atualizado automaticamente, basta clicar sobre a aba "Update Manager" e fazer os ajustes necessários.

Se a conexão com a Internet for discada, acione a caixa "User confirm dial up connection".

O segredo do AVG é que caso não consiga limpar os arquivos contaminados, ele cria a pasta "VirusIsAvng" e remove o arquivo do programa danoso para ela. A pasta "Vault" funciona como uma área de quarentena - o termo é usado por outros antivírus, mas promete ser um bom concorrente: o BitDefender Free Edition (<http://www.bitdefender.com>), fácil de usar: e a suite eTrust EZ Armor Security Suite, da Computer Associates, uma das maiores empresas de segurança do mundo. Ela está oferecendo uma licença gratuita de um ano de seu firewall pessoal e antivírus. O download pode ser feito por quem usa versões originais do Windows até o dia 30 de junho de 2004 no endereço <http://www.my-etrust.com/microsoft>.

Solução checa - O Avast! Home Edition (<http://www.avast.com>), também fabricado na República Checa, também está preparado contra o Beagle. Muitos usuários o preferem ao AVG. A vantagem desse software é que ele realiza algumas reparações necessárias, caso seja preciso, no registro do Windows. O pro-

grama também é capaz de desativar um vírus que esteja impregnado na memória do HD e o melhor, é leve, não sobrecarrega o sistema e é pequeno para baixar. São apenas 6,4 MB.

Da Alemanha, vem o Antivírus Personal Edition (<http://www.free-av.com>), atualmente na versão 6 e um dos primeiros a identificar o Beagle. Segundo o fabricante, o Antivírus detecta e remove mais de 50 mil vírus registrados e possui um "Internet Update Wizard" para atualização online de vacinas. Um módulo de proteção fica sempre ativado, monitorando o movimento de arquivos, por exemplo, durante downloads da Internet. A proteção heurística detecta inclusive vírus macros desconhecidos. Seu único defeito é deixar o micro um pouco lento durante a execução de alguns programas.

Tudo grátis - Há ainda outras três alternativas de antivírus gratuitos: o GAV (Gladiador Anti-Vírus) (<http://216.127.90.3/weak/gladiator-setup.exe>), que ainda está em fase de testes, mas promete ser um bom concorrente; o BitDefender Free Edition (<http://www.bitdefender.com>), fácil de usar; e a suite eTrust EZ Armor Security Suite, da Computer Associates, uma das maiores empresas de segurança do mundo. Ela está oferecendo uma licença gratuita de um ano de seu firewall pessoal e antivírus. O download pode ser feito por quem usa versões originais do Windows até o dia 30 de junho de 2004 no endereço <http://www.my-etrust.com/microsoft>.

TEXTO 40

Rita Lee dispara metralhadora verbal em show

Cantora criticou polêmica causada por suas declarações sobre SP e ofendeu Pitta e Maluf

LAURO LISBOA

Éra previsível que Rita Lee não ia fazer porrenos. Ao introduzir a música *Ax Mina de Sampa*, ela tocou de novo na polêmica que a manteve na mídia nas últimas semanas. "Então, está provado que São Paulo faz a festa e cala a boca de muita gente. Os reacionários espalharam que eu disse que as mineiras de Sampa não tem personalidade. Vão pra pep. Eu também sou mineira de Sampa. Não temos uma, mas várias personalidades."

Rita voltou a usar o mesmo palavrão ao se referir aos ex-prefeitos Paulo Maluf e Celso Pitta. Pediu desculpas à prefeita Maria Suplicy, que fez rápida aparição no palco para saudar o público, estimado em 60 mil pessoas pela Polícia Militar. Rita disse à prefeita que ela merecia mais 450 anos para consertar o que os outros prefeitos tentaram destruir.

A noite começou os repentistas Caju e Castanha, que fizeram um sensacional desafio aproveitando como mote as diferenças entre Corinthians e São Paulo, que disputaram antessitem a final do campeonato de juniores. Apresentada por Sérgio Groisman, Rita Lee entrou no palco de coroa de pano e empunhando uma bandeira branca com a inscrição "I love Sampa" em preto e vermelho.

O som de barzinho do show de Caetano Veloso no sábado deu lugar a uma estrondosa sessão de rock. A distância entre palco e plateia, ainda maior do que a de sábado, foi compensada com o alto volume do som. Rita e banda entraram pesando pesado com *Jardim da Botafonia* às 20h26. Emendando um hit atrás do outro, Rita chegou até a descer do palco e sair na chuva enquanto cantava *Esse Tal de Raque Enano*. Trouxe alguns figurinos do show *Botafonia*, que estreou no Rio há

duas semanas, e, em menos de uma hora de show, brindou a plateia com seus grandes sucessos, como *Erva Venenosa*, *Maria de Você* e *Ovelha Negra*.

Depois de um breve intervalo, Rita voltou ao palco para apresentar os Titãs, outra atração da noite, que teve a seguir Maria Rita, Desluciano da Garcia e o rapper Xis. Novo intervalo e Rita, vestida de Chacrinha, anunciou o show de Daniela Mercury, que entrou no palco por volta de meia-noite.

Bem perto - Eram 9h30 quando Tamaris Araújo chegou ao Vale do Anhangabaú. O show estava marcado para 20 horas e começou com quase meia hora de atraso, mas a moradora de Vila Maria, na zona norte, fez questão de chegar cedo para ficar bem perto dos artistas.

Assim como Tamaris, foram muitos os que enfrentaram a chuva e horas de espera para estar na frente do palco. O problema chamou a atenção de Rita Lee: "Vocês estão bem na chuva? Estou preocupadíssima. É para acalmar o teste. Daqui de cima, ver vocês dá o maior teste."

Sob uma capa de chuva estendida, a advogada Maria Luíza Moia, tentava se proteger, com as filhas e três amigos. "Vim para viver este momento", disse ela, que chegou às 15 horas. No mesmo horário, Maria das Graças Santos de Oliveira, aproveitou a passagem de uma ambulância para chegar mais perto do palco. "So posso ficar até 22 horas, por causa do ônibus", disse a moradora de Diadema.

"São Paulo são as quatro estações em um dia", disse Isabel Dallacqua, escondida sob uma capa, com as duas filhas. Quem também ignorou a previsão do tempo foi o fotógrafo Severino Antonio da Silva Filho. Ele deixou em Santo Amaro a proteção do equipamento. "Desde 1990 acompanho grandes festas. Duas coisas legais eu fiz este ano com minha família: passar o réveillon na Paulista e participar do aniversário de São Paulo." (Colaboraram Ardi-**Bes Moreira e Rosa Bastos**)



Exportação de frangos pode crescer 10%

Livre da epidemia de gripe de aves, Brasil vai tomar espaço da Tailândia no mercado, diz a Abef

PATRICIA CAMPOS MELLO

As exportações brasileiras de frango devem crescer pelo menos 10% por causa da epidemia de gripe das aves na Ásia. A previsão é de Júlio Cardoso, presidente da Associação de Produtores e Exportadores de Frango (Abef), que estima um aumento de 200 mil toneladas e até US\$ 270 milhões nas vendas externas em 2004. "Neste ano, o Brasil vai consolidar sua posição de líder mundial na exportação de frangos", disse Cardoso.

A Tailândia, quarta maior exportadora do mundo, deve deixar de exportar 550 mil toneladas neste ano, por causa da epidemia. "Já percebemos um aumento nas encomendas, estamos ocupando o espaço da Tailândia."

A gripe do frango pode "salvar" a exportação brasileira, que estava ameaçada pelas cotas impostas pela Rússia. A partir de maio passado, a Rússia impôs cotas de importação que derrubaram as exportações de frango brasileiro. O País exportou 300 mil toneladas de frango para os russos em 2002, 200 mil toneladas em 2003 e deve chegar a, no máximo, 50 mil toneladas em 2004. Neste mês, uma missão do governo brasileiro esteve na Rússia, tentando renegociar as cotas. Mas, segundo Cardoso, ainda não dá para contar com um aumento.

"Começamos 2004 já com uma queda de 150 mil tonela-

das nas vendas, por causa da Rússia", diz Cardoso. "Agora, com a gripe do frango, vamos compensar a queda da Rússia, de 7%, e ainda crescer mais 10%."

No ano passado, o País já tinha se beneficiado com a ocorrência da gripe do frango – só que os países atingidos foram Holanda, Bélgica e Alemanha.

A China também teve um surto, e o Brasil herdou parte de suas exportações para o Japão. Assim, as exportações encerraram 2003 com crescimento de 20% em volume e 27% em receita – chegando a 2 milhões de toneladas e US\$ 1,8 bilhão, e tornando-se, pela primeira vez na História, o maior exportador do mundo.

Vaca louca – O surgimento da síndrome da vaca louca no rebanho dos Estados Unidos também beneficiou, ainda que indiretamente, as vendas de frango. Mas, segundo

Cardoso, o efeito da gripe do frango é mais direto.

Países que ainda mantêm barreiras sanitárias contra o frango brasileiro, como a Coreia do Sul e Taiwan, procura-

raram o governo do Brasil.

Segundo Cardoso, uma missão técnica do Ministério da Agricultura está nesses países, tentando costurar um acordo que permita a entrada do produto brasileiro. "Eles precisam do nosso fornecimento", diz Cardoso.

O Brasil nunca teve casos de gripe do frango e está livre da doença de Newcastle, outra enfermidade que afeta as aves, há 8 anos. "Mesmo assim, precisamos reforçar as medidas de prevenção e monitoramento", afirmou Cardoso.

**PAIS DEVE
MANTER
LIDERANÇA
MUNDIAL**

Vale passa Embraer e é a 2.^a entre exportadoras

Liderança ainda é da Petrobrás, segundo o levantamento realizado pelo governo

THEO SAAD

BRASÍLIA – A Vale do Rio Doce ultrapassou a Embraer e terminou 2003 na segunda posição do ranking das empresas que mais exportam, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. A empresa de mineração aumentou as exportações de US\$ 1,790 bilhão em 2002 para US\$ 2,033 bilhões no ano passado, e subiu uma posição no ranking, mesmo com uma pequena queda na participação no total das exportações do País, de 2,97% em 2002 para 2,79% em 2003.

A Petrobrás se manteve como a maior exportadora brasileira, com US\$ 4,392 bilhões embarcados em 2003, ante US\$ 3,526 bilhões em 2002 (crescimento de 24,56%). Com isso, respondeu por 6,01% do total exportado pelo País em 2003, ante 5,84% em 2002. A Embraer vendeu ao exterior US\$ 2,007 bilhões em 2003, segundo o ministério, 16,2% menos em relação aos US\$ 2,395 bilhões exportados em 2002. Com isso, a participação dos aviões da Embraer na pauta exportadora brasileira caiu de 3,97% em 2002 para 2,75% em 2003.

No ranking divulgado ontem, a Bunge Alimentos aumentou as vendas externas em 39,5% e se manteve em quarto lugar entre as maiores exportadoras do País, com embarques de US\$ 1,939 bilhão em 2003. A quinta posição foi ocupada pela Volkswagen, com exportações de US\$ 1,485 bilhão. A Cargill terminou em sexto, com US\$ 1,160 bilhão.

O número de empresas brasileiras que exportam cresceu 1,93% entre 2002 e 2003. Em 2002, 17.407 empresas tinham operações de exportação. No ano passado, esse número avançou para 17.743. Apesar do avanço, 58,42% dos US\$ 73,084 bilhões exportados em 2003 ainda ficaram nas mãos de poucas empresas: 117, ou 0,66% do total. Essas são as empresas que exportam mais de US\$ 100 milhões ao ano. Em 2003, elas exportaram US\$ 42,698 bilhões.

Importadores – A empresa que mais importou no Brasil em 2003 foi a Petrobrás, com US\$ 4,702 bilhões, mantendo-se na ponta desse ranking, segundo dados divulgados ontem pelo ministério. Apesar da queda de 2,94% em relação a 2002 (US\$ 4,844 bilhões), esse volume representou 9,74% das importações brasileiras em 2003, de US\$ 48,259 bilhões. A Embraer, a segunda entre as maiores importadoras, aumentou em 6,7% as compras no mercado externo entre 2002 e 2003, quando importou US\$ 1,301 bilhão. Completam a lista das maiores importadoras do País, pela ordem: Nokia (com US\$ 770 milhões, 3.º lugar); Refap S.A. Alberto Pasqualini (US\$ 694 milhões, 4.º lugar); e Motorola (US\$ 659 milhões, 5.º).

TEXTO 43

Como engordar lucros na era da dieta

Presidente da McDonald's diz como tem mudado o menu sem mudar a marca

Por SHERLEY LEUNG
THE WALL STREET JOURNAL

A MCDONALD'S CORP. foi ao fundo um ano atrás, divulgando o primeiro prejuízo trimestral de sua história. Numa revirada da diretoria, a cadeia de lanchonetes tirou o veterano executivo Jim Cantalupo da aposentadoria para recuperar a maior empresa do setor no mundo.

De volta ao leme, Cantalupo teve de lidar com a revitalização de uma empresa com uma marca cansada, seus Arcos Dourados em quase toda esquina e a crescente preocupação da sociedade com a cintura. Então, no fim do mês passado, o presidente, aos 60 anos, encarou o primeiro caso da doença da vaca louca nos Estados Unidos, uma questão de saúde alimentar que já havia prejudicado o lucro do Big Mac no exterior.

Ainda assim, o veterano das lanchonetes seguiu com seus planos. Ele passou o ano mexendo em receitas de lanches favoritos e lançando um novo moto global, "Amo muito tudo isso" ('I'm lovin' it'), com propagandas no estilo MTV. Observando mudanças de gosto, Cantalupo decidiu tornar o McDonald's atraente para o consumidor preocupado com a saúde, com o lançamento de saladas elaboradas, fatias de maçã e um cardápio de baixas calorias em alguns mercados.

Ele obteve resultados, da maneira mais impressionante, no saturado mercado americano, onde as vendas caem há anos. Na



se g u n d a feira, citando o impulso das vendas de flagra do por um serviço mais rápido

e mudanças no menu, o McDonald's divulgou lucro no quarto trimestre.

Numa recente entrevista ao Wall Street Journal, Cantalupo conversou sobre o desafio de expandir uma empresa madura num panorama de consumo que muda rápido. Ele também falou pela primeira vez sobre a segurança da carne e os planos do governo americano para tranquilizar o público testando o gado para doença da vaca louca em horas, em vez de dias. Os principais trechos:

O que o senhor fez primeiro para começar a recuperação do McDonald's?

Uma das primeiras coisas foi uma limpeza. Eu fiz um monte de coisas em termos de remover iniciativas em andamento dentro da empresa que não se focavam em nossas lanchonetes ou nossos consumidores. Nós retomamos o foco e a disciplina — velocidade no drive-thru, atendimento cordial, liderança de marketing, inovação de produtos.

Até que ponto o acréscimo de saladas tem a ver com a recuperação?

Todo o mundo quer atribuir às saladas. Mas não é. Eu pedi ao presidente sênior do conselho Fred Turner se ele trabalharia na melhora de nossa comida. Ele conhece a história e cada último gergelmin. Centenas de coisas — com as receitas, tempos e temperaturas, o molho do Big Mac. Nossa comida tem um sabor melhor hoje. É uma das razões por que estamos indo tão bem.

Na recuperação, o que demonstrou ser a tarefa mais difícil?

Inicialmente, acho que algumas coisas envolviam mudanças culturais. Uma era a maneira como víamos crescimento. (Foi preciso) pegar uma empresa que viveu 49 anos



Wesley Scelton art

construindo novas lanchonetes e mudar isso para uma cultura e perspectiva de trazer mais clientes para as lanchonetes existentes — é toda uma mudança de cultura, e aí (foi preciso) aceitar o fato de que não dá para ser uma empresa de crescimento de 15% e estabelecer metas mais realistas de crescimento que lhe permitirão realmente se focar naquilo que eu acho que é uma grande marca e uma grande empresa. Se não crescer 15%, ainda assim vai ter um crescimento respeitável e ser uma grande organização e um grande investimento. (...) Estou muito feliz.

Seus clientes vão à lanchonete atrás de comidas como hambúrgueres, batatas fritas e milk-shakes. Então por que o McDonald's está lançando tantos produtos voltados a uma alimentação saudável, como fatias de maçã?

Somos um comerciante para as massas. Quando se é isso, ou se decide ser isso, é preciso ampliar o apelo. (...) Todos os nossos alimentos podem se encaixar de alguma forma numa dieta equilibrada. (...) Nosso foco vai continuar a ser em nossos clientes e no que eles estão buscando. Vamos ouvir. Vamos dar a eles escolha e variedade e tentar fazer o melhor que pudermos para satisfazer tantas de suas necessidades

quanto pudermos, porque isso é que vai erguer nossa empresa.

A baixa caloria é um modismo?

Não sei se é um modismo, mas há um movimento em direção a muitas pessoas comerem menos calorias. Se isso for o que nossos clientes querem de nós, tentaremos oferecer isso. Você pode comer baixa caloria em nosso menu atualmente.

Todos esses produtos saudáveis não podem confundir o consumidor e diluir sua marca?

Nossa marca sempre ofereceu uma ampla gama de produtos. (...) Vendemos muito frango, muito peixe, muito leite, muitos ovos.

Até que ponto a McDonald's consegue inovar e ainda ser McDonald's?

Se você olhar para os últimos 50 anos, muito. (O fundador do McDonald's) Ray Kroc costumava dizer que não sabia o que nós estaríamos vendendo no ano 2000, mas fosse o que fosse, seríamos o maior ramo. Ele reconheceu bem cedo que o consumidor precisa de mudança e nós queremos mudar com ele.

Há coisas com as quais temos de ter cuidado. Somos uma lanchonete de menu limitado e atendimento rápido. Se continuarmos acrescentando coisas, isso vai ter impacto no atendimento. Temos de ser tão razoáveis sobre tirar quanto sobre colocar coisas do menu.

O que você fez quando ficou sabendo do primeiro caso da doença da vaca louca nos EUA?

Nós reunimos conselhos de especialistas, analisamos nossas defesas, tivemos apresentações diárias, teleconferências da Europa ao Canadá. (...) Nossa política tem mais de duas décadas — não usamos gado em decúbito (tão doente que não consegue andar). Não utilizamos aproveitamento avançado de carne (um sistema que pode tirar carne de espinhas dorsais, onde a doença da vaca louca reside).

Estou confiante de que temos o melhor e mais seguro estoque de carne e produtos alimentícios do mundo. (...) Vemos isso como nossa primeira prioridade, desde como cozinhamos nossa comida nas lanchonetes aos ingredientes crus que utilizamos. Não estamos por aí comprando em mercados à vista pelo menor preço.

Como a concorrência está mudando?

Nossa concorrência sempre foi a dos alimentos comidos fora de casa e às vezes alimentos comidos em casa. (O que está mudando) é que as pessoas estão comendo mais fora de casa. As pessoas estão buscando mais escolhas porque estão comendo fora mais vezes. (...) Não necessariamente vejo a concorrência. (...) Somos tio maiores do que qualquer concorrente isolado. Para eu olhar para isso como uma maneira de fazer minha empresa crescer só tomando fatia de mercado, isso seria limitante. Estou olhando para o cenário mais amplo.

Dirceu: novos cargos são para modernizar máquina

De acordo com ministro, administração está sucateada e País precisa se reorganizar

EUGÊNIA LOPES
e CIDA FONTES

BRASÍLIA - Para justificar a decisão do governo de contratar cerca de 3 mil funcionários sem concurso público, o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, disse ontem que há dez anos a máquina pública vinha sendo sucateada e a contratação é uma medida "necessária" para a reestruturação e a modernização da máquina administrativa. "O País está se reorganizando, a administração pública está se reorganizando. Foram dez anos de sucateamento", argumentou. "O País e o Estado precisam funcionar. É preciso atender as demandas tanto sociais quanto administrativas. Nós estamos fazendo isso com transparência e com tranquilidade."

Dirceu explicou que a contratação de novos funcionários não será feita de uma vez e sim ao longo de um processo. Os gastos, garantiu, não vão superar os R\$ 40 milhões. "Vários órgãos estão paralisados e têm necessidade de reestruturação e/ou de modernização", insistiu.

Ele citou como exemplos a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Fundação Nacional do Índio (Funai), o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), o Instituto Brasileiro do



Dirceu: "O País está se reorganizando, a administração pública está se reorganizando. Foram dez anos de sucateamento"

País e Estado precisam funcionar. É preciso atender às demandas tanto sociais quanto administrativas

José Dirceu

Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), da Fazenda, que estariam paralisados.

O ministro da Casa Civil disse que, até o momento, o governo não criou cargos, apesar dos concursos que está promovendo e da reorganização na máquina pública que vem sendo feita. "Acho absolutamente

razoável o que foi feito (a decisão de contratar mais servidores), dentro dos padrões éticos e transparentes", afirmou.

De acordo com ele, os quase 3 mil cargos criados pelo governo são necessários para reestruturar a administração pública, como é o caso dos cargos de direção e assessoramento superior (DAS). Na reforma administrativa feita pelo Planalto, os servidores que ocupam cargos em comissão do tipo DAS dos níveis 4, 5 e 6 vão receber aumento salarial que pode chegar a R\$ 2.020.

Necessário - Ao ser questionado se não há contradição do governo na contratação de pes-

soas sem concurso num momento em que o desemprego no País é tão grande, Dirceu foi sucinto: "A máquina pública necessita de funções que são de DAS, como qualquer organização social e empresa." À respeito do aumento salarial, ele explicou que se trata apenas de uma "equalização", pois havia vencimentos diferenciados para esses cargos.

O governo pretende reestruturar cerca de 20 órgãos, com aumento salarial para a cúpula do Executivo. Embutido discretamente na medida provisória da reforma ministerial editada na semana passada, o aumento deve beneficiar 19 pessoas do primeiro escalão dos

ministérios. 1.713 servidores que ocupam cargos de DAS e 3 mil ocupantes de cargos de direção nas universidades.

Na sua avaliação, os baixos salários pagos pelo Executivo federal dificultam a contratação de pessoas fora do quadro de servidores. "Você não tem como trazer ninguém para trabalhar na administração pública com os salários que têm", afirmou. "Agora, é para a administração funcionar mal? É para não fiscalizar?" ministro. Referindo-se especificamente à Polícia Federal, acrescentou: "Não é para combater o crime? Não é para combater a lavagem de dinheiro?"

Vírus infecta mais de 3 mil micros no Brasil

País está entre os 15 mais afetados pelo Mydoom, descoberto na segunda-feira

Uma das regras básicas de segurança na internet é não abrir arquivos anexados em mensagens de correio eletrônico que não tenham sido solicitados. Mesmo que venham de remetentes conhecidos. Pelo visto, muitos usuários de computadores não têm respeitado esta regra: no fim da tarde de ontem, eram mais de 3 mil micros infectados no País pelo vírus Mydoom, descoberto na segunda-feira.

Sua principal forma de contaminação é o e-mail. Para que o vírus se instale, é preciso abrir o arquivo anexo, que pode ter os mais diferentes nomes ou extensões. O tamanho, porém, é fixo, de 22.528 bytes. "Os usuários devem ter cuidados adicionais com anexos pequenos, com menos de 30 quilobytes", explica José Matias, gerente de Supporte para a América Latina da McAfee, empresa de antivírus.

O Mydoom utiliza o computador infectado para se distribuir pela rede, mandando mensagens para os endereços cadastrados. "O vírus chega aumentar entre 50% e 60% o tráfego de internet nas empresas", explica Miguel Macedo, diretor

CONTAMINAÇÃO RÁPIDA	
<p>Como o vírus MyDoom se propaga</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Ele infecta o computador via e-mail ou serviços de compartilhamento de arquivos, como o Kazaa ■ A mensagem contaminada vem com um endereço falso, capturado na lista de e-mail do computador infectado ■ Se você recebeu uma mensagem via e-mail dizendo que seu micro tem o vírus, isto não é necessariamente verdade ■ O assunto da mensagem contém expressões como: hello, hi, Error, Status, Server Report, Mail Transaction Failed ou Mail Delivery System ■ O arquivo anexado à mensagem, com 22.528 bytes, tem extensões como .bat, .exe, .pif, .cmd, .scr ou .zip 	<p>Como evitar a contaminação</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Não abrir arquivos anexados que não tenha solicitado, mesmo que venham de pessoas conhecidas ● Evitar principalmente anexos pequenos, com menos de 30 kbytes ● Instalar programa antivírus e mantê-lo atualizado
<p>Como evitar a contaminação</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Pode haver duas extensões no arquivo anexado ● O nome do arquivo é escolhido aleatoriamente ● Para infectar o computador, o arquivo precisa ser aberto pelo usuário ● Ele se copia para o diretório do Windows como taskmon.exe ● O vírus também se instala na pasta compartilhada no Kazaa com nomes como nuke2004, office_crack, rootkitXP, strip-girl-2.Obdcom_patches, activation_crack, icq2004-final ou winamp ● O vírus manda mensagens contaminadas a partir do computador em que está instalado ● Ele também está preparado para fazer ataques ao endereço SCO.com, para congestioná-lo 	<p>Como evitar a contaminação</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Não abrir arquivos anexados que não tenha solicitado, mesmo que venham de pessoas conhecidas ● Evitar principalmente anexos pequenos, com menos de 30 kbytes ● Instalar programa antivírus e mantê-lo atualizado

Fonte: Network Associates

no Brasil da Trend Micro, empresa de antivírus. "O Brasil está entre os 15 países mais afetados." Além disso, o vírus deixa o computador vulnerável a de criminosos cibernéticos. Ele foi programado para se comportar desta forma até o dia 1.º de feve-

reiro, quando ele passa a usar o micro para realizar ataques de negação de serviço ao endereço SCO.com. Neste tipo de ataque, o site fica congestionado pelo número excessivo de pedidos de acesso.

A SCO ofereceu uma recom-

pensa de US\$ 250 mil por informações que ajudem a prender o autor do Mydoom. Ontem, foi descoberta uma nova versão do vírus, que faz os micros atacarem também o endereço Microsoft.com. **(Renato Cruz, com agências internacionais)**

Empresas da Parmalat no Brasil pedem concordata

A QUEDA DE UM GIGANTE

Marcas no Brasil

PARMALAT BRASIL

- Receita líquida (2003): R\$ 1,6 bilhão
- Dividas: R\$ 458 milhões
- Prejuízo líquido: R\$ 79,9 milhões*
- Investimentos (1977-2004): US\$ 500 milhões
- Funcionários: 6 mil
- Fabricas: 8
- Centros de distribuição: 6
- Aquisição anual de leite: 1,2 bilhão de litros (5% da produção nacional)
- Produtores que fornecem leite regularmente para a empresa: 12 mil

* Janeiro a setembro de 2003
Fonte: Parmalat Brasil; agências internacionais

- 11/11/03** Deloitte & Touche, auditora da Parmalat, questiona um lucro de US\$ 135 milhões em contrato cambial
- 8 a 10/12/03** Bolsa italiana suspende negócios com ações e títulos da empresa. A Parmalat anuncia que não conseguiu recuperar US\$ 589,9 milhões de um fundo de hedge nas Ilhas Cayman
- 15/12/03** Renúncia do fundador e presidente Calisto Tanzi; Enrico Bondi, especialista em reestruturação de empresas, assume comando
- 19/12/03** Parmalat admite que conta de US\$ 5 bilhões que alegava ter nas Ilhas Cayman é falsa
- 24/12/03** A Parmalat da Itália pede concordata, enquadrando-se em novo decreto do governo que permite sua reestruturação
- 27/12/03** Calisto Tanzi é preso
- 29/12/03** A Parmalat Brasil dá calote em fornecedores de leite e avisa que irá postergar pagamentos para preservar suas operações no País
- 31/12/03** Mais sete ex-executivos da Parmalat e consultores são presos na Itália
- 6/1/04** Parmalat Brasil se compromete com Ministério da Agricultura a pagar fornecedores até o dia 16
- 7/1/04** Investigação é ampliada e abrange bancos italianos e estrangeiros que tiveram negócios com a Parmalat
- 16/1/04** Parmalat paga R\$ 25,4 milhões a fornecedores. Banco do Brasil arresta parte do dinheiro para cobrir dívidas da empresa
- 19/1/04** Justiça brasileira nomeia comitê para fiscalizar a gestão da Parmalat Brasil e intima o Banco Central a divulgar as remessas da empresa ao exterior
- 21/1/04** Receita Federal, Polícia Federal e Câmara dos Deputados abrem investigações sobre a Parmalat
- 26/1** A auditoria PricewaterhouseCoopers declara que a dívida do grupo italiano é de 14,3 bilhões de euros, oito vezes o declarado no balanço
- 27/1** Peritos do Banco do Brasil e oficiais de Justiça entram na Parmalat de Jundiá, com apoio de três viaturas da Polícia Militar, para arrestar bens penhorados
- 28/1** Parmalat do Brasil pede concordata

Companhias querem obter proteção judicial contra a pressão dos credores

Pressionadas pelos credores, a Parmalat Participações do Brasil Ltda. e a Parmalat Brasil S.A. Indústria de Alimentos pediram concordata preventiva ontem no Fórum da Capital, respectivamente na 4ª e na 29ª Varas Cíveis. A medida garante proteção imediata contra credores. As empresas comprometem-se a pagar integralmente suas dívidas prazo de dois anos, sendo 40% no fim do primeiro ano e o saldo no término do segundo.

As empresas não revelaram o montante do passivo e do ativo e pedem prazo para apresentarem balanços especiais e demais documentos exigidos por lei. A dívida da Parmalat Brasil S.A. (divisão operacional do grupo no País) é de cerca de US\$ 160 milhões, segundo o presidente da empresa, Ricardo Gonçalves. Os débitos da Participações, que tem outros negócios no Brasil além da Parmalat S.A., são estimados em US\$ 1,4 bilhão.

Só depois de analisar os documentos entregues pelas empresas, os juízes decidirão se aceitarão definitivamente a concordata, protegendo as empresas da Parmalat no País de credores e suspendendo a tramitação dos seis pedidos de falência e uma centena de protestos contra a companhia. "A decisão, embora difícil, tornou-se inevitável", afirmou Gonçalves. Caso não aceitem a concordata, os juízes podem decretar a falência das empresas.

Embora a concordata dê um prazo para a empresa se reorganizar, trabalhadores, fisco e credores com garantias reais, como o Banco do Brasil, que já arrestou recursos da conta corrente da empresa e penhorou bens, estão livres dos efeitos da medida. Segundo o advogado da empresa, Thomas Felsberg, a Parmalat tentou evitar a solução judicial, mas ela foi inevitável diante do "acordamento dos credores". "O BB apertou demais", disse ele.

Em um comunicado divulgado na tarde de ontem, Gonçalves diz que as ações judiciais de credores "imobilizaram" a empresa. "O corte das linhas de crédito por instituições financeiras, algumas das quais muitas vezes inéxteis, aliado à suspensão do fundo de securitização, acabou resultando em ações judiciais que imobilizaram a empresa." Com a concordata, a empresa espera "assegurar sua sobrevivência e a continuidade do programa de reestruturação".

Para continuar operando, porém, a empresa terá de obter novos créditos com seus atuais credores. Isso porque a atual lei de falências não prevê nenhum tipo de garantias para novos credores durante a fase de recuperação. Essa mudança está prevista na nova lei de falências, em tramitação no Congresso.

A Parmalat até poderá se beneficiar da nova lei, mas talvez seja tarde demais, pois ela ainda vai demorar para entrar em vigor. Caso seja aprovada em maio, como previsto, só entrará em vigor 180 dias depois, ou seja, por volta de novembro.

Contaminação - A empresa avalia ter sido "gravemente contaminada" pela crise de sua controladora. Segundo Gonçalves, até o fim de 2003 suas contas eram sempre pagas em dia, assim como eram "satisfatórias" as relações com os credores. "Mas, desde novembro de 2003, a situação internacional, que surpreendeu a mim e aos outros 6 mil funcionários da empresa que presido, acabou inevitavelmente contaminando a empresa."

Desde que estourou o escândalo financeiro na Itália, a Parmalat brasileira passou a ser pressionada pelos credores. Um pedido de falência do Banco Fibra, credor de cerca de R\$ 1 milhão, foi feito na 4ª Vara Cível. Seis outros estão na 29ª Vara, envolvendo dívidas que somam perto de R\$ 1,3 milhão. O sexto pedido entrou ontem, da Produtos Alimentícios Orlandia S.A., em razão de um crédito de R\$ 98 mil. A mesma empresa já fizera dois pedidos anteriores.

Ainda ontem o Banco Fibra entrou com pedido de execução contra a Parmalat, na 6ª Vara Cível, de título extrajudicial no valor de cerca de R\$ 5,5 milhões. A situação se agravou com o bloqueio dos estoques da unidade de Jundiá, bem como do saldo bancário de R\$ 13 milhões, decretado na segunda-feira pelo juiz da 9ª Vara Cível a pedido do Banco do Brasil.

A empresa também deixou de pagar à cooperativa de Itaperuna, no Rio, R\$ 2,3 milhões, por fornecimento de leite. E, entre 15 e 20 deste mês, empresas do grupo tiveram 39 títulos protestados. (Thelto de Magalhães, Mariana Barbosa e Priscilla Murphy)

A decisão, embora difícil, tornou-se inevitável.
Ricardo Gonçalves, presidente da Parmalat S.A.

Bolsa despensa 6,14% e risco país sobe 6,5%

Mercados reagiram com nervosismo a informações sobre juros nos Estados Unidos e no Brasil; dólar fechou em alta de 1,21%, a R\$ 2,931

O mercado financeiro teve dia de nervosismo ontem: a Bolsa de São Paulo despencou 6,14%, o C-Bond, título brasileiro mais negociado no exterior, recuou 1,19% e o risco país teve alta de 6,52%, depois de chegar a 18%. O dólar subiu 1,21% e fechou em R\$ 2,931. A queda do mercado começou com a suposição de que os juros subirão nos EUA, e foi reforçada com a divulgação da ata da última reunião do Copom: o mercado

considerou que em fevereiro não haverá redução dos juros no Brasil. O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, recomendou leitura atenta da ata, que menciona a inflação como motivo para manutenção dos juros. Pelo IGP-M, a inflação subiu 0,88% em janeiro. Pág. B1

■ **Discussão** – Na Suíça, o presidente Lula disse que a autonomia do BC é uma “inquietação de tese acadêmica de alguém no Brasil”. Pág. B5

Setor têxtil quer ação do governo contra Argentina

O setor têxtil nacional vai pedir hoje ao governo que recorra ao Tribunal Arbitral do Mercosul contra a resolução do governo argentino que impôs barreiras burocráticas às exportações do Brasil. A medida atropelou o acordo entre empresários dos dois países e está sendo usada para enfraquecer a posição brasileira na mesa de negociação. Pág. B18

Pai do cartão telefônico não recebe royalties

O cartão indutivo, criado por Bardini, é usado em todos os orelhões do País

RENATO CRUZ

Seu invento é usado em cada um dos 1,326 milhão de orelhões instalados no País, mas o engenheiro Nelson Guilherme Bardini não recebe um centavo por isso. Mesmo com 150 patentes registradas, a maioria delas relacionada ao cartão telefônico indutivo, criado em 1976 pelo inventor e adotado pelo Sistema Telebrás em 1992, quando as operadoras telefônicas ainda eram estatais.

"O inventor brasileiro está bastante abandonado", afirma Bardini, que hoje tem uma pequena fábrica de cartões indutivos usados por empresas de transportes, chamada Move Card, em Campinas. Sua receita vem da venda dos cartões que produz, e não da propriedade intelectual.

O País não tem dado o reconhecimento devido aos seus inventores. Um caso muito parecido com o de Bardini é o de Nélso José Nicolai, que inventou o identificador de chama-



Filipe Araujo/AE

Bardini, apesar de ter registrado as patentes, recebeu somente pelos cartões que fabricou

INVENTOR
RECEBEU
HOMENAGEM
DA TELEMAR

das (também conhecido como Bina), registrou patentes e nunca recebeu um tostão. Nicolai briga na Justiça com as operadoras para ver seus direitos reconhecidos.

Bardini não move nenhum processo, afirmando que não tem dinheiro. Apesar disso, um ex-sócio, chamado Mário Gualberto Pinto Ferraz, processou a Telebrás. Segundo o inventor, Ferraz ficou com um lote de 30 patentes, ao comprar a empresa de

qual eram sócios, chamada Signalcard. Bardini acusa a Fundação CPqD, que pertencia ao Sistema Telebrás e hoje é um instituto privado de pesquisa, de receber royalties pelo seu invento. O CPqD preferiu não comentar o assunto que, segundo sua assessoria, diz respeito à Telebrás, estatal que está para ser extinta. Só não o foi ainda porque cede funcionários à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

O inventor foi funcionário do CPqD. Quando entrou no centro de pesquisas, porém, já havia registrado sua patente do cartão indutivo. Em 1992,

ele cedeu o direito de uso à Telebrás, sem remuneração, de uma das patentes, que expirou no ano seguinte. Daí em diante, luta para receber seus direitos.

Segundo Bardini, as operadoras o reconhecem como o inventor do cartão indutivo. Tanto que a Telemar lançou um cartão comemorativo com uma foto sua, que o inventor mostra com orgulho. A tecnologia do cartão indutivo é genuinamente brasileira e já foi exportada para países como a Colômbia e a Bolívia. O inventor, porém, continua sem receber nada.

Com Twist, Pepsi passa à frente de Fanta

Divulgação

Coca-Cola amarga ainda o crescimento do Guaraná Antarctica sobre Kuat

CARLOS FRANCO

Se perdeu mercado em cerveja em 2003, com a chegada da Nova Schin ao mercado, a AmBev está comemorando os resultados conquistados por seus refrigerantes no ano passado, um mercado que movimentou R\$ 8,9 bilhões.

A participação da empresa passou de 16% em 2002 para 17,2% no ano passado, segundo o Instituto AC Nielsen. A Coca-Cola manteve a fatia de 50%, mas amargou, pela primeira vez, a perda de liderança de Fanta sobre Pepsi. Enquanto Pepsi encerrou o ano com participação de 6,3%, Fanta ficou com 6,2%.

Um feito ainda maior se levado em conta que as vendas de Fanta no Brasil, em volume, são as maiores do produto em todo o mundo. O gerente de Marketing de Refrigerantes da AmBev, Marcelo Suarez, atribui o crescimento à Pepsi Twist, o produto com limão que fez a Coca-Cola correr atrás com a Coca Light Lemon.



Nova campanha do Guaraná Antarctica: AmBev investe para reforçar as vendas do refrigerante

No terreno do guaraná, Suarez diz que a AmBev também conseguiu ampliar a participação do Guaraná Antarctica, de 7,9% em 2002 para 8,3% em 2003, enquanto outro produto da Coca-Cola, o guaraná Kuat, viu sua participação encolher de 3,2% para 2,7% de um ano

para o outro. Terça-feira, a Coca-Cola, que tem no Brasil seu terceiro maior mercado global depois de Estados Unidos e México, anuncia seus planos de marketing para o ano.

Só que hoje a AmBev já começa a reforçar o Guaraná Antarctica, com nova campanha

publicitária criada pela NBS. Suarez garante que a estratégia bem-sucedida do ano passado terá prosseguimento, com o foco da AmBev em refrigerantes centrado em Pepsi e Guaraná Antarctica, embora a empresa tenha outras marcas como Sukita e Guaraná Brahma.

TEXTO (51)

Edição 1 788 - 5 de fevereiro de 2003

Economia e Negócios Falsificação

A vitória dos piratas

A indústria não sabe mais como conter os falsificadores, que agora começam a entrar no ramo de DVDs

O pirata venceu a indústria. Em todo o mundo, os produtos falsificados, especialmente na área de entretenimento e programas de computador, superam em número e, em certos casos, em faturamento os artigos legítimos. A situação chegou a um ponto em que alguns especialistas acreditam que o melhor a fazer é jogar a toalha, admitir a derrota e relaxar, em vez de tornar mais rígidas as leis de direito autoral, o chamado copyright. A revista inglesa *The Economist* sugeriu em editorial na semana passada uma mudança radical na maneira de combater a pirataria de programas de computador, músicas e filmes. "Para que as leis de copyright possam sobreviver, elas precisam ser menos abrangentes. Com o avanço das técnicas digitais e de cópia e distribuição, não se concebe mais que uma lei assegure o direito setenta anos após a morte do autor", escreveu a revista. A idéia é baratear o licenciamento e, assim, atrair para a legalidade uma parte dos piratas. Para Hollywood, a indústria fonográfica e as empresas que produzem jogos eletrônicos e programas de computador, a proposta de relaxar as leis é uma saída desesperada, equivalente a descriminalizar as drogas para acabar com o tráfico. "Os falsificadores são ladrões e precisam ser tratados como criminosos", disse na semana passada Frits Bolkstein, comissário de comércio da União Européia, ao anunciar medidas mais duras de combate à pirataria.

Os números da falsificação no Brasil são assustadores, mas o mercado nacional não difere muito da situação na Ásia e na Europa do Leste. De cada dez games vendidos a consumidores brasileiros, nove são piratas. Seis de cada dez CDs com programas de computador são falsificados. Metade dos CDs musicais é pirateada. Mais recentemente, a pirataria mundial descobriu o mercado de DVDs. No Brasil, a polícia calcula que as vendas de DVDs piratas tenham chegado a cerca de 40 milhões de dólares no ano passado. O ataque dos falsificadores ao produto parecia quase impossível quando esse formato começou a se popularizar no mundo, cinco anos atrás. Os DVDs, que têm capacidade para armazenar o conteúdo de até 25 CDs, são gravados digitalmente com o emprego de raios laser, e seu conteúdo é inteiramente digital. Quando a indústria apostou nesse formato, ele foi declarado indezessável devido à complexidade técnica de copiar seu conteúdo. Bem, a realidade agora é outra. Os computadores mais caros já saem de fábrica com leitores e gravadores de DVD. Um disco regravável com capacidade para armazenar um filme de longa metragem com todos os recursos de imagem e de som custa cerca de 90 reais. É um preço muito alto para o mercado pirata. Por essa razão, apenas uma ínfima parte dos DVDs piratas é realmente um DVD. A maioria dos falsificadores simplesmente copia o conteúdo de imagem numa resolução mais baixa e com um único canal de som do original. Depois, com a ajuda de um programa de computador chamado DVD-Squeeze, o pirata armazena o filme num CD comum regravável, que sai por cerca de 1 real. Ele vende sua obra por 10 reais. Um DVD original custa, em média, 40 reais.

Parte do sucesso dos piratas vem da ousadia natural na profissão. "Eles muitas vezes roubam as matrizes ainda nas fábricas e, antes que o produto genuíno chegue ao mercado, já estão vendendo cópias", afirma Paulo Fleury, delegado de Crimes contra a Propriedade Imaterial de São Paulo. "A pirataria não conhece limites. Se não conseguem roubar as matrizes, eles pegam o conteúdo na internet e até subornam funcionários dos cinemas para gravar os filmes na sala de exibição." O contra-ataque dos fabricantes e da polícia tem surtido pouco efeito. Mesmo quando a repressão é vigorosa, os falsificadores encontram uma alternativa. No ano passado, 295 sites ligados à máfia da pirataria de DVDs foram tirados do ar no Brasil, sem que se registrasse redução significativa da pirataria. Os sites flagrados foram prontamente substituídos por outros. A audácia dos piratas pode ser verificada nas bancas de camelôs nas grandes cidades brasileiras. Cópias piratas de *O Chamado*, da Universal Pictures, já eram vendidas livremente no centro de São Paulo duas semanas antes do lançamento do filme. *O Monge à Prova de Balas (Bulletproof Monk)* tem a pré-estréia mundial marcada para abril, mas exemplares da trama já são vendidos ilegalmente em diversos países. O preço varia em torno de 1 dólar. As cópias ilegais do filme são de uma versão ainda não finalizada pelo diretor. "A certeza de impunidade é tão grande que os comerciantes piratas se estabelecem até mesmo perto de delegacias", diz o promotor José Carlos Blat, do Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público.

A semana passada foi marcada por várias ofensivas contra a pirataria no mundo. Na quarta-feira, a União Européia anunciou que vai fiscalizar bagagens nas fronteiras, o que não deixa de ser um retrocesso na política de livre circulação de mercadorias no continente. A Microsoft de Bill Gates, que domina o mercado mundial de programas para computadores pessoais, anunciou que vai investir 500 milhões de dólares em novas tecnologias antipirataria. Há dois meses, diversos estúdios cinematográficos anunciaram a entrada em operação de um serviço que visa inibir a pirataria oferecendo maneiras mais baratas de assistir a um filme. O serviço permite buscar via internet um trabalho inteiramente gravado de forma digital, cuja exibição pode ser feita apenas em um período de trinta dias. Depois disso, o arquivo se autodestrói. Custa 3 dólares. O preço de uma entrada de cinema nos Estados Unidos gira em torno de 8 dólares. Na semana passada, a Organização Mundial das Aduanas divulgou uma estimativa que coloca o comércio total de falsificações no mundo no patamar de 450 bilhões de dólares por ano, o equivalente ao PIB de um país como a Índia. Esse número quadruplicou na década de 90 e já chegou a assustadores 9% do comércio mundial. Além de CDs e artigos de luxo, como as bolsas Louis Vuitton, os falsificadores estão produzindo até detergente. As falsificações e as cópias piratas ganham mercado em todo o mundo. Dezenas de países, especialmente na Ásia, foram consideradas pela organização das aduanas áreas absolutamente fora de controle, verdadeiras possessões dos piratas. Só na União Européia, o número de apreensões nas fronteiras cresceu

900% em três anos. Mesmo com o fechamento do Napster, a mais conhecida empresa de software de troca de arquivos musicais via internet, os prejuízos da indústria fonográfica totalizaram 5 bilhões de dólares no ano passado. Todas as tentativas convencionais de deter a pirataria fracassaram. Nesse contexto, a proposta da revista *The Economist* de tentar algum acordo comercial com os falsificadores não parece tão absurda.

TEXTO (52)

Edição 1 788 - 5 de fevereiro de 2003

Geral Turismo

Temperatura máxima

Movimento de turistas supera expectativas e transforma em festa o verão de 2003

Rosana Zakabi

As perspectivas para o verão de 2003 não eram muito animadoras, depois de um ano de tantos solavancos na economia brasileira. Foi em novembro que o movimento de reservas em vôos e hotéis para o réveillon começou a mostrar que o panorama era melhor do que se supunha. A recuperação confirmou-se em dezembro. E, a esta altura, não há chuva capaz de tirar deste verão o título de melhor dos últimos anos. É verdade que a temporada de 2002 foi muito ruim, por conta da retração provocada pelo atentado de 11 de setembro nos Estados Unidos e da crise argentina. Ainda assim, o movimento é surpreendente. Mesmo com preços entre 20% e 40% mais altos que os do ano passado, os destinos turísticos mais importantes do Brasil estão apinhados e já é difícil conseguir lugar para o Carnaval em muitos deles. A principal explicação é a alta do dólar. Com a moeda americana cotada a 3,60 reais, é proibitivo pensar em férias no exterior. Ao mesmo tempo, o Brasil vira uma pechincha para o turista estrangeiro.

O resultado é um aumento de 15% no turismo interno e de 10% no número de estrangeiros em viagem ao Brasil (*veja quadro abaixo*). São números que, na vida real, se refletem em situações desagradáveis. Pais afora, multiplicam-se filas quilométricas em restaurantes, engarrafamentos que se estendem até altas horas da noite e problemas crônicos como falta de luz e de água. No litoral norte de São Paulo, a situação é tão grave que a companhia Bandeirante fará cortes programados de energia elétrica até depois do Carnaval. Para os engarrafamentos, não há medida profilática possível. Mesmo com a nova pista da Rodovia dos Imigrantes, que aumentou em 65% a capacidade do complexo Anchieta-Imigrantes, em certos fins de semana gastam-se até cinco horas entre as praias do litoral e a capital paulistana. Em Porto de Galinhas, próximo do Recife, já é praticamente impossível conseguir hospedagem e, nos fins de semana, a única saída para evitar o colapso foi impedir a entrada de carros.

São percalços que atrapalham as férias, mas não a festa de quem vive do turismo. Florianópolis, que amargou em 2002 um dos piores verões de sua história devido à crise argentina, está recebendo uma enxurrada de visitantes brasileiros e registra ocupação de 90% na rede hoteleira. Em Búzios, no litoral norte do Rio de Janeiro, o termômetro é o aumento do número de navios com parada programada na cidade – sessenta neste ano, contra 48 no ano passado. Nos destinos preferidos pelos estrangeiros, como Salvador e Rio de Janeiro, há outro motivo de comemoração: eles gastam por dia uma média de 57 dólares, enquanto os brasileiros, quase um terço disso. "É o verão da virada", comemora Cláudio Taboada, presidente da Bahiatursa, a empresa de turismo do governo da Bahia.

Texto (53)

Edição 1 788 - 5 de fevereiro de 2003

Geral Saúde

"Xi, esqueci!"

Pesquisas mostram por que certas pessoas são mais suscetíveis a falhas de memória do que outras

Paula Neiva

Dois estudos divulgados recentemente ajudam a entender um dos mecanismos mais complexos da mente humana, a memória. Coordenados por pesquisadores americanos, eles fornecem pistas importantes sobre por que determinadas pessoas são acometidas por lapsos de memória com mais frequência do que outras. Publicado na revista americana *Science* e conduzido por médicos da Universidade da Califórnia, um dos trabalhos identificou as regiões cerebrais responsáveis pela associação de um rosto a um nome. Ao mapearem o cérebro de uma dezena de homens e mulheres saudáveis enquanto eram apresentados a desconhecidos, os médicos descobriram que a relação entre o dado visual (um

novo rosto) e o verbal (o nome dessa pessoa) acontece em primeiro lugar numa área chamada corno de Amon. Em seguida, essa informação é transferida para outra parte do cérebro, o subiculum, que é ativada quando se precisa lembrar dela. Ambas as estruturas estão localizadas no hipocampo, onde se inicia o processo de memorização. O estudo indica que lapsos ocorrem quando há falhas na ativação do corno de Amon ou do subiculum. O modo como aprendemos a relacionar nomes e rostos é um dos mais importantes aspectos da memória – e um dos mais atingidos com o avanço da idade ou o desenvolvimento de doenças como o mal de Alzheimer. "Essas descobertas podem vir a ajudar no aprimoramento do diagnóstico e do tratamento de doenças degenerativas", diz o neurologista Arthur Cukiert, de São Paulo.

A outra pesquisa é mais abrangente e relaciona as falhas de memória à genética. Divulgado pela revista científica *Cell*, o estudo do Instituto Nacional de Saúde Mental, dos Estados Unidos, acompanhou quase 650 pacientes. Os pesquisadores constataram que aqueles que tinham pior desempenho nos testes de memória sofriam de um problema na produção da proteína BDNF, essencial para o bom funcionamento do hipocampo e, conseqüentemente, do processo de memorização. Esse problema, notaram os especialistas, deve-se a um erro genético. Segundo os autores do estudo, até 20% das pessoas são portadoras dessa deficiência. Isso explicaria por que tantos indivíduos são suscetíveis a esquecimentos rotineiros – como o de nunca lembrar onde estão as chaves de casa. Se vale apelar para a genética para justificar esquecimento de aniversário de casamento? Melhor não.

Texto (54)

Edição 1 788 - 5 de fevereiro de 2003

Brasil Partidos

De volta ao governo

Sem o brilho do passado, o PMDB deixa-se seduzir por cargos e fecha acordo com o PT

Maurício Lima

O PT e o PMDB selaram na semana passada um acordo de cooperação entre os dois partidos. Para o PMDB, a aliança significa a volta ao governo depois de longos e sofridos trinta dias de oposição que ameaçaram interromper dezessete anos de casamento do partido com o poder. Ficou combinado que o senador José Sarney, do PMDB, presidirá o Senado nos próximos dois anos. O partido também vai indicar nomes para o segundo e terceiro escalões do governo, enquanto espera surgir uma vaga no ministério de Lula. Para o PT, o acordo traz uma solução e um problema. A solução é a garantia de que o governo não terá dificuldades para aprovar projetos e emendas no Congresso Nacional. O PMDB possui a maior bancada no Senado e é a terceira força da Câmara dos Deputados. O problema é que o novo aliado é um gigante sem rosto. Seus quadros abrigam figuras notáveis da política e também figuras que se tornaram notáveis pelo tamanho dos escândalos que as envolvem.

O governo petista está realizando auditorias em duas pastas que foram ocupadas por peemedebistas na última administração. Em ambas, Transportes e Integração Nacional, já surgiram indícios fortes de que havia esquemas milionários de favorecimento a figuras da legenda. O mais recente alvoroço envolvendo políticos tinha um deputado do PMDB como personagem principal. Pinheiro Landim renunciou ao ser flagrado vendendo sentenças judiciais a traficantes. Renunciou, mas, como foi reeleito no ano passado, tomará posse, porque a renúncia, no Congresso, passa a borracha na irregularidade cometida em legislatura anterior. Antes dele, o presidente do Congresso, senador Jader Barbalho, do PMDB do Pará, seguiu o mesmo caminho ao ser pilhado na lista de beneficiários de uma milionária fraude bancária. Luiz Estevão, do PMDB do Distrito Federal, foi o primeiro senador da História a ter o mandato cassado. Ele é acusado de desviar recursos de obras públicas. O governador Mão Santa, do PMDB do Piauí, perdeu o cargo por fraude eleitoral. Dos cinco governadores eleitos no ano passado pelo PMDB, um, o governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, tem uma força-tarefa federal em seu encaixo investigando suas relações com grileiros de terras na capital. Sua situação é tão complicada que o presidente Lula disse em público que gostaria de conversar com todos os governadores, à exceção de dois. A um deles Lula deu nome: Joaquim Roriz.

Existem algumas explicações para a grande incidência de escândalos que envolvem o PMDB. Uma delas é o tamanho do partido. Mesmo sem registrar desempenho excepcional na última eleição, o PMDB é a legenda com a maior capilaridade em todo o Brasil. Está presente em 70% dos municípios e governa um quinto das cidades brasileiras. É o segundo partido em número de governadores e elegeu um contingente enorme de vereadores. O tamanho exagerado faz com que o número de casos de corrupção também seja maior. Outra razão – e talvez a principal – é que o partido está há muito tempo no governo. Depois de chegar ao poder com José Sarney, em 1985, o PMDB não foi mais para a oposição. Esteve presente nos governos de Fernando Collor de Mello, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e agora está embarcando na canoa petista. Com Lula, será a sexta vez seguida que o PMDB estará, de alguma maneira, fazendo parte da base aliada e dividindo o governo. "Essa perenidade favorece a adoção de velhas práticas e a instalação de esquemas que não se desmontam e, pelo contrário, tendem a se perpetuar", diz a socióloga Fátima Pacheco Jordão.

O acordo com o PT foi o desfecho de uma briga dentro da legenda para saber qual PMDB participaria do governo. Havia os que se aproximaram dos petistas desde o início da campanha e que, por razões óbvias, queriam o partido fechado com o governo. Ainda no primeiro turno da eleição, doze diretórios estaduais pediram votos para Lula. Mas havia também uma ala forte que apoiou o tucano José Serra e, por isso, se sentia desprestigiada e defendia uma posição de distanciamento. Na semana passada, as divergências entre os dois grupos foram contornadas com a conveniente decisão de que todos participarão do governo. Cargos já estão prometidos para o PMDB que queria ser oposição. Sempre preocupado com a ética, o PT conseguiu construir uma estupenda aliança política atraindo para o governo todo o PMDB – o dos notáveis e também o de Pinheiro Landim, Jader Barbalho e Joaquim Roriz.

TEXTO (55)

Edição 1 788 - 5 de fevereiro de 2003

Brasil Miséria

Fome Zero, confusão dez

O programa que é a menina-dos-olhos de Lula nasce marcado pela improvisação e por críticas

Monica Weinberg

Nesta semana será lançado nas minúsculas Guaribas e Acauã, no Piauí, o piloto de uma das ações do projeto Fome Zero, menina-dos-olhos (e do marketing) do governo petista. Trata-se do Cartão Alimentação, com o qual pessoas pobres poderão sacar 50 reais por mês para a compra de comida. Finalizado a toque de caixa, a mando do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o programa nasce marcado pela improvisação e por uma proeza: todos os especialistas em ações sociais, não importam as suas simpatias políticas, acham a iniciativa do Fome Zero um equívoco em vários aspectos. A improvisação deve ser creditada, principalmente, ao ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e de Combate à Fome, José Graziano. Até o momento, o seu trabalho parece obedecer à máxima do finado apresentador Chacrinha. Ou seja, Graziano veio para confundir, e não para explicar.

Não está suficientemente explicado, para começar, como serão punidos aqueles que usarem o dinheiro do cartão para comprar itens proibidos, como refrigerantes, cigarros ou bebidas alcoólicas. Graziano garante que quem não comprovar que cumpriu as regras por três meses seguidos ficará sem o benefício. Seus subordinados, no entanto, continuam a falar outra língua. "Não acho que a pessoa deva perder o benefício. O nosso papel é educar", afirma Rosângela Maria de Souza, coordenadora do programa no Piauí. Outro ponto que permanece obscuro diz respeito à implicância de Graziano com biscoito recheado. Sabe-se lá por quê, o ministro não quer ouvir falar de pobre comendo biscoito recheado. Essa prevenção, num ministro de Lula, é surpreendente. Durante a campanha presidencial, Lula contou que uma de suas dolorosas lembranças da infância era do dia em que o pai lhe negou um sorvete. Na última hora, o biscoito recheado de Graziano foi retirado da lista de itens proibidos, mas os comitês gestores, encarregados de controlar as compras dos pobres em cada cidade atendida pelo programa, poderão "contra-indicar" o produto, seja lá o que isso for. O modo de fiscalizar é mais um enrosco. Depois de ser bombardeado por causa da idéia de exigir que nos confins do Piauí o sujeito apresente nota fiscal da compra feita com o dinheiro do cartão, Graziano e seus assessores resolveram que valem também anotações feitas pelo dono do armazém. Isso significa que, na prática, se preferir comprar cigarro a feijão, a pessoa encontrará poucos entraves para transgredir a norma. Também é provável que as restrições transformem os cartões em moedas de troca com deságio, num mecanismo semelhante ao que ocorre com os passes de ônibus nas grandes cidades. E, por fim, quem vai fiscalizar os comitês gestores? Esse tipo de burocracia, como já foi sobejamente provado, propicia o surgimento de tiranetes locais, que exercerão seu poder de controle para barganhar favores e obter ganhos pessoais.

Os especialistas encaram tudo isso com um misto de preocupação e perplexidade. Eles consideram um retrocesso concentrar esforços na simples distribuição de alimentos, e não em programas de promoção social, como os que exigem das famílias que as crianças freqüentem a escola e cuidem da saúde de seus integrantes. "Esses são programas menos assistencialistas. Ao não se restringirem à comida, dão condições para a pessoa superar a pobreza", diz Zilda Arns, coordenadora da Pastoral da Criança. Os mais avançados programas sociais do mundo seguem nessa direção – entre eles, o Bolsa-Escola e o Bolsa-Alimentação, lançados pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. O Fome Zero, da maneira como vem sendo estruturado, é um primor de tutela. Seus idealizadores querem inspecionar o que as pessoas consomem e colocá-las de castigo se elas saírem da linha. Partem da suposição de que os pobres gastam mal, o que não é verdade, e de que só precisam encher a pança. Um levantamento feito no ano passado com os beneficiários do Bolsa-Alimentação, programa que não restringe os gastos das pessoas atendidas, mostra que eles despendiam metade do que recebiam com comida. Boa parte do restante servia para comprar remédios e material escolar. Tutelar rima com humilhar – e a própria configuração do cartão indica que Graziano e seu pessoal não são lá muito hábeis em termos de relações humanas. Na pressa de lançar o programa, eles pegaram o cartão que já era usado nos programas sociais do governo FHC e tascaram em cima os dizeres "Fome Zero". Imagine só o constrangimento de apresentar um cartão desses num banco.

Os brasileiros são um povo generoso. Desde que os petistas falaram pela primeira vez no Fome Zero, milhares de pessoas se mobilizaram para arrecadar alimentos e doar dinheiro. Na semana passada, sob a luz de holofotes, a supermodelo Gisele Bündchen entregou um vale de 50.000 reais a Graziano, parte do cachê que embolsou para desfilarem num evento de

moda em São Paulo. Muitas empresas já demonstraram vontade de colaborar, mas o Ministério de Segurança Alimentar ainda não montou nenhuma estrutura para receber as doações, sejam elas em espécie ou em dinheiro. O que foi anunciado até o momento é que no próximo dia 15 serão divulgados os números de duas contas correntes nas quais as pessoas poderão depositar suas contribuições. O Fome Zero é dez – uma confusão nota dez.

TEXTO (56)

Edição 1 797 - 9 de abril de 2003

Brasil Rio de Janeiro

Cidade sitiada

Traficantes atacam pontos turísticos, desafiam a polícia e espalham terror no Rio

Marcelo Carneiro

Às vésperas do Carnaval, em fevereiro, o Rio de Janeiro conviveu, por quatro dias consecutivos, com o apavorante cenário de ônibus incendiados e bombas lançadas contra prédios. Tudo sob o comando de bandidos trancafiados em um presídio de segurança máxima. Naquela ocasião, a polícia tentou mais uma vez mostrar capacidade de reação. Foram abertos inquéritos e prenderam-se dezenas de suspeitos, alguns em flagrante. Só a carceragem da Delegacia de Repressão a Entorpecentes recebeu 21 bandidos, acusados de promover os atos de violência. Desses, sete voltaram às ruas, e até agora não se tem notícia dos resultados da investigação sobre os atentados. Já o banditismo segue seu rumo, inabalável. Na semana passada, os criminosos deram outra demonstração de força. Em um só dia, tornaram a incendiar ônibus e carros, provocando o fechamento de uma das principais vias de acesso à cidade, jogaram granadas na entrada de um luxuoso hotel da Zona Sul e atiraram contra a estação de trem do Corcovado, que leva ao Cristo Redentor, o maior símbolo turístico do Rio. Foi o quinto incidente desse tipo após os quatro dias infernais do final de fevereiro.

A estratégia de pânico criada pelos bandidos tem causado dois efeitos. O primeiro, óbvio, é aterrorizar a população do Rio e os turistas que planejam desembarcar na cidade. O segundo é deixar tontas as autoridades de segurança do Estado, que ainda não conseguiram arranjar alguma forma de combater essas demonstrações de ousadia. Numa palavra, têm sido incompetentes para resolver o problema. Quando explodiram os ataques pré-carnavalescos, tanto o governo estadual quanto o federal afirmaram que uniriam esforços para solucionar a questão. Evidentemente, quase nada de concreto aconteceu. Enquanto isso, o tráfico apresenta-se mais rico, mais armado e mais audacioso em suas investidas. Após o episódio de fevereiro, a única ação para tentar conter a onda de violência foi a transferência do megatraficante Fernandinho Beira-Mar do presídio de Bangu 1, onde o marginal dispunha de celular e visitas íntimas, para o rigoroso regime de presídio de segurança máxima de Presidente Prudente, em São Paulo. Há duas semanas, Beira-Mar foi novamente transferido, dessa vez para uma cela da Polícia Federal em Alagoas. O destino final do traficante, cuja permanência em presídios estaduais tem sido sistematicamente recusada pelos governadores, poderá ser o Espírito Santo, onde se estuda a federalização de uma penitenciária.

Em meio a esse cenário, surgiu uma linha de investigação da polícia fluminense que poderia explicar parte do caos instalado na cidade. Os ataques estariam sendo perpetrados por um grupo de jovens lideranças do tráfico de drogas nas favelas do Rio. Esses bandidos dispõem de um armamento de guerra e, na maior parte das vezes, agem sob o efeito de drogas. Isso ocorre porque, a partir de 1993, praticamente todos os barões da droga que dominavam as favelas do Rio foram mortos ou presos – embora, de suas celas, continuassem a mandar instruções aos morros cariocas. Com isso, ascenderam a posições de destaque

TEXTO (57)

Edição 1 797 - 9 de abril de 2003

Brasil Governo

Bom desempenho na lua-de-mel

Em 100 dias, Lula colhe aplausos na economia e vitórias na política, mas há tumulto nos bastidores

Felipe Patury e Malu Gaspar

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva completa 100 dias nesta semana, período que os marqueteiros classificam como "o trimestre de graça" dos governantes recém-eleitos – ou a fase de lua-de-mel com a população. Uma pesquisa do Ibope mostrou que metade da população classifica o governo como "ótimo" ou "bom" e 80% diz confiar no presidente. O conceito da graça é internacional. Qualquer presidente em qualquer país pode-se dar ao direito de desfrutar como bem entender esses três meses, sem muito risco de perder popularidade. Nessa fase, os presidentes têm mais força e a opinião pública está propensa a desculpar seus erros. No caso de Lula, seu governo cometeu vários erros, todos devidamente

desculpados. Houve o anúncio precipitado do Fome Zero, que não passa de uma idéia em busca de um projeto, houve declarações estapafúrdias de ministros, desmentidos, brigas e muita reunião jogada fora, muito blá-blá-blá, um cenário mais adequado a entidades estudantis ou sindicatos. Ainda assim, o marco dos 100 dias é positivo.

Lula errou em várias ramificações de seu governo que parecem ainda não ter percebido que o petismo dos anos 80 está enterrado. Apesar desse desacerto nas pontas, o núcleo central do poder, formado pelos ministros Antônio Palocci, da Fazenda, e José Dirceu, da Casa Civil, está ganhando a parada até aqui. Agregam-se a eles dois outros ministros que funcionam como guarda-costas administrativos de Lula, o secretário de Comunicação, Luiz Gushiken, e o secretário-geral do Palácio do Planalto, Luiz Dulci. O comportamento desse time tem servido para dissipar dúvidas dos investidores e analistas, dando ao mercado a confiança necessária para voltar a recomendar o Brasil como opção de negócio. A bolsa de valores bate recorde de volume de negócios, o dólar está caindo, a inflação voltou a ceder, o risco Brasil recuou para um patamar inferior a 1 000 pontos, os títulos brasileiros no exterior se valorizam. São indicações seguras de que o meio empresarial começa a deixar de lado o medo de que o Palácio do Planalto esconde um plano B na economia. Na semana passada, o governo deu mais uma indicação de serenidade ao anunciar o novo salário mínimo no patamar máximo suportável para as contas do governo: 240 reais, equivalente a pouco mais de 70 dólares.

Todas as movimentações da fatia ponderada do governo deixam claro que Lula realmente se modernizou. O comportamento positivo dos indicadores pode ser lido de dois jeitos. Os petistas tentam provar que Lula é desde já melhor que FHC. Os observadores mais ponderados percebem que Lula agrada justamente porque faz na economia exatamente aquilo que FHC fazia com grande competência. Opera o mercado sem sustos e com transparência. Essa é a grande contribuição de Lula: dar continuidade à política econômica tucana. Desde que assumiu, Lula aumentou ainda mais os juros, hoje em 26,5%, e cortou gastos públicos ao elevar a meta de superávit primário para 4,25% do PIB neste ano – um percentual inédito na história do país. O governo faz isso não porque queira remunerar banqueiros, crítica que os petistas faziam a Pedro Malan e Armínio Fraga. Faz isso porque não há outra saída. Os juros só vão baixar quando a economia entrar nos eixos e o Congresso Nacional aprovar a reforma previdenciária e a tributária.

Na semana passada, o governo travou sua primeira batalha no Congresso e se deu muito bem. Por 442 votos a favor, apenas 13 contra, o governo conseguiu aprovar a emenda constitucional que regulamenta o sistema financeiro. As lideranças petistas no Congresso dobraram a resistência dos radicais do partido e contaram com a boa vontade da oposição. Tanto o PSDB de Fernando Henrique Cardoso quanto o PFL, de Jorge Bornhausen, votaram a favor da emenda, dando aos petistas uma lição de como fazer oposição construtiva, coisa que os seguidores de Lula sempre se negaram a fazer.

O lado negativo dos 100 primeiros dias fica por conta da forma como o governo está preenchendo os cargos na administração pública. Fazia muito tempo que Brasília não via tamanha confusão. Todo governo que se inicia se atrapalha na fase das nomeações. Afinal, o volume de cargos de confiança passa dos 20.000. O que chama a atenção no atual governo é a aparente naturalidade com que o PT adota algumas posturas no mínimo ousadas. Há altos postos ocupados por eleitos em assembleias sindicais, subordinado que indica o superior, técnico preterido em favor de apaniguado político, apadrinhado ascendendo sem um currículo que o recomende, excesso de gente num canto e falta de gente noutra. Na compreensão dos mais atentos, tais atitudes tendem a comprometer a qualidade da administração pública.

No BNDES, o presidente Carlos Lessa e Darc Costa, seu braço direito, defendem para o banco o papel de hospital de empresas. A dupla toca os negócios livremente, pois não dá a mínima para o ministro encarregado de orientá-los, Luiz Fernando Furlan, do Desenvolvimento. Lessa despacha no Rio de Janeiro e prefere desembarcar em Brasília quando seu chefe, cujo gabinete fica na capital, está em viagem. Na Eletronorte, uma das estatais de energia do país, Raimundo Dilson Trindade, que ocupa a poderosa diretoria de produção e comercialização, resolveu trocar quase todos os gerentes regionais. Escolheu-os pelo voto em assembleias sindicais.

Nas estatais, o caso mais extraordinário até aqui atingiu a jóia da coroa do Estado: a Petrobras. Ali, o governo foi imbatível. Instalou na diretoria mais importante da estatal o ex-presidente do PT em Nova Friburgo. O novo diretor chama-se Guilherme Estrella e tem em suas mãos um orçamento de 6 bilhões de reais em investimentos para este ano. Ao assumir o cargo, disse que o petróleo deve ser "administrado de forma estatal" e até xingou os acionistas da empresa, a quem chamou de "especuladores", ignorando que o maior "especulador" da Petrobras é o governo de Lula. Além disso, Guilherme Estrella trocou seis dos oito gerentes de sua área. Entre os promovidos, há gente que, embora estivesse apenas começando a carreira na Petrobras, já comanda coisa de 5.000 funcionários. Os candidatos a postos de direção na Petrobras são sempre entrevistados por Diego Hernandez, ex-operador de refinaria que estava cedido para a militância sindical. Um dos que passaram por seu crivo para presidir a Petros, o endinheirado fundo de pensão da estatal, foi Wilson Santarosa, que, no entanto, não pôde assumir por falta de diploma universitário. Ganhou um consolo: a presidência do conselho da Petros e, de lambuja, toda a área de comunicação da empresa – que gasta a bagatela de 260 milhões de reais em publicidade por ano.

O conflito de idéias é recorrente dentro do governo. Tome-se o que acontece no campo brasileiro, setor vital para o crescimento da economia. De um lado está o ministro Roberto Rodrigues, que defende o investimento numa agricultura moderna, baseada em mecanização, produtividade, competição, exportação. De outro está um time da pesada que defende o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). O mentor desse grupo é o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, que já deixou evidente sua animosidade em relação ao respeito à propriedade privada. Seu ministério foi loteado de alto a baixo entre simpatizantes da causa. Uma parte ficou com os sem-terra do MST, outra com os integrantes da

Comissão Pastoral da Terra, uma terceira é comandada pela confederação dos agricultores, a Contag. Outra autoridade que se destaca entre os defensores do MST é o presidente da Embrapa, Clayton Campanhola, responsável por dirigir um centro de excelência em pesquisas que ajudou a impulsionar a agricultura brasileira. Em vez de concentrar-se em pesquisa e agricultura, Campanhola, em seu discurso de posse, defendeu os sem-terra e disse que um dos papéis da empresa é combater a concentração de renda no país. Não é.

TEXTO (58)

Edição 1 797 - 9 de abril de 2003

Especial

De olho nos dólares da paz

Eduardo Salgado

RECONSTRUÇÃO

O general Garner é o mais provável administrador do Iraque depois da pacificação. Destruir as imagens de Saddam é parte do processo de recolocar o país de pé

O desafio da reconstrução do Iraque é muito mais complexo que colocar de pé casas, prédios e pontes destruídos pela guerra. Mesmo antes do início da invasão americana, a situação no Iraque era desoladora. A economia vinha encolhendo, e a taxa de inflação beirava os 60% anuais. Numa sucessão de desgraças, os iraquianos foram levados por Saddam ao conflito contra o Irã, na década de 80, e à Guerra do Golfo, em 1991. Depois disso, o país enfrentou os longos anos do embargo comercial decretado pelas Nações Unidas. A agricultura se arruinou pela falência dos poucos sistemas de irrigação ainda operantes no país, e o sistema financeiro existe apenas no papel. O trabalho de reconstrução, portanto, exigirá muito mais que sacos de cimento e pilhas de tijolos. Para colocar o país de pé, os novos administradores do Iraque terão antes de montar toda uma estrutura civil, jurídica e política.

Para espanto dos aliados e estupefação da França e da Alemanha, que foram contra a guerra, os americanos já escolheram o administrador do Iraque pós-Saddam. Ele seria Jay Garner, general da reserva americano, nomeado chefe do Escritório da Reconstrução e da Assistência Humanitária para o Iraque. Garner está no Kuwait montando sua equipe – e, por enquanto, inabalável com as acusações de ser muito simpático a Israel e de ter ligações com algumas das empresas americanas candidatas a participar do mutirão de reconstrução. O professor de economia William Nordhaus, da Universidade Yale, é autor do mais detalhado estudo já feito sobre os custos do processo de reconstrução do Iraque. Nordhaus estima em 30 bilhões de dólares o valor mínimo, sem incluir os gastos militares. Ele faz também uma previsão do tempo que será necessário para o novo país se desvincular de seu passado ditatorial. De acordo com o estudo, seriam gastos de trinta a sessenta dias para obter a rendição total das forças iraquianas e a erradicação do poder remanescente de Saddam Hussein e para prevenir as revoltas dos curdos, no norte, e dos xiitas, no sul. Depois da pacificação, seriam necessários ainda mais dois meses e meio de presença constante de tropas aliadas no país. Esse é o cenário positivo. Em um cenário negativo, os gastos chegariam a 105 bilhões de dólares.

O Iraque será pelos próximos anos uma grande atração para as empresas ocidentais. "A paz no Iraque vai gerar muitas oportunidades de negócio", diz Jonas Rabinovitch, brasileiro que coordena as políticas urbanas do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Os críticos da invasão do Iraque diziam que o único interesse dos aliados na região era o petróleo. Agora eles podem acrescentar também o interesse pela reconstrução das pontes, das estradas e do sistema elétrico e de comunicações, as tarefas mais urgentes do pós-guerra. Dono da segunda maior reserva petrolífera do mundo, o Iraque se apoiará nos recursos gerados pela venda do óleo para financiar sua reconstrução. O pagamento das obras será mais difícil do que parece. Mesmo que os seguidores de Saddam não tivessem feito nenhuma sabotagem nos campos e nas refinarias, já seria preciso investir 5 bilhões de dólares, cerca de 15% do PIB iraquiano, apenas na renovação das instalações para que o país volte a produzir petróleo no mesmo volume de antes da Guerra do Golfo. Dois outros problemas complicam a situação iraquiana, seja qual for sua administração no pós-guerra. Primeiro há a compensação pelos danos causados pelo Iraque, principalmente ao Kuwait, durante a Guerra do Golfo. O total dessas reparações foi fixado em 320 bilhões de dólares, valor superior ao PIB de um país do tamanho da Argentina. Antes do início da guerra, 25% das exportações iraquianas eram usadas para pagar esses danos. O segundo complicador é a dívida externa iraquiana. Estima-se que ela chegue a 130 bilhões de dólares. Ainda que tais dívidas e compromissos pudessem ser esquecidos, o Iraque precisaria dobrar a produção de petróleo em poucos anos para conseguir financiar sua própria reconstrução.

Os contratos com corporações americanas já estão sendo assinados. Na última semana de março, a Stevedoring, com sede em Seattle, ganhou concorrência no valor de 4,8 milhões de dólares para administrar o porto de Umm Qasr, no sul do Iraque, por onde vão entrar alimentos e materiais para o início da reconstrução. A Usaid, a agência americana de ajuda humanitária, já começou a reunir propostas para a reconstrução de estradas e o treinamento de professores. Os ingleses, companheiros de armas de primeira hora dos americanos, também vão receber fatias generosas do bolo. Companhias de várias partes do mundo, inclusive do Brasil, estão interessadas em negócios no Iraque e acompanham o embate entre os americanos Colin Powell, o secretário de Estado, e Donald Rumsfeld, o secretário de Defesa. Powell é a favor da intermediação da ONU no Iraque pós-Saddam, e Rumsfeld defende a ação conduzida pelos Estados Unidos. "Quando a ONU participa do processo, há a exigência de que se façam licitações com a possibilidade de participação de empresas de todo o mundo", diz Carlos Santos, diretor do Centro de Informação das Nações Unidas no Brasil. A possibilidade de Powell

vencer é remota, mas ajudaria a dissipar na opinião pública as dúvidas sobre as reais intenções dos americanos ao invadir o Iraque.

TEXTO (59)

Edição 1 797 - 9 de abril de 2003

Geral Obesidade

O preço da gordura

Pela primeira vez, foram calculados os custos da obesidade no Brasil: 1,5 bilhão de reais por ano

Anna Paula Buchalla

Acaba de ser concluído o primeiro levantamento sobre os custos da obesidade no Brasil. Um bilhão e 100 milhões de reais – esse é o montante que se gasta aproximadamente a cada ano com internações hospitalares, consultas médicas e remédios para o tratamento do excesso de peso e das doenças ligadas a ele. Só o Sistema Único de Saúde (SUS) destina 600 milhões de reais para as internações relativas à obesidade. Esse valor equivale a 12% do que o governo brasileiro despende anualmente com todas as outras doenças. Se forem levados em consideração ainda os gastos indiretos (faltas ao trabalho, licenças médicas e morte precoce), estima-se que a conta chegue a 1,5 bilhão de reais, revela o estudo elaborado pela Força Tarefa Latino-Americana de Obesidade, uma entidade que reúne as principais sociedades de obesidade do subcontinente. É muito dinheiro consumido por um mal que, na maioria dos casos, poderia ser evitado com medidas simples, como a adoção de hábitos de vida saudáveis.

O acúmulo de gordura está associado a distúrbios cardiovasculares, diabetes tipo 2, hipertensão, taxas elevadas de colesterol e triglicérides no sangue e câncer de cólon, entre outras enfermidades. Para se ter uma idéia da dimensão do problema – tanto em termos de saúde como de custos –, uma mulher obesa tem duas vezes e meia mais riscos de ser diagnosticada com pedra na vesícula do que uma mulher dentro dos padrões normais de peso. Todos os anos, 73.000 brasileiras são internadas por causa de cálculos vesiculares. A maioria dos casos requer cirurgia e uma média de cinco dias de internação. Além de ser mais suscetível a uma vasta gama de distúrbios, um gordo quando fica doente ou tem de se submeter a uma cirurgia costuma ter uma recuperação mais longa. Quando é internado por causa de uma crise hipertensiva, um obeso fica, em média, oito dias no hospital. Já um hipertenso magro recebe alta na metade do tempo. Tudo isso onera os cofres públicos, os planos de saúde, as empresas para as quais os obesos trabalham e os seus próprios orçamentos. As doenças associadas à obesidade elevam os gastos médicos mensais de uma pessoa em até 36%.

O Brasil já ocupa o sexto lugar no ranking dos países com maior número de obesos, atrás de Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra, Itália e França. Os 141 milhões de gordos americanos custam ao país cerca de 100 bilhões de dólares anuais. Nos Estados Unidos, os gastos com o tratamento da obesidade e seus males já superaram o que se desembolsa no combate dos efeitos deletérios do tabagismo e do alcoolismo. Na média, cada americano que desenvolve doenças crônicas associadas à gordura custa 395 dólares por ano ao sistema de saúde. No Brasil, esse custo é de 100 reais. "Mas esse valor tende a aumentar bastante nos próximos anos, porque o número de casos de obesidade está crescendo descontroladamente", diz o endocrinologista Walmir Coutinho, vice-presidente da Federação Latino-Americana de Obesidade.

Esse aumento vertiginoso é resultado, principalmente, da grande mudança de hábitos alimentares dos brasileiros. Os pratos supergordurosos e hipercalóricos entraram em definitivo para o cardápio das pessoas. Na luta contra a epidemia do excesso de peso, algumas entidades de combate à obesidade pensam em propor ao governo uma lei que obrigue os fabricantes de certos tipos de alimento a incluir nos pacotes uma inscrição de alerta – nos mesmos moldes do que já ocorre com os maços de cigarros. Se a idéia vingar, um simples saquinho de batatas fritas poderá trazer uma frase do tipo: "Este alimento consumido em excesso causa danos à saúde". O subtexto? Ao bolso também.

TEXTO (60)

Edição 1 797 - 9 de abril de 2003

Geral Medicina

Um novo aliado

Remédio promete aliviar mal-estar da quimioterapia

A agência americana de controle de remédios e alimentos, FDA, aprovou o primeiro de uma nova série de medicamentos que promete melhorar a qualidade de vida das vítimas de câncer sob tratamento quimioterápico. Fabricado pelo laboratório Merck, o Emend destina-se à prevenção das náuseas e vômitos que tendem a perdurar por até cinco dias depois de uma

sessão de quimioterapia. Esse mal-estar tem efeitos devastadores – e raros são os pacientes que escapam dele. Incapacitados de se alimentar adequadamente, os doentes ficam enfraquecidos, o que pode dificultar ainda mais a luta contra o câncer. Há também os que são obrigados a interromper o tratamento. "A utilização de uma droga capaz de controlar esse sintoma tão incômodo certamente contribuirá para fazer com que os pacientes tolerem melhor a quimioterapia", diz o oncologista Artur Katz, do Hospital Albert Einstein, em São Paulo. A chegada do novo remédio ao Brasil está prevista para o segundo semestre deste ano. Para aprovar o Emend, os médicos do FDA basearam-se em dois estudos realizados com mais de 1 000 pacientes. Deles, 80% disseram ter-se livrado das náuseas e vômitos graças ao novo medicamento. No período mais agudo do sintoma, a combinação do Emend com as drogas tradicionais reduziu a incidência dos sintomas em até 90% dos casos. As taxas de sucesso alcançadas pelo Emend explicam-se pelo seu mecanismo de ação. Ele atua diretamente no cérebro, inibindo a liberação da substância P, uma das principais responsáveis pelo aparecimento da náusea.

TEXTO (61)

Edição 1807 . 18 de junho de 2003

ALCA

O perde e ganha da Alca

Lula voltará a se encontrar com Bush nesta semana em Washington e o acordo de livre comércio vai dominar a agenda

Adriana Souza Silva

Nesta sexta-feira 20, Luiz Inácio Lula da Silva será recebido pela primeira vez na Casa Branca, em Washington, como presidente efetivo. O assunto dominante na conversa com o presidente George W. Bush será a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), cujas negociações estão se arrastando em ritmo muito lento. O resultado da conversa pode dar andamento ao acordo ou colocá-lo em marcha lenta no que diz respeito ao Brasil. Os outros 32 países da América, com exceção previsível de Cuba, que não foi convidada a entrar na Alca, estão muito mais empenhados na discussão com os Estados Unidos. A novidade do lado brasileiro é que, desta vez, a diplomacia está aparelhada para discutir questões específicas com os americanos. Talvez maior novidade ainda seja o consenso do lado do governo brasileiro de que, mesmo correndo riscos, há muito a ganhar com o bloco que reúne um PIB de 12 trilhões de dólares e onde vivem mais de 800 milhões de pessoas.

Na ponta do lápis, há oportunidades em número igual ao de riscos para o Brasil. Antes da entrada em vigência da Alca, sejam quais forem os termos finais do acordo, o Brasil precisará garantir às empresas nacionais um ambiente macroeconômico menos hostil que o de hoje. Com uma carga de impostos que passa dos 40% do PIB, apenas 23% de crédito disponível para o setor privado e os juros mais altos do mundo, será quase impossível para as empresas concorrer com alguma chance de sucesso no bloco de comércio das Américas.

Lula vai sentar-se com Bush sabendo quais são os setores empresariais brasileiros mais vulneráveis e os que mais têm a ganhar com o acordo. Uma pesquisa feita pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) analisou os possíveis impactos em vinte setores da economia brasileira. Na simulação, os pesquisadores analisaram o que aconteceria se as alíquotas zerassem de uma hora para outra. Os ganhadores do lado brasileiro seriam os fabricantes de calçados, os setores de agribusiness, siderurgia, celulose e têxtil. Esse grupo é o das empresas que se preparam para a inevitabilidade de ter de se viabilizar externamente. Em resumo, esses setores estão prontos para a competição. Já as áreas de petroquímica, máquinas e plásticos seriam pegadas no contrapé se a Alca entrasse em funcionamento logo.

O diagnóstico de quem ganha, de quem perde e de quem ganha de um lado e perde de outro serve como uma bússola na negociação. É com base nessas informações que se decidirá quais setores devem ser protegidos por mais tempo e quais podem ter suas alíquotas abaixadas imediatamente. Um problema sério é que o Brasil é forte justamente em setores pouco competitivos da economia americana. Ou seja, as empresas nacionais buscam exatamente ter mais acesso aos mercados que os americanos só pensam em proteger. O contrário também é verdadeiro. Os americanos querem a abertura onde o Brasil vê necessidade de proteção. A siderurgia brasileira, acostumada a exportar cerca de 50% de sua produção anual, é um dos nós da negociação. Existe hoje sobre o setor a chamada sobretaxa do aço – mecanismo adotado pelos EUA que faz com que os compradores do produto brasileiro tenham de pagar até 30% mais para entrar naquele mercado. "Se isso não for resolvido, o projeto da Alca fica prejudicado", avalia Jorge Gerdau Johannpeter, presidente da Gerdau, a segunda maior empresa siderúrgica do Brasil e dona de plantas nos EUA e no Canadá. Ele recomenda: "Vamos nos sentar e negociar. Se o acordo for benéfico, assinamos. Caso contrário, não. Temos de ser pragmáticos".

A área de papel e celulose, por exemplo, enfrenta outro dilema. "A maior ameaça ao papel brasileiro são as gigantes americanas", diz Boris Tabacof, presidente do conselho de administração da Companhia Suzano de Papel e Celulose. Nos EUA, as três maiores empresas produzem cerca de 30 milhões de toneladas de papel por ano, enquanto toda a produção brasileira não passa de 8 milhões de toneladas. O sucesso da Alca depende de os 34 países encontrarem vantagem num acordo que também terá perdedores. "Não temos a mesma rede de proteção aos impactos negativos que os americanos possuem", alerta a economista Lia Valls Pereira, da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro.

Com reportagem de Leandra Peres

TEXTO (62)

Edição 1807 . 18 de junho de 2003

PREVIDÊNCIA

A marcha do privilégio

Os servidores são minoria, custam caro, escoram-se em privilégios – e, argutamente, ainda passam a impressão de que são vítimas

Malu Gaspar

Na semana passada, os servidores públicos desembarcaram em Brasília, ocuparam o vasto gramado da Esplanada dos Ministérios e promoveram um agitado protesto contra a reforma da Previdência Social. Eles não querem reforma nenhuma, mas são especialmente contra a taxaço dos inativos, o teto de 2.400 reais para futuros aposentados e o aumento da idade mínima para se aposentar. A manifestação não mudou uma única vírgula no projeto de reforma previdenciária que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou ao Congresso Nacional, mas os servidores conseguiram seu objetivo – fazer barulho, chamar a atenção, produzir polêmica. Ganham amplo espaço nos jornais, apareceram na TV e ainda acuram uma constelação de estrelas petistas, assustadas com as vaias de uma platéia que antes – no tempo das bravatas – só lhes dirigia aplausos e vivas. Entre os mais apupados, estavam as duas maiores autoridades petistas que ousaram subir ao palanque e não chicotearam a reforma: o deputado Nelson Pellegrino, líder da bancada do PT, e o sindicalista Luiz Marinho, recém-eleito presidente da CUT, central historicamente ligada ao petismo.

Com tudo isso, com suas bandeiras e faixas, seus megafones e palavras de ordem, os servidores deram uma aula de política. Afinal, o ato da semana passada é a expressão do tremendo barulho que é capaz de fazer uma categoria unida, organizada e mobilizada – ainda que sua bandeira seja inteiramente indefensável fora dos limites da própria corporação. Por estarem unidos, organizados e mobilizados, os servidores conseguem chamar a atenção para uma reforma que, a rigor, não mereceria um ping de contestação. Os números falam por si. No ano passado, o governo desembolsou 39 bilhões de reais para pagar as aposentadorias e pensões de 3,2 milhões de servidores. No mesmo período, o governo tirou do bolso menos da metade, 17 bilhões de reais, para bancar as aposentadorias e pensões de uma massa de 19 milhões de aposentados da iniciativa privada. Ou seja: em média, o governo gastou 12.000 reais com cada servidor público, e apenas 900 reais com cada trabalhador privado. Sob qualquer ponto de vista, é justo que o dinheiro público – que é de todos os brasileiros – seja distribuído de forma tão grosseiramente desigual?

Numa das faixas mais vistosas da manifestação da semana passada, os servidores reclamavam que foram eleitos os vilões da Previdência Social – embora o próprio funcionalismo, por meio de seus líderes e de suas manifestações barulhentas, se coloque no centro do debate. No fundo, os servidores têm razão em se empenhar para ocupar a ribalta, pois, no universo previdenciário, constituem uma acachapante minoria. Os números, de novo, falam por si. A taxaço dos inativos, ponto que vem merecendo os protestos mais acalorados, atingirá 330.000 inativos do serviço público federal e outros 600.000 aposentados e pensionistas nos Estados. Somando-se, constata-se que a massa atingida chega perto de 1 milhão de pessoas. É pouca gente, quando se considera que há 19 milhões de aposentados e pensionistas do INSS que não serão afetados pela taxaço. É menos ainda quando se levam em conta os 40 milhões de trabalhadores que hoje não têm acesso aos benefícios previdenciários – uma imensa massa de excluídos que pode vir a ser favorecida pelos resultados saneadores da reforma previdenciária.

Apesar de minoria, e minoria cara, os servidores galvanizam a discussão da reforma por sua notável capacidade de reunir privilegiados em torno da exigência da manutenção de seus privilégios. Agora mesmo, a nata sindical da categoria ganhou uma adesão de peso – o ministro Maurício Corrêa, recém-empossado presidente do Supremo Tribunal Federal. No afã de barrar a reforma previdenciária, contra a qual já se manifestou publicamente, o ministro convocou, para as 10 da manhã desta terça-feira, um encontro de todos os presidentes de tribunais e associações de juizes para definir uma posição comum sobre a reforma. A categoria começou a responder de imediato. Na quinta-feira passada, os ministros do Tribunal Superior do Trabalho, empolgados com a idéia da militância, já se reuniram e anunciaram a posição que seu presidente levará ao encontro. Eles querem que os magistrados recebam o mesmo tratamento dos militares – ou seja, querem ser excluídos da reforma.

A campanha dos servidores tem sido tão eficaz que muitas autoridades estão com receio de atrair a ira popular ao declarar apoio à reforma, ainda que se saiba, pelas pesquisas, que 66% da população é a favor. O governo fez sua parte ao elaborar a proposta e mandá-la ao Congresso, mas vem insistindo em dizer que só pensou em taxar os inativos para ajudar as finanças dos Estados. É uma forma de tentar transferir o ônus da reforma aos governadores, que, na maioria, temendo a impopularidade, estão discretamente recolhidos em seus Estados. A realidade, porém, é outra. A taxaço dos inativos é a única medida que trará dinheiro imediato aos cofres dos Estados e da União, pois as demais mudanças só surtirão efeito a longo prazo. Com a taxaço dos inativos, a União recolherá, no primeiro ano, pelo menos 1 bilhão de reais – metade de

toda a economia que terá com a reforma. Somando-se os ganhos de 24 Estados, VEJA constatou que os inativos lhes renderão, também no primeiro ano, uma bolada de 1,3 bilhão de reais. Ou seja: a reforma faz bem para todo mundo. Só não faz bem para a minoria, que, com tanto barulho, até passa a impressão de que, em vez de privilegiada, é vítima.

TEXTO (63)

Edição 1807 . 18 de junho de 2003

VIDA BRASILEIRA

O shopping da selva

Barcos que vendem de tudo movem os preços, o tráfico e o sonho de enriquecer na Amazônia

Leonardo Coutinho, de Chaves

Não existe rio na Amazônia que não seja singrado pelos regatões. Assim são chamados os barcos dos mascates fluviais que garantem a maior parte do consumo de bens industrializados num mercado de 6 milhões de pessoas. Calcula-se que haja mais de 10.000 regatões espalhados pela região. Numa terra onde só se consegue morar à beira dos rios e lagos, eles partem carregados das cidades maiores e vão se embrenhando na floresta, passando em cada casa de caboclo, em cada birosca, em cada aldeia de índios. Oferecem latarias, utensílios, mantimentos, pilhas e sabonetes. E recebem nas moedas de que se dispõe na mata: artesanato, carne de jacaré, peixe, frutas, madeira e peixes ornamentais. De vez em quando, também em reais. No fim de uma viagem de quinze dias, uma carga que custou 30.000 reais rende 7.000 de lucro para o dono do barco, depois de pagos os dois ajudantes, o cozinheiro e o óleo diesel. No meio da selva, uma bacia de plástico custa 30 reais, 1 quilo de café, 8 reais e um botijão de gás, 40 reais. "A gente sabe que eles cobram até três vezes o preço normal, mas é mais barato comprar do regatão do que viajar dois dias até a cidade", diz Jair Alves, que mora com os filhos e a mulher numa palafita no igarapé Mapatá, município de Chaves, a 72 horas de viagem da capital do Pará.

O folclorista Luís da Câmara Cascudo definiu o regatão, no seu *Dicionário do Folclore Brasileiro*: "Traficante do extremo norte, vendendo tudo numa barca que é casa, armazém e escritório, subindo e descendo rios do Pará e Amazonas, com maior ou menor escrúpulo". Segundo o pesquisador David McGrath, da Universidade Federal do Pará e do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, os regatões, embora de fato pratiquem preços altos desde que surgiram na Amazônia, há mais de 400 anos, não se comparam com os armazéns de fazenda, que chegam a escravizar trabalhadores endividados. Na verdade, muitos até vendem produtos para esses armazéns. Uma característica dos regatões é a absoluta informalidade das operações de crédito. Quando sobem um rio, por exemplo, vão fazendo fiado em muitos dos negócios. Na descida, depois que o dono da bodega teve tempo de passar adiante parte dos produtos, recebem o pagamento. Daí o ditado popular entre os vendeiros: "Na subida chegou patrão, na descida chegou ladrão". Os mais velozes regatões não fazem mais que cinco viagens por ano.

O modelo "um pouco de tudo" dos regatões se reproduz nos outros tipo de comércio das cidades amazônicas. Em Afuá, uma cidade construída sobre palafitas e passarelas (*veja quadro*), o ex-garimpeiro Moisaníel Ferreira de Castilho, de 41 anos, tornou-se um próspero comerciante replicando a fórmula em seu armazém e numa loja de ferragens. Todas as mercadorias que vende, e que lhe proporcionam um faturamento de 50.000 reais por mês, chegam de barco. Mas não pelos regatões – naturalmente por causa dos preços. "Prefiro comprar de representantes comerciais", diz Moisaníel, cuja loja é uma espécie de hipermercado sobre palafitas.

Para os ambulantes sobre as águas, algumas temporadas são melhores que outras. Na safra do açaí, por exemplo, ao lado dos botijões de gás, dos pentes e espelhos, vão também televisores, geladeiras e antenas parabólicas encomendadas pelas famílias que ganharam mais dinheiro. "Os ribeirinhos também gostam de novidade", conta o dono de regatão Roberto Figueiredo. "Por isso sempre levamos alguma coisa diferente." É assim que chegam ao coração da mata camisas feitas na Indonésia e calculadoras da China. Os porões de muitos desses barcos também carregam mercadorias ilegais. Animais silvestres e até cocaína melhoram a receita de muitos dos barqueiros, disse a VEJA o gerente de um dos portos particulares em que são carregados alguns dos regatões. A droga é recebida em Tabatinga, na fronteira com a Colômbia, e também ao longo do Rio Purus, que vem do Peru. No caminho, a carga é repassada a barcos pesqueiros que a levam para o Suriname.

Tecnologicamente, os regatões têm a estrutura dos barcos que cruzavam a Amazônia quatro séculos atrás – mas com motor. Muitos não têm bússola e seus pilotos se orientam pelas estrelas e pela silhueta da floresta. Não é raro que se percam, encalhem ou afundem. Boa parte também não tem rádio e muitos evitam viajar à noite, por falta de luzes ou lanternas de segurança. Seu pior inimigo são as pororocas – as ondas violentas da maré alta no oceano que podem avançar mais de 40 quilômetros mata adentro. "Nas duas vezes em que enfrentei a pororoca eu pensei que fosse morrer", diz o ex-dono de regatão José Acrísio Figueiredo, hoje proprietário de imóveis em Belém. Há uma inspiração para que enfrentem tantos riscos. Ela vem da família Rodrigues, dona do Grupo Líder, que fatura 420 milhões de reais por ano, com 4.485 empregados em lojas de departamentos, uma fazenda e um shopping center. Foi em 1943 que Jerônimo Marques Rodrigues, o patriarca, começou a regatear, sozinho, pelos rios amazônicos.

TEXTO (64)

Edição 1807 . 18 de junho de 2003

ALIMENTOS

Olhar não engorda

Depois de mostrar diamantes e pérolas, o Museu de História Natural de Nova York faz uma exposição memorável sobre o chocolate

Tania Menai, de Nova York

As crianças adoram. Os amantes amargurados idem. A medicina já o cortou das dietas. Mas pouca gente resiste ao chocolate, que tem em sua composição uma proteína chamada teobromina, que age sobre o cérebro da mesma forma que a cafeína. Agora foi a vez de o Museu de História Natural de Nova York render-se às delícias desse derivado do fruto da árvore do cacau. A mostra do museu americano conta a história dessa planta, que só nasce ao sul do Equador e foi usada cerimonialmente pelos povos pré-colombianos. O primeiro ambiente da mostra reproduz o habitat da *Theobroma cacao*, ou pé de cacau. Ao som de pássaros, os visitantes exploram as propriedades dessa árvore. A próxima parada é o mundo dos maias, indígenas pioneiros em usar a amarga semente cacauete para produzir uma bebida condimentada servida em cerimônias religiosas e da realeza e para o comércio. Nessa sala, está um pedaço de chocolate encontrado em Honduras datado de 437 d.C., assim como copos de cerâmica ornamentados. Sementes de cacau valiam como moedas, serviam de pagamento ao governo e, inclusive, feirantes do mercado asteca as guardavam em lugares secretos. Os transportadores de sacas de cacau, que percorriam enormes distâncias carregando-as nas costas, eram protegidos por guerreiros contra a ação de ladrões. "O melhor livro sobre o assunto, escrito em 1955, tem o título de *A Época em que o Dinheiro Nasceu em Árvore*", conta Charles S. Spencer, curador do departamento de antropologia. Com a conquista da América pelos espanhóis, o cacau logo se tornou uma especiaria entre a nobreza europeia. Os espanhóis resolveram adicionar açúcar, abrindo caminho para a utilização do chocolate em barras e para sua transformação em assunto que merece uma exposição em museu.

TEXTO (65)

Edição 1807 . 18 de junho de 2003

PARTIDOS

Revoada tucana

Fora do poder, o PSDB pode perder deputados e ficar do tamanho do antigo PT oposicionista

Malu Gaspar

Definitivamente, o poder é gregário. Em 1998, quando Fernando Henrique Cardoso conquistou seu segundo mandato presidencial, o PSDB elegeu uma bancada espetacular, com 99 deputados, e jamais passou pelo tormento das grandes defecções em seu ninho. Agora, longe do poder há quase seis meses, os tucanos enfrentam uma crise em dose dupla. Estão com dificuldade para se adaptar ao novo papel de oposição e, para piorar, andam arrancando-lhes as penas. Com 63 deputados, o que ainda garante aos tucanos a condição de quarta maior bancada da Câmara, há risco iminente de fuga em massa. Sob a liderança do deputado Osmânio Pereira, de Minas Gerais, catorze deputados do PSDB estão fazendo planos para trocar de partido. Por quê? Eles se dizem insatisfeitos com o líder da bancada, deputado Jutahy Junior.

"O clima é de falta de liderança e autoritarismo. Esses catorze deputados estão sentindo falta de identidade com o partido", afirma Osmânio Pereira. Enquanto o PSDB estava no Palácio do Planalto, havia uma tremenda identidade e, agora, nem tudo mudou: perdeu-se a tal identidade com o PSDB, mas não com o Palácio do Planalto. A massa que prepara a debandada deverá espalhar-se por várias legendas, escolhidas, diz Osmânio Pereira, "segundo a conveniência regional de cada um". Traduzindo: estão de olho em alianças para a eleição municipal do ano que vem. É curioso observar, porém, que nenhum dos tucanos que planejam alçar vôo procurou, até agora, a única sigla que tem feito oposição ao Planalto, o PFL. Em compensação, quase todos já foram recebidos pelo poderoso ministro da Casa Civil, José Dirceu.

A atração que o poder exerce sobre os parlamentares é evidente até na matemática. Quando Fernando Henrique ocupava o Palácio do Planalto, os tucanos reuniam quase 100 deputados – e o PT, principal partido de oposição, tinha apenas 59. Agora, os números estão prestes a ficar perfeitamente invertidos. O PT, com Lula no Palácio do Planalto, mantém-se na confortável posição de detentor da maior bancada da Câmara, com 93 integrantes, uma equipe quase tão gorda quanto a dos tucanos nos áureos tempos de FHC. E o PSDB, por sua vez, corre o risco de ficar com apenas 49 deputados, caso a revoadada tucana se materialize, mais ou menos do tamanho do antigo PT oposicionista. "Até aqui perdemos mais do que ganhamos. Mas só até aqui", disse José Anibal, presidente do PSDB. É, coisas do poder.

TEXTO (66)

Os novos baianos

Celebridades, empresários e estrangeiros aquecem o mercado imobiliário da Bahia

Diogo Schelp

Sol, festas, praias, boa comida, vida cultural variada e arquitetura histórica são algumas justificativas para um fenômeno no mercado imobiliário da Bahia. É visível e mensurável o aumento de portugueses, alemães, espanhóis, paulistas, mineiros e cariocas que estão comprando casas e apartamentos em alguns empreendimentos no Estado, sobretudo nas melhores localizações. Nos últimos cinco anos, o mercado local de imóveis de luxo cresceu à taxa anual de 5%. "Há três anos, estrangeiros e moradores de outros Estados compravam 10% dos imóveis novos", afirma a consultora imobiliária Josinha Pacheco. "Agora compram até um terço de alguns lançamentos." O lugar preferido dos forasteiros que investem em Salvador é o Corredor da Vitória, o trecho da Avenida Sete de Setembro que tem o metro quadrado mais caro da Bahia, para lá dos 3.000 reais. A localização dá acesso rápido à orla e aos bairros tradicionais e tem vista para a Baía de Todos os Santos. Quem mora ali pode fugir de engarrafamentos descendo até o píer, de teleférico ou bondinho, e embarcando numa lancha. Um dos proprietários ilustres, com apartamento num prédio lançado quatro anos atrás, é o ex-diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo David Zylbersztajn, que mora no Rio e passa temporadas no imóvel.

Um xodó de artistas e empresários do sudeste no Corredor da Vitória é um conjunto de lofts de até 140 metros quadrados – e preço até 535.000 reais. Fica pronto no ano que vem. Os músicos João Bosco, Emílio Santiago e Ronaldo Bastos, todos morando no Rio, já garantiram o seu. "Até músicas com referências à Bahia já estou fazendo", conta João Bosco. Duas vezes por mês, o colunista satírico da *Folha de S.Paulo*, José Simão, viaja para um fim de semana prolongado no apartamento que comprou na Ladeira da Barra, outro ponto muito procurado pelos novos baianos. "Ao contrário do que acontece em São Paulo, em Salvador eu consigo respirar", afirma. O empresário Abel Reis, de 41 anos, carioca com residência em São Paulo, também comprou um loft. Como ele, grande parte dos compradores pensa em mudar-se com a aposentadoria.

Além da capital, esse tipo de comprador tem se interessado por imóveis nas praias mais bonitas do Estado. Na Praia do Forte, loteamentos evaporam diante da procura de estrangeiros, especialmente de portugueses e espanhóis. Trancoso, no litoral sul, tornou-se sucursal da alta sociedade paulista e carioca. "Na primeira oportunidade, vou comprar um terreno em Trancoso", promete o apresentador Marcos Mion, que já esteve olhando a planta de um apartamento na capital avaliado em 450.000 reais – no mesmo prédio pelo qual tiveram interesse o colega Serginho Groisman e o estilista Faúse Hatem. Todos moradores de São Paulo com um pé quase na Bahia.

TEXTO (67)

Edição 1814 . 6 de agosto de 2003

Ambiente

Cada vez mais limpo

Acidentes ecológicos escondem uma boa notícia: o país avançou no controle da poluição

José Edward

Três fenômenos recentes – espuma no Rio Tietê, vazamento de produtos químicos no Paraíba do Sul e nuvens de fumaça sobre a Amazônia – representam exceções, muito evidentes, de uma nova regra na questão do meio ambiente: o Brasil melhorou em termos de controle de poluentes. No início da década de 1990, algumas das maiores siderúrgicas – Usiminas, Mannesmann, Açominas, Acesita e Belgo-Mineira – lançavam, juntas, 149 toneladas de poeira e fumaça na atmosfera diariamente. Agora expõem 2 toneladas desses poluentes por dia. Nesse período, investiram 250 milhões de dólares na instalação de filtros de alta tecnologia e treinamento de pessoal. A Petrobras, outra célebre vilã do meio ambiente, também agiu: registrou em 2002 um dos menores volumes de vazamento de óleo de sua história: apenas 197 metros cúbicos, contra 5.500 em 2000. Para isso, investiu 5 bilhões de reais e instalou sensores de vazamento em 85% de seus dutos. A empresa agora tem barreiras flutuantes que coletam óleo, em lugar de apenas contê-lo, e um helicóptero com sistema de raios infravermelhos para detectar poluição na água até à noite.

"Houve uma revolução em termos de despoluição", garante o ex-ministro José Carlos de Carvalho, titular de Meio Ambiente no fim do governo Fernando Henrique e atual secretário da pasta em Minas Gerais. O ar que se respira na maior e mais

congestionada cidade brasileira também está mais limpo (*veja quadro abaixo*). Medidas adotadas a partir de 1986, melhorando a qualidade dos combustíveis e determinando a produção de automóveis menos poluentes, reduziram em 97% a emissão de gases tóxicos na atmosfera nos centros urbanos. Em São Paulo, o índice de poluição do ar é 17,5% mais baixo que o de 1985, mesmo com um aumento de 146% da frota desde então. Muito desse progresso se deve à lei de crimes ambientais, aprovada em 1998. Para grandes e médias empresas já foram emitidos 850 certificados ISO 14001, o atestado de qualidade ambiental.

A legislação prevê penas também para autoridades negligentes, e dois episódios recentes ilustram uma nova postura. No acidente do Paraíba do Sul, os governadores Aécio Neves, de Minas Gerais, e Rosinha Matheus, do Rio de Janeiro, foram pessoalmente ao local e anunciaram medidas imediatas, ao lado da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. A fábrica poluidora levou multa de 50 milhões de reais e comprometeu-se por escrito a reparar os danos. No caso de Pirapora do Bom Jesus, a espuma que cobriu a cidade foi produto de uma falha num sistema para controlá-la que funcionou bem até então. De corpo presente, o governador Geraldo Alckmin anunciou a liberação de 3 milhões de reais para uma estação de tratamento de esgoto na região, entre outras providências. Na despoluição do Tietê já foi aplicado mais de 1 bilhão de reais. O tratamento de esgoto nas áreas ao longo do rio passou de 24% para 65% e já há peixes em cidades bem próximas da capital. Ainda está longe o dia em que os paulistanos poderão pescar na cidade, mas pelo menos respirar melhor à margem do rio já não é uma perspectiva tão distante.

TEXTO (68)

Edição 1814 . 6 de agosto de 2003

Presidência

O momento do presidente

Maurício Lima

Por mais que o temperamento e arranjos políticos e administrativos afastem os presidentes da condução direta das ações governamentais, no presidencialismo eles são o centro irradiador de poder. É inegável que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem mantido em torno de si e dos colaboradores mais próximos a iniciativa das propostas e decisões mais vitais de Brasília. Mas, por circunstâncias de sua vitória nas urnas e por um fenômeno com raízes no assembleísmo de seu partido, o PT, o presidente montou um governo e uma base parlamentar de apoio tão heterogêneos que, sete meses depois da posse, ninguém é capaz de apontar com clareza qual é a orientação do governo. Agora, a necessidade de encaminhar as reformas, cuja lentidão começou a exasperar os mercados financeiros na semana passada, e a urgência em dar uma resposta aos desmandos dos militantes da esquerda radical no campo e nas cidades está forçando Lula a explicitar o rumo que pretende imprimir ao país.

Na semana passada, o Planalto anunciou que Lula vai assumir pessoalmente com os partidos políticos aliados e adversários a negociação dos votos necessários para aprovar as reformas no Congresso. É de esperar que o presidente daqui por diante assuma em pessoa o comando também em outras frentes. Os sinais ficaram evidentes na semana passada. Na quinta-feira, Lula convocou para uma reunião o ministro Miguel Rossetto, encarregado de cuidar da reforma agrária. À mesa, havia vários ministros, inclusive o da Agricultura, Roberto Rodrigues, cujos pontos de vista são inteiramente opostos aos de Rossetto. A certa altura, Rossetto reagiu às cobranças que ouviu e disse que com o dinheiro do ministério não daria "nem para fazer a reforma agrária no Sul". Lula pôs fim à reunião e convocou Rossetto para outra conversa, à noite, no Palácio da Alvorada. Da conversa, sabe-se apenas que Rossetto saiu mais tranqüilo.

O episódio não deve resultar em mudança significativa na condução do problema agrário do país, mas ilustra à perfeição o papel de equilibrista que Lula tem exercido. Há sete meses, desde que tomou posse, Lula comanda uma equipe excepcionalmente heterogênea – que, sendo diferente na origem e na ideologia, muitas vezes anda para lados opostos, paralisando as ações do governo. O cientista político Octavio Amorim Neto, num estudo sobre a composição partidária dos governos da América Latina, descobriu que, na história do presidencialismo latino-americano, o governo de Lula é o recordista em número de partidos aliados. São oito legendas diferentes. Há, aí, a expressão de um mérito do PT de ter conseguido aglutinar todos os partidos relevantes da esquerda brasileira – PSB, PPS, PDT, PC do B e PV. A amplitude, porém, alcançou também legendas como PL e PTB e, até o fim do ano, deve ainda agregar o PMDB, elevando a nove o total de siglas no governo.

Como a maioria dos partidos brasileiros não tem espinha ideológica, talvez seja mais relevante levar em conta a biografia dos aliados do governo. E, nesse capítulo, a administração petista tem de tudo um pouco. Entre os ministros, há sindicalistas e empresários, banqueiros e ecologistas. Examinando os 32 auxiliares do presidente com status ministerial, descobre-se uma floresta ideológica com a seguinte distribuição:

- dezessete têm origem na esquerda moderada, como o próprio presidente da República;
- nove vêm de correntes da esquerda radical, como o ministro Miguel Rossetto, do Desenvolvimento Agrário;

• seis têm posições entre a direita e o centro, como o ministro Roberto Rodrigues, da Agricultura.

Palocci (à esq.), que dirige a área mais organizada do governo, e José Dirceu, da Casa Civil: eles sabem o rumo do governo

A heterogeneidade do governo é tanta que se espalhou para quase todos os quadrantes. Está em escalões inferiores da administração federal e no comando das estatais importantes. O ministro Luiz Fernando Furlan, do Desenvolvimento, mal consegue despachar com seu auxiliar Carlos Lessa, presidente do principal banco de fomento do país, o BNDES. De cada dez assuntos, eles divergem em onze. No Congresso Nacional, existem duas tropas de choque do governo – a oficial e a real. Na oficial, os senadores Tião Viana e Aloizio Mercadante representam o PT e o governo, mas na hora em que o Palácio do Planalto precisa de apoio inquestionável acaba recorrendo ao senador José Sarney, presidente da Casa. Na Câmara, os líderes Nelson Pellegrino e Aldo Rebelo, aos olhos do governo, são menos eficazes que os deputados Paulo Bernardo e Professor Luizinho, que não são líderes, mas atuam com mais ardor em favor do governo.

Em governos que reúnem diversas correntes políticas, as divergências, quando bem administradas pelo presidente, não são necessariamente enfraquecedoras. George Washington, pai da pátria americana, sofreu com os embates entre dois poderosos auxiliares. Thomas Jefferson defendia amplos direitos aos Estados e limitado poder ao governo central. Alexander Hamilton tinha opinião oposta – e, no século XVIII, esse era um tema crucial no país que acabava de nascer. Washington decidiu pelo sistema federativo, dando amplos poderes aos Estados, mas manteve a força econômica do Tesouro da União. De certa forma, desagradou a ambos. Mas decidiu em favor do país. É o que se espera de Lula na imensa pauta de divergências internas do governo.

Deve-se a essas diferenças internas a leniência com que o governo tem tratado a insurgência dos radicais do campo e da cidade, deixando passar a impressão de que, no Brasil, ainda prospera a idéia ultrapassada de uma revolução de massas – e essa impressão chega lá fora, provocando os danosos efeitos de sempre. Também se deve a isso o ataque contra o papel das agências reguladoras, produzindo a sensação de que o governo pode mexer arbitrariamente nos contratos, o que só contribui para tirar o Brasil do mapa mundial dos capitais de investimento direto. Na área econômica, a mais organizada da administração petista, os tumultos diminuíram porque o mercado compreendeu que, ali, há uma voz de comando único. No início da gestão petista, quando o mercado ainda não fazia essa leitura, a cotação do dólar estremecia e as bolsas se agitavam a cada declaração impensada de um petista cinco-estrelas.

A vida do presidente seria facilitada caso se disseminasse entre a equipe a compreensão de que o governo tem uma agenda definida e está empenhado em tirá-la do papel. No entanto, parece que só sabe disso a tróica central do poder, formada por José Dirceu (Casa Civil), Antonio Palocci (Fazenda) e Luiz Gushiken (Comunicação). A amplitude partidária e ideológica do governo, porém, não se deve a uma escolha pessoal de Lula. Se, ao contrário, o presidente tivesse formado um governo puro-sangue, é bastante provável que, hoje, estivesse ouvindo críticas de que o governo é fraco porque lhe falta sustentação. No caso de Lula, a ampla composição da equipe deve-se a um imperativo das circunstâncias. Lula é um político que veio de fora do estamento dominante do mundo político e, por isso mesmo, para poder governar, precisava cercar-se de garantias mais amplas que seus antecessores. Na verdade, Lula teve essa percepção já na campanha presidencial, razão pela qual o PT lançou a Carta ao Povo Brasileiro, renunciando aos velhos dogmas de esquerda. Que o sistema é lulacêntrico não há dúvida. O que angustia a sociedade brasileira é a definição de para onde Lula pretende encaminhar o sistema.

TEXTO (69)

Edição 1814 . 6 de agosto de 2003

Internacional

O risco Kirchner

O presidente argentino adota um discurso de confronto com investidores estrangeiros

Raul Juste Lores

Todo político enfrenta o mesmo dilema depois de eleito: decidir a hora de descer do palanque e se pôr a trabalhar de acordo com a liturgia do cargo. A diferença entre as duas fases é notável. Um candidato pode fazer promessas à vontade, visto que ainda lhe falta o poder necessário para torná-las realidade. Após a posse, tudo o que diz ou faz tem repercussões e é encarado como política de Estado. Quase três meses depois de assumir a Presidência da Argentina, Néstor Kirchner ainda parece um candidato. Durante a campanha, ele culpava o empresariado local, as empresas estrangeiras e o Fundo Monetário Internacional (FMI) por quase todos os males do país. Não abrandou o tom depois da posse. Pode-se argumentar que se trata de demonstração de coerência. Mas é também uma atitude de alto risco para um governo que tem entre seus desafios provar ao mundo que a Argentina é um país sério. Se levadas ao pé da letra, as bravatas presidenciais vão dificultar o acesso àquilo de que os argentinos mais precisam no momento: investimentos e empréstimos internacionais.

A visita de Kirchner à Europa, no mês passado, foi uma sucessão de descortêsias desnecessárias. Na Inglaterra, em vez de aproveitar para tirar alguns trocados do primeiro-ministro Tony Blair, ele desperdiçou o encontro reclamando a soberania das Malvinas. Não há urgência em resolver a pendenga em torno das ilhas, motivo de uma guerra entre os dois países em 1982. Na Espanha, Kirchner declarou que "as empresas espanholas se deram melhor do que os argentinos e foram cúmplices das políticas dos anos 90". Os espanhóis são os maiores investidores estrangeiros na Argentina e detêm as principais empresas em setores estratégicos como petróleo, energia elétrica e telecomunicações. Diante das queixas espanholas de que perderam dinheiro na Argentina nos últimos quatro anos, o presidente saiu-se com ironias: "Vocês deveriam demitir seus assessores econômicos porque eu, como sabia da recessão, tirei do país o dinheiro da minha província", disse. Quando governador da pequena Província de Santa Cruz, Kirchner tirou mais de 500 milhões de dólares das contas públicas e depositou em bancos na Suíça e em Luxemburgo. Quem vai se sentir estimulado a investir na Argentina depois de ouvir uma declaração presidencial como essa?

Kirchner faltou a um café-da-manhã em Paris, marcado com empresários franceses, para se encontrar com ativistas dos direitos humanos. Quando o ministro da Economia francês anunciou que visitaria a Argentina, o ministro do Planejamento, Julio De Vido, braço direito de Kirchner, ameaçou: "Se vier falar de tarifas, é melhor que não venha". A França é o terceiro maior investidor na Argentina, com forte presença nas empresas de serviços públicos, cujas tarifas estão congeladas há um ano e meio e que processam o governo por quebra de contrato. Ao receber em Buenos Aires a visita do chefe do FMI, Horst Koehler, Kirchner avisou que sua prioridade era o crescimento econômico, não a disciplina fiscal. E ainda colocou o visitante contra a parede: "O senhor é responsável pela crise argentina". O nó dessa atitude é que a Argentina implora ao FMI por um empréstimo que lhe permita voltar a ter linhas de crédito internacionais. Koehler adiou a decisão sobre o empréstimo para o fim do ano.

O crescimento previsto do PIB argentino é de 5% neste ano. O bom desempenho da economia decorre sobretudo do superávit na balança comercial. O desemprego é alto -- 15,6%, mas mais baixo que os 21% do ano passado. Apesar de todas as suas crises, a Argentina exibe um quadro estrutural favorável ao desenvolvimento e aos investimentos estrangeiros: a escolaridade da população é alta, o setor agropecuário é competitivo e há fartura de recursos naturais. O perigo sempre presente é uma política populista transformar essas vantagens em pó. Kirchner praticamente não recebe empresários na Casa Rosada e anunciou que não irá à cerimônia de abertura da Feira Rural, o maior evento do poderoso setor agropecuário argentino. O que gosta de fazer, na melhor linha do caudilhismo portenho, é visitar escolas, asilos e hospitais na periferia de Buenos Aires. "Esta é a Argentina que está oculta e que os defensores da ortodoxia econômica não vêem", discursou. Kirchner foi eleito com apenas 22% dos votos porque seu adversário, o ex-presidente Carlos Menem, desistiu de disputar o segundo turno. Parece que ele está ansioso por obter o reconhecimento popular que foi impedido de aferir nas urnas. Desde a posse, priorizou ações que visam a depurar algumas das instituições mais impopulares: substituiu juizes corruptos da Corte Suprema e mudou a lei para permitir a extradição de militares acusados de tortura na última ditadura militar. A repercussão doméstica foi tremendamente favorável: a popularidade do presidente chegou a 75%. A questão é até quando ele vai continuar jogando para a torcida.

TEXTO (70)

Edição 1814 . 6 de agosto de 2003

Conjuntura

Um desvio de rota

Os investidores estrangeiros estão colocando seus dólares em outros países. O Brasil teve queda de 50% na atração de capital

Leandra Peres

O Brasil parece estar em um desvio na rota dos negócios internacionais. Nos primeiros anos após o Plano Real, a abertura da economia e a privatização fizeram o Brasil disputar com outros países emergentes o posto de principal destino dos investimentos estrangeiros. Em 2000, entraram no Brasil 32,7 bilhões de dólares, um recorde histórico. O tempo dos investimentos gordos acabou. Neste ano, as empresas estrangeiras devem colocar no Brasil 8 bilhões de dólares, uma queda de cerca de 50% em relação ao ano passado. Embora o problema seja global, o Brasil proporcionalmente perdeu mais que outros emergentes. O México terá recebido no fim do ano 80% do volume de investimentos internados no país em 2002. A China e a Polônia, dois adversários do Brasil na disputa por dólares, devem receber o mesmo montante do ano passado.

O Brasil só entrou na lista dos países capazes de atrair investimentos estrangeiros na década de 90, depois da renegociação da dívida externa e da estabilização da economia. Nos anos 80, o país foi exportador de capital, pois o mercado financeiro internacional se negava a investir num país dado a calotes em sua dívida e com inflação anual na casa dos 1.000%. Para um país com poupança interna baixa, como é o caso do Brasil – apenas 17,96% do PIB contra 35% do PIB na Coreia do Sul –, os investimentos estrangeiros são vitais. O Brasil vem perdendo posições no ranking da atração dos investimentos. "Além de não haver tanta disponibilidade de recursos como nos anos 90, os investidores estão muito cautelosos", diz Fernando Ribeiro, economista-chefe da Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica (Sobeet).

Pelas estimativas do professor José Alexandre Scheinkman, da Universidade Princeton, nos Estados Unidos, a diminuição do investimento estrangeiro no Brasil neste ano pode ser explicada 60% pelas incertezas domésticas e 40% pelo desaquecimento global. Ou seja, é possível melhorar o desempenho brasileiro mesmo num quadro mundial adverso. "O que atrapalha o Brasil atualmente é o receio em relação ao respeito às regras do jogo", afirma o economista. Na avaliação de Scheinkman, a confusão que vem afetando o setor elétrico foi em grande parte herdada do governo anterior e está sendo enfrentada pelo atual. "Na telefonia demos um passo atrás", diz Scheinkman. Segundo ele, a contestação judicial de decisões da Anatel, agência reguladora do setor, é admissível, mas não quando estimulada por setores do próprio governo.

A outra dificuldade enfrentada pelo Brasil na disputa pelos investimentos diretos tem a ver com a estagnação da economia. As empresas estrangeiras que olham o mercado brasileiro reconhecem o potencial de ganho numa economia de 170 milhões de pessoas. Mas, quando essa massa de consumidores está perdendo renda e as perspectivas de crescimento são baixas, o atrativo diminui. "O Brasil é um importante mercado emergente na América Latina. Atualmente, os investidores estão esperando para ver o que acontece. Se a economia entrar em ritmo de crescimento acelerado, essa atitude poderá ser revertida", escreveu Gerd Häusler, diretor do Departamento de Mercados de Capitais Internacionais do FMI. Questões de mais longo prazo como a sustentabilidade das contas públicas também são consideradas pelos investidores na hora de decidir onde aplicar seus dólares. Por isso a aprovação das reformas da Previdência e tributária passa a ser examinada com lupa. "É para as reformas e a qualidade da gestão macroeconômica que os investidores de longo prazo estão olhando", explica Otaviano Canuto, secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda.

Raciocínio semelhante vale para questões como a qualidade da mão-de-obra e a política de ciência e tecnologia. Nesses quesitos o Brasil ainda tem muito a fazer. O investimento do governo em ciência e tecnologia equivale hoje a 0,6% do PIB. Países como Coréia e China investem 2,5% e 1% do PIB, respectivamente.

A saída dos investidores estrangeiros poderia ser compensada por um aumento nos gastos dos empresários nacionais. O que vem acontecendo na prática não é isso. Os dados do IBGE mostram que a poupança interna brasileira, que equivale à capacidade de investimento genuinamente nacional, não cresce significativamente há tempos. Em 1997, era de 17,71% do PIB e no ano passado ainda não havia chegado a 18%. No contexto atual da economia mundial, não se pode esperar que o Brasil volte a receber os 32 bilhões de dólares que entraram em 2000. Mas está claro que o primeiro passo para atrair sócios estrangeiros é recuperar antes a confiança dos próprios investidores brasileiros. "Quando os países empatam em quesitos básicos como a estabilidade macroeconômica, o tamanho do mercado e a mão-de-obra mais barata, as decisões de investir passam a ser tomadas com base em 'pequenas' diferenças como o ambiente tecnológico e o grau de educação da população", avalia Scheinkman. Está passando da hora de o Brasil começar a fazer a diferença.

TEXTO (71)

Edição 1823 . 8 de outubro de 2003

Perfil

A gata de sete fôlegos

Aos 23 anos, rica, famosa e separada três vezes, Deborah Secco anuncia: daqui para a frente, tudo será diferente

Marcelo Carneiro

Não é difícil adivinhar, olhando para as duas fotos publicadas acima, qual a Deborah Secco que povoa a imaginação masculina. Curvilínea, sensual, decote estourando, expressão de quem está pensando naquilo que eles pensam quando a vêem assim. É a Deborah do A, de arteira (ou de "Ah, que vontade de levar essa gata para casa..."). O reforçado currículo artístico-emocional da atriz, impressionante para seus meros 23 anos de idade, confirma a imagem: duas vezes capa de Playboy, dez novelas, patrimônio de 2 milhões de reais, tórridos romances com homens bonitos. O último, com Dado Dolabella, candidato a galzinho global, acabou há menos de um mês com estrépito suficiente para deixá-la em fase de muda. É nesses momentos que aflora com força total a Deborah da foto da direita, uma jovem descontraída que não se contorce em expressões provocantes, fala que quer amadurecer e até cogita em proteger mais a própria privacidade. A Deborah do B (boa moça) anda para lá e para cá com um sujeito de cabelos grisalhos, quase 3 graus de miopia, visivelmente acima do peso e, surpresa, sem crachá de ator ou diretor da Rede Globo. Paulo Maurício Reis, há três meses motorista de Deborah, ainda é capaz de corar quando ouve a gozação da patroa. "As revistas não param de me arrumar namorado, mas o único que toda noite me traz para casa é o Paulo", diverte-se ela. A disposição de aparecer menos e dispensar companhia masculina (além do Paulo) provavelmente terá vida curta, curtíssima. Em uma semana, Deborah estréia na nova novela do horário nobre da Rede Globo, Celebridade. De volta ao palco eletrônico, é quase inevitável que tenha uma recaída na rotina previsível de quem aos 7 anos enviava cartas a programas de auditório e tentava uma chance na televisão, aos 10 já era uma veterana em comerciais, aos 15 comprou o primeiro apartamento, aos 18 estava casada e aos 21, separada.

Na novela será Darlene, manicure que mora no subúrbio do Rio de Janeiro e sonha com o sucesso instantâneo. Em uma das cenas já gravadas, perde (meio de propósito) a parte de cima do biquíni durante uma briga na praia, deixando à mostra

os 235 mililitros de silicone que implantou nos seios há um ano e meio. A gravação, como era de esperar, parou o trânsito carioca. Darlene explora a excelente forma física e sua vida íntima. Lembra alguém? É inevitável pensar na própria Deborah, que com toda sua precocidade é uma das encarnações mais flagrantes da era das celebridades, em que a vida real é quase uma continuação da novela e os namoros envolvem sempre o mesmo grupo de pessoas, a ponto de dar a impressão, aos menos atentos, de que todo mundo faz par com todo mundo. Deborah, produto de seu meio, separou-se do diretor global Rogério Gomes e logo engatou um namoro para casar com o ator-cantor Maurício Mattar, ex de Angélica (que brigou com a Angélica, voltou com a Angélica, brigou de novo, voltou, numa espécie de ciclo sem fim). Rompidos, Deborah amarrou-se, mais para casar ainda, com Dado Dolabella, que é ex de Wanessa Camargo, que já teve rolo com Erik Marmo, que cisca para todo lado no meio artístico e, pelo menos desta vez, parece que não teve nada a ver com a separação de Carolina Dieckmann, mas isso é uma outra história. Retomando, o autor de Celebridade, Gilberto Braga, está satisfeito com a escolha. "Não precisei de um minuto para ver que Deborah era perfeita para o papel." Mas ressalva, cavalheiro: "Isso não quer dizer que há uma mistura entre a personagem e a atriz". Que todo mundo pense o contrário é um dos tributos pagos à fama.

Deborah mantém um bom relacionamento com Dolabella e também com o ex-marido Rogério, mas mostra-se incomodada quando é perguntada sobre a fase com Mattar. "Até as experiências ruins são boas, porque servem para a gente saber o que não quer experimentar nunca mais", elabora, encarnando a Deborah do B. Compenetrada, está estudando história e filosofia, assunto pelo qual se interessou quando leu um livro de mitologia grega ("Nem sabia que aquilo era filosofia"); nas aulas, conta, já passou dos pré-socráticos. Também pensa em cursar faculdade de psicologia, "mas só quando tiver 38 anos", referindo-se provavelmente ao futuro mais distante que a imaginação humana possa alcançar.

Dentro dos estúdios da Rede Globo, é descrita como uma funcionária disciplinada, sem estrelismos nem problemas fora o engorda-e-emagrece que a acomete eventualmente. Deborah tem um salário na faixa dos 20 000 reais mensais, mas é fora da Globo que o seu pé-de-meia infla. Requisitada para campanhas publicitárias, não cobra menos de 150 000 reais por um comercial de veiculação nacional. Aparições em festas saem por 10 000 reais, por um período máximo de duas horas. Boa parte do dinheiro é investida em imóveis. O pulso forte da mãe, a produtora artística Sílvia Secco, evita extravagâncias. "Quase não brigamos. Eu só fui à loucura quando ela vendeu dois apartamentos para fazer uma reforma em casa", diz Sílvia. A obra custou cerca de 200 000 reais, mas Deborah jura que a mãe está exagerando: "Não vendi nada, apenas deixei de comprar". De resto, o que tira a atriz do sério é um bom prato, especialmente depois que, com a ajuda de remédios, controlou a tireóide, encerrando, pelo menos por hora, o efeito sanfona. Parece incrível, mas aqueles 50 quilos acomodados em 1,64 metro se alimentaram de picanha, lingüiça, arroz maluco, batata rosti, palmito e torta de chocolate em um dia de semana, depois das gravações da nova novela. Nessa fase, Deborah Secco só quer mesmo é comer bem, divertir-se e voltar para casa, na companhia do motorista. Pelo menos, até a próxima novela. E o próximo namorado, claro.

TEXTO (72)

Edição 1823 . 8 de outubro de 2003

Saúde

Baratos e eficientes

O consumo de genéricos avança a passos largos, vencendo a resistência dos médicos

Anna Paula Buchalla

Lançados há pouco mais de três anos no Brasil, os medicamentos genéricos, que usam o princípio ativo de remédios com patente vencida, já somam 8% do mercado farmacêutico nacional. Só no primeiro semestre deste ano, as vendas aumentaram 26% em relação ao mesmo período do ano passado. E a estrada do crescimento só começou a ser trilhada. Para se ter uma idéia, nos Estados Unidos, onde são vendidos faz vinte anos, os genéricos respondem por quase metade de todos os remédios consumidos.

As conquistas registradas pelos genéricos ganham ainda mais destaque porque a lei que permitiu a fabricação e a venda desse tipo de medicamento no país contraria interesses econômicos fortes – os dos gigantes da indústria farmacêutica, que empregam bilhões de dólares em pesquisas para a criação de um remédio. O fabricante de um medicamento tem vinte anos de exclusividade para a produção e comercialização do seu produto. Vencido esse prazo, a patente é quebrada e o caminho está livre para os laboratórios de genéricos. Hoje, graças à legislação, de uma simples gripe ao diabetes, 60% de todos os tratamentos prescritos por médicos brasileiros podem ser feitos por meio de genéricos baratíssimos.

Numa farmácia, o consumidor brasileiro pode encontrar, além dos genéricos e dos medicamentos de marca, os remédios similares. Eles já representam 40% do mercado farmacêutico do Brasil. Os similares também são cópias de medicamentos com marcas, só que, ao contrário dos genéricos, eles têm um nome de fantasia e não passaram pelos testes exigidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a Anvisa. Esse tipo de produto pode ser vendido porque, até 1996, o Brasil não dispunha de uma lei de proteção às patentes. Vários similares são vendidos por preços até menores do que os dos

genéricos. Mas a farra deve acabar. Em junho passado, a Anvisa baixou uma resolução obrigando os similares a passar por testes. Isso deverá elevar seus preços, já que esses procedimentos são caros.

Apesar de o segmento de genéricos crescer num ritmo acelerado, há uma importante barreira a ser vencida: a dos próprios médicos. Uma pesquisa da Anvisa mostra que 30% dos médicos brasileiros ainda relutam em prescrever genéricos. Há duas razões para isso. A primeira: a prescrição da marca está enraizada na cultura médica – muitos profissionais até desconhecem o nome de um princípio ativo de um medicamento. A segunda: ainda existe uma forte desconfiança em relação aos genéricos. Segundo o levantamento, 13% dos especialistas disseram conhecer casos em que o genérico apresentou problemas de eficácia ou de efeitos colaterais inesperados. Há médicos, ainda, que torcem o nariz para a procedência da matéria-prima desses remédios, especialmente os importados, que representam 20% do total. "Não me sinto seguro em prescrever um princípio ativo fabricado na Índia", disse a VEJA um médico paulista.

"Não existe nenhuma prova que conteste a eficácia dos genéricos", afirma Vera Valente, diretora executiva da Pró Genéricos, associação que reúne as principais empresas do setor. O rigor da fiscalização, aqui, segue os moldes de países como Estados Unidos e Canadá. Do ponto de vista do paciente, quanto mais genéricos melhor. Os grandes beneficiados são os aposentados e os portadores de doenças crônicas, obrigados a tomar remédios por toda a vida. Com esse tipo de medicamento, o preço de um tratamento para a hipertensão, por exemplo, pode ser reduzido em até 60% ao ano. Os genéricos são um mercado tão promissor que alguns gigantes da indústria farmacêutica resolveram fabricá-los.

TEXTO (73)

Edição 1823 . 8 de outubro de 2003

Justiça

Loteria do dano moral

400 000 ações de indenização tramitam nos tribunais do país

Adriana Negreiros

A estudante carioca Tatiana Gomes, de 20 anos, perdeu a comanda de um bar e acabou pagando 50 reais por dois refrigerantes. Processou a casa noturna, que foi condenada a pagar-lhe uma indenização de 2 800 reais. Pedro Schneider, gerente de um posto de gasolina na Serra Gaúcha, teve os filmes de uma viagem aos Estados Unidos extraviados pela loja de revelação. Obteve sessenta salários mínimos como compensação. Essas indenizações foram concedidas com base no chamado dano moral, mais uma figura jurídica que está se tornando uma bola-de-neve dos tribunais. Já há mais de 400 000 ações por danos morais tramitando em todos os níveis da Justiça, segundo levantamento feito pela advogada paulista Marianna Figueiredo. Só no Superior Tribunal de Justiça, onde vão parar as contestações, contavam-se, há poucos dias, 2 336 causas desse tipo nas mesas dos ministros.

Embora ainda se esteja distante do que se vê a toda hora nas cortes dos Estados Unidos, com processos milionários, a avalanche de ações já demonstra que há – no meio de casos bastante justos – também muitos brasileiros tentando obter reparações financeiras pela via judicial, mesmo em situações nas quais se poderiam imaginar várias alternativas para punir quem causou algum dano, perda ou desconforto a uma pessoa. Boa parte dos juízes tem cuidado na fixação de indenizações. "Eles têm o desafio de compreender se houve mesmo dano moral ou se se trata de um exagero de quem aciona a Justiça", avalia o advogado Wilson Mello, especialista no assunto. No Senado, tramita um projeto de lei que propõe um teto de 180 000 reais para essas indenizações. Isso evitaria situações estapafúrdias como a de um banco condenado a pagar 258 milhões de reais a um correntista por ter devolvido um cheque apesar de ele ter saldo em conta. O STJ baixou essa conta para vinte salários mínimos.

A Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica recomenda a seus sócios que, antes de submeterem o paciente a uma cirurgia, o façam assinar um termo em que se diz ciente dos riscos decorrentes da intervenção, para evitar processos movidos por pessoas que não fiquem satisfeitas com o resultado da operação. Na outra ponta dessa corda, advogados vêm se especializando nesse tipo de causa. Sergio Tannuri, que tem escritório em São Paulo, já atuou em cerca de 400 desses processos. "A indústria de indenizações cresce a cada dia e vi nisso um nicho de mercado", ele conta. Em média, um advogado fica com 20% do valor da indenização como honorários.

Um dos primeiros processos por dano moral no Brasil foi julgado em 1913, quando uma viúva ganhou uma indenização pelo sofrimento de perder o marido num acidente de trem no Rio de Janeiro. Mas a consagração do tema deu-se na Constituição de 1988, em que ele aparece no primeiro capítulo, com o reforço do Código de Defesa do Consumidor, mais recente. Como outras ondas que atulharam os tribunais, essa também já preocupa as autoridades maiores do Judiciário. Ouvido pelo site Consultor Jurídico a respeito dos casos de ações indenizatórias contra órgãos de imprensa, o ministro do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio Mello chamou essa febre indenizatória de "verdadeira loteria esportiva".

TEXTO (74)

Edição 1823 . 8 de outubro de 2003

China

O lado sombrio da China

No país que mais cresce, as mulheres são até vendidas como escravas sexuais

A China impressiona pela rapidez de seu crescimento econômico, o mais acelerado do mundo. Nos últimos 25 anos, 400 milhões de chineses passaram para o lado bom da linha de pobreza e se tornaram consumidores de produtos modernos. O desenvolvimento, contudo, é desigual. Dois terços do 1,3 bilhão de chineses vivem em áreas rurais muito pobres. Existe brutal diferença entre o modo como vive a população nas cidades e no campo – e isso é mais agudo no que se refere às mulheres, pelas quais a cultura chinesa tradicional não tem muita consideração. "A apenas duas horas de carro de uma grande cidade como Xangai, a vida chinesa segue como há 500 anos", disse a VEJA Xinran Hue, a escritora chinesa de maior sucesso no Ocidente e que hoje vive em Londres. "Em 1996 fui a uma aldeia numa das áreas mais pobres da China. Lá conheci uma família em que oito irmãs dividiam uma única roupa. Por causa da pobreza, elas faziam rodízio para usar uma calça e sair de casa." As mulheres daquela região não têm o direito de se alimentar como os homens. Só eles podem comer o pão típico do lugar, chamado mo, preparado com os melhores grãos. As mulheres e as crianças sobrevivem à base de um mingau ralo de trigo.

O que Xinran viu com os próprios olhos não é um fato isolado. Em um relatório recente sobre a China, o Banco Mundial surpreende-se por ter encontrado "evidências de que as garotas em áreas pobres obtêm menos assistência médica e alimentação menos nutritiva do que os garotos". Em algumas áreas rurais, a maior honra na vida de uma chinesa é reservada para quando ela dá à luz um filho. Nesse dia, ela recebe uma tigela de ovo com açúcar misturados em água quente. O mesmo privilégio não é dado no caso do nascimento de uma menina. A China é um dos raros países em que há menos mulheres do que homens, numa proporção de 118 para 100. A desproporção inusitada entre os sexos é a decorrência lógica de 4.000 anos de preferência por filhos. Desde os tempos de Confúcio, só os filhos podem oferecer sacrifícios aos espíritos domésticos, herdar o nome e a propriedade da família. Também é costume a entrega de um dote a cada uma das filhas por ocasião do casamento. Elas, que tradicionalmente deixam a casa dos pais quando se casam e vão viver com os sogros, foram por séculos consideradas um investimento sem retorno financeiro.

A política do filho único, instituída pelo governo comunista em 1979, transformou o infanticídio das meninas num fenômeno de proporções monumentais. Em certas províncias, morrem antes de completar 1 ano de idade 82 de cada 1.000 bebês femininos. A mortalidade entre meninos é de apenas 34 por 1.000. Em qualquer país, esses números teriam causado alarme entre as autoridades e os médicos. Na China, ninguém dá a mínima. O governo proibiu o uso de exames de ultrassom para determinar o sexo do feto, pois são usados para que a mãe possa se livrar das meninas antes mesmo que nasçam. Na prática, nada mudou. Um fenômeno decorrente da falta de mulheres é o seqüestro delas para ser vendidas como esposas. Em certos lugares, irmãos muito pobres compram uma única esposa e a compartilham, para garantir a continuidade da família. De acordo com dados oficiais, entre 1990 e 1998 a polícia libertou 65.000 mulheres casadas à força e mantidas como verdadeiras prisioneiras da família do marido.

Xinran Hue, cujo livro *As Boas Mulheres da China* reúne quinze histórias reais de miséria feminina no país, relata o caso de uma menina de 12 anos vendida como esposa a um velho aleijado de 60 anos e mantida acorrentada para evitar que fugisse. A escritora conseguiu que a polícia libertasse a garota, que tinha a cintura em carne viva devido ao atrito da corrente. Em lugar de agradecimentos, o que ouviu foi advertências. "Esse tipo de coisa acontece muito. Se todo mundo reagisse como a senhora, morreríamos de tanto trabalhar", disse um policial. "E, de toda forma, é um caso perdido. Esses camponeses vão fazer de tudo para conseguir uma mulher e gerar herdeiros." Não é sem motivo que a China se tornou o único país em que o número de mortes por suicídio é maior entre as mulheres. Com um quinto da população mundial, a China responde por 55% dos casos femininos. Na maioria dos países, as mulheres escolhem métodos pouco radicais – pílulas em lugar de armas –, e a maioria sobrevive. Já as chinesas ingerem pesticida, fácil de encontrar no campo, e quase sempre letal. Uma das causas para o suicídio feminino é a violência doméstica. Estima-se que atinja uma em cada três chinesas casadas – e isso ocorre tanto no campo quanto nas cidades modernas. Em casas tradicionais, não apenas o marido tem o direito de espancar a esposa. Ela também pode ser o saco de pancada da sogra e dos cunhados. No ano passado, o governo concedeu às chinesas o direito de pedir o divórcio sob alegação de sofrer maus-tratos em casa. Mesmo assim, a maioria não deixa o marido, pois o divórcio é um estigma nas famílias chinesas.

TEXTO (75)

Edição 1823 . 8 de outubro de 2003

Especial

Os católicos contra-atacam

Com a estréia de padre Marcelo no cinema, a Igreja abre mais uma frente em sua disputa com os evangélicos

Marcelo Marthe e Ricardo Valladares

Marcelo Rossi, o padre mais popular da Igreja no Brasil, agora é estrela de cinema. *Maria, Mãe do Filho de Deus* começa a ser exibido em circuito nacional na próxima sexta-feira. Grande vendedor de discos, apresentador de programas de rádio e televisão, Marcelo Rossi chega agora ao cinema interpretando dois papéis no mesmo filme. Padre de perfil moderno, vivendo em São Paulo, sempre animando auditórios e dando entrevistas à televisão, Marcelo Rossi faz no filme o papel de um pároco do interior. Numa história paralela, encarna o Arcanjo Gabriel, que anuncia à Virgem Maria que ela dará à luz Jesus Cristo. Com orçamento de 6,8 milhões de reais, *Maria, Mãe do Filho de Deus* é uma das produções mais caras feitas no Brasil. Custou menos que *Carandiru*, por exemplo (12 milhões de reais), mas quase o dobro de *Xuxa e os Duendes* (3,8 milhões de reais). Espera-se que atraia ao menos 2,5 milhões de espectadores aos cinemas – um público à altura do investimento. A julgar pelas primeiras reações, as chances são muito boas. Na semana passada, o filme teve uma pré-estréia em Natal, capital do Rio Grande do Norte. Atores famosos do elenco, como Giovanna Antonelli e Luigi Baricelli, ambos estrelas da Rede Globo, não participaram do evento, mas o anúncio de que o padre Marcelo daria o ar de sua graça bastou para causar alvoroço. Uma multidão se formou na rua e sete salas de cinema se encheram para vê-lo, ao vivo e na tela. Numa das sessões, ele advertiu a platéia: "Espero que vocês tenham trazido o lenço, porque a história faz chorar".

Marcelo Rossi, um pop star, um personagem da mídia (ou de várias mídias), entra também nas telas do cinema, mas é sempre importante acrescentar, no seu caso, que sua atividade básica é ser padre. Entre suas tarefas principais está a de continuar na função de soldado na guerra que a Igreja Católica vem travando há pelo menos três décadas para estancar a debandada de seus fiéis para outras hostes, sobretudo a evangélica, que triplicou seu percentual de adeptos entre a população brasileira em trinta anos. Os passos que Marcelo Rossi dá em sua carreira artística são vigiados e direcionados pela instituição a que ele pertence. E, quando ele diz, como vem dizendo, que *Maria, Mãe do Filho de Deus* tem como principal objetivo trazer ovelhas para o rebanho católico, deve-se levá-lo muito a sério.

Para viabilizar a produção de *Maria, Mãe do Filho de Deus*, o padre Marcelo deu uma cartada comercial ousada. Ele saiu da gravadora Universal, onde lançou seus maiores sucessos fonográficos – entre eles *Músicas para Louvar o Senhor*, que atingiu a vendagem recorde de 3,2 milhões de CDs –, e migrou para a concorrente Sony. Explica-se: a Sony, além de lançar discos, tem um forte braço cinematográfico, a Columbia – que investiu 1,9 milhão de reais para distribuir *Maria, Mãe do Filho de Deus* em 250 salas do país. O padre Marcelo abriu mão de cachê para atuar, mas conseguiu fechar um contrato pelo qual 50% do lucro será aplicado em obras sociais de sua igreja, o Terço Bizantino. Estima-se que esse lucro seja de 500.000 reais.

O roteiro de *Maria, Mãe do Filho de Deus* narra duas histórias em paralelo. Uma delas passa-se no presente, no interior do Brasil. As filmagens foram feitas no Rio Grande do Norte e no Rio de Janeiro. A segunda é a história de Jesus Cristo (interpretado por Luigi Baricelli, que emagreceu 8 quilos para filmar a via-crúcis), mas com destaque especial para a personagem da Virgem Maria. No primeiro enredo, o padre Marcelo é o pároco de um vilarejo nordestino e Giovanna Antonelli, a mãe da garotinha Joana (Ana Beatriz Cisneiros, de 5 anos, que chegou a lhe dar bronca numa cena em que ele errou três vezes sua fala), supostamente desenganada pelos médicos. No dia em que vai retirar o resultado de exames importantes feitos pela menina, a mãe, aflitíssima, a deixa sob os cuidados do padre. Para entreter a garota, ele lhe conta a vida de Jesus, que ela vai aproximando dos cenários e dos rostos que conhece: o Oriente Médio se transforma no sertão, a Virgem ganha a face de sua mãe (ou seja, da bela Giovanna), o Diabo é o excelente José Dummond, um ator com biótipo marcadamente nordestino, e o Arcanjo Gabriel tem o corpo do padre Marcelo, as feições do padre Marcelo e o jeito de falar do padre Marcelo – o sacerdote, além de recusar as asinhas que sugeriram que usasse, não tentou *interpretar* o anjo e limitou-se a agir como ele mesmo.

No filme, como sugere seu título, o personagem de Maria ganha destaque – uma escolha que não tem nada de acidental. A devoção a Nossa Senhora é uma característica exclusiva do catolicismo. Nenhuma religião evangélica partilha desse culto, e há os que são hostis a ele, como mostrou o chocante episódio em que um pastor da Igreja Universal do Reino de Deus chutou, durante um programa de televisão, uma imagem da Virgem. Por causa disso, e também porque a Mãe de Deus é uma figura conciliadora, que evoca doçura e paciência, o marianismo vem sendo uma peça importante em todas as estratégias de catequizações dos católicos. O próprio papa João Paulo II tem sido seu incentivador. Ele adotou o dístico latino Totus Tuus, Maria (Totalmente Teu, Maria) e atribuiu a Nossa Senhora de Fátima o fato de ter escapado do atentado que sofreu em Roma, em 1981. Curiosamente, os Evangelhos não são muito ricos em informações sobre a Virgem – seu papel diminui na narrativa à medida que a de Jesus cresce. Entre os relatos da crucificação, por exemplo, só o do evangelista João a menciona. No filme do padre Marcelo, ao contrário, Maria aparece em diversos episódios: a ressurreição de Lázaro, o perdão a Maria Madalena, a aparição de Jesus aos discípulos. A elaboração do roteiro contou com a consultoria de dom Fernando Antonio Figueiredo, bispo da região paulistana de Santo Amaro e superior de Marcelo Rossi. Foi ele quem deu o viés marianista ao filme. "A supervisão de dom Fernando era necessária para que aquilo que está sendo dito e projetado à população esteja de acordo com o Evangelho e a doutrina da Igreja, para que o filme transmita os ensinamentos que entendemos como corretos", diz o bispo Orani João Tempesta, presidente da comissão episcopal para a cultura, educação e comunicação social da CNBB.

O padre Marcelo ordenou-se há menos de uma década, em 1994. Começou a chamar a atenção por volta de 1998, celebrando missas que tinham sessões de aeróbica, muita dança e cantoria – e eram capazes de encher estádios. Os feitos do jovem padre, hoje com 36 anos, puseram em evidência um debate que já vinha ocorrendo fazia algum tempo no interior da Igreja. Houve uma época em que os padres se dividiam em duas correntes principais. Ou eram conservadores, tradicionalistas, ou se inclinavam menos pela doutrina e mais para as questões sociais, de preferência casando teologia e pensamento de esquerda. Surgiu depois um terceiro ramo, os adeptos da Renovação Carismática, que defendiam que a tarefa mais urgente não era social, mas espiritual, e que a missa tinha de modernizar-se e tornar-se mais viva, talvez até mesmo mais próxima dos cultos evangélicos, para deixar de afastar os fiéis.

Esse debate ainda não se esgotou, mas, pelo menos no Brasil, mudou de figura. O pêndulo vem se inclinando para o lado dos carismáticos. "Hoje esse movimento é o que demonstra maior capacidade de irradiar a fé católica junto à população. E por isso deve ser bem-vindo", diz dom Ivo Lorscheiter, um ferrenho expoente da ala esquerda da Igreja e antigo crítico da Renovação Carismática. Também as estatísticas oferecem indicadores curiosos. Do ponto de vista da formação e do exercício da religião, há dois tipos de padre católico, os diocesanos, ligados diretamente às paróquias, e os padres de congregações religiosas (os beneditinos, franciscanos, e assim por diante). Embora se possa dizer que existe uma crise geral no número de ordenações de sacerdotes, o problema é maior no segmento das congregações. Ora, foi justamente nesse meio que floresceram movimentos politizados como o da Teologia da Libertação, hoje em baixa. Nas dioceses, por outro lado, a Renovação Carismática vem encontrando um terreno fértil para crescer, com seus grupos de oração e missas festivas. "Há uma maior procura vocacional nessa área", diz a socióloga Sílvia Fernandes, do Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais, braço da CNBB na área de pesquisas.

Juntamente com uma tolerância maior para as missas que escapam do antigo figurino, cresce na Igreja o sentimento de que é preciso usar ferramentas como a mídia e até mesmo o marketing para propagar a mensagem católica. Embora não seja um órgão da CNBB, o Instituto Brasileiro de Marketing Católico, criado em 1998 por um leigo ligado ao movimento da Renovação Carismática, o publicitário paulista Antonio Miguel Kater Filho, conta hoje com a simpatia de vários bispos influentes no país. O primeiro presidente da entidade foi dom Fernando, o superior do padre Marcelo. O padre Marcelo, aliás, esteve entre os primeiros a participar dos cursos promovidos por Kater Filho. Outro entusiasta das atividades do instituto é dom Cláudio Hummes, cardeal-arcebispo de São Paulo, que já fez inclusive palestras em seus encontros. "Aos poucos, cresce entre os bispos a consciência de que o marketing não é uma arma diabólica do capitalismo. Nos dias de hoje, é uma ferramenta indispensável para a reaproximação com os fiéis", diz Kater Filho.

O instituto, hoje presidido por dom Murilo Krieger, arcebispo de Florianópolis, promove anualmente um encontro de marketing que reúne membros da Igreja e publicitários simpatizantes. Sua estrutura é pequena – na sede do IBMC em Campinas, quem atende ao telefone é o próprio Kater Filho. Mas não há dúvida de que se tornou uma referência – principalmente para a ala da Renovação Carismática. Nos cursos do instituto, os padres aprendem noções de comunicação, desde como se portar diante das câmeras até como descomplicar o modo de falar. Entre os temas abordados pelo instituto estão a necessidade de modernizar o sistema de som das paróquias, para que os sermões se tornem mais audíveis, e até repensar os horários das missas – elas tradicionalmente ocorrem de manhã bem cedo ou no fim da tarde, horários que já não condizem com a rotina da maioria dos brasileiros.

Naquilo que se poderia batizar de "indústria cultural cristã", católicos e evangélicos mantêm uma disputa acirrada e, no momento, equilibrada (*veja quadro ao lado*). A exceção é a TV. A Igreja admite que os evangélicos estão na dianteira nessa área, e assume a culpa por isso. "Até os anos 40 e 50, a Igreja tinha um trabalho de comunicação muito eficiente, no rádio por exemplo. Mas não lidamos com a televisão da maneira como deveríamos ter feito", diz o bispo Orani. "Durante muito tempo, a Igreja encarou a televisão de forma acanhada demais", acrescenta Kater Filho, do Instituto Brasileiro de Marketing Católico. Atualmente, a inteligência católica não pára de produzir estudos e reflexões sobre o assunto – e visualiza inclusive uma ação integrada na área.

Existem hoje três redes de televisão católicas no Brasil – a Rede Vida, a Canção Nova e a Século 21. Uma quarta está em via de ser criada. Todas são anãs se comparadas à Rede Record, propriedade da Igreja Universal do Reino de Deus. A Rede Vida é a mais antiga. Ela atinge praticamente 100% do território nacional, mas sua programação, marcada pelo ecletismo, tem audiência insignificante. Cada facção da igreja tem seu programinha no cardápio: há horários para a oração, mesas-redondas para discutir questões do país e até transmissões de futebol da série B. A rede com a estratégia mais agressiva de crescimento é a Canção Nova. Seu criador é o padre Jonas Habib, que trabalha com jovens desde 1966 e teve um papel importante na trajetória do padre Marcelo. "Ele vive dizendo que sou seu pai espiritual", diz o padre Jonas. Segundo ele, foi num encontro de jovens no fim dos anos 80 que o estudante de educação física Marcelo Rossi optou pelo sacerdócio. "Ele estava num dilema e veio conversar comigo. Deu no que deu."

A sede da Canção Nova ocupa 35 hectares em Cachoeira Paulista, no interior de São Paulo. Lá foi criado um misto de central de produção e comunidade religiosa com 580 integrantes, todos eles trabalhando em comunicação – seja na TV, na rádio ou na internet. Mais de 200 pessoas moram em apartamentos comunitários com alas para solteiros e casados. Há alguns casais de namorados, mas o padre Jonas diz que nunca se registrou nenhum incidente do tipo "gravidez indesejada". "Quem vem para cá se dedica aos ideais católicos", afirma. Com o lema "Troque de canal – mude de vida", a rede exibe missas e programas de oração, mas tem também atrações como o *Semeando Esperança*, apresentado pela atriz Myrian Rios, que é uma espécie de show de entrevistas em que convidados como a cantora Fafá de Belém e o ator Raul Gazolla falam de suas experiências religiosas.

A Canção Nova recebeu sua primeira emissora no final do governo Sarney, em 1989. A segunda foi adquirida em 1997 por 4,5 milhões de reais. Sua malha de retransmissoras vem se expandindo rapidamente. A rede tem 268 já regularizadas e 685 pedidos transitando no Ministério das Comunicações. O desejo é chegar aos rincões mais distantes do país. "Contamos com a ajuda de políticos católicos nesse trabalho", diz o padre Jonas. O nome mais expressivo entre esses políticos é o do senador e ex-vice-presidente Marco Maciel. Ao contrário do que ocorre entre os evangélicos, porém, não existe uma "bancada católica" articulada. "Somos um grupo relativamente grande, de cerca de 170 parlamentares, mas não se pode dizer que agimos em bloco. Nunca fizemos sequer uma reunião", diz Maciel.

Os números do censo demonstram que em apenas trinta anos, entre 1970 e 2000, o percentual de adeptos das religiões evangélicas triplicou, chegando à marca de 16% da população. Novas seitas surgem com frequência e as já consolidadas alardeiam seu vigor construindo templos cada vez maiores. A Igreja Universal do Reino de Deus, do bispo Edir Macedo, a que apresentou crescimento maior na última década, passou de menos de 300.000 a mais de 2 milhões de adeptos. Desde seus primórdios, a Universal investiu pesado na aquisição de emissoras de rádio e televisão e tornou-se o melhor exemplo da importância do uso da mídia para atrair fiéis. Com uma década de atraso, os católicos resolveram enveredar pelo mesmo caminho. "Com o crescimento dos carismáticos, o catolicismo brasileiro aproxima-se do modelo americano, ou seja, passa a empregar técnicas profissionais e cada vez mais variadas de difusão de sua doutrina num ambiente de competição agressiva com as igrejas evangélicas", diz o sociólogo Alexandre Brasil Fonseca, especialista no estudo de religiões. O lançamento de *Maria, Mãe do Filho de Deus* se encaixa nesse quadro – embora muitos espectadores, e principalmente espectadoras, acabem se esquecendo disso ao ver o padre Marcelo de túnica azul e rosto iluminado, como Arcanjo Gabriel.

TEXTO (76)

Edição 1831 . 3 de dezembro de 2003

Automóveis

A Ferrari da Ford

O carrão de 150 000 dólares é uma recriação do GT 40, um ícone dos superesportivos

O 2005 GT só chegará às lojas em abril do próximo ano, mas na semana passada a Ford parou de aceitar encomendas na Europa. O motivo é que a demanda superou todas as previsões. Nos últimos meses, 2.150 interessados cadastraram-se nos revendedores europeus ou na internet para comprar o carro. Serão produzidos 4.500 exemplares, e a cota destinada à Europa é de apenas 101. Os compradores serão escolhidos a dedo. Nos Estados Unidos, também se deu prioridade aos pedidos de celebridades – estão na fila os atores John Travolta e Nicolas Cage e o apresentador de TV Jay Leno. Em agosto, um protótipo do 2005 GT foi leiloado em Los Angeles e alcançou o valor astronômico de 550.000 dólares, mais que o triplo do preço de tabela do carro. Não há previsão de importação para o Brasil. Se viesse para cá, não seria vendido por menos de 1 milhão de reais.

O carro que desperta tanto interesse é a recriação moderna de um ícone da indústria automobilística americana: o GT 40, esportivo criado no início dos anos 60, a pedido de Henry Ford II, para enfrentar os carros europeus que dominavam as provas esportivas. Em 1966, o GT 40 deu um banho na Ferrari na disputa das 24 Horas de Le Mans e virou lenda. Desta vez, a esperança da Ford é repetir a fórmula do Dodge Viper, superesportivo que tirou a Chrysler da falência em 1996. Nos últimos dois anos, a Ford perdeu 6,5 bilhões de dólares e precisa urgentemente de uma injeção de prestígio. A tarefa de desenhar o 2005 GT foi entregue a um designer da própria Ford, o colombiano Camilo Pardo. Ele manteve do modelo original o suficiente para permitir uma associação imediata entre os dois carros. Fora isso, trata-se de um esportivo com recursos de estilo que só a tecnologia moderna permite. O GT é totalmente de alumínio, da carroceria ao motor. A estamparia das chapas foi feita com ar em alta pressão. O motor tem 500 cavalos, potência que possibilita ao carrão chegar aos 300 quilômetros por hora. Isso significa que o esportivo da Ford tem o preço da Modena, a mais barata das Ferrari, mas competirá em desempenho com a Ferrari 575 Maranello, que custa 100.000 dólares a mais. Por dentro, o 2005 GT é espartano, e as mordomias se resumem a um aparelho de CD e ar-condicionado. "Nossa preocupação com o interior do carro era transmitir ao motorista a sensação de estar domando um motor superpotente", explica Camilo Pardo. Para os apaixonados por esse ícone americano, isso é mais do que suficiente.

TEXTO (77)

Edição 1831 . 3 de dezembro de 2003

Aviação

A Varig vai à luta

Empresa usa prejuízo menor como arma para ganhar espaço na discussão sobre o futuro da aviação civil

Lucila Soares

Há seis meses, o destino da Varig parecia selado. A maior companhia aérea brasileira atingira o ápice de uma crise financeira que se arrastava desde meados dos anos 90. O prognóstico era dos piores, agravado pela frágil saúde financeira de toda a aviação civil no Brasil e no mundo. Em junho, faltava dinheiro até para comprar combustível. No processo de fusão com a TAM, a Varig vinha sendo tratada como um conglomerado antiquado, inchado e ineficiente, que não resistiu à entrada no mercado de concorrentes mais modernos e dinâmicos. O fim da crise está longe, muito longe. Mas o último balanço mostrou que a situação está ficando menos pior. Depois de amargar um monumental prejuízo de 2,8 bilhões de reais no ano passado, a Varig entrou numa rota de recuperação (*veja gráfico*). E mudou de tom. A estratégia é tentar convencer investidores, credores e governo de que suas dificuldades atuais se devem a regras de competição iníquas e de que a empresa é financeiramente viável.

Em seu novo discurso, a Varig reivindica também o reconhecimento do que considera sua natural vocação, que é ocupar, no mercado mundial, o posto de grande companhia da América Latina – desde que receba substancial injeção de recursos. "A Varig precisa de capitalização para sair de uma crise à qual foi levada por uma política injusta", resume Luiz Martins, 57 anos, vice-presidente executivo da empresa desde agosto. Como arauto dessa cruzada de convencimento, Martins não se limita a queixas genéricas sobre as alegadas injustiças. Afirma que a companhia fez sua parte no esforço de recuperação e cobra do atual governo a conta de várias atitudes de governos passados, entre elas o congelamento de tarifas a partir do Plano Cruzado, que deu origem a uma megaconta de quase 4 bilhões de reais que a Varig está cobrando do governo na Justiça. A empresa invoca ainda o fato de que, no mundo todo, governos já socorreram companhias aéreas em dificuldade.

O que, à primeira vista, parece apenas o simples e velho chororô empresarial é uma bem calculada manobra. Seu objetivo é transformar a melhora no resultado operacional em trunfo na discussão sobre o futuro da aviação civil brasileira. No futuro próximo, o alvo da Varig é a fusão com a TAM, uma idéia que nasceu abençoada por muitos e hoje tem poucos defensores de peso. Contam-se nos dedos os que ainda apostam nela. Entre esses não estão as duas empresas, ainda que seus executivos não o admitam publicamente. O motivo principal é o efeito surtido pelo *code share*, a operação conjunta entre Varig e TAM iniciada em março. Com ele, foi possível adaptar a oferta de assentos à demanda dos passageiros e acabar com a superposição de linhas, o que contribuiu para melhorar a situação das duas companhias e, por tabela, para equilibrar o mercado inteiro. O efeito positivo do *code share* foi turbinado por uma conjuntura externa favorável, com redução no ritmo de alta do petróleo e câmbio sob controle. Como, no fundo, ambas as empresas só engoliam a fusão porque, no auge da crise, ela aparecia como a única saída, agora parece remota a possibilidade de que o projeto decole.

O novo panorama já provocou dois movimentos sintomáticos quanto ao futuro da fusão. O banco Fator, contratado para desenhar o modelo da nova companhia, está refazendo todo o projeto. E o governo começou, na semana passada, a avaliar o *code share* para verificar possíveis efeitos negativos para o consumidor e para a concorrência. Ou seja, a previsão é de que, beneficiadas por um mecanismo destinado a pavimentar o caminho até a fusão, as empresas queiram agora manter apenas a associação operacional, desistindo da sociedade. A questão é que, nos termos em que está operando, o *code share* praticamente acaba com a concorrência nas principais linhas internas. O secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, José Tavares, considera difícil mantê-lo nos termos atuais. Mas não vê, em princípio, impedimento para que TAM e Varig mantenham alguma operação conjunta, ainda que a fusão não saia. "A fusão importa pouco. O que importa é que o país tenha regras para a aviação civil que garantam a viabilidade das empresas, para que elas possam prestar um serviço eficiente por um preço justo", disse Tavares a VEJA na semana passada.

A grande pergunta é, portanto, que conjunto de regras deve ser esse, num setor que está em crise no mundo todo, em boa parte porque a aviação civil tem uma equação financeira naturalmente desfavorável. Sofre de imediato os efeitos de qualquer turbulência econômica – e isso é o que não tem faltado nos últimos anos –, tem alto custo de manutenção para garantir a segurança nos vôos e seu principal insumo é derivado de petróleo. No Brasil, as empresas aéreas ainda enfrentam problemas locais, como a carga tributária. Enquanto nos Estados Unidos a passagem aérea paga 8,5% de impostos, aqui a taxa chega a 34%. No combustível, as brasileiras gastam 6,5% a mais que as estrangeiras por causa do PIS/Cofins. Fica efetivamente mais difícil competir. No caso específico da Varig, a companhia foi profundamente abalada pela abertura comercial, que expôs à concorrência um mercado no qual ela reinara absoluta durante a maior parte de sua existência. Nada disso, é claro, pode nublar algumas deficiências históricas da Varig – conhecidas de todos – que a ajudaram a aterrissar no matagal onde se encontra atualmente: a empresa, ao longo dos anos 80 e 90, foi fossilizando sua administração, demorou a fazer os ajustes necessários e tem uma estrutura de poder antiquada.

Agora o futuro da companhia está diretamente ligado ao projeto brasileiro para a aviação civil, que deverá estar definido até o fim de março de 2004. A empresa demitiu mais de 2.000 funcionários desde o ano passado (tem hoje 14.000 empregados contra 28.000 em 1994), devolveu aviões, estabeleceu um cronograma para regularizar débitos fiscais da ordem de 880 milhões de dólares. Conseguiu limpar a área com a BR, algo vital para quem gasta 250 milhões de dólares por ano em combustível, e renegociou em termos mais favoráveis boa parte de suas dívidas com outros credores. Seu resultado decorrente da operação dos vôos teve uma melhora espetacular: saiu de um prejuízo de 15 milhões de reais no ano passado para um lucro de 360 milhões de reais até outubro deste ano. Mas a Varig possui um patrimônio negativo de 5,1 bilhões de reais, o que significa que, se vendesse tudo o que tem, o resultado não seria suficiente para honrar todas as dívidas.

"Foi uma reestruturação forçada, que melhorou a operação, mas não resolveu o endividamento, que é o ponto principal", analisa Paulo Sampaio, consultor do mercado de aviação civil. Dentro do governo, há quem acredite na necessidade

estratégica de uma companhia aérea nacional forte e quem aposte num mercado mais pulverizado para favorecer a competição. Até agora, o primeiro grupo, do qual fazem parte o ministro da Casa Civil, José Dirceu, e o da Defesa, José Viegas, apostava na fusão e se dispunha a apoiar uma operação que demandaria recursos da ordem de 600 milhões de reais. Resta saber como se comportará essa ala sem a associação entre as duas empresas. Disso depende o futuro da Varig.

TEXTO (78)

Edição 1831 . 3 de dezembro de 2003

Especial

O gigante quer proteção

Eurípedes Alcântara e Eduardo Salgado

O estrondoso crescimento americano anunciado na semana passada mascarou temporariamente uma questão de fundo que vem sendo discutida nos Estados Unidos e que pode ter profundas repercussões em todo o mundo. Ela diz respeito à crescente inclinação protecionista de parte do empresariado e do Congresso americanos com aberto incentivo do governo de George W. Bush. O crescimento anualizado da economia americana no terceiro trimestre foi de espetaculares 8,2%, marca atingida pela última vez há vinte anos. A estimativa mais conservadora para o crescimento em 2003 é de 3%. Em 2004, a máquina de riqueza americana promete despejar um crescimento de 4,5%. São números estonteantes para uma economia madura e estabilizada. Em sua coluna no jornal *The New York Times*, o economista Paul Krugman se perguntava se as boas notícias iam continuar. Ele mesmo respondeu: "Nem tudo está bem. As ações protecionistas dos Estados Unidos não são ainda uma torrente, mas está claro que o governo perdeu o juízo também nesse campo". Outros influentes economistas americanos, como Martin Feldstein, respeitado professor de Harvard, e Alan Greenspan, presidente do banco central americano e sumo sacerdote do capitalismo global, definem a escalada protecionista americana como um perigo para a prosperidade mundial ainda maior que o terrorismo. Disse Greenspan: "É imperativo que o protecionismo que se insinua em toda parte neste país seja confrontado e revertido".

Protecionismo é a defesa que os países armam com tarifas e outras barreiras para encarecer, dificultar e até impedir a venda de produtos importados em seus mercados internos. Em maior ou menor grau, todo país o pratica. Apenas em poucos momentos da história algumas nações se sentiram fortes o bastante para dispensar os controles em seu comércio com o exterior. Isso ocorreu com a Inglaterra após a Revolução Industrial, no fim do século XIX. O Japão também, no mesmo período histórico, baixou toda a guarda, mas por outras razões. O governo japonês fez uma tentativa desesperada de modernizar o país atraindo produtos, empresas e tecnologias do Ocidente sem nenhuma restrição. Nesse momento, conhecido como Restauração Meiji, o Japão saiu do estágio atrasado em relação aos países ocidentais e cimentou o crescimento que teria a seguir.

Seletivamente, os Estados Unidos já são protecionistas, e o Brasil é dos países que mais sofrem com isso. Que os digam os exportadores brasileiros de aço, produtos têxteis, laranja e carne para o mercado americano. É necessário registrar, no entanto, que os Estados Unidos já foram muito mais protecionistas no passado. Até a quebra das bolsas em 1929, o mercado americano era fechado como uma ostra. A tarifa média de importação batia em 59%. O diagnóstico dos economistas do governo foi que tanto a quebra do mercado acionário quanto a depressão econômica que se seguiu tiveram não como detonador mas como carburante o fechamento da economia. Desde então, sucessivas administrações americanas foram abrindo o país para o mundo. Com a chamada "Lei da Fazenda", aprovada por George W. Bush no ano passado, a abertura pela primeira vez experimentou um grande retrocesso. Os Estados Unidos igualaram-se em proteção e incentivos fiscais no campo agrícola aos países europeus. Com isso, tiraram as chances dos países pobres e emergentes de vender os produtos de sua agricultura em mercados onde americanos e europeus estiverem presentes. Os governos europeus e o dos EUA dão dinheiro aos fazendeiros para facilitar-lhes a atividade. O que esses fazendeiros produzem sai muito mais barato para eles e pode assim concorrer deslealmente com produtos que países como o Brasil colocam no mercado mundial.

Greenspan e outros economistas acreditam que o livre-comércio seja capaz de gerar riqueza, modernidade e estabilidade no mundo. Eles se preocupam, portanto, com o alastramento atual da idéia protecionista nos Estados Unidos. Segundo seu raciocínio, com o peso da economia americana no mundo e o poder de influência de Washington, a adoção do protecionismo como objetivo de política externa seria um desastre para o comércio global. Significaria, simplesmente, a reversão das conquistas da globalização. Os Estados Unidos na conta geral compram anualmente do mundo 500 bilhões de dólares mais do que vendem. Esse dinheiro é o combustível de diversas economias do planeta. Para alguns países é a principal ou quase a única fonte de recursos externos. Se os americanos se moverem muito velozmente para tentar vender mais do que compram, o atual ensaio global de modernização e de recuperação da atividade econômica no mundo poderá ser violentamente abortado. Desde que foram estabelecidas regras de comércio internacional relativamente civilizadas há pouco mais de vinte anos, tornou-se quase universal a aceitação de que a troca de mercadorias entre os países é o mais eficiente mecanismo de criação global de riqueza. O protecionismo, portanto, pode significar uma vantagem regional e temporária para alguns países, mas, como regra geral, ele empobrece. Por isso, nas reuniões da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), a melhor atitude que o Brasil pode ter é negociar. A negação da Alca, cuja tecla de "pausa" foi apertada pelos americanos na última reunião em Miami, por causa da proximidade das eleições de 2004, seria uma indesejada vitória do protecionismo.

"O que está em risco com a volta do protecionismo à agenda americana é o processo de modernização e livre-comércio que nos últimos anos tirou centenas de milhões de pessoas da miséria e ajudou muitos países, como a Coréia do Sul, a fazer uma transição completa do atraso para a modernidade", escreveu Paul Krugman. Todas as histórias recentes de sucesso são de países que conseguiram entrar no mercado mundial como economias exportadoras. Nem todos se deram tão bem no mundo global quanto os asiáticos – cujas economias vêm sendo orientadas para a exportação. Entre os que menos se beneficiaram estão os países da América Latina. Para a Argentina, a globalização foi um desastre. Brasil e México tiveram tanto benefícios quanto choques negativos no processo de globalização. Os economistas temem que os Estados Unidos possam estar tentados a usar o protecionismo para acabar com a festa agora que já se refestelaram no banquete da globalização e os demais países não se contentam mais em ficar apenas com as sobras. Se isso ocorrer, dizem alguns analistas, todos perderão muito, incluindo os Estados Unidos.

Mentes como Krugman e Greenspan se agitam com a perspectiva da volta do protecionismo porque sabem que ele seria um freio na economia mundial. Tiraria dos países emergentes o único caminho conhecido para a modernização e a prosperidade econômica, que é o comércio. Como, ao contrário do que pensa a esquerda, os Estados Unidos não vivem de explorar a miséria alheia mas de se apropriar de nações da riqueza que eles próprios ajudam a criar fora de casa, o protecionismo seria também desastroso para eles. Importando matérias-primas e produtos que outros países fazem melhor e mais barato, os Estados Unidos depuraram rapidamente sua economia. Ao cabo de duas décadas de liberalismo no comércio exterior, a economia americana foi se especializando cada vez mais em atividades com altas margens de lucratividade. Em vez de enfocarem a defesa de fabricantes de televisores ou DVDs, os americanos se especializaram em produzir as atrações de apelo mundial e que tornam os aparelhos máquinas de desejo – os filmes e seriados de televisão. No mundo dos computadores, eles fabricam os chips centrais das máquinas e os programas. Todo o resto, as carcaças, os chassis, as fábricas americanas compram na Ásia. Nos computadores, os chips centrais e os programas respondem por 80% do valor total do equipamento. Graças ao livre-comércio, os americanos dominam 73% da indústria de programas e 90% da de chips. Com a volta do protecionismo à moda de Bush, esse processo de depuração e de aumento da eficiência se tornaria impossível.

As conseqüências imediatas para o Brasil e para o mundo de um aumento do protecionismo nos Estados Unidos são suficientemente desastrosas para anular os efeitos benéficos da espetacular retomada do crescimento no país de Bush. O veemente apelo de Greenspan lembra outro alerta, feito por ele em meados dos anos 90, quando os EUA e o mundo se inebriavam com a especulação feroz nas bolsas de valores, turbinadas pela valorização das ações de empresas da internet. Greenspan chamou a atenção naquela época para a "exuberância irracional". Anos depois, a bolha de internet perdeu sustentação e estourou, fazendo evaporar em poucos meses cerca de 3 trilhões de dólares. O protecionismo, como diagnosticou o presidente do banco central americano, não é apenas mais um dos pecados econômicos do governo Bush – que em três anos gastou com corte de impostos para os ricos o superávit fiscal trilionário deixado pelo antecessor, Bill Clinton. Seria, antes, seu principal problema hoje em dia.

"O protecionismo vem adquirindo força cada vez maior também no Congresso, em Washington", diz Rubens Barbosa, embaixador do Brasil nos Estados Unidos. Esse sentimento está também disseminado na sociedade americana. Sobre isso, o jornal inglês *Financial Times* escreveu na quinta-feira passada: "Em 2004, pela primeira vez em décadas, o protecionismo será tema da campanha presidencial. As pessoas (*os americanos*) enxergam perigo nos produtos feitos na China, no Japão, no Brasil e na Europa. Elas se revoltam contra a perda de empregos para esses países. O medo é expresso na volta às ruas americanas da frase sumida há uma década: 'A América não pode ser uma nação de fazedores de hambúrguer'". O jornal inglês notou também o reaparecimento na lapela dos vendedores de lojas daqueles buttons com os dizeres: "Obrigado por comprar produtos americanos".

O mundo oficial em Washington, movido a pesquisas, captou a mensagem das ruas. Com a sensibilidade aguçada pelas eleições presidenciais de 2004, a equipe de Bush está disparando o gatilho protecionista com uma agilidade poucas vezes vista em uma administração republicana. Nos Estados Unidos, republicanos como Bush são os paladinos do liberalismo e do livre-comércio, enquanto os democratas são os protecionistas, os mais vulneráveis às pressões dos sindicatos e dos lobbies empresariais de setores atrasados da economia e que abominam a concorrência externa. "Agora estão todos no mesmo barco protecionista", escreveu o *Financial Times*. O governo Bush tomou para si a bandeira protecionista, que já vinha sendo desfraldada fora do Partido Republicano. Os resultados práticos podem ser vistos em toda parte. A pausa na Alca é um deles. Na Organização Mundial do Comércio (OMC), os representantes americanos estão promovendo uma escalada de ações contra quase três dezenas de países aos quais acusam de práticas comerciais danosas. Os americanos fizeram 126 queixas desse tipo na OMC entre 1995 e 2000. Nos últimos tempos, as reclamações dos EUA se aceleraram de forma tão gigantesca que o país efetuou nada menos que 461 queixas de dezoito meses para cá. No primeiro semestre deste ano, os Estados Unidos se tornaram o país que mais pediu investigações sobre comércio desleal.

O Congresso americano tem duas centenas de leis protecionistas em tramitação. Elas tentam aplacar a ansiedade captada pelas pesquisas nas ruas dos maiores colégios eleitorais americanos. Um desses projetos proíbe que americanos formados em universidades públicas ou que obtiveram ajuda governamental para estudar aceitem oferta de emprego em países estrangeiros. Outra lei proíbe que empresas americanas transfiram empregos para países onde a mão-de-obra seja mais barata. Desde 2000, cerca de 3 milhões de empregos nos EUA sumiram do mapa em conseqüência da crise. Desses, cerca de 400.000 foram deslocados pelas companhias para Índia e China, onde o salário médio é um quinto do pago nos Estados Unidos. "Essas leis não resolvem o problema e minam a eficiência e a produtividade de nossa economia", diz Feldstein, de Harvard. Os mísseis ainda não foram disparados, mas o pacote de maldades protecionistas de Bush e do Congresso americano tem ainda como alvos já escolhidos os têxteis vindos de países da América Central, os manufaturados do México feitos por empresas não-americanas e os produtos farmacêuticos do Canadá.

Não por acaso, o governo americano protege da concorrência externa, há meio século, os produtores de açúcar e laranja da Flórida e da Califórnia. Protege as siderúrgicas obsoletas do nordeste americano do aço barato e de qualidade ofertado no mercado mundial pelo Brasil e pelo Japão. As quatro últimas eleições presidenciais com disputa na reta final foram decididas por eleitores daquelas regiões. Bush ganhou apertadíssimo de Al Gore em 2000. O desempate a favor do presidente atual veio da Flórida. Com a próxima eleição em mente, Washington está peitando alguns sustentáculos de sua economia, principalmente a China. Na semana passada, Bush criou cotas para importação de roupas e impôs tarifas de 46% sobre os televisores importados da China. Em apenas dois anos, os televisores chineses tomaram uma fatia de 8% do mercado das mãos dos fabricantes americanos. Os produtores de roupas e artigos eletrônicos dos Estados do Meio Oeste são muito numerosos. Depois da indústria de alimentos, as confecções e as pequenas e médias empresas de aparelhos eletrônicos são dois dos maiores empregadores dos Estados Unidos. Do ponto de vista eleitoral, é um erro não atender aos interesses dessa vasta clientela. Do ponto de vista econômico, Washington está simplesmente aumentando a ineficiência de sua economia.

Em 1999, o déficit americano no comércio com a China era de 60 bilhões de dólares. Três anos depois, era de 120 bilhões, e continua crescendo. Os valores envolvidos nas retaliações americanas na semana passada são irrisórios, mas eles sinalizam uma mudança de comportamento, reflexo de um temor real com a velocidade de conquista do mercado americano pelas exportações chinesas. A agressividade dos exportadores chineses, obviamente, não vai refluir depois das eleições presidenciais americanas. "Governos de todos os lugares do mundo costumam dar mais atenção às demandas de seus eleitores nesses períodos eleitorais. O medo de que o protecionismo nos Estados Unidos extrapole 2004 é muito real. Se fosse apenas um surto eleitoral, dificilmente Alan Greenspan teria gritado", diz Ricardo Markwald, diretor da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex).

Economistas americanos acreditam que são bastante fortes os indícios de que o protecionismo nos Estados Unidos não seja apenas um componente da disputa eleitoral do próximo ano. Na quinta-feira passada, o mais respeitado jornal americano da área financeira, *The Wall Street Journal*, que não pode ser acusado como Krugman de ter má vontade com Bush, escreveu o seguinte: "Ao abrir a caixa de surpresas do protecionismo, Bush não conseguirá mais fechá-la. A adoração do falso deus do protecionismo vai ser um desastre para a economia americana e mundial. Ela pode evitar temporariamente demissões em regiões de interesse eleitoral de Bush, mas não resolve o problema real".

O jornal toca no problema real, que é a criação de empregos. Como mostrou o economista brasileiro José Alexandre Scheinkman, professor da Universidade Princeton, o aumento brutal da produtividade da economia americana faz com que o crescimento econômico ocorra sem a geração de empregos na mesma proporção. Portanto, é de esperar que, mesmo com os fenomenais índices de crescimento registrados neste ano e previstos para o próximo nos Estados Unidos, isso não bastará para dissipar a ansiedade dos jovens que não conseguem entrar no mercado de trabalho e dos desempregados que não sabem como voltar a ele. As empresas americanas que buscam proteção contra a concorrência estrangeira estão com o lobby afiado no Congresso e agindo praticamente sem oposição. "Os setores americanos que se beneficiam do livre-comércio já conseguiram tudo o que queriam nas últimas décadas e não pressionam mais", diz Marcos Jank, do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icone), de São Paulo. "A administração Bush dá a impressão de que não tem mesmo apreço pelo livre comércio", completa Scheinkman.

A globalização dos anos 90 pode ser resumida como a derrota do protecionismo. É da volta dele em escala mundial que se fala agora. Seja pelo efeito de imitação dos Estados Unidos, seja pela lamentável falta de alternativas econômicas politicamente palatáveis. Um estudo feito pelo cientista inglês Richard Dawkins mostrou que as idéias se propagam no mundo exatamente como os vírus no universo biológico. Dawkins mostrou também que, da mesma forma que existem vírus menos ou mais contagiosos, algumas idéias se propagam muito mais rapidamente que outras. Em um de seus modelos computadorizados, o inglês testou o poder de propagação da idéia de globalização e da idéia do protecionismo. Ganha o protecionismo porque há uma tendência natural de as pessoas verem com desconfiança o risco da contaminação de seu país através de manifestações culturais ou econômicas vindas de fora. Já a idéia da globalização, que embute a noção bem mais arriscada teoricamente de abrir as portas de casa e baixar a guarda, é um conceito muito menos contagioso. "Os militantes antiglobalização que se manifestam por todo o mundo com tanto vigor estão infectados pelo vírus do protecionismo", diz Dawkins.

Os economistas acreditam que a lentidão na negociação da Alca, o excesso de contestações mútuas na OMC e a proliferação dos acordos bilaterais são sintomas de que a doença protecionista começa a minar a saúde da globalização. Historicamente, não seria surpresa se o protecionismo voltasse a ganhar força no mundo. A cada período de liberalismo mundial seguiram-se anos de fechamento. Foi assim no começo do século passado, quando até 1913 o mundo viveu uma globalização ainda mais febril que a da década passada. Com o malogro da política de abertura de fronteiras, seguiram-se uma guerra mundial, a Primeira, e a maior recessão global da história do capitalismo, a que começou com a quebra das bolsas americanas em 1929. Protecionismo começa com proteção comercial e, se não combatido, debilita o trânsito de capitais no mundo. Os Estados Unidos foram um dos países que mais aproveitaram a aceleração do movimento de capitais. Foi a liquidez dos mercados, ou seja, a sobra de capitais e a facilidade de transmiti-los eletronicamente, que permitiu aos americanos produzir déficits bilionários na balança comercial sem que ninguém visse nisso o caminho para a derrocada econômica. Ao contrário.

A equação que permitiu o funcionamento desse mecanismo – que Bush parece querer desfazer, assustando Greenspan e outros economistas – é incrivelmente simples. Os americanos gastam com importações 500 bilhões de dólares a mais do que aquilo que ganham com exportações. Mas acabam recuperando tudo de volta, e mais alguns trocados, com a venda de

seus papéis a investidores estrangeiros. Esses papéis, títulos do Tesouro americano, são comprados em maior volume justamente pelos países com os quais os americanos mais perdem em suas transações comerciais, China e Japão. No ano passado, o déficit comercial dos Estados Unidos com a China foi de 103 bilhões de dólares. No mesmo período, o governo chinês comprou 250 bilhões de dólares em títulos da dívida americana. Ou seja, os EUA lucraram no processo 147 bilhões de dólares. Com o Japão, passa-se quase a mesma coisa.

Pois veja-se só contra quem Bush tomou as medidas protecionistas mais drásticas ultimamente: China e Japão. É um contra-senso. "É nesse contexto que se deve entender o alerta de Greenspan. O ímpeto para corrigir o déficit pode quebrar a espinha dorsal do dólar. Se isso ocorrer, o risco de uma pane mundial do capitalismo não é desprezível", diz o economista Ken Rogoff, que acaba de deixar o posto de economista-chefe do Fundo Monetário Internacional (FMI) para reassumir sua cadeira na Universidade Harvard. "Os surtos de crescimento nos Estados Unidos sempre foram acompanhados da absorção de produtos de economias em crescimento mais veloz. A demanda por importações nos Estados Unidos, portanto, não é anormal e se for interrompida abruptamente os custos para nós e para o mundo serão muito altos", disse a VEJA o economista Paul Krugman, que se tornou o mais qualificado popularizador da economia desde as incursões no jornalismo dos ícones da especialidade, Milton Friedman e John Maynard Keynes.

Além dos incentivos à exportação, os surtos de crescimento nos Estados Unidos produzem estímulos diretos de injeção de capitais na economia brasileira. No ano passado, os imigrantes brasileiros que vivem nos Estados Unidos enviaram aos familiares no Brasil um total de 4,6 bilhões de dólares. Isso significa que para cada 2 dólares investidos pelas empresas americanas no Brasil naquele ano os imigrantes mandaram 1 dólar. Os Estados Unidos compram de empresas brasileiras cerca de 26% do total de produtos exportados pelo país, mais que todas as nações européias somadas. A dependência da América Latina do mercado americano importador é ainda maior. Mais de 60% do que os latino-americanos exportam vão preencher as prateleiras dos americanos. Para alguns países, como o México, esse número ultrapassa os 80%. Portanto, há motivos de genuína preocupação para o mundo quando líderes americanos voltam a falar em "ameaça" dos produtos importados.

"Os Estados Unidos sob o comando de Bush são uma ameaça para o mundo", diz o megainvestidor George Soros, de 73 anos, que se tornou o maior adversário da Casa Branca na economia e na política externa. Soros chegou a doar 15 milhões de dólares a grupos de oposição ao presidente. Para Soros, Bush está colocando em risco os pilares que fizeram dos Estados Unidos uma potência. "Bush está atentando contra as idéias americanas que conquistaram o mundo: a paz, a democracia, os mercados, a força da classe média e do livre-comércio." Há um evidente exagero político-partidário no tom usado por George Soros. Mas ele reflete a temperatura do debate sobre a condução econômica do governo Bush e seu impacto sobre o mundo. Os erros protecionistas de Bush e os exageros de seus adversários não devem atrapalhar o reconhecimento do monumental estágio atual da economia americana. A produtividade atingida pela indústria e pelos serviços, a disseminação das tecnologias e da internet e a capacidade de reação dos Estados Unidos são extraordinárias. A locomotiva americana escapou de um período de dois anos de crescimento píffio. Os 8,2% de crescimento conseguidos no terceiro trimestre do ano, fato que não ocorria na maior economia do mundo havia vinte anos, significam que em apenas noventa dias ela acrescentou a sua riqueza 261 bilhões de dólares, ou duas Argentinias. Com o crescimento projetado para este ano, o PIB americano vai chegar a quase 11 trilhões de dólares – 23 vezes maior que a economia brasileira. Se a atual geração de americanos se deixar levar pela tentação do protecionismo radical e, com isso, arrastar o capitalismo mundial para o desastre recessivo, terá triunfado onde o comunismo e o terrorismo falharam.

TEXTO (79)

Edição 1831 . 3 de dezembro de 2003

Internet

A nova onda da rede

Empresários que ficaram milionários com a bolha voltam a investir na internet

Carlos Rydlewski

Os negócios on-line foram de um extremo ao outro. Valorizados de forma insana até 2000, caíram no fundo do poço depois do estouro da bolha. Após a ressaca, o pêndulo está agora mais perto de uma posição de equilíbrio. Empreendedores brasileiros que ganharam milhões de dólares porque venderam suas empresas pontocom antes da desvalorização começaram a mostrar novo interesse e a reinvestir alto na rede. Esse é o caso de Marcelo Lacerda, ex-sócio da Nutec e do ZAZ, que ficou milionário com a venda de seu negócio para a Telefônica há cerca de quatro anos. Nos intervalos entre uma viagem à Costa Rica ou a qualquer outro lugar onde haja boas ondas para o surfe, Lacerda cuida dos últimos detalhes para investir em banda larga. "Um de nossos projetos tem a ver com a televisão digital e a distribuição de filmes pela internet", conta. Lacerda segue os passos do japonês Masayoshi Son, o pioneiro que já dominou 25% da internet e chegou a ocupar o 8º lugar no ranking dos homens mais ricos do mundo da revista americana *Forbes*. Masa, como é conhecido, vendeu parte das ações de empresas como Yahoo! Japão e colocou 1,4 bilhão de dólares em empresas provedoras de conexão de alta velocidade.

Nenhum dos milionários brasileiros da internet acredita que pode repetir o sucesso do fim da década passada. Não se trata de abocanhar centenas de milhares de dólares em uma tacada. O interesse está nos 20 milhões de internautas brasileiros, um número quatro vezes maior que o de 1999. Um dos pioneiros desse movimento de retorno foi Aleksandar Mandic, ícone da rede no Brasil. Mandic criou em 2001 a Mandic:mail, uma empresa que oferece serviço de e-mail e se mostrou rentável. Em 2002, o faturamento da empresa foi de 300.000 dólares e, neste ano, pode superar 1 milhão de dólares. "Agora, o negócio não tem mais a ver com especulação, mas com tecnologia", define Mandic. Ex-técnico de eletrônica da Siemens, Mandic ganhou, de acordo com estimativas, mais de 2 milhões de dólares antes do estouro da bolha. Comprou uma coleção de carros esporte, um avião e curtiu a vida que uma conta bancária abarrotada de dólares pode proporcionar. Depois de dois anos, decidiu voltar a arriscar por puro cacoete.

Carlos Vicente Azevedo gastou 1,5 milhão de reais para criar o Guia da Semana, uma cópia do Guia SP, empresa que vendeu em 1999 à StarMedia por cerca de 5 milhões de dólares. A idéia de Azevedo para a nova pontocom lançada neste mês é ampliar o leque do comércio, vendendo ingressos para eventos culturais. "E quem usa a rede para fazer esse tipo de compra está a um clique de levar também um CD ou um DVD do artista predileto", diz. Mesmo quem não ficou milionário antes da bolha está apostando mais uma vez. Marcos Nader, sócio do Mercado Eletrônico, um canal de comércio pela internet, passou o último ano e meio em um escritório de uma tecelagem da família. Enquanto ajudava na gerência da tecelagem, Nader bolou o Comprova, um cartório virtual que certifica os documentos que circulam pela rede. O lançamento do Comprova aconteceu em outubro. "Fiz acordo até com o Observatório Nacional para ter uma prova do horário em que as mensagens são enviadas", garante Nader.

As novas investidas dos pioneiros da internet ocorrem também num momento em que o mercado internacional se mostra mais estável. A previsão é que os lançamentos de ações na Nasdaq aumentem de 4,5 bilhões de dólares em 2002 para 5,4 bilhões em 2003. No Vale do Sicílio, voltou-se a contratar. Grandes empresas pontocom, como Amazon e eBay, dois exemplos de sucesso ininterrupto nas aventuras on-line, continuam se expandindo. Na China, uma das fortunas que crescem mais rapidamente é a de William Ding Lei, dono do provedor NetEase. Eles dão a impressão de que aprenderam a lição. Se a receita menos a despesa não ficar no azul, não há futuro.

TEXTO (80)

Edição 1831 . 3 de dezembro de 2003

STF

Está tudo fora da lei

Funcionários sem carteira assinada, menor trabalhando e terra invadida – eis a chácara do ministro

Policarpo Junior

Às 9h40 da terça-feira passada, dois fiscais da Delegacia Regional do Trabalho visitaram uma chácara nas cercanias de Brasília. Apuravam uma denúncia de que funcionários da propriedade trabalhavam sem carteira assinada. Ao chegar ao local, os fiscais abordaram uma senhora para saber o nome do dono da chácara, dado necessário ao preenchimento dos documentos da vistoria. "É o doutor Maurício", informou a senhora. "Maurício de quê?", indagou um fiscal. "Doutor Maurício Corrêa", disse ela, ao explicar que, na ausência do patrão, seu marido respondia pela chácara. A vistoria durou uma hora e meia. Os fiscais descobriram irregularidades muito comuns. Confirmaram que os funcionários não tinham a carteira de trabalho assinada e ainda constataram que havia um menor trabalhando e salários inferiores a 240 reais, o mínimo valor legal. O dono da chácara é o doutor Maurício Corrêa, presidente do Supremo Tribunal Federal, a mais alta corte brasileira, encarregada de zelar pelo fiel cumprimento da Constituição.

Na chácara, Corrêa infringe três artigos das leis trabalhistas e um da Constituição, conforme constatou a vistoria. Os fiscais encontraram nove trabalhadores sem carteira assinada. Um é Antônio Ferreira da Silva, 32 anos, que cuida dos cavalos. Ele mora e trabalha na chácara do ministro há dois anos. Ganha 300 reais por mês. "O ministro é gente muito boa", elogia. José Galdino da Silva, 48 anos, cuida das cinqüenta cabeças de gado. Também ganha 300 reais e não tem carteira de trabalho. Um garoto, de 15 anos, ajuda no trato aos cavalos. Ganha 125 reais. "Trabalho só meio expediente", diz ele. A lei proíbe o trabalho de menores de 16 anos. Isso, em muitos casos, não passa de uma estupidez da lei, mas a regra formal existe e precisa ser cumprida por todos os brasileiros que empregam. A Constituição diz que qualquer trabalhador, ainda que trabalhe só meio expediente, tem direito a um salário mínimo inteiro. Isso é também uma regra que pode dificultar o emprego de muita gente – mas é o que diz a Constituição, e a Constituição tem de ser obedecida. Cícero Alves dos Santos, 27 anos, é pedreiro e mora na chácara. Ganha 30 reais por dia, quando é escalado para algum serviço. "Mas eu estou liberado para trabalhar em outro lugar", conta.

Na chácara, o ministro já criou porcos, mas desativou a pocilga. Uma fiscalização anterior descobriu que o abatedouro era clandestino e não tinha condições sanitárias adequadas para funcionar. Os porcos eram abatidos a céu aberto e os dejetos, canalizados para um córrego, poluindo as águas que abastecem uma cidade-satélite de Brasília. O ministro arrendou uma parte das terras a produtores interessados em cultivar soja, e garante que pouco aparece lá. Sem tempo, dedica-se apenas

a concluir uma capela na propriedade, erguida em homenagem a Nossa Senhora. Os fiscais do trabalho também encontraram irregularidades nessa obra. Cinco operários trabalhavam na capela no dia em que a fiscalização esteve na chácara, e nenhum tinha carteira assinada. Antônio Ribamar Aguiar, 49 anos, chefe da turma, confirmou a irregularidade, disse que não tinha vínculo empregatício com a chácara, mas não se lembrava de quem contratara a equipe. Irritado, completou: "Nós estamos em uma época em que a gente tem é que agradecer por ter onde trabalhar".

Há várias versões e muita amnésia para a situação trabalhista da equipe de Antônio Aguiar. Segundo Maurício Corrêa, os trabalhadores são de uma empresa contratada para concluir a capela. Mas o ministro não se lembra do contrato, da empresa nem do valor. Diz que a administração da chácara cabe ao seu genro, Joabson Martins. O genro, por sua vez, diz que contratou um mestre-de-obras – e o mestre-de-obras convocou os demais operários. O genro não lembra o nome do mestre-de-obras, não sabe onde está o contrato, mas acha que o valor foi próximo a 5 000 reais. No dia seguinte, numa segunda conversa, porém, o ministro lembrou que o contrato fora com a Aquarela, uma loja de tintas em Brasília. Seu genro, que dissera ter empregado um mestre-de-obras e não se lembrava de onde estava o contrato, apresentou dois contratos com a Aquarela. São assinados por ele próprio. Um é manuscrito e ambos não têm registro em cartório nem firma reconhecida. O dono da Aquarela, Edson Tavares da Silva, disse a VEJA que já concluiu a obra, apesar da evidência visual em contrário, mas não recebeu o pagamento.

No fim da tarde de terça-feira, já concluída a vistoria, o chefe dos pedreiros e seus quatro colegas encerraram o expediente e embarcaram num veículo que os esperava. O veículo, uma Kombi, pertence à empreiteira Via Dragados, a oitava maior construtora do país, habituada a erguer grandes obras, como pontes e hidrelétricas. A Kombi levou os cinco operários para um canteiro de obras da Via Dragados, no centro de Brasília, e não para a loja Aquarela. "Até me ofereci para terminar a capela, mas o ministro não aceitou. Ele é muito preocupado com a ética", conta José Gontijo, um dos donos da empreiteira. Gontijo diz que a presença de sua Kombi na chácara foi coincidência, pois sua empresa tem obras na região. "Pode ter sido uma carona", diz. E por que os pedreiros foram levados para um canteiro de obras da empreiteira? "Isso eu não sei explicar. Mas não tenho nada a ver com essa obra", diz ele. Maurício Corrêa é casado com Alda Gontijo, prima do empreiteiro José Gontijo.

A chácara de Maurício Corrêa pertence ao governo do Distrito Federal. Há trinta anos, o ministro tem um contrato de arrendamento. Usa a terra para produzir e paga uma taxa (a última, aliás, está vencida há três meses). Foi um procedimento comum no passado, para incentivar a produção agrícola na nova capital federal. O presidente do STF tem sob sua responsabilidade, até dezembro de 2007, pouco mais de 50 hectares. Mas a propriedade cresceu nos últimos tempos. Por conta própria, o ministro invadiu uma área de quase 3 hectares em frente à chácara. Como são terras públicas, Corrêa pode responder por grilagem. O ministro já foi notificado da irregularidade, mas não se importou muito. "Na hora em que quiserem (*de volta*), está lá", diz ele.

Para cada trabalhador sem carteira assinada, Maurício Corrêa deve pagar multa de 402,53 reais, além de recolher contribuição à Previdência Social e depositar parcela do fundo de garantia. Na sexta-feira, porém, seu genro apresentou a VEJA as carteiras de trabalho de dois funcionários, ambas assinadas – embora os dois funcionários em questão tivessem informado aos fiscais apenas três dias antes que nelas não havia registro de contrato algum. O genro admitiu, porém, que não cumpriu as obrigações legais decorrentes da assinatura de uma carteira, como pagamento do INSS e do fundo de garantia. "Não assinar carteira de trabalho é uma irregularidade comum, mas grave, pois priva o trabalhador de todos os seus direitos", diz o delegado do Trabalho, José Pedro Alencar. Na semana passada, Maurício Corrêa esteve em São Paulo, onde defendeu o aumento das penas para menores infratores previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Num encontro com juízes, convocou os magistrados de todo o país para, no dia 8 de dezembro, conceder entrevista em suas cidades, num mutirão nacional para melhorar a imagem da Justiça. "O descrédito na Justiça atingiu o fundo do poço", disse. "Assim, tenho certeza de que vamos melhorar o visual perante o povo brasileiro."

ANEXO II

Originals dos textos traduzidos para conferência:

TN/01

These are thoroughly pervasive experiences; we encounter them every day of our lives. They have structure – a correspondence between the conceptual domain of quantity and the conceptual domain of verticality: more corresponds in such experiences to up and less correspond to down. These correspondences in real experience form the basis for the correspondences in the metaphorical cases, which go beyond real experience: in “prices rose” there is no correspondence in real experience between quantity and verticality, but understanding quantity in terms of verticality makes sense because of a regular correspondence in so many other cases.

TN/02

We cannot get through three sentences of ordinary fluid discourse [without the use of metaphor] ... We think increasingly by means of metaphors that we profess not to be relying on. The metaphors we are avoiding steer our thought as much as those we accept.

TN/03

Metaphor is the application to one thing of the name belonging to another. We may apply (a) the name of a genus to one of its species, or (b) the name of one species to its genus, or (c) the name of one species to another of the same genus, or (d) the transfer may be based on a proportion.' (this translation from Hutton 1992)

TN/04

Probably, then, Aristotle would have granted metaphor a stronger epistemological function than merely expressing, or creating awareness of, similarities: he saw them as capable of expressing new knowledge in so far as they can signify actuality.

TN/05

In all, Aristotle hardly presents anything like a full-fledged or coherent theory of metaphor. Although one cannot ascribe a naive ‘metaphor-as-deviance’ or ‘metaphor-as-abbreviated-comparison’ view to him, it is not easy to say what kind of theory he *does* hold. His remarks about the relation between metaphor and comparison, and the fact that he treats words, concepts and referents as isomorphic with each other, make this task even more difficult. Further, he gives no general account of *why* people use metaphors, but it is clear that he considers metaphor useful if not necessary for various stylistic and ‘cognitive’ purposes: it can make things clear by putting them before our eyes; it may give language a lofty and dignified quality; it can fill semantic gaps, as in the case of the sun’s activities; and finally, it can make an unfamiliar object familiar. Lastly, he gives no hint of considering metaphor deviant by definition, or of denying that metaphors can be just as true or false as literal language. His scattered remarks, then, remain tantalizingly incomplete, at times contradictory, and are, in the final analysis, rather unsatisfactory.

TN/06

While many contemporary theories of metaphor have invoked the semantic-pragmatic divide, insisting that metaphor falls squarely within one division, my account refuses to stay within the putatively well-drawn boundaries. Metaphors, I argue, have meaning and they therefore require a semantic account. But I also hold that a semantic account does not give us a full comprehension of the ways in which we understand metaphor and must be supplemented by pragmatic considerations. It is arguable that metaphor does not differ in this regard from at least some literal language, for example, sentences with semantically ambiguous terms, indexicals, demonstratives. It is further arguable that all language is understood contextually and that the semantic-pragmatic divide is therefore ill drawn. My intent is to give a full understanding of the linguistic phenomenon that is metaphor, not to engage in the polemics of defending or denying a sometimes useful distinction. I therefore use both semantic and pragmatic considerations in my account of metaphor.

TN/07

Metaphor is the linguistic realization of a leap of thought from one domain to another – in which the springboard is a structure-preserving mapping.

TN/08

Contextual considerations are inseparable both from Word meaning and sentence meaning, and they are as inseparable from the meaning of literal sentences as they are from the meaning of metaphorical sentences. A context-free sentence is an abstraction which has, at best, methodological usefulness. Ultimately, in spite of the prevailing wisdom to the contrary, a true semantics of natural language cannot ignore the dependence on context for the interpretation of all sentences.

TN/09

... metaphor can, through a transposition of relations, structure an as yet unstructured conceptual domain or reorder another semantic field, thereby altering, sometimes transiently, sometimes permanently, our ways of regarding our world.

TN/10

That our metaphors are conceptual and have a systematic structure is a position I endorse and do not mean to challenge when I provide an analysis of metaphor based on its utterance. But the linguistic utterance of metaphor exists in relation to a language whose organization reflects and helps shape a conceptual system. And I insist that the conceptual requires an expressive medium.

TN/11

...metaphor provides the linguistic realization for the cognitive activity by which a language speaker makes use of one linguistically articulated domain to gain understanding of another experiential or conceptual domain, and similarly, by which a hearer grasps such an understanding.

TN/12

The cognitive force of metaphor comes, not from providing new information about the world, rather from a (re)conceptualization of information that is already available to us. Information which is not articulated and conceptualized is of little cognitive importance. Metaphor is a primary way in which we accommodate and assimilate information and experience to our conceptual organization of the world. In particular, it is the primary way we accommodate *new* experience. Hence it is at the source of our capacity to learn and at the centre of our creative thought. In the process of accommodation and assimilation through metaphor, we gain a needed *epistemic access* to the metaphorical referent.

TN/13

An application of a predicate to an object is literal just in case the object is a member of the realm associated with the schema of which the label is a member. An application is metaphorical if the object is not of the realm conventionally picked out by the schema of the label, and therefore a new set of rules of association between schema and a foreign realm must be created. An application is truthful if the label applies to the object under the rules of association in force, and otherwise is false.

TN/14

Significantly for Goodman, the label's migration to an alien realm is always accompanied by the transposition of other labels from the native schema. Therefore, the use of labels of the old schema in the new realm is organized by the traditional use of those labels in their realm of origin. Thus, for example, the application of the temperature predicate "warm" to an element of the realm of hues also determines which hues will be organized under other temperature predicates such as "cool."

TN/15

In short, Goodman's account of metaphor demands that we abandon all aspirations to a hermeneutics of metaphor and content ourselves with mere recognition of the phenomenon.

TN/16

For Beardsley, metaphor thus essentially involves a logical clash of central meanings; this clash not only allows us to recognize metaphors, but also accounts for the emotional tension or shock the metaphor presumably gives the hearer. In other words, in specific linguistic contexts, a word acquires a new intension. Beardsley holds that the metaphorical sense is derived from the literal sense, and consequently speaks of them as two distinct 'levels' of meaning.

TN/17

"The entire sentence that is the locus of the metaphor as replacing some set of literal sentences"... The imputed literal paraphrase to be a statement of some similarity or analogy, and so takes every metaphor to be a condensed or elliptic simile.

TN/18

At a general level (and if this theory has a serious flaw, it is this generality and vagueness), the Interaction view claims that metaphor is a cognitively irreducible phenomenon that works not at the level of word combination, but much deeper, arising out of the interactions between the conceptual structures underlying words.

TN/19

Black's interaction theory is to be praised for the active role it assigns to metaphor as a cognitive (rather than a purely rhetorical) device

TN/20

... a metaphorical statement can sometimes generate new knowledge and insight by *changing* relationships between the things designated (the principal and subsidiary subjects).

TN/21

The metaphorical utterance works by 'projecting upon' the primary subject a set of 'associated implications,' comprised in the implicative complex, that are predictable of the secondary subject.

TN/22

...to assume that a metaphorical utterance presents something as what it is plainly not – or to assume that its producer really does intend to say one thing while meaning something else – is to beg disastrously a prime question by accepting the misleading view of a metaphor as some kind of deviation or aberration from proper usage.

TN/23

Our recognition of a metaphorical statement depends essentially upon two things: Our general knowledge of what it is *to be* a metaphorical statement, and our specific judgment that a metaphorical reading of a given statement is here preferable to a literal one.

TN/24

...some metaphors enable us to see aspects of reality that the metaphor's production helps to constitute. But that is no longer surprising if one believes that the world is necessarily a world *under a certain description* – or a world seen from a certain perspective. Some metaphors can create such a perspective.

TN/25

It would be more illuminating in some of these cases [i.e., of metaphors imputing similarities difficult to discern otherwise] to say that the metaphor creates the similarity than to say that it formulates some similarity antecedently existing.

TN/26

We tend to think of similarity as the sharing of physical properties that the referents 'objectively' have. But many objects and properties (e.g. bankruptcies, views, and slow motion vision) only come into being by human constructions and institutions. The similarities created by metaphors, Black argues, are of this kind.

TN/27

Tacit knowledge of such literal meaning induces the characteristic feeling of dissonance or 'tension' between the focus and its literal 'frame'.

TN/28

...the original statements of a descriptivist view appear to put too much emphasis on incongruity of literal meanings as a criterion for the recognition of metaphor.

TN/29

...attempts to describe precisely and in detail what happens in metaphor...

TN/30

To say that the paraphrase is a poor paraphrase of the metaphor is also to say that the metaphor is a poor paraphrase of its paraphrase.

TN/31

...expresses literally what the speaker means when he utters the first sentence and means it metaphorically.

TN/32

...metaphorical statements cannot be equivalent in meaning to literal statements of similarity because the truth conditions of the two sorts of statements are frequently different.

TN/33

Similarity is a vacuous predicate: any two things are similar in some respect or other. Saying that the metaphorical "S is P" implies the literal "S is like P" does not solve our problem.

TN/34

...it implies that dead metaphors, being conventionalized, are no longer metaphors. This clashes with Searle's observation that metaphors may fill lexical gaps and thus fill semantic needs, and with his practice of illustrating principles of metaphorical interpretation by means of largely conventionalized metaphors.

TN/35

...there must be some shared strategies on the basis of which the hearer can recognize that the utterance is not *intended* literally.

TN/36

...there seems to be considerably more room for conventional factors in the interpretation of metaphor than pragmatic theories acknowledge.

TN/37

In the final analysis, however, the limitations of Searle's theory emerge from a fundamental belief in the homogeneity of literal meaning, a belief which represents a denial of the fuzzy rather than absolute nature of the literal/metaphor classification, and a refusal to accept that so-called literal truth is in fact a patchwork of overlapping conceptual models, each with specific contextual limitations on its applicability. These limitations are a product of what might be called an overly Fregean, or early- Wittgenstein, style of rigid analysis, with its emphasis on truth conditions and questions of reference, rather than upon the context-dependent relationship between words and concepts, as considered by the later- Wittgenstein in his theories of family resemblances and language games.

TN/38

Our ordinary conceptual system , in terms of which we both think and act, is fundamentally metaphorical in nature.

TN/39

He's *without direction* in life.
I'm *where I want to be* in life.
I'm *at a crossroads* in my life.
She'll *go places* in life.
He's never *let anyone get in his way*.
She's *gone through* a lot in life.

TN/40

Our experiences with the physical world serve as a natural and logical foundation for the comprehension of more abstract domains. This explains why in most cases of everyday metaphors the source and target domains are not reversible. For example, we do not talk about ideas as food or journey as love. This is called the principle of unidirectionality; that is, the metaphorical process typically goes from the more concrete to the more abstract but not the other way around.

TN/41

Meaning emerges at the level of experiential gestalts that give coherence and structure to our experience.

TN/42

...there is a set of systematic **correspondences** between the source and the target in the sense that constituent conceptual elements of B correspond to constituent elements of A. Technically, these conceptual correspondences are often referred to as **mappings**.

TN/43

Metaphor is not merely an instance of language, a special rhetorical device used for communication and persuasion. Instead metaphor is a fundamental mental capacity by which people understand themselves and the world through the conceptual mapping of knowledge from one domain onto another. The overwhelming ubiquity of metaphor in language, thought, science, law, art, myth and culture illustrates that metaphor is an integral part of human life.

TN/44

...the mind can function as a mirror of nature. That is, it is possible for the symbols used in language and thought to correspond to entities and categories in the world. Given objectivist metaphysics, the world can be assumed to have the kinds of structure that makes such symbol-to-world correspondences possible. Symbols get their meaning via a conventional correspondence with things in the world. Thus, a system of symbols, linked to the world in this way, can be said to be a representation of reality – a mirror of nature. A human reason is correct when it accurately mirrors the logical relations in the objective world

TN/45

A central presupposition of our culture is that the description and explanation of physical reality is a respectable and worthwhile enterprise – an enterprise that we call "science". Science is supposed to be characterized by precision and the absence of ambiguity, and the language of science is assumed to be correspondingly precise and unambiguous – in short, literal. For this reason, literal language has often been thought the most appropriate tool for the objective characterization of reality.

TN/46

Since the world does not contain clearly identifiable entities *the fog* and *the mountain*, and since mountains don't have inherent fronts, the theory can work only relative to some human understanding of what a front is for a mountain and to some delineation of *fog* and *mountain*.

TN/47

...truth is relative to understanding, which means that there is no absolute standpoint from which to obtain absolute objective truths about the world. This does not mean that there are no truths; it means only that truth is relative to our conceptual system, which is grounded in, and constantly tested by, our experiences and those of other members of our culture in our daily interactions with other people and with our physical and cultural environments.

TN/48

Many of our most important truths are not physical truths, but truths that come about as a result of human beings acting in accord with a conceptual system that cannot in any sense be said to fit a reality completely outside of human experience.

TN/49

Since we act in accord with our conceptual systems and since our actions are real, our conceptual systems have a major role in creating reality. Where human action is concerned, metaphysics, that is, our view of what exists and is real, is not independent of epistemology in the broad sense of human understanding and knowledge.

TN/50

...metaphor is pervasive in everyday life, not just in language but in thought and action. Our ordinary conceptual system, in terms of which we both think and act, is fundamentally metaphorical in nature.

TN/51

...the locus of metaphor is thought, not language, that metaphor is a major and indispensable part of our ordinary, conventional way of conceptualizing the world, and that our everyday behavior reflects our metaphorical understanding of experience.

TN/52

The essence of metaphor is understanding and experiencing one kind of thing in terms of another.

TN/53

At the conceptual level, a metaphor is conventional to the extent that it is automatic, effortless, and generally established as a mode of thought among members of a linguistic community.

TN/54

...metaphor can provide structure and attributes not inherent in the target domain, as, for example, when dying is understood as departure to a final destination or death is understood as a reaper. The phenomenon of death is not objectively similar to a reaper.

TN/55

Understanding our experiences in terms of objects and substances allows us to pick out parts of our experience and treat them as discrete entities or substances of a uniform kind. Once we can identify our experiences as entities or substances, we can refer to them, group them, and quantify them – and, by this means, reason about them.

TN/56

We project our own in-out orientation onto other physical objects that are bounded by surfaces.

TN/57

We use ontological metaphors to comprehend events, actions, activities, and states. Events and actions are conceptualized metaphorically as objects, activities as substances, states as containers.

TN/58

In studying personification in general, we found that the overwhelming number seem to fit a single pattern: events (like death) are understood in terms of actions by some agent (like reaping). It is that agent that is personified. We thus hypothesized a very general metaphor, EVENTS ARE ACTIONS, which combines with other, independently existing metaphors for life and death.

TN/59

This is not a separate constraint but a consequence of the way we reason about the source and target domains with respect to each other. The events are actions metaphor links the event in the event domain to the corresponding event in the action domain, and consequently to the action that caused that event. Thus, our feelings about the event must correspond to our feelings about the action.

TN/60

...experience is structured in a significant way prior to, and independent of, any concepts. Existing concepts may impose further structuring on what we experience, but basic experiential structures are present regardless of any such imposition of concepts.

TN/61

Image-schemas, as their name suggests, are not rich mental images; they are instead very general structures, like bounded regions, paths, centers (as opposed to peripheries), and so on. The spatial senses of prepositions tend to be defined in terms of image-schemas (e.g., *in*, *out*, *to*, *from*, *along*, and so on).

TN/62

Image schemas provide particularly important evidence for the claim that abstract reason is a matter of two things: (a) reason based on bodily experience, and (b) metaphorical projections from concrete to abstract domains.

TN/63

...the logical properties of classical categories can be seen as following from the topological properties of containers plus the metaphorical mapping from containers to categories. As long as the topological properties of containers are preserved by the mapping, this result will be true.

TN/64

The metaphor projects the starting point of the path onto the bottom of the scale and maps distance traveled onto quantity in general.

TN/65

Metaphorical mappings preserve the cognitive topology (that is, the image-schema structure) of the source domain, in a way consistent with the inherent structure of the target domain.

TN/66

Since the cognitive topology of image-schemas determines their inference patterns, the Invariance Hypothesis claims that imagistic reasoning patterns are mapped onto abstract reasoning patterns via metaphorical mappings. It entails that at least some (and perhaps all) abstract reasoning is a metaphorical version of image-based reasoning.

TN/67

The time *has passed* ...
He *passed* the time ...

TN/68

...we organize our knowledge by means of structures called *idealized cognitive models*, or ICMs, and that category structures and prototype effects are by-products of that organization.

TN/69

Cognitive models that are acquired via our culture are typically models that are long-standing in the culture. Cultural models of this sort are often at variance with our scientific knowledge. For example, experts on wolves maintain that wolves avoid humans whenever they can; nevertheless, our cultural model of wolves sees them as vicious beasts that attack humans without provocation, often cruelly.

TN/70

Each ICM, as used, structures a mental space, as described by Fauconnier.

TN/71

A language expression *E* does not have a meaning in itself; rather, it has a meaning potential, and it is only within a complete discourse and in context that meaning will actually be produced.

TN/72

...words and the patterns into which words fit are triggers to the imagination. They are prompts we use to try to get one another to call up some of what we know and to work on it creatively to arrive at a meaning. Blending is a crucial part of this imaginative work...

TN/73

When language, mind, and culture are the object of scientific study, the investigator is no longer a mere spectator. He or she is one of the actors, part of the phenomenon under study: The thinking and talking that need to be demystified are also the thinking and talking used to carry out the demystification. The investigation that will reveal backstage secrets is also part of the main show, and clearly we are on intellectually perilous ground.

TN/74

Understanding is creating. To communicate is to trigger dynamic creative processes in other minds and in our own. The mappings we have studied [...] can be entrenched (as in conventional metaphor and established grammatical constructions), but they also operate on-line to yield novel meanings, construals and interpretations. In fact, entrenched mappings provide strong background support for on-line innovations.

TN/75

A theory of cognitive semantics, mental space theory locates meaning in speakers' mental representations, and construes linguistic structures as cues that prompt speakers to set up elements in referential structure. Elements in mental spaces refer to objects in the world only indirectly, as objects in speakers' mental representations, real or otherwise.

TN/76

Elements represent each of the discourse entities, and simple frames represent the relationships that exist between them. Because the same scenario can be construed in multiple ways, mental spaces are frequently used to partition incoming information about elements in speakers' referential representations.

TN/77

Mental spaces (or, 'spaces', for short) are not equivalent to domains, but, rather, they depend on them: spaces represent particular scenarios which are structured by given domains. [...] a mental space is a short-term construct informed by the more general and more stable knowledge structures associated with a particular domain.

TN/78

...model dynamic mappings in thought and language.

TN/79

...consists of elements and relations activated simultaneously as a single integrated unit. Often, a mental space will be organized by what we have called a conceptual frame.

TN/80

...human thought, as it unfolds, sets up elaborate configurations of mental spaces linked to each other and to background knowledge. Discourse management is essential [...] The thinker, speaker, hearer, discourse participant must keep track of the spaces set up, their content, the links between them, and the order in which they appear. The process is a dynamic one. At any stage, one must know, or be able to figure out, how to move discursively through the configuration.

TN/81

...partitioning a statement like 'Six months ago Julio was in perfect health, but now he's on the brink of death' would start by dividing its information into two spaces: one for six months ago and one for the present (base) time. Each space is internally coherent and together they function to represent all of the information contained in the sentence.

TN/82

...there are dynamic integration processes which build up new "blended" mental spaces. Such spaces develop emergent structure which is elaborated in the on-line construction of meaning and serves as an important locus of cognitive activity.

TN/83

(1) CROSS-SPACE MAPPING: There is a partial mapping of counterparts between the input spaces I_1 and I_2 .

(2) GENERIC SPACE: There is a *generic space*, which maps onto each of the inputs. This generic space reflects some common, usually more abstract, structure and organization shared by the inputs and defines the core cross-space mapping between them.

(3) BLEND: The inputs I_1 and I_2 are partially projected onto a fourth space, the blend

(4) EMERGENT STRUCTURE: The blend has emergent structure not provided by the inputs. This happens in three (interrelated) ways:

COMPOSITION: Taken together, the projections from the inputs make new relations available that did not exist in the separate inputs

COMPLETION: Knowledge of background frames, cognitive and cultural models, allows the composite structure projected into the blend from the inputs to be viewed as part of a larger self-contained structure in the blend. The pattern in the blend triggered by the inherited structures is "completed" into the larger, emergent structure.

ELABORATION: The structure in the blend can then be elaborated. This is "running the blend". It consists in cognitive work performed within the blend, according to its own emergent logic.

TN/84

...a striking feature of the blended construction is its underspecification. Although there are strong constraints on blending [...] there is no recipe for knowing what will be projected from the inputs and what will be projected back. In that respect the system is very flexible.

TN/85

In research on metaphorical mapping, this pressure is referred to as the invariance hypothesis, the observation that the underlying mappings in metaphoric expressions are almost always based on shared image schematic structure.

TN/86

(Personifications) can result from the interaction of the EVENTS ARE ACTIONS metaphor with cultural models or commonplace knowledge, as well as with other metaphors.

TN/87

...but the blend has causal and event shape structure that do not come from the source, indeed are contrary to the source and in some cases impossible for the source, and the central inference of the metaphor cannot be projected from the source. If Clinton is the Titanic and the scandal is the iceberg and we project inferences from the source, then Clinton must lose the presidency. But the contrary inference is the one that is constructed [...] This structure, which is not available from the source or the target, is constructed in the blend and projected to the target to reframe it and give it new and clearer inferences.

TN/88

It is uncontroversial that cases like the Clinton-Titanic example involve the basic metaphor PURPOSEFUL ACTIVITY IS TRAVELING ALONG A PATH TOWARD A DESTINATION --the traveler projects to the agent, reaching the destination projects to achieving the goal, and so on [...] But that metaphor cannot by itself yield the complex inferences outlined above. It is in the blended space that we construct and run the complex counterfactual scenario in which the Titanic sinks the iceberg, and it is that scenario which projects to the input of politics and society to provide the appropriate inferences regarding Clinton, Starr, and the effect of the scandal.

TN/89

...involve imagery from one input (the source input of death and grave digging), but the causal structure of the other input, in which the person is unwittingly contributing to his own future failure. Although the mapping might seem to draw an analogy between the grave digger and the fool, in fact digging a grave doesn't cause anything (other than the grave itself), that might be mapped onto the grave-digger's failure.

TN/90

in the construction of the blend, a single shift in causal structure, *the existence of a grave causes death*, instead of *death causes the existence of a grave*, is enough to produce emergent structure, specific to the blend: undesirability of digging one's grave, exceptional foolishness in not being aware of it, correlation of depth of grave with probability of death. The causal inversion is guided by the target, but the emergent structure is deducible within the blend from the new causal structure and familiar common-sense background knowledge.

TN/91

The structural aspect of a conceptual metaphor consists of a set of correspondences between a source domain and a target domain. These correspondences can be factored into two types: ontological and epistemic. Ontological correspondences are correspondences between the entities in the source domain and the corresponding entities in the target domain. For example, the container in the source domain corresponds to the body in the target domain. Epistemic correspondences are correspondences between knowledge about the source domain and the corresponding knowledge about the target domain.

TN/92

...the description of the emotion is presented as a physiological reaction of the individual. [...] But the content of this physiological reaction is not obtained through the metonymy in the target. It comes from the source...

TN/93

...the bulk of the cognitive work involves mappings and correspondences between domains rather than the derivation of a logical representation of sentence meaning.

TN/94

The language [...] does not autonomously specify meanings that later undergo pragmatic processing. Rather, it guides meaning construction directly in context.

TN/95

Blending is, for example, common in visual representation, from Renaissance and early modern paintings of the Annunciation to contemporary newspaper cartoons. An issue of *The New York Times*, *The Economist*, *The Washington Post*, *Figaro*, or any American newsmagazine will usually include many visual blends, or rather, visual representations that evoke conceptual blends.

TN/96

The blending framework offers a neat way of representing this complex interaction of concepts and links, since it explicitly allows for multiple spaces and multiple iterations of the integration process. One blend may be the input for another.

TN/97

Cognition is embodied, and the spectacular intellectual feats that human beings perform depend upon being able to anchor the integration networks in blends at human scale, using the vital relations that are employed in perception and action.

TN/98

The integration of cause and effect is the central feature of perception [...] the perception of a single entity, such as a cup, is an imaginative feat still very poorly understood by neurobiologists. The perception available to consciousness is the effect of complicated interactions between the brain and its environment. But we integrate that effect with its causes to create emergent meaning: the existence of a cause – namely, the cup – that directly presents its effect – namely, its unity, color, shape, weight, and so on. As a consequence, the effect is now in its cause: the color, the shape, and weight are now intrinsically, primitively, and objectively in the “cup”.

In perception, at the level of consciousness, we usually apprehend only the blend of cause and effect. We cannot fail to perform this blend, and we cannot see beyond it. Consequently, this blend seems to us to be the most bedrock reality.

TN/99

Political and economic ideologies are framed in metaphorical terms. [...] Consider just one example: LABOR IS A RESOURCE. Most contemporary economic theories, whether capitalist or socialist, treat labor as a natural resource or commodity, on a par with raw materials, and speak in the same terms of its cost and supply. What is hidden by the metaphor is the nature of the labor. No distinction is made between meaningful labor and dehumanizing labor. For all of the labor statistics, there is none on *meaningful* labor. When we accept the LABOR IS A RESOURCE metaphor and assume that the cost of resources defined in this way should be kept down, then cheap labor becomes a good thing, on a par with cheap oil.